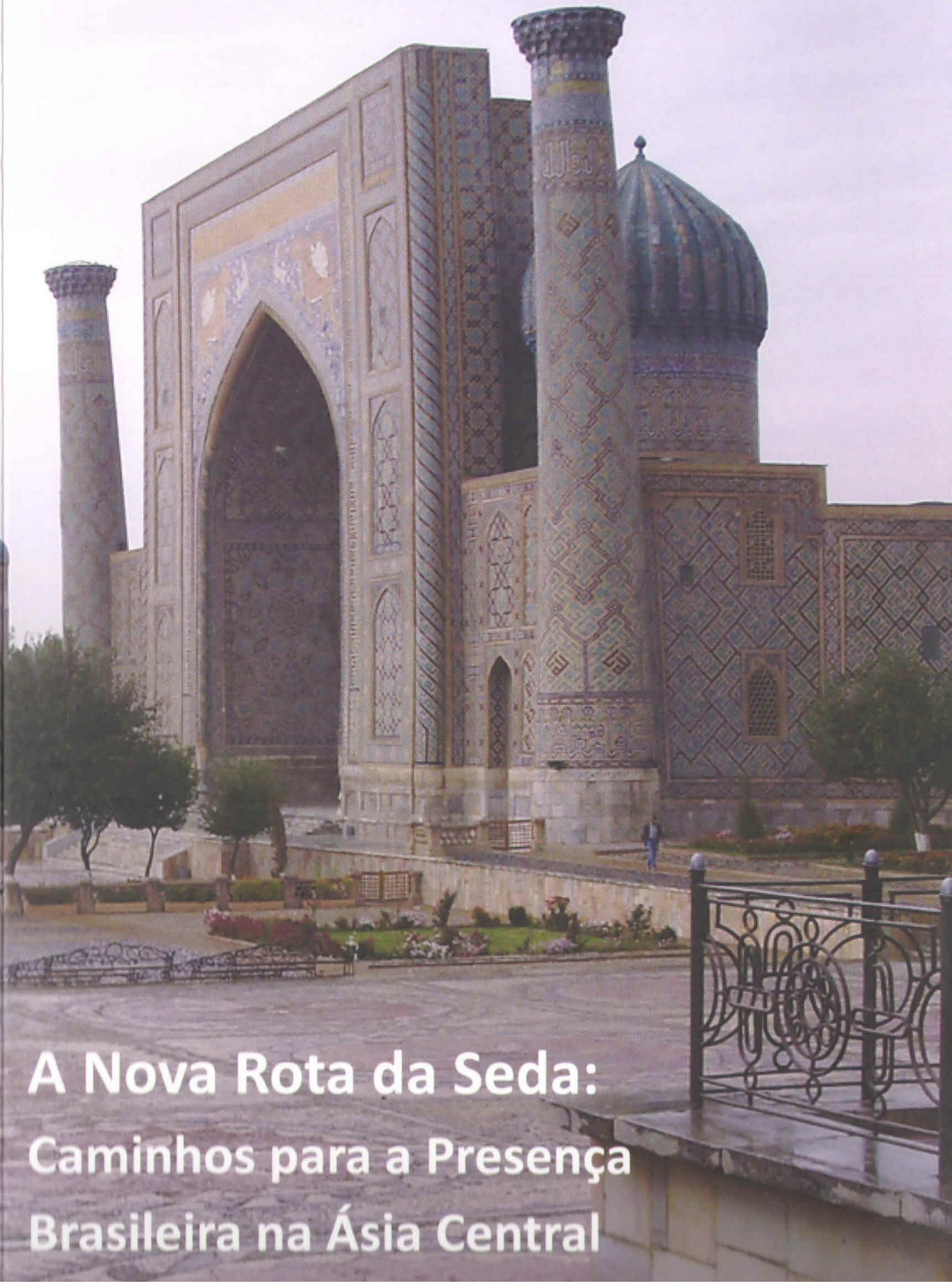
RICARDO LUÍS PIRES RIBEIRO DA SILVA



A Nova Rota da Seda:
Caminhos para a Presença Brasileira na Ásia Central

Pelos caminhos da nova rota da seda, ressurgida na década de 1990 com a independência dos cinco países centro-asiáticos da extinta União Soviética, o autor procura desbravar uma temática quase desconhecida no Brasil e colocar a política externa brasileira em contato com a importância de conhecer aquela área do globo, que não é periférica, mas sim envolvida ao longo da história com fluxos determinantes da conformação do mundo contemporâneo.

A NOVA ROTA DA SEDA: CAMINHOS PARA A PRESENÇA BRASILEIRA NA ÁSIA CENTRAL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Gilberto Vergne Saboia

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Ricardo Luís Pires Ribeiro Da Silva

A nova rota da seda: caminhos para a presença brasileira na Ásia Central

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas
Mariana Alejarra Branco Troncoso

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Capa:
A praça Registão em Samarcanda, Uzbequistão
de Ricardo Luís Pires Ribeiro da Silva

Impresso no Brasil 2011

Silva, Ricardo Luís Pires Ribeiro da.
A nova rota da seda : caminhos para a presença brasileira na Ásia Central / Ricardo Luís Pires Ribeiro da Silva. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
320 p.

ISBN 978-85-7631-346-5

1. História da Ásia Central. 2. Relações Internacionais. 3. Política Externa.

CDU: 94(5)

Ficha catalográfica elaborada pela
Bibliotecária Sonale Paiva - CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Lista de Abreviaturas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
Abrapa	Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
ADB	Banco Asiático de Desenvolvimento
ADI	Agência Internacional de Desenvolvimento
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
Ambev	Companhia de Bebidas das Américas
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Bomca	European Border Management for Central Asia
Bric	acrônimo utilizado para designar Brasil, Rússia, Índia e China
BTC	Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyan
CACILM	Iniciativa dos Países países da Ásia Central pelo Gerenciamento de Terras
CADAP	Europe's Central Asia Drug Action Programme
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CDH	Conselho de Direitos Humanos
CEDAW	Comitê pela Eliminação da Discriminação contra a Mulher
CEI	Comunidade dos Estados Independentes

Cica	Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Central Asia
CSONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
CSCE	Comissão para a Segurança e Cooperação na Europa
Daad	Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico
Dasc	Divisão da Ásia Central
DHS	Pesquisas de Demografia e Saúde
DOP	Departamento do Oriente Próximo
DoS	Departamento de Estado (Estados Unidos)
Doma	Departamento do Oriente Médio e da Ásia Central
Delbrasonu	Delegação do Brasil na ONU
Ecosoc	Conselho Eonômico e Social das Nações Unidas
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
Eurasec	Comunidade Econômica Euro-Asiática
Fapesp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Fiesp	Federação das Indústrias de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTE	Grupo de Trabalho Especial
HRW	Human Rights Watch
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFA	Instituto para Relações Exteriores
IG	Instituto Goethe
IMD	Institute for Management and Development
Imu	Movimento Islâmico do Uzbequistão (Harakat ul Islamiyyah Özbekistan)
IRPT	Partido do Renascimento Islâmico do Tadjiquistão
Isaf	Força Internacional de Assistência para a Segurança do Afeganistão
IUE	Instituto da Unesco para Estatísticas
IWPR	Institute for War and Peace Report
Jica	Agência Internacional de Cooperação do Japão
KGB	Comitê para a Segurança Estatal
Mics	Pesquisa por Agrupamento de Indicadores Múltiplos
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
MVB	Ministério do Interior do Turcomenistão
NOC	National Oil Companies (Companhias Nacionais de Petróleo)

Oaci	Organização da Aviação Civil Internacional
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCE	Organização de Cooperação Econômica
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
Opep	Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo
Osce	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (sucedeu à CSCE, Comissão para a Segurança e Cooperação na Europa, em dezembro de 1994)
Otan	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCS	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
OTU	Oposição Tadjique Unida
PAD	Serviço de Intercâmbio Educacional
PCA	Acordos de Parceria e Cooperação (União Europeia, Uzbequistão, Cazaquistão, República Quirguiz e Tadjiquistão)
PNB	Produto Nacional Bruto
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade do Poder de Compra
RFA	República Federal da Alemanha
Rise	Regimento Interno da Secretaria de Estado
RPE	Réserve Pays Emergents
Sere	Secretaria de Estado das Relações Exteriores
SNB	Serviço de Segurança Nacional do Turcomenistão
Speca	Programa Especial para as Economias da Ásia Central
Tacis	Technical Assistance to the Commonwealth of Independent States
TAP	Gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão
Tapi	Gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia
Tika	Agência Turca de Cooperação Internacional e Desenvolvimento
UE	União Europeia
Unaids	Joint United Nations Programme on HIV and AIDS
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

Unece	Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa
Unescap	Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	Universidade de Campinas
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

Glossário

Akim – no Cazaquistão, um dos 14 governadores dos *oblast*; ou, também, título dos administradores locais.

Aul – comarcas rurais cazaques.

Bhukara, Bokhara – Bocara.

Khan – Cã, título, em mongol e em línguas turcas, para comandante, líder, regente ou líder de tribo. O feminino é *Khatan* e *Khanum*. Em português, segundo o *Dicionário Aurélio*, Cã significa "senhor" e "chefe", designando o título de alguns chefes ou soberanos orientais, além de ser o título do Imperador da China na Idade Média. *Khagan*: o Cã dos Cãs, o Grande Cã: era o título de Gengis Khan.

Khodjend ou *Khodzhent* até 1939; depois, *Leninabad* – Khujand

Khorasan – conhecida por "Traxiana", durante o período helênico e do Império Partia, e por *Khurasan*, Província do nordeste do atual Irã –- Coraçone e Coração.

Khorezm (Reino), *Khiva* (Canado desde o século XVII) – *Khwarezmia, Kwarezm*, *Chorasmia*, *Khwarizm*, *Khwarazm* e *Chorezm* – Coresme.

Mahallas – habitats agrupados em famílias ligadas entre si. No Uzbequistão, servem como comitês de resolução de conflitos locais e de vizinhança.

Majlis/ Majili – Conselho(s) – Câmara dos Deputados.

Mala – Conselho de Notáveis dos Clãs.

Oblast ou *óblast* – província.

Samarkand, Samarcand – Samarcanda.

Viloyat – província (no Tadjiquistão).

Sumário

Introdução, 15

PARTE 1 - DEFINIÇÕES. HISTÓRIA DA ÁSIA CENTRAL. PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA. RELIGIÕES, ETNIAS, PARTIDOS POLÍTICOS E CLÃS

Capítulo 1, 19
A definição da região da Ásia Central. A questão da temporalidade da tese. A questão do vocabulário. Fontes da pesquisa

Capítulo 2, 31
Visão histórica: Macedônios e Gregos. Hordas mongóis: Hunos e Turcos. Temujin, o Gengis Khan. O Império de Tamerlão: o último conquistador mongol. Uma breve história do islamismo na Ásia Central. O Grande Jogo do século XIX. O período soviético. Algumas observações possíveis sobre a influência da história na política externa da Ásia Central

Capítulo 3, 49
O processo da independência dos países da região centro-asiática: República Quirguiz, Tadjiquistão, Cazaquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Os países, caso a caso. Como surgem os novos países e o nacionalismo?

Capítulo 4, 63
A influência das religiões e das várias etnias nos países da região: implicações políticas. A questão étnica. A política interna: partidos políticos. Os processos eleitorais na região. A questão dos clãs

PARTE 2 - A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS PAÍSES DA ÁSIA CENTRAL PARA O MUNDO ATUAL

Capítulo 5, 83
Quadro geral das relações de poder e de influência que prevalecem na região centro-asiática: Estados Unidos, Índia, Japão, China, França, República Federal da Alemanha e Rússia

Capítulo 6, 113
Os novos países e sua vida como Estados independentes. As organizações regionais de cooperação e as presenças russa e chinesa. Temas da agenda internacional contemporânea (direitos humanos, tráfico ilícito de entorpecentes, águas e meio ambiente, energia nuclear e HIV/aids) e a região

Capítulo 7, 135
As riquezas energéticas e a importância dos produtos de base. A questão estratégica. O interesse do Brasil

Capítulo 8, 147
O surgimento de uma nova geoestratégia: as Revoluções Coloridas, papel dos Estados Unidos

PARTE 3 – A IMPORTÂNCIA DOS PAÍSES DA REGIÃO PARA O BRASIL. O ADENSAMENTO DAS RELAÇÕES. CAMINHOS PARA A PRESENÇA BRASILEIRA NA ÁSIA CENTRAL

Capítulo 9, 163
A Política Externa Brasileira atual e sua vocação ecumênica e pragmática. Aproximação com os grandes Estados periféricos. A Ásia Central para o Ministério das Relações Exteriores. Questões institucionais. A importância do assunto para a política externa brasileira atual ou, Ásia Central, um tema em desbravamento. Discurso oficial: um programa de política externa brasileira para a Ásia Central. Embaixadas brasileiras por toda parte? O caso do Cazaquistão: criação e instalação de Brasemb Astaná

Capítulo 10, 181
O Brasil ainda reconhecido pela música, pelo café e pelo futebol. Oportunidades do soft power

Capítulo 11, 189
Ásia Central: uma nova inserção para o Brasil no mundo atual. A intensificação dos interesses brasileiros pela Ásia Central é plenamente justificável. Abundância de recursos naturais e acumulação de riquezas. O comércio bilateral entre o Brasil e os países centro-asiáticos. Política multilateral: uma cooperação possível entre o Brasil e os cinco países da região

PARTE 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais, 221

Referências bibliográficas, 231

ANEXOS

Anexo 1, 245
Lista de mapas

Anexo 2, 255
Maiores cidades da Ásia Central – nomes atuais e nomes antigos

Anexo 3, 257
Cronologia dos principais eventos históricos na Ásia Central da Antiguidade à Era Moderna (750 A.C. – agosto 2007)

Anexo 4, 287
Lista de gráficos

Anexo 5, 291
Discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Conferência de Londres sobre o Afeganistão – "Perspectivas Políticas: O Pacto Global". Londres, Reino Unido, 31 de janeiro de 2006

Anexo 6, 293
Exemplo de uma cidade grega na Ásia Central: Alexandria do Oxus, Ai Khanoum, a "Senhora da Lua" (a vista fotográfica das ruínas nos dias de hoje e, a seguir, em imagem digitalizada pelos arqueólogos da missão francesa que explora as ruínas da cidade)

Anexo 7, 295
Relação das Embaixadas residentes, Embaixadas cumulativas, Repartições consulares e representações de organismos internacionais nos países da região centro-asiática

Anexo 8, 299
Artigos do ex-Presidente da República e atual Senador José Sarney

Anexo 9, 303
Situação Mundial da Infância – Relatório

Anexo 10, 305
Mortalidade Infantil

Anexo 11, 307
Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)

Anexo 12, 309
Dados básicos e Indicadores Socioeconômicos dos Países da Ásia Central, atualizados até 1o de novembro de 2008

Introdução

As grandes navegações dos séculos XV e XVI provocaram, gradualmente, a perda de importância que os caminhos terrestres das caravanas de comércio entre o continente europeu e o asiático tinham nos séculos anteriores, tendo sido talvez a principal rota comercial do mundo antigo, como elo entre o Ocidente e o Oriente. Desde então, por quase 300 anos, a região central asiática, passagem obrigatória das rotas das caravanas, ficou isolada do mundo, só voltando a adquirir alguma importância no século XIX, no bojo da disputa entre duas grandes potências imperiais, a Rússia e a Inglaterra, no chamado Grande Jogo (*Great Game*). A Ásia Central, no entanto, passou esquecida durante boa parte do século XX, depois da vitória da Revolução Russa em 1917. Nesse período, os territórios da fronteira sul da União Soviética perderam sua autonomia política e foram obrigados a adaptar suas economias ao dirigismo soviético, o que trouxe consequências de naturezas diversas, como o deslocamento de populações e a tentativa de destruição do seu modo tradicional de vida.

A região voltou ao cenário mundial apenas a partir da década de 1990, com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a declaração de independência dos países da região, com a exploração das suas fabulosas reservas de petróleo, de gás natural e de outros minerais raros, como o urânio, com as questões de segurança

internacional relacionadas ao episódio do 11 de setembro e à Guerra ao Terror, e com a posição geográfica da Ásia Central, estrategicamente situada em meio ao continente asiático, que promete ser o de maior pujança no século XXI. Para um país em desenvolvimento, como o Brasil, a Ásia Central não poderia ser ignorada como uma nova realidade, e o governo brasileiro primeiro reconheceu a independência política dos novos países e, mais tarde, deu início ao processo de criação de embaixadas cumulativas. Estes passos de cunho político-diplomático, revestidos de seu significado formal, não geraram, porém, o suficiente interesse pelo aperfeiçoamento das relações entre Brasília e os novos países centro-asiáticos.

Esta tese analisa, em três partes, a busca de caminhos na *Rota da Seda* para aumentar a presença do Brasil na região, cuja importância para o mundo cresce a cada dia, e procura demonstrar o interesse nacional, o porquê da escolha do tema e qual seria sua importância para a Política Externa Brasileira nos dias de hoje.

Cabe ressaltar que a maior parte das consultas para a produção do presente texto se apoiou em livros, artigos de jornais e nas informações disponíveis, sobretudo, na internet, e em outros idiomas que não o português. O desconhecimento brasileiro a respeito da região, entretanto, não constitui fenômeno unicamente de nosso País: o mundo ocidental ficou distante da realidade central asiática até que ela voltou a despertar interesses político-militares, no âmbito da disputa Leste/Oeste, com a invasão soviética do Afeganistão. Especificamente, no caso brasileiro, tal desconhecimento foi comprovado pelo exaustivo levantamento do tema em setores representativos da sociedade do País: nos arquivos do Congresso Nacional, nos textos de alguns dos órgãos mais expressivos da imprensa escrita nacional e nos bancos de dados de teses das universidades brasileiras. Houve, igualmente, ampla pesquisa de dados econômicos e comerciais dos países da região, não sem a dificuldade na obtenção de cifras confiáveis das instituições locais, em bancos de dados estatísticos das Organizações das Nações Unidas (ONU), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), para determinar a relevância de o Brasil acercar-se dos Estados da Ásia Central e buscar meios de intensificar sua presença na região.

PARTE 1 — DEFINIÇÕES. HISTÓRIA DA ÁSIA CENTRAL. PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA. RELIGIÕES, ETNIAS, PARTIDOS POLÍTICOS E CLÃS

Capítulo 1

A definição da região da Ásia Central. A questão da temporalidade da tese. A questão do vocabulário. Fontes da pesquisa

> *Oui, c'est l'Europe, depuis l'Atlantique jusqu'à l'Oural, c'est l'Europe, c'est toute l'Europe, qui décidera du destin du monde!*
>
> *Charles de Gaulle*[1]

A definição da região da Ásia Central

A epígrafe de abertura deste capítulo revela a variedade de opiniões sobre a definição da região geográfica Ásia e, mais especificamente, Ásia Central. O General Charles de Gaulle vizualizava uma Europa que se estendia do Oceano Atlântico aos Montes Urais. E, para além dos Montes Urais, estava a Ásia. A afirmação não era um simples exercício da retórica francesa do segundo pós-guerra: quando a frase foi enunciada – e o estadista a repetiu em várias ocasiões – de Gaulle tratava não só de condenar a política de blocos *ce malheur succédant à d'autres malheurs*,[2] na qual os polos do poder estariam em Washington

[1] A citação do General de Gaulle está disponível em: <http://www.charles-de-gaulle.org> e reproduz trecho do discurso pronunciado em Estrasburgo, em 23/11/1959. Acesso em: 30 de mar. 2006.

[2] Citação obtida no artigo "L'Europe de l'Atlantique à L'Oural", do Embaixador Étienne Burin des Roziers, ex-Secretário-Geral do Palácio do Eliseu (1962-1967). Disponível em: <www.charles-de-gaulle.org>. Acesso em: 30 mar. 2006.

e Moscou, mas de conduzir a longa marcha de uma Europa, dividida em Yalta, a uma Europa unida que "[...] *pourra permettre un jour, dans l'indépendance et la liberté de chacun d'établir l'entente européenne de l'Atlantique à l'Oural*" (des Roziers, op. cit.).

No passado, outro estadista, o Príncipe Metternich (1773-1859), afirmou que "a Ásia começa na Rennweg", a rua do bairro (distrito) Landstrasse de Viena, em que viveu, numa em uma menção aos tempos em que a cidade resistiu aos invasores otomanos vindos do Oriente, contidos por exércitos cristãos às portas da capital da Áustria, nos episódios do Cerco de Viena (empreendido pelo Sultão Suleiman I, o Magnífico, em 1526), e da Batalha de Viena (contra o Grão-Vizir Mustafá Pasha, em 1683), na fortaleza em Kahlenberg, nos bosques que até hoje envolvem Viena.

Em sentido estrito, a região centro-asiática é considerada apenas como a área dos cinco países de independência recente da União Soviética, que surgiram nos antigos territórios asiáticos e muçulmanos da periferia sul da extinta URSS. Neste conceito, a Ásia Central abrange o Cazaquistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e República Quirguiz.

A Ásia Central, no entanto, é uma novidade tão especial nas relações internacionais, que as chancelarias dos mais diversos países têm dificuldade em classificá-la.

Ela é muito mais do que o território dos cinco novos países. Muitas chancelarias estrangeiras e organismos internacionais, com propriedade, acrescentam ao mapa da região o Afeganistão, ou nele incluem os países do Cáucaso do Norte e os do Sul, o Azerbaijão, a Armênia e a Geórgia, pois levam em conta outros aspectos, como questões geoestratégicas, religiosas, históricas e idiomáticas, além das de cunho estritamente político, ou meramente organizacionais. Deste modo, chancelarias e organismos internacionais do sistema das Nações Unidas não são unânimes para definirem a região homogeneamente.

O breve sumário que se segue seleciona algumas chancelarias e organizações internacionais, explica o porquê da seleção e serve para demonstrar o desconhecimento da região e a dificuldade em classificá-la geograficamente e em termos culturais. De certa forma, a região da Ásia Central foi negligenciada pelos formuladores de política externa, talvez

por causa justamente das diferentes visões a seu respeito. Este fato oferece subsídios para uma possível estrutura estratégica de organização do próprio Itamaraty para a região centro-asiática.

- Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (DoS), por se tratar da potência hegemônica do mundo atual:

Em fevereiro de 2006, o governo dos Estados Unidos empreendeu uma reforma na estrutura do DoS, na qual os cinco países de independência recente saíram da área de competência do Departamento de Assuntos da Europa e Eurásia (unidade onde foram mantidos os países do Cáucaso). O Cazaquistão, o Tadjiquistão, a República Quirguiz, o Uzbequistão e o Turcomenistão foram incluídos no Departamento de Assuntos da Ásia do Sul, que, ampliado em suas competências, passou a ser designado Departamento de Assuntos da Ásia do Sul e da Ásia Central.

- Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, anteriormente a principal república socialista soviética da URSS:

Para a Federação da Rússia, cabe ao Departamento III do Ministério dos Negócios Estrangeiros o acompanhamento da temática das repúblicas de independência recente, incluindo os cinco países centro-asiáticos, e com competência sobre os assuntos dos países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

- Ministério dos Negócios Estrangeiros da China (o *Waijiaobu*), por possuir uma imensa linha de fronteiras com a Ásia Central (3.300 km), pela Província Autônoma Chinesa do Xinjiang Uygur, de religião majoritariamente muçulmana, idioma túrquico e movimento secessionista, e por seus interesses no suprimento de fontes energéticas da região:

Para o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, os cinco países são incluídos no Departamento da Eurásia, juntamente com a Rússia, o Azerbaijão, a Belarus, a Geórgia, a Moldava, a Ucrânia e, estranhamente, a antiga Checoslováquia. O Afeganistão, no entanto, integra o Departamento de Assuntos Asiáticos.

- Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, pela percepção da importância de diversificar suas fontes de suprimento energético e mercado para seus produtos

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão inclui os cinco países da região da Ásia Central no Departamento da Europa. Os assuntos relativos ao Afeganistão são acompanhados pelo Departamento do Oriente Médio.

- Ministérios dos Negócios Estrangeiros de alguns países da União Europeia (UE) que têm missões diplomáticas residentes na região: Itália, França, Reino Unido e República Federal da Alemanha:

Na Itália, o Ministério dos Negócios Estrangeiros situa os cinco países centro-asiáticos na Divisão IV da Direção-Geral para os Países da Europa, que compreende Rússia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia e Ucrânia. O Afeganistão está sob responsabilidade da Direção-Geral para os Países da Ásia, da Oceania, do Pacífico e da Antártida (Divisão 1 da Direção-Geral para a Ásia Meredional).

Na França, o Ministério dos Negócios Estrangeiros cuida da temática centro-asiática na Subdiretoria da Ásia Meridional, ligada à Diretoria da Ásia e da Oceania, por sua vez, subordinada ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No Reino Unido, a estrutura do Ministério dos Negócios Exteriores e do *Commonwealth* tem uma Diretoria para Rússia, Cáucaso do Sul e Ásia Central, subordinada à Diretoria-Geral Política, que, por sua vez, reporta-se ao Subsecretário Permanente e Chefe do Serviço Diplomático.

Na República Federal da Alemanha, o Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros, segundo o organograma de 07/04/2006, atribui a um dos dois Secretários de Estado a chefia da Diretoria-Geral Política II, em que se situa a Divisão do Cáucaso do Sul, Ásia Central e das Relações Exteriores da União Europeia com os Países da Área. Na carta organizacional alemã, o Cáucaso do Sul inclui a Armênia, o Azerbaijão e a Geórgia. O Secretário de Estado conta, em seu gabinete, com o apoio de um Comissário *(Beauftragter)* para a Rússia, o Cáucaso e a Ásia Central, diretamente subordinado a ele, para aconselhá-lo na condução dos assuntos da área. O Afeganistão está situado na Diretoria-

-Geral Política III, unidade que tem uma Força-Tarefa específica para cuidar do país.[3]

- O sistema das Nações Unidas, porque a repartição geográfica da ONU foi objeto de negociações entre os Estados-membros, para fins de distribuição geográfica equitativa de assentos:

Os cinco países da Ásia Central ingressaram, em bloco, na ONU, em dois de março de 1992. Em 31 de julho de 1992, deu-se a adesão conjunta à Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (Unescap). Em 1998, no âmbito do Unescap, foi criado o Programa Especial para as Economias da Ásia Central (Speca), que inclui em sua área de competência também o Azerbaijão e o Afeganistão. Eles são, igualmente, membros da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (Unece), em adesões posteriores às que fizeram ao Unescap: assim, a República Quirguiz, o Turcomenistão, Azerbaijão e Uzbequistão aderiram à Unece em 30 de julho de 1993; o Cazaquistão, em 31 de julho de 1994, e o Tadjiquistão em 12 de dezembro 1994. O Pnud engloba os países da Ásia Central na área de competência do Departamento da Europa e da CEI.

A mesma variedade de classificações da Ásia Central que existe nas chancelarias e nos organismos internacionais também ocorre nos estudos acadêmicos, com versões diferentes de qual seria a composição da área geográfica. Por exemplo, a Sociedade para Estudos sobre a Ásia Central, da Universidade de Boston, inclui na Ásia Central os cinco países de independência recente, os do Cáucaso do Norte e do Sul, o Afeganistão e a Província Autônoma Chinesa do Xinjiang Uygur.

A doutora Martha Brill Olcott, Diretora da sede de Moscou do instituto de pesquisas *Carnegie Endowment for International Peace*, define a região centro-asiática como a que vai desde a União Europeia em expansão até a China, sendo a Ásia Central o espaço entre as duas massas.

Roy Allison, Chefe do Departamento de Rússia e Eurásia do *Royal Institute for International Affairs*, de Londres, e Lena Jonson, do

[3] A Força-Tarefa tem por atribuições a coordenação-geral da reconstrução do Afeganistão, incluindo as instituições políticas e a sociedade civil, o acompanhamento do Pacto de Estabilidade do Afeganistão e das medidas do pacote antiterrorismo para o país.

Instituto Sueco de Relações Internacionais, adotam a definição da região[4] como sendo a que compreende o Cazaquistão, a República Quirguiz, o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão, mas acrescentam: "*The term 'wider Central Asia' [...] indicates the areas of Russia, China and Afghanistan, which border the 'core Central Asia States' and share sizeable ethnic minorities with them.*"

Tendo em vista a grande variedade de definições, para fins deste trabalho, resolveu-se adotar a definição mais restrita de *Core Central Asia States*, conforme definida por Roy Allison e Lena Jonson (2001). A região da Ásia Central compreende, portanto, o Cazaquistão, o Tadjiquistão, o Turcomenistão, o Uzbequistão e a República Quirguiz, sem deixar de reconhecer uma *Wider Central Asia*. De fato, esta tese ficaria incompleta se deixasse de considerar a influência do entorno dos cinco *core States*, a saber, a Federação da Rússia, a região do sul do Cáucaso e seus países, também de independência recente (Geórgia, Armênia e Azerbaijão), o Afeganistão e a Província Autônoma Chinesa do Xinjiang Uygur. Não obstante, fugiria ao escopo da discussão um estudo exaustivo da circunvizinhança da Ásia Central que incluísse, por exemplo, análises específicas sobre a situação conflituosa dos países do Cáucaso do Sul ou daquela província chinesa. Não é possível negar que o Mar Cáspio e as questões relativas à delimitação das fronteiras marítimas dos Estados que por ele são banhados e à exploração de seus recursos naturais remetem os limites da Ásia Central à região do Cáucaso: há que ter presente que as questões centro-asiáticas se entrelaçam às caucasianas e as englobam. Temas como a situação da Chechênia e a atividade de grupos terroristas, de que foi triste exemplo a invasão, por extremistas, de uma escola primária em Beslan, na Ossétia do Norte, em 2004, permanecem no âmago de questões mais profundas, ligadas à segurança interna da Rússia e seu relacionamento com os vizinhos imediatos.[5]

---

[4] ALLISON, Roy; JONSON, Lena (editors). *Central Asia Security*: The New International Context. Washington: Brookings Institution Press, mar, 2001. Em associação com o Royal Institute of International Affairs. Swedish Institute of International Affairs.

[5] É válido, ainda, mencionar que todo o Cáucaso do Norte (Chechênia, Inguchétia, Ossétia do Norte, República Kabardino-Balkarian, República da Adyghea e Karachayevo-Cherkessia) é formado de países, tecnicamente, partícipes da Federação da Rússia, mas cada um deles tem uma cultura única. O Cáucaso do Sul é formado por países em delicada situação econômica, social, política e religiosa, como bem demonstram o confronto da Geórgia com a Rússia e o problema das minorias cristãs e muçulmanas nos enclaves dentro das fronteiras de Geórgia,

As fronteiras da Ásia Central são tão móveis quanto os nômades das estepes que primeiro as conquistaram. Graças à rápida e constante capacidade de locomoção de seus povos ao longo do espaço geográfico que habitam, a Ásia Central é um conceito nada estático. Em função disso, as migrações dos povos da região chegaram a lugares muito distantes: do coração da Mongólia à Hungria e à Polônia, aos reinos do sudeste asiático e ao subcontinente indiano. A Ásia Central seria, assim, um conceito geográfico e humano flexível e sem fronteiras fixas, além daquelas que os imperativos políticos determinam.

A questão da temporalidade da tese

A proposta inicial deste texto era a de se restringir ao estudo dos 16 anos transcorridos entre os acontecimentos de 17 de agosto de 1991, quando houve a tentativa de um *Putsch* na URSS, contra o governo do Presidente Mikhail Gorbatchov, passando pelo final da União Soviética, em dezembro de 1991 (com a renúncia de Gorbatchov e dissolução do Soviete Supremo, por seus próprios membros), até agosto de 2007, período que compreende as primeiras manobras militares conjuntas sino-russas, realizadas no âmbito da Organização para a Cooperação de Xangai, o início das operações comerciais do Oleoduto Baku-Tsibili-Ceyan (BTC), em 04 de junho de 2006, a abertura pioneira da primeira Embaixada do Brasil na região da Ásia Central, em Astaná, com a nomeação do Embaixador Frederico Duque Estrada Meyer, que, em 23/10/2006, entregou credenciais ao Presidente Nursultan Nazarbayev.

As datas mencionadas deveriam funcionar como balizas do espaço de tempo da tese, porque se imaginava que incluiriam os eventos primários de maior relevo para a formação dos novos Estados centro-asiáticos e para a política externa atual do Brasil. Entretanto, durante o processo de redação, uma passagem em revista mais ampla da história da região tornou-se necessária, para determinar a solidez da cultura

---

Armênia e Azerbaijão. Os ataques de grupos extremistas dentro do próprio território da Rússia e mesmo em Moscou exemplificam a tensão reinante; como a ação do grupo de 30 separatistas chechenos, que, em outubro de 2002, invadiu um teatro com cerca de 700 pessoas e sequestrou os espectadores. O ato foi condenado pela comunidade mundial, com declarações de repúdio feitas, entre outros, pelos então Presidente da Osce, o Ministro português do Exterior, Antônio Martins da Cruz, e o ex-Chanceler Federal da Alemanha Gerard Schröder.

arraigada da Ásia Central em sua evolução. O tratamento das questões centro-asiáticas ao longo do trabalho levou à ampliação da análise para além do período inicialmente proposto, também porque resultou claro ser muito importante para qualquer país que pretenda manter relações sólidas com os novos Estados da região conhecer-lhes desde a sua mais remota antiguidade e entender suas realidade e identidade históricas muito próprias, que se enraízam em períodos muito anteriores aos poucos anos da independência política de que desfrutam, após 150 anos de domínio russo e soviético. Para a tese, aqueles 17 anos passaram a ter o valor de período de maior ênfase, prioritário no entendimento da atualidade da Ásia Central, mas cuja análise, feita de maneira isolada, não conseguiria esgotar as ricas e múltiplas vertentes dessa região do Globo.

A questão do vocabulário

Com a finalidade de buscar tornar ainda mais amigável a leitura do trabalho, um glossário de termos foi inserido no início da tese.

Com vistas a definir grafias não consagradas no idioma português, foram consultados dicionários, como o *Aurélio*, o *Caldas Aulete* e o *Houaiss*, além de enciclopédias como a *Encyclopedia Britannica* e a *Lelo Universal*. Também foram feitas pesquisas nos dicionários virtuais *Michaelis*, *Caldas Aulete* e *Priberam* e em fontes de pesquisa de idiomas da internet. Quanto aos adjetivos pátrios dos cinco países, verificou-se que "Cazaquistanês" é a forma utilizada em Portugal para designar os naturais ou habitantes do Cazaquistão, enquanto no Brasil "cazaque" é a palavra mais usada. "Esta última designa ainda a língua oficial do Cazaquistão, quer no português de Portugal quer no português do Brasil", informaram os especialistas do *site* Priberam[6] em resposta à questão específica formulada sobre o assunto. Houve consulta ao serviço de tradução da União Europeia, cabendo notar que seus tradutores não usam "casaquistanês" e sim "cazaque", "Cazaquistão" e não "Casaquistão". Para fins de padronização dos adjetivos gentílicos, foram adotadas as nomenclaturas a seguir:

[6] A bibliografia utilizada pelo Priberam encontra-se disponível em: <http://www.flip.pt/docs/BibliografiaFLiP_PT.pdf> e <http://www.flip.pt/docs/BibliografiaFLiP_PB.pdf.>.

- Cazaquistão e cazaque;
- Tadjiquistão e tadjique;
- Turcomenistão e turcomeno;
- República Quirguiz (e não Quirguistão ou Quirguízia) e quirguiz;
- Uzbequistão e uzbeque.

Tendo presente a dificuldade de padronização de termos dos idiomas da região em língua portuguesa, uma sugestão é feita no sentido de se criar uma comissão permanente, integrada pelo MRE e especialistas de diversas áreas, para definir vocábulos, evitando transliterações, frequentemente falsas, feitas para o idioma inglês ou francês e para o português.

Todos os idiomas da região eram redigidos em alfabeto árabe até a década de 1920. Desde o advento da Revolução Russa, depois de breve período de uso do alfabeto latino, o alfabeto dos idiomas da região foi adaptado pelo regime comunista para o alfabeto cirílico. Quando houve a independência dos cinco países, no começo da década de 1990, a discussão sobre qual alfabeto utilizar para grafar suas línguas foi reintroduzida, pela própria motivação política da criação dos Estados Nacionais.[7] Já em 1992, o idioma turcomeno passou a ser redigido em alfabeto latino, com modificações, o chamado Novo Alfabeto. A língua uzbeque adotou oficialmente o alfabeto latino, mas a obrigatoriedade de sua introdução, que deveria ocorrer até 2005, ainda não se ultimou, e o prazo foi prorrogado; assim, a transição talvez nem seja feita. O quirguiz é redigido em cirílico, modificado, e em árabe, pelos quirguizes da China. Em 30 de outubro de 2006, o Presidente do Cazaquistão, Nursultan

[7] LEWIS, Bernard. Rethinking the Middle East. *Foreign Affairs*, v. 71, n. 4. New York: Fall, 1992, p. 99. Bernard Lewis, Professor Emérito de Princeton sobre o Oriente Médio, ensinou que, antes da Revolução Russa, os povos da região centro-asiática redigiam suas línguas em escrita árabe. Sob o jugo da URSS, após um breve intervalo utilizando o alfabeto latino, foram dados aos idiomas da região novos alfabetos, com base na escrita cirílica. *"They are now discussing three possible choices. Some wish to retain the Cyrillic script, a choice that would obviously involve a continuing relationship with whatever replaces the Soviet Union. Some wish to return to the Arabic alphabet, to restore their broken links with the Muslim world to the south - with Iran and Pakistan and more remotely the Arab lands. Some wish to adopt the Latin alphabet as it is used in the Turkish Republic - a choice that has already been made in Azerbaijan. Their alternatives might be summarized as some form of post-Soviet association, 'Khomeinism' or 'Kemalism'. The choices they make will be momentous, not only for themselves, but for the whole Middle East."*

Nazarbayev, em discurso ao Parlamento do país, sugeriu o estudo, sem pressa, das adaptações do idioma cazaque para o alfabeto latino, mediante trabalhos técnicos de como os azeris, uzbeques e turcomenos procederam com a matéria, quando da adoção do alfabeto latino para as línguas azeri (feita em 2001), uzbeque e turcomena.

É oportuno ressaltar que há atualmente movimentos intelectuais que buscam implantar uma transliteração mais acessível de suas línguas, para facilitar os estudos acadêmicos e superar dificuldades práticas como as impostas, por exemplo, pelos teclados de computador: existem *softwares* para lidar com sons duplos, mas os teclados atuais não se adaptam bem.

Pelo critério de definição ampliada de Ásia Central, existem três grandes grupos idiomáticos, todos da família de línguas altaicas, mais utilizados pelos povos e tribos da Ásia Central: o turco, o mongol e o tunguse. Em controvérsias acadêmicas, ninguém comprovou que o turco pertence à família linguística altaica; entretanto, há 37 línguas túrquicas vivas, muitas das quais constituem os idiomas falados pela maioria das mais de cem etnias que convivem no espaço da Ásia Central. O grupo mongol, ou mongólico, compõe-se de 13 línguas, sendo uma delas, o Hahl, um idioma falado na região do Lago Issyk Kul, na República Quirguiz, em duas cidades próximas a Herat, no Afeganistão, e por minorias dentro dos cinco *core States* centro-asiáticos. O antigo dialeto mogol está em extinção porque, de acordo com dados referentes a 1989, era falado por apenas poucas pessoas acima de 40 anos de idade, em regiões de difícil acesso do Afeganistão. Quanto ao tunguse, a língua é falada por cerca de 250 milhões de pessoas na Sibéria e no extremo nordeste da Ásia. Dentro do conceito de Ásia Central ampliada, o tunguse também é falado na Província Autônoma Chinesa do Xinjiang Uygur. Além destes idiomas, o persa é a expressão de aproximadamente dez 10 milhões de pessoas: 5,8 milhões no Afeganistão, onde recebe a denominação de farsi, um milhão no Paquistão, e 3,3 milhões no Tadjiquistão, onde o persa recebe a denominação de tadjique. A língua também é falada por cerca de um milhão de pessoas no Uzbequistão, e há minorias de expressão tadjique na República Quirguiz (33 mil pessoas), na China (26 mil pessoas) e no Cazaquistão (25 mil pessoas).

O russo mantém seu caráter de língua franca da região centro-asiática. Mesmo com a queda do Comunismo, as elites dos novos países, que durante aquele regime foram educadas em Moscou, mantiveram o

idioma como sua forma de expressão. No Cazaquistão, particularmente, o idioma é a primeira língua falada por cerca da metade dos habitantes.

Fontes da pesquisa

Há enorme escassez de fontes de informação sobre a Ásia Central em idioma português. A bibliografia deste trabalho, embora ainda passível de muitos e valiosos acréscimos, menciona poucos textos em português, normalmente traduções de textos técnicos dedicados a questões energéticas. Todo o resto das publicações consultadas foi escrito em inglês, francês e espanhol. Consequentemente, esta é uma oportunidade para desbravar a temática da Ásia Central. Um dos objetivos paralelos da tese surgiu justamente desta falta de fontes: a procura do levantamento de dados bibliográficos, pouquíssimo divulgados no Brasil.

No que toca às fontes primárias da pesquisa, consultaram-se os arquivos do Itamaraty, particularmente telegramas, despachos telegráficos e ofícios relativos aos assuntos da Ásia Central, desde 1991 até dezembro de 2008, incluindo consultas às comunicações das Embaixadas em Teerã, Ancara, Pequim, Tóquio, Washington, Moscou e Astaná, desde a sua abertura.

Além disso, procedeu-se a grande esforço de pesquisa nos arquivos do Congresso Nacional brasileiro, à procura por documentos legislativos que mencionassem a Ásia Central. Neste sentido, foram compulsados textos de discursos, mensagens e atas para obter dados sobre a região, de 1991 até 2007.

Foram feitas também consultas aos dados do Serviço de Estatísticas das Nações Unidas. Não deixaram de ser analisadas as estatísticas do Banco Mundial, do FMI, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que resultaram em apresentações gráficas sobre o comércio e o nível de vida da Ásia Central, documentos e relatórios das instituições mencionadas e, adicionalmente, do ADB.

Merece destaque a tese apresentada para o 36º CAE, em 1998, pela Conselheira Ivone Vieira F. Wester,[8] que aporta trabalhoso levantamento

[8] WESTER, Ivone. *Perspectivas para os interesses brasileiros nas repúblicas turco-islâmicas do Transcáucaso e da Ásia Central no processo pós-Guerra Fria*. 36º CAE: Brasília, 1998.

de antecedentes e observação arguta de quem serviu em um país com a importância da Turquia, com tantas ligações com a Ásia Central. A tese de Wester representa um grande avanço para o estudo da temática do Transcáucaso. Refere-se, todavia, a uma realidade que mudou bastante nos últimos 10 anos, e seu trabalho tratava, com particular ênfase, da região do Transcáucaso (Azerbaijão, Geórgia e a Armênia), que não faz parte do objeto principal deste estudo.

Capítulo 2

Visão histórica: Macedônios e Gregos. Hordas mongóis: Hunos e Turcos. Temujin, o Gengis Khan. O Império de Tamerlão: o último conquistador mongol. Uma breve história do islamismo na Ásia Central. O Grande Jogo do século XIX. O período soviético. Algumas observações possíveis sobre a influência da história na política externa da Ásia Central

> [...] *Now, I shall go far and far into North, playing the Great Game* [...][9]
>
> Rudyard Kippling

Com vistas a pormenorizar e completar a necessária visão histórica oferecida neste capítulo, uma cronologia da história da Ásia Central constitui o anexo 3.

A história mais remota da Ásia Central tem ligações bastante expressivas com o tempo presente dos cinco *core States*, seu entorno ampliado e a Eurásia. Em primeiro lugar, entre as características da região, ressalta a de ser a transição e a ligação entre o Ocidente e o Oriente, e entre as culturas cristã, muçulmana, árabe, chinesa, turca, persa, russa

[9] KIPPLING, Rudyard. *Kim*. Disponível em: <http://etext.library.adelaide.edu.au/k/kipling/rudyard/kim/>. Acesso em: 1º fev. 2006. Capítulo 12. O parágrafo que menciona a citação segue assim: "[...]*Well is the Game called great! I was four days a scullion at Quetta, waiting on the wife of the man whose book I stole. And that was part of the Great Game! From the South — God knows how far — came up the Mahratta, playing the Great Game in fear of his life. Now I shall go far and far into the North playing the Great Game. Truly, it runs like a shuttle throughout all Hind. And my share and my joy' — he smiled to the darkness— 'I owe to the lama here. Also to Mahbub Ali — also to Creighton Sahib, but chiefly to the Holy One. He is right — a great and a wonderful world — and I am Kim — Kim — Kim — alone — one person — in the middle of it all. But I will see these strangers with their levels and chains* [...]"

e indiana. A Ásia Central, no contexto dessa sua vocação histórica, é a ponte entre toda a rede de estradas comerciais que, desde a Antiguidade remota, uniam o continente asiático ao europeu, hoje conhecidas pelo nome de Rota da Seda. Nos dias atuais, é a rota dos oleodutos e gasodutos que abastecem com bens energéticos a Europa e a China. A Ásia Central, desde tempos imemoriais, também funciona como um laboratório em que se misturam as mais variadas etnias. Seus cinco países compõem espaços nacionais com mais de uma centena de etnias diferentes, que se mesclam, guerreiam e convivem entre si desde tempos imemoriais.

Apenas para registro, vale mencionar que a ocupação da região centro-asiática pelo ser humano começou cem mil anos atrás, no período do Paleolítico Inferior, quando a espécie humana chegou ao sul do Mar Cáspio[10].

A arqueologia moderna confirmou o intenso comércio na área, feito mediante ampla rede de contatos entre as civilizações (restos de produtos persas foram encontrados até em túmulos da Sibéria). Os dados arqueológicos permitem chegar à conclusão de que, por volta de 500 a.C., já existia um vigoroso comércio, por rotas que ligavam desde a Pérsia até a China, através da Ásia Central.

Macedônios e Gregos

Na primavera europeia de 334 a.C., o Rei Alexandre da Macedônia, com um exército de 50 mil homens, atravessou o Helesponto do continente europeu em direção à Ásia Menor com o objetivo inicial de libertar as cidades gregas dominadas pelo Império Persa. Principiou, então, sua viagem de dez anos, que o levaria das costas do Mar Egeu até o Rio Indo. Sua vasta conquista estabeleceu uma ponte entre o mundo Ocidental e o Oriental, atingindo lugares tão remotos naqueles tempos quanto ainda o são nos dias que correm. Os gregos chegaram às Satrapias persas da Margiana, Batriana e Sogdiana, que correspondem,

[10] A expansão humana na região prosseguiu no período do Paleolítico Médio, quando, durante a última grande glaciação, entre 70 mil anos e 40 mil anos atrás, os seres humanos avançaram para o norte, pelas estepes, em busca de caça e de frutos. Finalmente, no período do Paleolítico Superior (entre 40 mil e 10 mil anos atrás), caminharam até o limite da vegetação da tundra, ao norte do continente e, movendo-se ainda em direção ao leste, possivelmente atravessaram o Estreito de Behring para colonizar as Américas.

aproximadamente, aos atuais limites do Turcomenistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e, também, a todo o território do Afeganistão. O exército de Alexandre partiu para a invasão da Ásia composto, sobretudo, por macedônios, gregos e soldados de povos vizinhos da península grega, mas, após poucos anos de marcha, já se constituía de um corpo militar multiétnico, integrado pelos povos subjugados. Como se disse, esta é uma característica dos países da Ásia Central: a mistura de dezenas de etnias. Entre as heranças deste período histórico, devem-se notar não só resquícios linguísticos, arquitetônicos, artísticos e na formação étnica dos povos centro-asiáticos, mas também a transformação dos acampamentos militares gregos em aglomerados urbanos, alguns das quais existem até hoje – como a cidade de Bagram, a 60 km a nordeste de Cabul, no Afeganistão, importante base aérea militar dos Estados Unidos, situada onde antes estava a Alexandria do Cáucaso.[11] (O anexo 6 traz imagens das ruínas da Alexandria do Oxus.). O marco máximo da expansão dos exércitos de Alexandre na Ásia Central foi a Alexandria Eskhatê,[12] a sudoeste do Vale do Fergana, em que ainda aparecem resquícios da muralha de 6 km com tijolos e torres, situada na atual cidade de Khujand, no Tadjiquistão.[13]

[11] Segundo levantamento, os macedônios, os gregos e os demais povos coligados fundaram 24 cidades de grande importância, lugares como a "Alexandria do Oxus", chamada depois de "Eucratidia" e, posteriormente, de "Ai Khanoum", a "Senhora da Lua", em uzbeque. Em suas proximidades há notícia da construção das chamadas "Outras Seis Cidades", ao norte do Rio Oxus, povoadas por prisioneiros de guerra e servos dos macedônios. A "Alexandria da Margiana" é atualmente a importante cidade de Mary, no Turcomenistão, na verdade uma refundação pelo General Cratero, braço direito de Alexandre Magno, de uma povoação persa anterior, no mesmo oásis de Merv.

[12] Em grego moderno: *λεξανδρία σχατη*, isto é, a mais distante Alexandria.

[13] Após a era de Alexandre, seus sucessores criaram os reinos helênicos que sobreviveram até os primeiros anos depois de Cristo. No extremo oriental do Império, os mais notórios destes Estados helênicos foram o Reino Greco-bactriano (250 a 140 a.C.) e o Reino Indo-grego (180 a.C. a 10 d.C.). Invasões vindas dos nômades do leste precipitaram o fim dos reinos gregos orientais na Ásia Central e no Indo Kushi, embora bolsões de populações gregas tenham coexistido ainda por séculos e se assimilado às culturas locais. Entre as tribos invasoras figuram a dos Yuezhi (162 a.C.) e a dos Citas (140 a.C.). O Império Seleucida, fundado em 312 a.C. por um dos sucessores de Alexandre Magno, o General Seleuco, na Babilônia, resistiu por séculos até ser vencido pelos romanos e pelos persas e terminar em 63 d.C. Foi sucedido pelo Império Partia, que durou até 230 d.C. e, mais tarde, pelo Império dos Sassânidas, de 224 d.C. até 651 d.C..

Hordas Mongóis: Hunos

Os hunos eram tribos nômades que habitavam as estepes da Mongólia. Iniciaram sua marcha em direção ao Ocidente por volta do século III. Em meados do século IV, eles chegaram ao norte do Mar Cáspio, mas não prosseguiram, em face da superioridade populacional e militar dos povos da região, os godos. Só se encorajaram a atacar os godos do leste, conhecidos por ostrogodos, quando as tribos dos godos se puseram em marcha contra o Império Romano, diminuindo seus efetivos nas fronteiras orientais. O General ostrogodo Emanarico, em 372 da nossa era, não conseguiu impedir o avanço dos atacantes hunos, e seu povo foi obrigado a se refugiar dentro das fronteiras do Império Romano. Os hunos, então, durante uns 60 anos, ficaram estabelecidos ao norte do Mar Negro e ao nordeste do Império Romano do Oriente. Átila se tornou Rei dos Hunos em 437. Em 447, seu Império já se estendia dos Montes Urais até o Rio Ródano, na França.[14]

Hordas Mongóis: Turcos

Em 552, o povo *gök türk*, oriundo da China e da Mongólia, conquistou a região centro-asiática sob o comando de Mugan Qaghan, que estabeleceu o primeiro Estado turco no território antes ocupado pelos hunos brancos ou heftalitas (que, em 425, haviam se estabelecido na Sogdiana e na Batriana), rapidamente se expandindo pela Ásia Central. Os g*ök türks* originaram-se da tribo *Ashina*, que, mesmo após a queda do Império g*ök türk*, seguiu controlando outras tribos nômades, como o povo *khazar*. É interessante assinalar que muitos khazares se converteram ao judaísmo, e que, no século VII, criaram um Canado independente, no norte do Cáucaso e às margens do Mar Cáspio, onde, por alguns períodos, a religião oficial foi o judaísmo. Outro pormenor curioso: "khazar", em

[14] Os hunos foram derrotados na Batalha dos Campos Catalúnios, na França, em 451, por tropas combinadas do Império Romano, do Rei dos Visigodos, Teodorico I, e de diversos outros povos, pelo General romano nascido na atual cidade de Silistra, na Bulgária, Flavius Aecius. Átila consegue chegar às portas de Roma, mas cedeu em saqueá-la. Retirou-se de volta à sua capital na atual Hungria, onde morreu pouco tempo depois. Em 454, godos, eslavos e povos europeus que sobreviveram aos 70 anos do reinado asiático revoltaram-se contra os Hunos e, na Batalha de Nedao, os derrotam. A derrota empurrou-os de volta ao Oriente, onde se estabeleceram na região do Mar de Azov, até serem destruídos, definitivamente, pelas tribos dos Alanos.

idioma turco; ou "kuzaim", em hebraico; "gazari" ou "cosri", em latim, significa "errante". Aliados dos bizantinos e dos sassânidas, travaram guerras contra os Califados árabes e deram importante contribuição para evitar invasões muçulmanas na Europa Oriental. No século X, entretanto, seu poder foi destruído pelos kievanrus, e os khazares desapareceram para sempre.

A partir do século X, povos turcos originários da Mongólia migraram em direção à China, onde permaneceram até a entronização da Dinastia Song (960 a.D.). A nova dinastia chinesa aprofundou o ideal da superioridade dos chineses sobre outros povos. Os povos turcos foram expulsos do território chinês, mas, em vez de retornarem para a Mongólia, empreenderam uma migração forçada em direção ao oeste. Neste novo movimento migratório, aproximaram-se da dinastia árabe dos abássidas para trabalharem como mercenários do Califa. Com a instituição do cargo de Sultão, os turcos passam a dominar os negócios da corte e conquistam regiões inteiras dentro do mundo islâmico. Em 1071, os turcos invadiram a Anatólia e, enfrentando o Império Bizantino, venceram a Batalha de Manzikert, depois da qual a Ásia Menor caiu, gradativamente, sob seu domínio. O Império Bizantino sobreviveu outros 382 anos, embora sem nunca mais ter tido a mesma força do passado, já que a queda da Anatólia acarretou a perda das planícies das quais o Império retirava não só cavalos, mas também o apoio político da aristocracia rural. A Anatólia tornou-se a nova casa dos povos turcos, a "Turquia", no lugar do "Turquestão" e da Tartária.[15]

Temujin, o Gengis Khan

No século XIII, provavelmente em 1162, nasceu Temujin, na região do Rio Ojon, nas proximidades do Lago Baikal. Tornou-se chefe de seu clã e, por causa de suas várias conquistas, líder de diversas tribos mongóis. Sob seu comando, graças a suas técnicas militares e a sua incrível mobilidade, os guerreiros mongóis eram incansáveis em seu avanço. Em pouquíssimos anos expandiram seu Império da Mongólia até a China, a oriente e, a ocidente, chegaram até a Polônia, a Hungria

[15] FIGUEIREDO, Danilo José. Mongóis: um povo bárbaro (magnífico). *Revista Virtual de História*. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.klepsidra.net>. Acesso em: 10 jun. 2006.

e a Alemanha. Em 1206, uma *Kurultai* (assembleia) dos povos das estepes se reuniu e concedeu a Temujin o título de Gengis Khan, o Príncipe Universal. Mais tarde, após sua morte, recebeu também o título de Khagan, ou Cã dos Cãs. A data marca a criação da Mongólia, que celebrou 800 anos em 2006, evento cuja importância foi reconhecida pela 60ª Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU), exaltada na Resolução 60/16.[16]

A invasão da Ásia Central por Gengis Khan começou pela luta contra o Canado de *Kara Kitan* (ou *Kara Kitai*, 1118 a 1218) e prosseguiu com a destruição total do Império Coresme.[17] Os ataques dos exércitos mongóis foram feitos de forma impiedosa, com técnicas de extermínio sistemático de populações civis, o que valeu para os mongóis a pecha de perseguidores cruéis de seus inimigos, especialmente com os massacres de cidades centro-asiáticas, como Merv e Bocara.

Gengis Khan morreu em 18 de agosto de 1227. Seu império dividiu-se em quatro Canados: o Canado do Grande Cã, ou Grão--Canado; o Canado de Chaghadai, ou Djagatai; o Canado de Kipchak, ou Horda de Ouro, e o Canado da Pérsia, ou Ill-Canado da Pérsia (o Canado dos Cãs submissos ao Grande Cã, na China). O mapa que consta do anexo 1.1 mostra a Eurásia imediatamente antes das invasões mongóis, e o do anexo 1.4 mostra os Canados após a morte de Gengis Khan.

[16] O item 42 da agenda da 60ª Sessão da AGNU adotou a Resolução 60/16 "*Eight hundred years of Mongolian statehood*", em que reconheceu a "riqueza da civilização nômade e sua importante contribuição para promover o diálogo e a interação entre todas as formas de civilização" e "que a civilização nômade influiu, *inter alia*, nas sociedades ao longo da Ásia e da Europa e, em contrapartida, absorveu influências tanto do Ocidente quanto do Oriente, num verdadeiro intercâmbio dos valores humanos". A 60ª AGNU saudou tanto os esforços do governo da Mongólia em defender as tradições e a cultura nômade nas sociedades modernas, quanto às celebrações do 800º aniversário do Estado da Mongólia (documento distribuído em 02/02/ de fevereiro de 2006, pela AGNU).

[17] O Império Khwarezmid, fundado no século XI, foi completamente destruído pelos exércitos de Gengis Khan, em 1221. Estendia-se desde o sul do atual Cazaquistão até o leste do Afeganistão, e englobava grande parte do atual Irã.

O Império de Tamerlão: o último conquistador mongol

> [...] y otrosí el Tamurbec es su nombre propio éste, y no Tamorlan, como nos lo llamamos, ca Tamurbec quiere decir en su propia lengua, tanto como Señor de hierro, ca por Señor dicen ellos Bec, y por hierro Tamur, y Tamorlan es bien contrario del su Señor, ca es nombre que le llaman en denuesto; porque Tamorlan quiere decir tullido, como lo cual él lo era tullido de la una anca derecha, y de los dos dedos pequeños de la mano derecha, de heridas que le fueron dadas robando carneros una noche, según adelante os será más largamente contado [...] Ruy González de Clavijo.[18]

O último grande conquistador mongol foi Tamerlão, também conhecido como Timur. Nasceu próximo a Samarcanda, provavelmente em 1336, e morreu em 18 ou 19 de fevereiro de 1405, em Otrar, perto de Chimkent, no Cazaquistão (anexo 2), quando comandava seu exército para invadir a China. Por causa da necessidade de pertencer a uma linhagem de Gengis Khan, Tamerlão atribuiu-se ser descendente do Cã dos Cãs para firmar uma liderança legítima sobre o vasto território que conquistou pela força. Igualmente, dizia-se descendente de Ali, sendo, portanto, um muçulmano de rito Xiita. Consolidou seu poder em 35 anos de guerras, ao tomar as regiões da Ásia Central, Pérsia, Afeganistão, Turquia, Iraque, Coveite, Síria e o Norte da Índia. Em suas campanhas, Timur massacrou as populações de várias cidades e países que conquistou. Ele próprio escreveu haver mandado matar cem mil idólatras indus do Sultanato de Delhi, ao vencer a cidade, em 17 de dezembro de 1398, além de haver mandado matar cerca de 20 mil pessoas em Bagdá – os habitantes de Alepo e os de Damasco, exceto os artesãos, deportados para Samarcanda. Era um patrono das artes, motivo pelo qual poupou artistas de suas atrocidades e mandou erigir monumentos de grande valor arquitetônico. Seus descendentes vieram a constituir a dinastia reinante do Império Mogol, na atual Índia. Hoje, Timur é saudado como o herói nacional do Uzbequistão.

[18] CLAVIJO, Ruy González de. Vida y hazañas del Gran Tamorlán, con la descripción de las tierras de su imperio y señorío. *Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes*, Escrita por volta de 1406. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com>. Acesso em: 30 jun. 2006.

Uma breve história do islamismo na Ásia Central

Outra característica herdada do passado remoto dos atuais países da Ásia Central diz respeito à profissão de fé da maioria dos seus 60 milhões de habitantes, o islamismo de rito sunita. O avanço do Islã na Ásia Central pode ser dividido em duas fases. A primeira, das invasões árabes, começou em 649 a.D., por um exército comandado por Usman, e durou até 715 a.D., com a morte de Qutayba ibn Muslin, responsável pela infiltração árabe pela região. A segunda fase, de conversões para o islamismo, ocorreu pouco após aquele primeiro período e durou até o século X, quando o Islã se tornou a religião dominante. As conversões dos povos das estepes ao Islã, no entanto, só vieram a acontecer bem mais tarde, já em meados do século XIX.

As invasões árabes[19] foram feitas a partir de duas frentes, que se seguiram à derrota do exército real persa na batalha de Nahavand, em 642, contra o último Rei da dinastia dos Sassânidas, Yasdgerd III. Malgrado a pequena resistência dos persas, um flanco árabe, comandado pelo Governador de Kufa, As'id ibn al-As, avançou até a região de Coração. Outro flanco do exército avançou até Merv, sob o comando do Governador de Basra, Abdullah ibn Amir. Este último estabeleceu um domínio árabe na região até 656, quando a instabilidade política do Califado de Ali levou os árabes a se retirarem. Mais tarde, os árabes reconquistaram Coração e estenderam seus domínios às cidades de Herat e de Balkh, no Afeganistão. O sucessor de Abdullah ibn Amir foi Ziad ibn Abi Sufiyan, que, a partir de 664, conquistou sistematicamente as regiões ao norte do Rio Oxus até o Reino de Coresme. Para garantir o controle da região, milhares de habitantes de Basra e Kufa foram enviados para colonizar Coração. Embora os exércitos árabes tenham avançado com sucesso até Bocara, a dominação das cidades-oásis da região foi finalizada sob Qutayba ibn Muslim, em expedições realizadas entre 706 e 709, que conquistaram Samarcanda e consolidaram o reino árabe no vale do Rio Oxus, em torno de 712.

A segunda fase da investida islâmica na Ásia Central deveu-se ao avanço dos mercadores muçulmanos ao longo das Rotas da Seda. No

[19] HAGHAYEGHI, Mehrdad. *Islam and Politics in Central Asia*. New York: St. Martin's Press, 1996. p. 71 e seguintes.

princípio do século XIII, coincidindo com a invasão mongol, "progressos substanciais foram realizados na região das estepes e nas montanhas quirguizes".[20] No entanto, as conversões nas tribos nômades e nos povos tribais, não urbanos, não obtiveram muito sucesso. Nos séculos XV e XVI, missionários sufi buscaram islamizar aquelas tribos, também sem grande êxito. Mais para o fim do regime czarista, mercadores uzbeques procuraram levar o Islã aos povos da estepe, mas, ao mesmo tempo, no século XIX, houve o surgimento e a popularização de correntes seculares, movimentos intelectuais cazaques, de caráter leigo, sobretudo pela ação de intelectuais como Chokan Valikhanov,[21] Ibrahim Altynsarin[22] e Abai Kunanbai Uli,[23] que diminuíram o avanço da fé islâmica. O Professor Haghayeghi informa que o Islã se fez presente na Ásia Central mais como estilo de vida do que como religião, de maneira que houve a assimilação da lei canônica (a *shariah*), do direito costumeiro (a *adat*) e mesmo do uso da escrita árabe. Ainda assim, os povos da estepe mantiveram por séculos suas crenças xamanísticas. Este tipo de desenvolvimento fortaleceu o islamismo como cultura, criando uma orientação qualitativamente diversa do islamismo na Ásia Central em relação ao resto do mundo. Ademais, a forma de administração colonial do Califado dos Abássidas, que abandonou o jugo árabe direto sobre a região, permitiu que se abrisse caminho para o surgimento de dinastias não árabes, de origem turca ou persa, facilitando o amálgama de tradições islâmicas e não islâmicas. Samarcanda e Bocara acabaram por se tornar alguns dos mais importantes centros da civilização islâmica no mundo, suficientemente poderosas para resistir e assimilar a cultura dos diversos conquistadores tribais e dos invasores de origens mongóis e turcas, até o advento do avanço da Rússia imperial no século XVI.

O Grande Jogo do século XIX

A luta entre ingleses e russos pelo controle e domínio da Ásia Central, ao longo do século XIX, foi uma grande contenda, o *Great Game*, como

[20] *Ibidem*. p. 75.

[21] Chokan Valikhanov (1835-1865), primeiro educador cazaque.

[22] Ibrahim Altynsarin (1841-1889) desenvolveu um alfabeto cazaque inspirado no cirílico, organizou a educação pública e fez os primeiros livros didáticos cazaques.

[23] Abai Kunanbai Uli (1845-1904), poeta, tradutor e criador da língua cazaque literária.

foi chamada pelos ingleses, ou o Torneio das Sombras, como a ela se referiam os russos. De um lado, o Império Britânico, a grande potência da época, preocupado com o incoercível avanço da Rússia dos Tzares, primeiro em direção ao Cáucaso, ameaçando o controle dos estreitos turcos e, depois, em direção ao sul, na crença de uma ameaça à maior joia da coroa britânica, a Índia. De outro lado, o Império da Rússia, que, depois de longa e encarniçada luta, vencera militarmente a resistência e acabara de incorporar a seu território os Estados do Cáucaso, com vistas a garantir o acesso a portos quentes e ao Mar Mediterrâneo. Após os vitoriosos avanços sobre o Cáucaso, São Petersburgo expandia suas incursões para o leste, na direção dos antigos Canados muçulmanos da Ásia Central.

Os temores ingleses tinham fundamento: durante os quatro séculos anteriores, a Rússia aumentou seu domínio territorial em direção oriente na razão de cerca de 90 km por dia, ou seja, mais ou menos 3.800 km por ano, conquistando a Sibéria e chegando até as costas do Oceano Pacífico. No começo do século XIX, a distância das fronteiras dos dois Impérios na Ásia era de cerca de 2.000 km, com os desertos e as montanhas ainda não cartografadas entre eles. Já no fim daquele período, a distância encurtou-se para poucas centenas de quilômetros e, em certos lugares, como na região do Pamir, para não mais do que uns 20 km. Em 1865, os russos conquistaram a grande cidade murada de Tashkent, em seguida, a de Chimkent; três anos depois, as cidades de Samarcanda e Bocara e, cinco anos mais tarde, o Canado de Khiva. Khujand foi incorporada em 1876 e, em 1886, incluída na jurisdição do Governador-Geral do Turcomenistão, com o nome de Fergana. Por último, a região dos turcomenos foi absorvida entre 1884 e 1885. Os Cãs continuaram no poder em seus principados, ainda que nominalmente, até a absorção final do Canado de Bocara pelos bolcheviques, em pleno século XX, em 1920.

A cidade de Bocara, no Uzbequistão, viveu grandes dramas no século XIX. Peter Hopkirk[24] recorda que, "nas entranhas desta antiquíssima cidade, num em um fosso escuro, infestado de vermes e animais rasteiros", ficaram aprisionados o Tenente Arthur Connoly e o Coronel Charles Stoddart, antes de serem executados em junho de 1842, acusados de espionagem. Foi o Tenente Connoly quem cunhou a expressão "*The*

[24] HOPKIRK, Peter. *The Great Game*: the Struggle for Empire in Central Asia. New York: Kodansha America, Inc., 1992.

Great Game", em uma numa carta dirigida à sua irmã, muito embora o termo tenha sido imortalizado pelo prêmio Nobel de literatura, Joseph Rudyard Kipling, na novela *Kim*, de 1901, anos mais tarde. ("[...] *Now, I shall go far and far into North, playing the Great Game* [...]")[25] A obra de Hopkirk descreve os acontecimentos do *Great Game*, fala das lutas pelo domínio da região e de como o interesse comercial inglês da Companhia das Índias Orientais se impunha até mesmo sobre as considerações de poder e influência do próprio país.

Para a outra potência que jogava o Grande Jogo, a Rússia, a obra de Hopkirk registra que a Ásia Central era importante por diversas razões. Primeiramente, a região era fornecedora de matérias-primas essenciais para os estoques internos e para a manufatura russos, gado, produtos agrícolas, minerais, carvão, madeiras e, com crescente relevância para a indústria, a produção de algodão. Aliás, a falta deste produto nos mercados internacionais, por causa da Guerra Civil norte-americana (1861-1865), levou os russos a expandir sua produção na Ásia Central para o mercado interno e para fins de comércio internacional. Em segundo lugar, com o jogo, a região novamente assumia seu caráter histórico de ser estrategicamente importante: a ideia de absorver terras para a Rússia, em competição com a Inglaterra, ganhou relevo. Como a Rússia não tinha colônias, ganhava novos mercados com a expansão dos seus domínios pelas estepes do Cazaquistão e no Turquestão.[26] Para a Rússia, os territórios conquistados organizavam-se politicamente em duas entidades administrativas, o Território das Estepes e, pelo decreto imperial de 11/07/ de julho de 1867, a Governadoria Geral do Turquestão. Somente pelo acordo de fronteiras de 1895, a Inglaterra e a Rússia chegaram a um entendimento pelo qual São Petersburgo reteria seus territórios centro-asiáticos, e a Inglaterra, os atuais territórios do Paquistão e da Índia, sendo o Afeganistão um Estado-tampão, neutro, entre as duas potências, apesar da forte influência britânica.

[25] KIPPLING, op. cit.

[26] O termo "Tartária" antecede, cronologicamente, a utilização da palavra "Turquestão", que passou a ser usada a partir do século XIX. Nos séculos XVII e XVIII, na Europa, a "Tartária" designava os vastos territórios localizados no centro do continente asiático. A designação "Turquestão" – literalmente "país dos turcos", em persa – impôs-se durante o período czarista e foi muito utilizada até a Primeira Grande Guerra.

O período soviético

Os 70 anos do domínio soviético na Ásia Central deixaram grande herança histórica para as sociedades da região, ao trazer novos elementos para a sua formação social. Em síntese, esta herança histórica pode ser analisada em três categorias: 1) a política; 2) a econômica, e 3) a social e cultural.[27]

A herança política deriva do domínio soviético *de jure* da região, a partir de 1924. Porém, já em 1922, o General Frunze, do exército vermelho, conseguiu subjugar a oposição do exército branco e dos movimentos nacionalistas centro-asiáticos ao regime de Moscou. O Turquestão e as estepes cazaques foram divididos em repúblicas soviéticas após a incontestável vitória sobre a resistência da região que não aceitava o Socialismo de Estado. No poder, o Partido Comunista passa a adotar a política de impor a "nativização" dos seus quadros no Turquestão. Moscou considerava que trazer muçulmanos para dentro do Partido seria um modo de incluir fidelidades de classe, e não mais as tradicionais fidelidades grupais e religiosas. A política em curso aumentou o número de membros dos PCs nativos, de 8% para 38%, no Cazaquistão, em 1928, e para 40%, no Uzbequistão, em 1927. Jovens centro-asiáticos, como a Juventude de Bocara, filiaram-se ao Partido Comunista numa em uma tentativa de garantir que o interesse nacional ficasse protegido e que a soberania soviética não fosse apenas uma nova dominação da Rússia. Daí ressurgiram ideias pantúrquicas, defendidas por Turur Ryskulov, e de um Comunismo Nacional, cujo expoente máximo foi Mir Said Sultan Galiev. A política de coletivizações forçadas de Moscou, no entanto, demonstrou que nacionalismo e sovietismo não poderiam mais se combinar. A tensão entre as elites locais e o centro administrativo terminou tragicamente com os expurgos de Stalin, que dizimaram as elites e seus expoentes, como o próprio Galiev. Para se ter uma ideia da brutalidade dos expurgos, no Tadjiquistão, em 1933, havia 14.329 membros do PC; dois anos depois, apenas 4.791 filiados.[28] Mesmo as elites russas da região não estavam a salvo, como o Primeiro-Secretário do Partido Comunista cazaque, Goloshchekin, condenado à morte por

[27] ANDERSON, John. *The International Politics of Central Asia* (Regional International Politics Series). Glasgow: Manchester University Press, ago, 1997.
[28] ANDERSON, John. op. cit. p.34 e seguintes.

fuzilamento. Justo ele, que levara a ordem de execução dos Romanov aos executores da família imperial.

No período soviético, a região centro-asiática foi uma espécie de destino de exílio de dissidentes políticos. Com efeito, durante a Segunda Guerra Mundial, Stálin deportou grupos étnicos inteiros para a região, como os chechenos, tártaros da Crimeia e alemães do Volga, suspeitos de serem simpáticos ao nazismo. Além destes, coreanos, que habitavam próximo à fronteira da Península da Coreia, também foram deslocados para a Ásia Central nos anos 1950. Os anos 1980 testemunharam a criação de campos de detenção do sistema *Gulag*. Os campos localizavam-se nas regiões ocidentais do Cazaquistão, Uzbequistão e Turcomenistão, em torno do Mar de Aral, e detiveram milhares de prisioneiros políticos.

A herança histórica soviética no terreno da economia da Ásia Central começou em 1929, pela coletivização e sedentarização forçada dos nômades cazaques, a sovietização dos *Auls*, maneira estalinista de conhecer e controlar as populações dentro do imenso território da URSS. Ao tentar fixá-las a um território, Moscou decidiu extinguir o poder familiar e dos clãs a um custo desumano de, pelo menos, um milhão de mortes. O declínio dos rebanhos locais foi tal que só se recuperou nos anos 1960. No que diz respeito à industrialização, nos primórdios da era soviética, havia a manufatura algodeira e a artesanal. A industrialização foi estimulada durante a Segunda Guerra Mundial, com o deslocamento da indústria soviética para lugares mais seguros, além dos Montes Urais, e os planejadores da economia perceberam a importância, no esforço de guerra, das riquezas da região, como o petróleo, gás e algum carvão. Após a chamada Grande Guerra Patriótica, a principal indústria da região continuou sendo a do algodão, apesar dos graves problemas ambientais e de saúde pública que a atividade gerou, pelo uso abusivo de fertilizantes químicos e pela escassa água da região.[29] Na era de Brezhnev, nos anos 1970, alguns grandes projetos industriais foram iniciados, como o Complexo de Produção Territorial do Sul do Tadjiquistão, que incluía a criação de uma enorme indústria produtora de alumínio e a estação hidroelétrica de Nurek.

No que se refere às questões sociais e culturais, a herança história do período soviético deriva, primeiramente, do maior ou menor grau de

[29] Idem. p.40 e seguintes.

sovietização do Turquestão, de acordo com o avanço das políticas públicas de Moscou, tais como a abolição de cortes jurídicas tradicionais, em 1927, o que impôs o Direito socialista na região. Houve modernizações por parte dos comunistas para buscar romper com o tradicionalismo da região, como a extinção do instituto do dote e da poligamia. Essas políticas também pretendiam a valorização da mulher – houve, neste sentido, a campanha *khudzhum* (avanço), em que nove mil véus de mulheres uzbeques foram abandonados por elas e queimados em grandes cerimônias. A campanha teria sido um sucesso, mas a condição feminina mudou pouco naquele período, porque houve forte reação dos conservadores. Os expurgos em massa do período estalinista praticamente exterminaram as elites da região, e, de certa forma, tal fato acabou por ter importância na adoção de costumes menos rígidos para o gênero feminino em sociedades com raízes muçulmanas fortes.

Entre as modernizações que o período soviético impôs na Ásia Central, figura a educação ampla das suas populações, sobretudo a partir da necessidade de formar novos quadros para o partido comunista, dizimados pelos expurgos. Essa situação implicou a formação em áreas estritamente técnicas de muitos cidadãos centro-asiáticos, em escolas e em faculdades da URSS não muçulmana. O elevado índice de alfabetização que hoje se registra nas repúblicas da Ásia Central é um indicador social importante, que empresta um caráter especial às populações da região quando comparadas com outras. Isso não significa que a administração soviética tenha sido exitosa em outros aspectos sociais: como se verá adiante, questões como a mortalidade infantil ainda apresentam índices muito abaixo do ótimo em alguns países da área, por exemplo.

Algumas observações possíveis sobre a influência da história na política externa da Ásia Central

Desde o passado mais remoto da Ásia Central, a multiplicidade dos seus conquistadores fez surgir enorme quantidade de culturas, línguas e etnias na região, o que lhe confere um espírito multifacetário único e relevante, e é instrumental para explicar, ao menos de forma parcial, o caráter de sua gente e, em consequência, muito de suas políticas interna e externa atuais. A análise e compreensão destes fatores são necessárias

para entender e pôr em perspectiva os países da região em relação ao resto da comunidade internacional.

Em primeiro lugar, é preciso notar o intenso trânsito das populações. No curso da história, a Ásia Central foi visitada não só por dignatários investidos da autoridade dos imperadores da China, por comerciantes e representantes de Cidades-Estados, como Marco Polo, ou de países distantes geográfica e culturalmente – desde Ruy Gonzáles de Clavijo, Embaixador do Rei Dom Enrique III, de Castela e Leão, até a corte de Tamerlão –, mas também por inúmeros nômades e homens comuns de várias partes. Estas visitas periódicas indicariam, nos dias de hoje, uma tradição de centralizar decisões nos escalões superiores de administração, um modo de agir muito verticalizado dos processos decisórios na direção das mais altas lideranças dos países centro-asiáticos, fato agravado ainda mais pelo regime soviético. Na política externa daqueles países não existe uma delegação de poder clara. No Turcomenistão, por exemplo, nada parece se decidir sem que o próprio Ministro de Estado seja consultado. Durante a pesquisa, foi encontrado um termo altamente significativo da cultura centro-asiática: *hurmat*, que significa deferência e respeito. Trata-se de um vocábulo que expressa o sentido histórico de respeito à autoridade, aos idosos, aos chefes tribais e clânicos, enfim, àqueles que detêm o poder político mais alto.

Isso poderia se confundir, para os conceitos ocidentais, com a noção de autoritarismo, porque, enquanto no Ocidente o poder deve ser impessoal, na Ásia Central, ele é extremamente personalizado. A política externa dos países da região segue uma linha geralmente inflexível de atuação, com muito pouca margem de manobra, salvo se os níveis mais elevados da hierarquia permitirem alguma concessão. A negociação de textos de acordos entre o Brasil e o Cazaquistão, por ocasião da visita do Presidente Nazarbayev ao País, em 2007, constituem exemplo bastante expressivo neste sentido. Os textos foram de difícil conclusão pela pertinácia dos negociadores, sempre necessitados da palavra superior para fazer qualquer concessão aos textos, ainda que vocabular. Algo semelhante ocorreu na visita do Presidente Karimov.

A notável mistura de etnias da Ásia Central, provavelmente, não encontra paralelo em outras regiões do planeta. As autoridades cazaques, por exemplo, têm verdadeiro orgulho, que não deixam de manifestar, da capacidade de entendimento e aceitação da diversidade de seu país,

e tomam isso como um dado relevante de suas diretrizes e princípios de política exterior. Há 42 grupos linguísticos, e mais de cem etnias e religiões convivendo pacificamente no Cazaquistão. Este fato faz parte do discurso oficial da política externa cazaque, que, com ênfase, apresenta ao mundo a pacífica coexistência, num mesmo território, de tantos povos.

Realizou-se, assim, por iniciativa cazaque, a 1ª Conferência Mundial sobre Tolerância Religiosa, que reuniu diversos especialistas e líderes de várias denominações religiosas e Estados, com o objetivo de discutir a aproximação das religiões e a tolerância no convívio delas. Outro exemplo neste sentido são as conferências de medidas de construção de confiança na Ásia (Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Central Asia – Cica). Esta última iniciativa, proposta em 1992, realizou sua primeira Cúpula em 04 de junho de 2002, em Almaty. A segunda Cúpula da Cica aconteceu na capital cazaque, em 17 de junho de 2006, com a participação dos chefes de Estado ou de Governo da Rússia, Afeganistão, Tadjiquistão, Paquistão, Azerbaijão, Uzbequistão, China, República Qurguiz, Tailândia e Turquia, e de representantes da Mongólia, Irã, Palestina, Índia, Egito, Coreia do Sul e Israel, além do anfitrião. Em uma região do mundo em que há conflitos ainda não resolvidos (Afeganistão) e potencial para desestabilização em nível continental e mesmo mundial (a proximidade da região do programa nuclear iraniano e a presença dos grupos extremistas em fronteiras muito porosas), e que, além de tudo, não está totalmente coberta por sistemas internacionais de segurança, a Cica pode representar uma oportunidade para a discussão de tal sistema, segundo seus participantes.

A política externa turcomena adota o princípio de neutralidade absoluta do seu governo. O Turcomenistão é um Estado que privilegia o isolamento voluntário do mundo, como faziam os antigos Canados de Shiva e o de Bocara, que resistiram às tentativas de aproximação de seus vizinhos e ao avanço da Rússia e da Inglaterra, a ponto de, somente após a Revolução bolchevique, incorporar-se de forma definitiva no seio da União Soviética. Não se pode ignorar que o governo turcomeno, desde a sua independência, em 1991, buscou manter este isolamento, pelo menos até a morte do Presidente Nyazov, em dezembro de 2006. Trata-se de uma maneira bastante cômoda de evitar críticas da comunidade internacional às políticas domésticas do finado Chefe de Estado, que exigia ser chamado de *Turkmenbashi*:

Líder dos Turcomenos, em uma tradução aparentemente mais correta do que a consagrada Pai do Turcomenos.

A era soviética foi o momento em que acabou o nomadismo centro-asiático: os dirigentes da URSS precisavam saber a localização de suas populações no imenso território que controlavam. A China, ali ao lado, também não era considerada amiga, e a Ásia Central tinha o valor de tampão dos dois gigantescos países. Para tanto, a URSS precisava criar uma realidade política, não deixar a terra abandonada a sua sorte, por isso, o Estado tinha que ser presente, até para contrarrestar eventuais veleidades irredentistas em uma região de defesa às portas da China. Assim, o desenvolvimento econômico criado pelas autoridades de Moscou foi quase artificial, como bem demonstra o recuo econômico naqueles cinco países, quando os soviéticos se retiraram, mas se impunha para a própria defesa da União.

Naturalmente, nenhuma política externa é simplista a ponto de ser resultado apenas de uma ou outra causa, como: a mediterraneidade da Ásia Central, um vetor específico apenas; a vizinhança de duas grandes potências, a Rússia e a China, uma realidade política única; o processo de independência particular, ou da herança histórica mais antiga ou mais recentemente marcante, como a soviética. Pretende-se, entretanto, arguir que não se deve ignorar a importância da história, mesmo a mais remota, na formação dos homens que formulam a política externa dos cinco países. É possível mesmo afirmar ser extremamente relevante para esta tese o estudo da evolução histórica da região centro-asiática, porque os traços de tão longa e variada vivência cultural servirão para determinar os princípios que norteiam a política externa dos *core States*, neste novo milênio. Além disto, a maior relevância desse passado, remoto ou não, e sua influência hoje para a Ásia Central, representam a potencialidade de projetar o próprio futuro da formulação das diretrizes da política externa dos países da Ásia Central.

Capítulo 3

O processo da independência dos países da região centro-asiática: República Quirguiz, Tadjiquistão, Cazaquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Os países, caso a caso. Como surgem os novos países e o nacionalismo?

> Tudo a que dediquei minha vida se destruiu
> Marechal Serguei Akhromeiev, assessor militar de Gorbatchov que apoiou o fracassado golpe conservador de agosto de 1991, no bilhete de seu suicídio.

A história é bem conhecida. Em meados de 1985, o Presidente da URSS, Mikhail Gorbatchov, lançou suas bandeiras políticas – a *Perestroika* (reformas econômicas) e a *Glasnost* (transparência na política) – que, acreditava, viriam a fortalecer o sistema socialista. Nas palavras do Embaixador Boris Pankin, último Ministro dos Negócios Exteriores da URSS: "[...] *When Gorbachev launched his reforms in 1985 he thought that he was strengthening the socialist system to which he remained faithful for all of one night after his return from captivity in Foros* [...]"[30]

Com vistas a obter apoios para suas reformas e acelerá-las, Gorbachov anunciou mudanças no 19º Congresso do Partido Comunista da URSS. Houve, em seguida, eleições para o Congresso dos Deputados do Povo (março de 1989), quando muitos comunistas deixaram de ser eleitos. Um processo de descentralização começou a ficar mais evidente, sobretudo nos países bálticos, e uma verdadeira guerra de legislações

[30] *The Moscow Times*, ed. 17/08/2001, nº 2.264. p.8.

teve início, com parlamentos locais passando leis que conflitavam com a legislação central. No fim de 1989, o processo de descentralização política se acelerou, com o rompimento do Partido da Lituânia, o que significou o fim da hegemonia do Partido Comunista da URSS. Em fevereiro de 1990, Gorbachov anunciou ao Pleno do Comitê Central que era necessário negociar um novo Tratado de União, para resgatar a URSS, tendo se formado um comitê para redigir o texto. Muitas repúblicas aproveitaram o momento para fazer declarações de soberania. A proposta do novo Tratado foi aprovada pelo Soviete Supremo e encaminhada ao Congresso dos Deputados do Povo em dezembro de 1990. Houve a oposição de muitos deputados (a delegação da Estônia abandonou o Congresso no primeiro dia, em protesto contra o texto). Gorbachov procurou ganhar tempo e convocou um referendo popular (em 17 de março de 1991) para respaldar a proposta de novo Tratado. Em junho de 1991, registre-se, Boris Yeltsin foi eleito Presidente da República Socialista Soviética da Rússia.

As políticas de Gorbatchov acabaram por determinar a reação de muitos membros da mais alta hierarquia do regime soviético que, inspirados pelo Presidente do Soviete Supremo, Anatoly Lukianov, desfecharam a tentativa de um Golpe de Estado, em 19 de agosto de 1991, para destituir o Presidente, formar um Comitê pelo Estado de Emergência e conduzir o país de volta a um Estado conservador. Entre as muitas e extremamente relevantes consequências do frustrado Golpe de Estado contra o Presidente Mikhail Gorbatchov, figuram:

- a incoercível desintegração da URSS, que o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, em seu discurso sobre o Estado da União, de 2005, chamou de "a maior catástrofe geopolítica do século XX";
- o surgimento de novos países no Báltico, no Cáucaso, nas fronteiras europeias e na região da Ásia Central, especificamente, nos antigos territórios da URSS, atualmente abrangidos pelo Cazaquistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e pela República Quirguiz;
- a grande crise econômica, que se arrastou por pelo menos cinco anos na Rússia e em outras repúblicas; a ex-superpotência perdeu influência política e poder econômico e militar, enquanto os Estados Unidos fortaleceram-se;

- o aparecimento da intensa competição pelo controle dos vastos recursos energéticos da região do Cáucaso e da Ásia Central, sobretudo petróleo e gás – inaugurando um novo episódio no *Great Game* pelo domínio da Eurásia.

Os conspiradores eram membros eminentes do governo soviético. O Marechal Serguei Akhromeiev foi Chefe do Estado-Maior Conjunto da URSS e assessorava militarmente o Presidente Gorbatchov. Com o fracasso do golpe, Akhromeiev, um dos poucos cidadãos a ostentarem o título de Herói da União Soviética, cometeu suicídio e deixou, em seu bilhete de despedida, as dramáticas palavras citadas no início deste capítulo. O Ministro do Interior da URSS, Boris Pugo, igualmente, chegou ao gesto extremo, diante do fracasso do movimento. Os suicídios dos dois hierarcas não bastaram para contrapor o colapso da União Soviética e seu término, e constituíram um episódio a mais da transição para um mundo novo onde aqueles homens não encontravam lugar. O mundo bipolar que os dois personagens conheciam deixava de existir.

O processo da independência dos países da região centro-asiática: República Quirguiz, Tadjiquistão, Cazaquistão, Turcomenistão e Uzbequistão

Por vários meses, após o seu retorno ao poder depois do *Putsch*, um Gorbatchov enfraquecido politicamente fez vãs tentativas de restaurar a estabilidade das instituições da URSS. Entretanto, em setembro de 1991, a independência da Estônia e da Letônia (a Lituânia já havia declarado sua independência em 11 de março de 1990) foi reconhecida pela própria URSS, pelos Estados Unidos e por alguns outros Estados ocidentais. Os acontecimentos se precipitaram: em 08 de dezembro de 1991, Yeltsin e os líderes de Belarus, Stanislav Shushkevich, e da Ucrânia, Leonid Krauchuk, reuniram-se em Minsk e criaram a CEI, mediante o chamado Acordo de Belaya Vezha, anulando o Tratado de União, de 1922, que fundara a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A declaração de Minsk tomou de surpresa os líderes dos países da Ásia Central, embora o cazaque Nazarbayev tenha declarado que recebeu um convite para participar da reunião, mas que o convite havia chegado tarde. Em entrevista de maio de 1992 ao jornal

Nezavisimaia Gazeta, Nazarbayev disse que recebeu um telefonema de Yeltsin convidando-o a participar da CIS, e que recusou, porque havia a impressão de que a CIS era uma nova união eslava, o que deixava os países muçulmanos da Ásia Central na posição de criar uma confederação asiática. Então, a convite de Nyiazov, os cinco se reúnem em Ashgabat, em 13 de dezembro de 1991, e decidem continuar a fazer parte de uma união, desde que como membros fundadores, fato aceito por Yeltsin.

Em 21 de dezembro de 1991, em Alma-Ata, houve outra cerimônia para receber a adesão dos cinco países da Ásia Central, além da Armênia e do Azerbaijão. A Geórgia só aderiu à CEI em 1993. Os países bálticos jamais aderiram e, em 29 de março de 2004, associaram-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Em 25 de dezembro de 1991, Gorbachev anunciou sua renúncia pela televisão russa ("Caros compatriotas e concidadãos, em razão da situação criada pela formação da Comunidade de Estados Independentes, dou por encerradas minhas funções de Presidente da URSS [...] Deixo meu posto com inquietação, mas também com esperança [...]"), e Boris Yeltsin tornou-se o Presidente da Rússia, reconhecida como o maior Estado Sucessor da URSS.

O quadro econômico vigente na URSS, no período que antecede os movimentos de independência, completava a situação de deterioração que o país vivenciava de maneira intensa nos últimos anos. No princípio de 1991, a URSS precisava lidar com uma dívida externa de 60 bilhões de dólares, e medidas impopulares deveriam ser adotadas (por exemplo, aumentos de preços), com vistas à estabilidade da economia. Em janeiro daquele ano foi necessário grande esforço político do Governo de Moscou para chegar a um acordo sobre o orçamento da União na Duma. De acordo com Gorbachev, o fracasso nas negociações sobre os valores do orçamento levariam à iminência do colapso dos sistemas produtivo e distributivo do país. A questão se exaltava com a reclamação da República da Rússia de que os recursos para seu próprio desenvolvimento eram muito divididos com as demais repúblicas, já que a Rússia contribuía com cerca de 80 a 85% dos recursos para o orçamento da união.

Os países, caso a caso

República Quirguiz

A República Socialista Soviética da Quirguízia foi estabelecida em dezembro de 1936. Possuidora de uma antiga cultura, de que é exemplo a trilogia épica *Manas*, de mais de mil anos, tinha uma tradição agrícola e pastoril. No entanto, no começo da dominação soviética, muitas terras de cultivo situadas no Vale de Fergana foram apropriadas pelo governo e entregues a outras etnias, sobretudo a uzbeques. Dada a existência de espaços para cultivos nas montanhas, isso não se constituiu num em um problema social até que os grandes programas de irrigação da URSS, no Vale do Fergana, nos anos 1960 e 1970, não mais deixaram terras disponíveis para o pastoreio dos quirguizes. No princípio da década de 1990, a situação econômica e o antagonismo das populações uzbeque e quirguiz provocaram os levantes populares no Vale do Fergana e nas regiões ao sul do país.

Em termos políticos, como em todas as ex-repúblicas soviéticas, a democratização começou em março de 1989, com as eleições para os deputados do povo do partido comunista da URSS. As eleições parlamentares da república foram em fevereiro de 1990, quando 80% dos eleitos eram membros do partido comunista local. O novo parlamento se reuniu indicando Masaliev como novo Presidente do Soviete Supremo. Entretanto, os levantes no país contribuíram para desacreditar a liderança do partido local. A oposição promoveu passeatas, que levaram a uma sessão extraordinária do Soviete Supremo, em outubro de 1990, exigindo a declaração de soberania e o estabelecimento do sistema presidencial para governar o país. Para surpresa dos conservadores, o Parlamento não deu maioria para a candidatura de Absamat Masaliev (no poder desde 1985, após o afastamento de Turkdakun Usubaliev, que governou de 1965 a 1985). Houve alguns escrutínios, sem que os candidatos obtivessem maioria, até que, em 27 de outubro de 1990, Askar Akayev, Presidente da Academia de Ciências Quirguiz, emergiu, depois da quarta rodada, como o primeiro Presidente da República. Em 31 de agosto de 1991, o Parlamento da Quirguízia declarou a independência do país e anunciou a convocação de eleições presidenciais para outubro. Logo depois, surgiram disputas territoriais com o Tadjiquistão (no Vale de Isfar) e

com o Uzbequistão. O país foi objeto de vários ataques de terroristas muçulmanos radicados no Tadjiquistão, no Uzbequistão e no Afeganistão.

Entre as antigas repúblicas soviéticas, a República Quirguiz foi uma das que experimentaram maior declínio econômico após a independência. A indústria local, criada para servir ao complexo industrial-militar soviético, sofreu pesadamente quando a demanda deixou de existir.

Como se viu, o ex-Presidente Askar Akayev não foi, na época soviética, líder do Partido Comunista ou do Governo regional, tendo sido eleito graças à reputação de cientista proeminente e presidente da Academia de Ciências da República. Isso explica por que a República Quirguiz não adotou, de imediato, o modelo despótico oriental, típico de seus vizinhos, e alcançou, no Ocidente, a qualificação de "vitrine da democracia na Ásia Central". Akayev fez reformas econômicas com base nas recomendações do FMI e do Banco Mundial. Foram privatizadas empresas industriais, e as minas de ouro passaram a ser controladas pelos investidores estrangeiros. A inflação caiu, o PIB começou a crescer, e o país logrou ser o primeiro no espaço pós-soviético a ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC). Todavia, não foram implementadas mudanças significativas após as privatizações, e as empresas estatais ineficientes continuaram a onerar a economia. A corrupção generalizada contribuiu para agravar a situação e anular os efeitos das reformas ensaiadas pelo Governo Akayev, fatos que, em última instância, foram determinantes para o endurecimento do regime e sua posterior queda no episódio da Revolução das Tulipas.

Tadjiquistão

A República Soviética Socialista do Tadjiquistão foi criada em 1929. De maneira geral, sua economia era majoritariamente agrícola no período soviético, sendo o setor responsável por 38% da produção e 48% dos empregos do país. Com exceção da grande fábrica de alumínio próxima da capital Duschanbe, o resto da indústria da região sul era composta de pequenas fábricas de limpeza do algodão, de baixa tecnologia, e de processamento de alimentos, em contraste com o norte, onde funcionava o centro administrativo de indústrias metalúrgicas, tanto tadjiques, quanto do leste do Uzbequistão, além de uma fábrica de processamento de urânio em Chkalovsk. O Tadjiquistão era um lugar considerado distante,

com belas paisagens montanhosas e um estilo de vida próprio. Como o tadjique é a língua dominante, sempre teve uma identidade nacional e cultural mais marcante do que a dos demais Estados da Ásia Central. Deste modo, Moscou pouco interveio no país. A propósito, vale o registro de que jamais houve um líder tadjique no secretariado do comitê central do Partido Comunista da URSS, ou no Politburo. Em 1989, o Soviete Supremo local aprovou uma lei que especificava o *tojik* como idioma oficial, o que provocou reações de massa na capital, por parte dos não tadjiques, e da organização de grupos políticos de oposição, como o *Raztokhez* (Renascimento).

A declaração de independência da URSS ocorreu em 09 de setembro 1991. O país foi devastado pela guerra civil logo após a proclamação de independência, apesar de as raízes do conflito serem mais antigas e referentes ao confronto entre etnias e clãs, e à distribuição do poder. O então Presidente da República, o ex-líder comunista Rakhmon Nabiev, tendo vencido as eleições presidenciais de 1991, tentou suprimir a oposição a seu governo. A reação ao regime de Nabiev cresceu e, após conflitos de rua na capital, iniciados por causa da política habitacional que concedeu residências para imigrantes armênios, os ânimos se acirraram e houve uma escalada da violência que resultou na Guerra Civil, em 1992. Nabiev foi obrigado a renunciar em setembro de 1992, e o Parlamento, em sessão extraordinária, elegeu Emomali Rakhmonov, da região sulista de Kulyab, para o cargo de Presidente da República, em que se mantém até hoje. A guerra civil entre a Frente Popular e a Oposição Tadjique Unida (OTU) continuou oficialmente até 1997, embora os combates tenham cessado em fevereiro de 1993. O conflito deixou de 60 mil a 100 mil mortos, 600 mil pessoas deslocadas internamente e 80 mil refugiados obrigados a deixar o país devastado. O Acordo Geral para o Estabelecimento da Paz e do Pacto Nacional foi assinado em Moscou, sob os auspícios da ONU, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (Osce) e do governo russo, em junho de 1997. Pelo acordo, foram garantidos à oposição islâmica 30% dos cargos executivos e a absorção das tropas muçulmanas no corpo regular do exército; e, aos russos, foi assegurada a presença de tropas estacionadas em bases no país (com direito adquirido, em 2004, de manter bases permanentes) e nas fronteiras do país (de onde, no entanto, retiraram-se em 2006). O Tadjiquistão é o único país em que

um partido de fundo religioso e de oposição tem espaço garantido na política nacional.

Cazaquistão

O processo de independência do maior país da região – equivalente a cerca de um terço do território brasileiro –, ocorrida em 16 de dezembro de 1991, deveu-se em grande parte à vontade do principal líder do país, Nursultan Nazarbayev, que monopoliza a vida política cazaque até os dias de hoje. Em 22 de junho de 1989, ele se tornou Primeiro-Secretário do Comitê Central do Partido Comunista do Cazaquistão, permanecendo, até 28 de agosto de 1991, na liderança do Partido. De 22 de fevereiro de 1990 a 24 de abril de 1990, exerceu a Presidência do Soviete Supremo, acumulando a Chefia do Estado. Defensor das reformas de *glasnost* e *perestroika* de Gorbatchev, Nazarbayev assumiu a Presidência da República em fevereiro de 1990, sendo confirmado pelo Soviete Supremo cazaque, em abril. Em outubro de 1990, o país declarou sua soberania em relação à URSS. Nessa condição, o Presidente Nazarbayev manteve o apoio a Gorbatchev contra a linha dura do Partido Comunista da URSS. Com a derrota do golpe de 19 de agosto de 1991, o Partido Comunista do Cazaquistão deixou de fazer parte do Partido Comunista da União Soviética, adotando o nome de Partido Socialista. O Cazaquistão foi a última das ex-repúblicas soviéticas a proclamar a independência, tendo Nazarbayev esperado até a criação da CEI para dar esse passo. Ele foi reeleito em 12 de dezembro de 1991, com 95% dos votos.

Em março de 1995, Nazarbayev dissolveu o Parlamento, depois que o Tribunal Constitucional declarou inválidas as eleições de 1994, abrindo uma grave crise institucional. Naquelas eleições, o partido do Presidente, o Congresso da Unidade Popular, havia conquistado maioria à custa de fraudes, segundo o Tribunal Constitucional. Nazarbayev passou a governar por decretos, prometendo convocar novas eleições. Em abril de 1995, o presidente convocou e venceu um referendo sobre a extensão de seu mandato até o ano 2000. Em outubro de 1998, o Parlamento eliminou o teto máximo de idade para o Chefe de Governo, acabou com o limite de dois mandatos consecutivos para o mesmo cargo e antecipou as eleições presidenciais, de 2000 para 1999. O pleito foi vencido por Nazarbayev, com 79,8% dos votos.

Em termos econômicos, em 1985 o Cazaquistão possuía cerca de 25 mil empresas industriais, das quais pelo duas mil de grande importância, como a fábrica metalúrgica de Karaganda, hoje JSC Ispat-Karmet; grandes empresas químicas, em cidades como Chimkent; fábricas de maquinaria pesada e equipamento elétrico – em Almaty – e de instrumentos – em Uskemem; entre outras. Como todo o resto da Ásia Central, a economia cazaque sofreu com as dificuldades econômicas que se seguiram à independência.

Entre os países da região, foi o que mais dispôs de recursos para mais bem chegar à posição de desenvolvimento econômico. Desde a sua independência, até 2006, o Cazaquistão atraiu 42 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros, dos quais 23,2 bilhões (mais de 55%) em investimentos diretos, dois bilhões em títulos de valores, e 16,6 bilhões em outros tipos de investimento. Os investimentos estrangeiros foram aplicados, fundamentalmente, na extração de petróleo e gás (quase um terço) e no setor bancário (24%). Os principais países investidores no mercado cazaque foram os Estados Unidos, Países Baixos e a Grã-Bretanha. O Cazaquistão busca fazer parte da OMC.

Mesmo antes de se tornar independente, o Cazaquistão era um país de expressiva riqueza cultural. Vale a menção a escritores como Boukar J. Kalkaman (1668-1781), poeta; Abaj Kunanbaev (1845/1904), poeta e fundador da literatura nacional cazaque; Jamil Jabaev (1846/1945), poeta; Muhtar Auesov (1897/1961), escritor; Oljas Suleimenov (1936-), poeta, e Muhtar Shahanov (1942-), poeta. Merecem destaque também Ziya Samedi (1914-2000), autor Uygur emigrado para o Cazaquistão, e o filósofo Shakarim Kudayberdiyev.

Turcomenistão

A independência do país foi proclamada em 27 de outubro de 1991. O primeiro Presidente do Turcomenistão, Saparmurat Niyazov – governou com crescente despotismo, desde que se tornou Secretário-Geral do Partido Comunista em 1985. A Constituição, adotada em 18 de maio de 1992, estabeleceu ser o Turcomenistão uma república presidencialista, cujo Chefe de Estado e Governo é eleito pelo voto popular a cada cinco anos para, no máximo, dois mandatos. Nyiazov foi eleito em 1992. Em janeiro de 1994, por referendo, seu mandato foi prolongado até junho

de 2002. Em 28 de dezembro de 1999, Niyazov foi nomeado presidente vitalício pelo órgão representativo que reunia integrantes de todos os poderes, o *Khalk Maslahaty* (Conselho do Povo), cargo que acumulava com os de Primeiro-Ministro e Comandante Supremo das Forças Armadas (a Constituição facultava-lhe escolher um Primeiro-Ministro, o que não ocorreu). Em fevereiro de 2000, Niyazov anunciou que se afastaria do poder em 2010, quando tivesse completado 70 anos, mas faleceu em dezembro de 2006. Firmou-se no poder suprimindo oponentes, restringindo a liberdade de expressão e impondo um controle férreo sobre todos os órgãos do governo. O falecido dirigente soube conquistar certa lealdade de seu povo (cujo ânimo, em grande parte, foi moldado pelo onipresente culto à personalidade e pelo controle absoluto dos meios de comunicação), à custa de benefícios tais como emprego garantido, moradia e seguridade social para todos, além de água, luz e gás gratuitos, tudo possibilitado pela renda auferida das exportações de gás. O controle exercido pelo Estado sobre todos os aspectos da vida no Turcomenistão reflete-se ainda na ausência de movimentos islâmicos extremistas, apesar de quase 90% da população serem muçulmanos (sunitas).

Uzbequistão

Em 1990, a situação política da República Socialista Soviética do Uzbequistão, imediatamente antes da independência, repetia a das demais repúblicas quanto à discussão da soberania das entidades administrativas no seio da URSS. Essa discussão alimentava o entendimento de alguns sovietes sobre a possibilidade de redistribuírem fazendas coletivas e do Estado. Isso levou a vizinha República Socialista Soviética da Quirguízia a tomar terras do colcoz Lenin, na fronteira das duas repúblicas, dos uzbeques étnicos – que lá se haviam instalado há anos – para quirguizes. Tal fato motivou a revolta na cidade de Osh, com saldo de 300 mortos e mil feridos (junho a julho de 1990). Em face do clima social em ebulição, o Partido Comunista uzbeque reconheceu existir uma crescente tensão social da qual emergiram o movimento político nacionalista *Birlik* (Unidade) e o Comitê de Defesa do Mar de Aral, contrário ao mau gerenciamento do meio ambiente. Estes fatos geraram uma nova plataforma política no partido comunista local, com ênfase em alguns pontos como novas leis para as eleições locais e a presidência da

república, o calendário para a realização dos pleitos e a lei que estabeleceu o uzbeque como língua oficial. Além disso, em termos econômicos, o país também viveu a "desrussificação", o que provocou problemas graves, a exemplo da falta de pessoal técnico especializado para a manutenção das turbinas de 300 mil kW da termoelétrica de Syrdar, cuja produção de energia foi drasticamente reduzida.

Em 31 de agosto de 1991, a República do Uzbequistão, por meio do seu Parlamento (6ª Sessão do Conselho Supremo), declarou a independência política. O país imediatamente "*embarked upon a course of national consolidation that emphasized the State as the leading and guiding force*".[31] Islam Karimov, antigo Secretário do partido comunista local e ex-Ministro das Finanças, assume o Governo. Com crescente concentração de poder, legalizada pela nova Constituição promulgada em 1992, Karimov torna-se não um chefe totalitário, mas, certamente, com poderes bastante ampliados: a oposição política do movimento *Birlik* e a do partido político *Erk* (Vontade) foram suprimidas, e também a oposição religiosa do Partido do Renascimento Islâmico, presidido à época por Abdullak Utaev. Karimov trouxe para o controle do Uzbequistão a supervisão direta da vizinha República Socialista Autônoma do Caracalpaque

Como surgem os novos países e o nacionalismo

Os Estados da Ásia Central nasceram por injunções políticas, por decretos, a partir das vitórias bolcheviques para os quais os povos da Ásia Central, de início, foram tratados como um povo apenas, colocado sob a égide da República Socialista Soviética Autônoma do Turquestão, criada em 1924. Como surgem, então, e de forma tão repentina, nações, sem nenhuma base no nacionalismo? Os novos países – com exceção do Tadjiquistão – apoiaram-se, na verdade, no aparelho estatal herdado do sovietismo. A União Soviética foi, neste sentido, uma "formidável máquina de fabricar nações na Ásia Central" ("*formidable machine à fabriquer des nations en Asie Centrale*"), como afirma o Dr. Olivier Roy.[32] O trabalho do Dr. Roy (1997) ajuda a explicar como foi possível

[31] GLEASON, Gregory. *The Central Asian States*: Discovering Independence. p.118 e seguintes.
[32] ROY,Olivier. *La Nouvelle Asie Centrale*: ou la Fabrication des Nations. New York: Éditions du Seuil, 1997; University Press, 2000.

o surgimento dos países de independência recente, com seus símbolos nacionais, como bandeiras e hinos, cultura e idiomas.

A compreensão deste fenômeno de "fabricação de nações" passa pelo entendimento da política das nacionalidades, concebida no período estalinista para aplacar os nacionalismos existentes no âmago da URSS (em particular, dos russos, ucranianos, georgianos, tártaros e cazaques, entre outros), por meio da criação de uma multidão de pequenos povos concorrentes. O horizonte ideológico de Stalin era o de fazer a fusão dos diversos povos da URSS no *Homo Sovieticus*, de expressão linguística russa. Stalin impôs o conceito de nacionalidade à URSS, que preconizava que "a toda entidade política nacional, deve corresponder uma nacionalidade titular", definida como uma "comunidade étnica que conserva, por meio dos processos históricos, uma identidade fundamentada na língua". Tudo foi feito para o total domínio das populações pelo Estado: desde o "engarrafamento" de povos dentro de minorias, pela criação de fronteiras "bicornas", que se sobrepunham em "chifre" nos outros territórios, como no Vale do Fergana, até a criação dos enclaves, das cidades capitais de repúblicas, em que a população das minorias étnicas superava as etnias dominantes, até chegar à falta de comunicações diretas entre as cidades mais importantes.

Primeiramente, o poder central soviético inventou as repúblicas soviéticas para, depois, atribuir-lhes um povo titular. Isso permitiu a um império multiétnico, como a URSS, encontrar um modo de gestão que fundiu as diferentes populações locais em uma matriz russa, rebatizada de internacionalismo, embora sempre respeitando o direito dos povos e o multilinguismo. Vale assinalar que a linha cinco dos passaportes soviéticos exigia que cada indivíduo, na URSS, manifestasse pertencer a uma nacionalidade, ou a um grupo étnico, a partir de uma lista imposta pelo Estado.

O nacionalismo não era uma ideologia, era um hábito, uma maneira de ser, que era interiorizada e que se acomodava em uma autêntica ideologia, a do comunismo. Em sua obra, Olivier Roy encampa a tese do Professor Emérito de Estudos Internacionais da Universidade de Cornell, Benedict Anderson, sobre a análise do surgimento do nacionalismo na América espanhola colonial,[33] e a afirma válida também para a Ásia

[33] ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities:* Reflections on the Origin and Spread of

Central: "[...] é o hábito administrativo, cultural e político instaurado pela potência colonial que cria um nacionalismo dentro de uma entidade que não possuía nenhum antecedente de nação" ("*c'est l' habitus administratif, culturel et politique instauré par la puissance coloniale qui crée du nationalisme dans une entité qui n' avait aucun antécédent de nation*"). Mas não basta só isso. É necessário, e o Professor Roy, neste caso, cita outro autor, Boyart, para a passagem do *habitus* colonial ao nacionalismo moderno, "um processo de nova apropriação da moldura estatal-nacional pelas elites e sociedades envolvidas [...] a partir da própria história de cada sociedade, e não a partir da formulação de um modelo universalista abstrato e de fato ocidental: existe, realmente, uma historicidade do Estado importado" ("*un processus de réappropriation du cadre étatique–national par les élites et les societés concernées* [...] *à partir de l'histoire propre de chaque société, et non à partir de la formulation d'un modèle universaliste abstrait et en fait occidental: il y a bien une 'historicité de l'État importé*").

Olivier Roy fala de recomposição, e não de permanência das sociedades anteriores, porque os *notáveis* daquelas sociedades foram eliminados pela repressão soviética (as revoltas dos *Basmachi*, ou *Basmachestvo – Басмачество –*,[34] as coletivizações e os expurgos de 1937). Se os grupos de solidariedade sobreviveram, malgrado a "sovietização" das sociedades tradicionais, isso ocorreu sem o apoio das elites. Entretanto, mantiveram-se notáveis rurais, durante o período soviético, os presidentes dos colcoses, interface entre a comunidade rural e o Estado.[35] Segundo o Dr. Roy (1997), "processos sociais

Nationalism. New York, NY: Verso, 1983. Disponível em: <http://www.english.emory.edu/Bahri/Anderson.html>. Acesso em: 20 mai 2006.

[34] A revolta Basmachi foi um levante contra o domínio soviético na Ásia Central, iniciado durante a Primeira Guerra Mundial contra a Rússia, mais tarde evoluindo para uma guerra civil contra os soviéticos. O movimento unia tradicionalistas e radicais islâmicos. No começo da década de 1920, a revolta se espalhava pelo Turquestão e colocava em risco o domínio soviético do território. O governo de Lênin tentou ser mais conciliador para amenizar as objeções da região a ser parte integrante da União Soviética, tendo permitido, por exemplo, a formação do Partido Comunista local. Por volta de 1926, a revolta estava bastante controlada, mas as escaramuças prosseguiram, de forma ocasional, até 1932.

[35] *Kolkhoz*, forma reduzida da expressão *kolletivnoe khozyaRstvo*, isto é, fazenda coletiva da URSS, formada por um conjunto de agricultores de uma aldeia, ou de um grupo de aldeias, reunidos para cultivar a terra em comum, sob uma administração eleita e dirigida por um presidente.

concomitantes permitiram um espaço social se reestruturar em torno de elementos concebidos para destruí-los." Assim, é interessante notar que as sociedades sobreviveram:

- pela translação dos grupos de solidariedade anteriores (parentescos, clãs, *mahallas*, isto é, *habitats* agrupados em famílias ligadas entre si) para o sistema comunitário dos colcoses;
- pela recomposição do jogo político em torno de um facciosismo com base regional;
- pela interiorização da identidade étnica em torno de critérios definidos pelo sistema administrativo soviético (a língua e o "pertencer inequivocamente", "*univocité de l'appartenence*" a um grupo étnico).

A base daquelas sociedades, o grupo de solidariedade, mediador das relações entre o Estado e o indivíduo, foi recriado: o mesmo tipo de notável, não mais o chefe tribal, mas o representante da nova tribo, o colcós. E a articulação deste sistema neotradicional de colcoses com o Estado se fazia pelo Partido Comunista. O enraizamento do modelo de Estado é um efeito do sovietismo, que se tornou possível pela recomposição da sociedade civil em torno de um aparelho que ela contornou: o Partido, que, assim, pode desaparecer, mas o Estado, ou pelo menos a necessidade dele, permanece.

Capítulo 4

A influência das religiões e das várias etnias nos países da região: implicações políticas. A questão étnica. A política interna: partidos políticos. Os processos eleitorais na região. A questão dos clãs

> Setenta anos de dominação soviética não conseguiram acabar com o islamismo da região, mas deixaram efeitos profundos na secularização da sociedade e elites políticas.[36]

Em 2006, a população da Ásia Central girava em torno de 56 milhões de habitantes. Tratava-se de uma das populações mais ecléticas do mundo. No âmago das cinco sociedades estatais, surgidas no período após o desmoronamento da URSS, conviviam aquelas centenas de etnias antes referidas. São culturas variadas e que compõem um impressionante quadro em que apenas dois grandes fatores parecem existir em comum:

- quatro das cinco repúblicas centro-asiáticas possuem idiomas majoritários com raízes no turco. Apenas no Tadjiquistão fala-se o tadjique, de origem persa (vide página 19, supra);
- a maioria da população das cinco repúblicas da Ásia Central professa a fé islâmica de rito Sunita, da escola Hanafi, reconhecida por sua orientação teológica liberal.[37] Mas a região possui uma

[36] Relatório do *International Crisis Group. Asia Report.* nº 59, de 10 julho 2003.

[37] Abu Hanifeh al-Numan ibn Thabit ibn Zuta (699-767), fundador da escola, defendia com vigor a ênfase na analogia (*qyias*), no consenso público (*jima*) e na opinião privada (*ra'y*), na Administração e na interpretação dos princípios do Islamismo. HAGHAYEGHI, op.cit. p.20.

grande variedade de seitas muçulmanas místicas e secretas, as sufi, e pequenos grupos de minoria Xiita, como os Ismaelitas, do Gorno-Badaquistão (região do Tadjiquistão), e os Doze, de Samarcanda e de Bocara.

A influência das religiões e das etnias nos países da região: implicações políticas

A repressão à liberdade de culto religioso empreendida durante o período do regime comunista não logrou acabar com a influência das religiões[38] na vida da ex-União Soviética, em geral, e nas sociedades centro-asiáticas, em particular. Assim, das 26.279 mesquitas registradas do período pré-soviético, na Rússia, 1.312 mesquitas e casas de oração ainda existiam em 1942. Durante a Segunda Guerra Mundial, o espírito anti-russo dos povos centro-asiáticos, herdado desde os tempos do regime czarista, manifestou-se nos contingentes de soldados muçulmanos, pelas maciças deserções de recrutas que foram obrigados a se incorporar ao Exército Vermelho. Estima-se que cerca da metade dos muçulmanos convocados, cerca de 800 mil homens, passou para o lado dos alemães. No fim do conflito, pelo menos 600 mil daqueles homens foram acusados de traição e deportados para campos soviéticos de confinamento na Sibéria.

Stálin bem que procurou obter o respaldo da comunidade muçulmana contra o invasor nazista, em face da necessidade de acelerar o recrutamento de soldados muçulmanos da Ásia Central e de outras regiões da URSS durante o conflito. Com o intuito de obter esse apoio, criou, em 1941, uma estrutura oficial de poder muçulmano, os Diretórios Espirituais Muçulmanos, compostos por membros do clero que desejassem respaldar

[38] Entre as medidas antirreligiosas adotadas por Stalin, figuravam a criação da Lei de Associação Religiosa, de 1929, com artigos que proibiam, por exemplo, atividades caritativas, econômicas e de recreação das associações religiosas; a edição de inúmeros livros e revistas com matérias contra o Islã, como o livro *Conteúdos do Alcorão*, de 1928, que, entre outras afirmações eivadas de intolerância, dizia que o Alcorão fora escrito em nome do interesse das classes abastadas de Meca; e a Liga dos Militantes sem Deus, organização do Partido Comunista que buscou aumentar o recrutamento de adeptos na Ásia Central. Além disso, houve inúmeros assassinatos de lideranças islâmicas e os expurgos, em 1937 e 1938, de líderes comunistas muçulmanos proeminentes, como o Presidente do Tadjiquistão, N. Maksum; os Primeiros-Ministros do Cazaquistão, Kulambetov e Isayev; o Primeiro-Ministro da República Quirguiz, Y. Abdulrahmanov. HAGHAYEGHI. op.cit. p.25 e seguintes.

a URSS. Cada Diretório agia por meio de um Conselho e, por tal mecanismo, houve uma cooptação de parte do clero para apoiar o governo soviético. Em 1944, os Diretórios ficaram submetidos a um novo órgão, o Conselho para Assuntos Religiosos e de Culto, diretamente ligado ao Conselho de Ministros da URSS. No caso da região centro-asiática, foi estabelecido o Conselho Religioso Muçulmano da Ásia Central e do Cazaquistão. Depois do conflito, em janeiro de 1946, Stálin ainda editou a Lei de Associação Religiosa, que permitia, por exemplo, que alguns artigos religiosos pudessem ser fabricados e vendidos aos fiéis.

Em meados da década de 1950, as políticas antirreligiosas levadas a cabo por N. Khrushchev tampouco conseguiram abalar a fé muçulmana na URSS. Entre as inovações da política antirreligiosa daquele período estava a ligação entre práticas religiosas e considerações de ordem econômica, por causa dos jejuns e peregrinações durante as colheitas de verão, e seus efeitos adversos nos resultados da produção agrícola. As políticas de Khrushchev foram aprofundadas entre os anos de 1960 e 1964, e, embora fossem muito duras,[39] igualmente não lograram abater a religiosidade do Islã.

Sob Brezhnev, a política antirreligiosa foi no sentido de aprofundar a educação socialista e ateísta e fazer cumprir as leis já existentes, de modo firme e não atacar diretamente as religiões. Em todo caso, na sua nova Constituição, de 1977, a URSS refletia uma atitude menos beligerante do governo para com as religiões. Por exemplo, o artigo 52 trocou a frase do texto anterior "liberdade de propaganda antirreligiosa" pela frase "liberdade de propaganda ateísta". L. Brezhnev faleceu em novembro de 1982; tanto seu sucessor, Y. Andropov (morto em fevereiro de 1984), quanto K. Chernenko (falecido em março de 1985), pouco ou nada fizeram sobre a questão religiosa. M. Gorbatchov assumiu o poder na URSS em 1985. Com relação à religião muçulmana, considerava-a reacionária, porque colocaria em risco seu programa de reformas. Em seguida, houve reação de muitos partidos comunistas locais instituindo

[39] Entre algumas das medidas do período, houve a revisão de artigos do Código Criminal Soviético, que, por exemplo, passou a punir, com prisão e multa, as violações da separação entre Igreja e Estado, e entre Estado e Escolas (artigo 142). Houve repressão ao clero e aos "atributos externos" da religião. Assim, em 1963, o número de mesquitas foi reduzido para cerca de 400 em toda a URSS e o clero registrado, para algo em torno de dois mil a três mil, obrigando os religiosos a operarem por meio de canais ilícitos. HAGHAYEGHI. op. cit. p.33.

políticas contra a influência do islamismo, no Uzbequistão e na República Quirguiz. Quadros ideológicos do partido empreenderam campanhas ateístas nas repúblicas, como o chamado Mês Ateísta. Além disso, a repressão policial também não deixou de existir em paralelo às ações partidárias: muitos membros do clero não oficial foram detidos por praticarem atividades religiosas.

Gorbatchov só começou a mudar a posição oficial soviética em relação à questão religiosa quando os conservadores do partido comunista, especialmente Ligachev, foram afastados em 1988. Desde então, houve um verdadeiro renascimento das religiões na URSS, de que são exemplos a comemoração do Milênio do Cristianismo, em 1988, e a edição de uma nova lei de religião (1º de outubro de 1990). O Islã, no entanto, só se beneficiou mais tarde destas novas posturas, e, mesmo assim, depois de protestos espontâneos de estudantes em Tashkent, que contestavam a autoridade do Mufti do Conselho Religioso e Muçulmano da Ásia Central e Cazaquistão, Muhamad Sadyk Mahamad Yusuf, acusado de violar códigos de conduta islâmicos. O Professor Mehrdad Haghayeghi afirma que este foi "o primeiro e único ataque à legitimidade do clero oficial na Ásia Central". A manifestação mais visível do renascimento do Islã na região centro-asiática foi a reabertura de mesquitas e lugares sagrados. Apenas entre fevereiro e março de 1989, foram abertas 25 mesquitas no Uzbequistão, seis no Tadjiquistão e três no Turcomenistão. Madraças receberam recursos financeiros e associações religiosas muçulmanas cresceram, de 392 para 1103, entre 1985 e 1990. O regime comunista, portanto, fracassou[40] em extinguir a influência das religiões na sociedade soviética.[41]

---

[40] "[...] *Religion is the sigh of the oppressed creature the heart of a heartless world, just as it is the spirit of spiritless conditions. It is the opium of the people*". MARX, Karl; ENGELS, F. Contribution to the Critique of Hegel's Philosophy of Law. *Collected Works*. v.3. Moscou, 1975.

[41] A título de resumo, podem ser apontadas, entre outras causas do fracasso comunista, as seguintes: "1) a falta de um compromisso ideológico genuíno com o socialismo da parte dos que estavam envolvidos nas campanhas antirreligiosas; 2) as campanhas antirreligiosas sofriam com a ineficiência organizacional, já que muitas instituições perseguiam políticas contraditórias e duplicavam atividades; 3) o Estado soviético não possuía uma técnica acurada de mensuração do resultado das campanhas antirreligiosas; 4) as políticas de propaganda e "agitação" eram distantes da realidade social daqueles a quem eram dirigidas; 5) o clero não oficial continuou suas atividades na ilegalidade ou de forma privada; 6) a violência da repressão auxiliou o fortalecimento das tendências islâmicas, galvanizando o apoio das populações às vítimas da

Com a independência dos países da fronteira meridional da ex-URSS, além do ressurgimento do islamismo, ocorre o crescimento dos grupos religiosos radicais, que buscam ameaçar a existência do Estado secular. Este fenômeno é particularmente marcante no Vale do Fergana. Trata-se do lugar mais populoso da Ásia Central, com cerca de 10 milhões de pessoas, ou 20% da população daqueles três países, e onde grande parte da indústria e sua produção agrícola está situada.[42] Os problemas do relacionamento entre Tashkent, Bishkek e Dushanbe se sobressaíram por causa das riquezas do vale fértil e do fato de as minorias étnicas viverem historicamente em clima de tensão: desde antes dos processos de independência, houve levantes entre os uzbeques (maioria étnica da população do vale – 85%) e turcos Meskhets, em 1989, e entre uzbeques e quirguizes, na cidade de Osh, em 1990 (em que provavelmente houve 300 mortos). O Vale do Fergana, assim, está no centro de situações recorrentes de confronto das autoridades com a população local, e entre os três Estados limítrofes. Este confronto dos novos governos laicos da região, contra manifestações políticas do Islã, pode ter contribuído para o crescimento do extremismo e de grupos terroristas. Não se pode deixar de recordar que tais governos, em sua quase totalidade, com exceção da República Quirguiz, eram em grande parte compostos por pessoas oriundas dos quadros dos Partidos Comunistas, ideologicamente ensinados a opor-se ao papel das religiões em suas sociedades. Além disto, os grupos radicais encontraram terreno fértil na região, em face do ambiente de declínio social e dos padrões de vida na década de 1990. Para exemplificar, o *Hizb ut-Tahir al Islamiyya* (Partido da Libertação Islâmica) é um grupo que ganhou força na Ásia Central, onde penetrou no vácuo da saída da URSS. Ele existe desde 1953, quando foi fundado no Egito, e possui raízes em todo o mundo islâmico. Não advoga

perseguição religiosa; 7) o caráter preponderantemente rural da região centro-asiática impôs obstáculos quase intransponíveis para a propaganda antirreligiosa soviética; 8) as preocupações da política externa soviética com o Oriente Médio, desde o final da Segunda Guerra Mundial ajudaram a garantir a existência do Islamismo na Ásia Central." HAGHAYEGHI. op. cit. p.38 e seguintes.

[42] "[...] *25% de la production agricole et industrielle de l'Ouzbékistan, 50 % des terres arables et de la production industrielle e agricole de la République kirghize et, enfin, 90% de la production industrielle du Tadjikistan et 75% des terres arables de ce pays.*" DJALILI, Mohammad; KELLNER, Thierry. *Géopolitiquede la Nouvelle Asie Centrale.* Ed. PUF, 2003. p. 333.

explicitamente o uso da violência, embora os governos da região acusem o movimento pela responsabilidade de vários atentados.

Na República Quirguiz, embora em 2003 a Corte Suprema do país tenha proibido as atividades do *Hizb ut-Tahir* e a Constituição vete partidos políticos de cunho religioso, o Código Criminal não baniu o grupo. Ele cresce no sul, região mais empobrecida, onde seus militantes teriam passado de dois mil para cerca de 30 mil. O *Hizb ut-Tahir* é cauteloso nas suas ações e as realiza dentro da lei, em festas populares ou religiosas. Os funcionários do governo quirguiz, no entanto, insistem que o grupo é uma ameaça, financiado do exterior e estaria ligado a outro grupo, o *Harakat ul Islamiyyah Özbekistan* (Movimento Islâmico do Uzbequistão – Imu). O *Hizb ut-Tahir* tem orientação Sunita, mas o clero tradicional, ligado ao antigo Muftiato, não parece capaz de fazer frente a seu discurso empolgado, nem é suficientemente letrado no Alcorão para contrarrestar seus pregadores. Em setembro de 2006, o Diretor da Agência Estatal de Assuntos Religiosos da República Quirguiz, T. Kalmatov, declarou que, dos 12 mil imãs do país, cerca de 70% "não tinham treinamento teológico adequado".[43] Ainda em 1º de outubro de 2008 houve manifestações de muçulmanos contra as autoridades quirguizes na cidade de Nookat, por divergências quanto a locais de reunião da festa de Eid-al-Fitr, o festival que marca o fim do jejum do Ramadã. O Comitê Estatal de Segurança Nacional teria detido 32 pessoas, e, ao que consta, os acusados dos distúrbios seriam filiados e membros ativos do *Hizb ut-Tahir*.

No Uzbequistão as manifestações do governo contra o Islamismo Político foram iniciadas logo após a independência, e suas atividades, reprimidas com vigor. Haveria cerca de seis mil prisioneiros por causas religiosas no país, em 2003.[44] Assim, dada a forte repressão do governo uzbeque, militantes muçulmanos refugiaram-se no Tadjiquistão e no Afeganistão, onde fundaram o *Harakat ul Islamiyyah Özbekistan* (Imu), aliado ao Talibã do Afeganistão. O Imu, grupo guerrilheiro acusado de vários ataques no Uzbequistão e na República Quirguiz, entre 1999 e 2001, perdeu intensidade quando os Estados Unidos passaram a bombardear o Talibã e suas bases de treinamento no Norte do Afeganistão.

[43] MAMAIROV, Abdumomun. Islamic Group quietly builds support in Kyrgyzstan. *Reporting Central Asia*, nº 516. Jalalabad: Institute for War and peace Report, 2007.
[44] Idem. *Asia Report*, nº 59.

Acredita-se que o Imu foi obrigado a se retirar para o Waziristão, no Nordeste do Paquistão, de onde seu líder, Tohir Yuldash, realiza eventuais transmissões de rádio e televisão dirigidas à Ásia Central.

No Tadjiquistão, a tensão gerada pelo papel do Islamismo na construção do Estado constituiu um dos fatores da guerra civil que devastou o país a partir de 1992. O Partido do Renascimento Islâmico do Tadjiquistão (IRPT), que fez oposição ao antigo regime comunista, não foi hábil para participar do novo governo independente, conduzindo o país a lutas encarniçadas até a conclusão do Acordo de Paz, de 1997. Na prática, o Presidente do Tadjiquistão, Rakhmon, alijou gradualmente o IRPT do processo político, permitindo *contrario sensu* que o *Hizb ut-Tahir* ganhasse espaço.

No Turcomenistão, o islamismo tem raízes fracas como religião organizada, porque o falecido Presidente da República, Saparmurat Niyazov, combinava uma repressão fortíssima com um credo pseudo-espiritual islâmico, com base no culto à sua personalidade.

No caso do Cazaquistão, quase metade da população tem origem russa e pratica o cristianismo ortodoxo, mas a religião islâmica mantém forte presença, especialmente na região sul do país. Este equilíbrio no número dos seguidores de religiões manifesta-se com o menor interesse da população cazaque pelas ideologias que pudessem pôr em risco o secularismo do governo.

A questão étnica

As entidades de alta agregação (*high aggregate entities*) são as comunidades que vão além do contato face a face: o Estado, a nação, a etnia. Tanto quanto a questão religiosa, a questão étnica é uma grande herança do período soviético.[45] Depois da declaração de independência, identifica-se o separatismo étnico, como uma corrente que se refere ao próprio processo de autoafirmação nacional dos cinco países, em que cada grupo étnico luta pela supremacia nos novos espaços nacionais.

[45] As informações sobre as diversas etnias dos países da região foram obtidas, primeiramente, nos órgãos oficiais do censo da Rússia de 2002 e, depois, pelos dados disponibilizados no *site* <www.joshuaproject.net>. The Joshua Project é um *site* que faz proselitismo evangélico, mas é também um banco de dados útil para mensuração de populações e suas etnias em todo planeta. Acessos vários, particularmente a partir de 1º de fevereiro de 2007.

Neste contexto, as grandes entidades sociais são fatores a serem necessariamente discutidos no contexto da Ásia Central, onde grupos de países em busca de um nacionalismo, ideologia que vem para legitimar sua própria existência, prevalecerão sobre os grupos que não eram identificados com a metrópole colonial, a Rússia e a URSS, e, sim, com o território que habitavam.

No espaço da Ásia Central, que abrange cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados, deve-se ter presente que o grupo étnico dos eslavos chegou bem mais tarde na região, em pleno século XIX, primeiro com camponeses assentados na Semirequia (hoje no Cazaquistão) e para o norte da República Quirguiz. No bojo da colonização das estepes, em torno de 1880, já havia colonos russos em Semipalatinski e Akmolinski. Por volta de 1911, o número de russos nas estepes era de cerca de um milhão e meio. Já no Turquestão, a população russa era bem menor, umas 400 mil pessoas. A partir da década de 1920, o processo de colonização eslava é retomado, e a sua presença maciça na região fez com que a população local assumisse características bem próprias à Ásia Central, para se diferenciarem do colonizador, como o sentimento de ser muçulmano, em contraste com o cristianismo ortodoxo professado pelos russos étnicos. Igualmente, ajudou a pôr em perspectiva mais clara a herança "túrquica", particularmente as línguas, que vem daquele passado remoto na história, mas muito presente na formação hodierna das sociedades centro-asiáticas.

A partir da independência dos cinco países, houve um movimento de retorno dos russos étnicos para a Federação da Rússia. Muitos decidiram deixar os *core States,* migrando ou sendo deslocados de volta, num processo muitas vezes forçado pelo ativismo nacionalista contrário ao colonizador. No bojo da afirmação do nacionalismo nos novos países, as elites dirigentes, ainda que em sua maioria formadas intelectualmente na ex-URSS, resolveram privilegiar as etnias locais, em detrimento dos nacionais russos. A questão é revestida de ações políticas locais discriminatórias, como a não concessão de passaportes para russos étnicos no Turcomenistão que buscam dupla nacionalidade, fato que persiste até hoje. Há estatísticas a respeito da saída dos russos da Ásia Central: por exemplo, em 1991, havia 900 mil russos na República Quirguiz, contra 670 mil, no ano 2000; no Cazaquistão, 6.062.000, em 1989, e 4.479.600, em 1999; no Tadjiquistão os russos passaram de 388.500, em 1989, para

145 mil, em 1999; no Turcomenistão, de 333 mil para 240 mil e, no Uzbequistão, de 1.653.000 para 1.150.000.

Durante o período soviético, algumas etnias foram deslocadas, de modo forçado, dos seus territórios originais para a Ásia Central, a exemplo dos coreanos que habitavam na região de fronteira da União Soviética com a China e a Coreia, e dos chamados alemães do Volga. Essas populações somaram-se aos povos que já estavam situados na região, com cultura e religiões diferentes. Ademais, o modo de produção socialista destruiu e desorganizou a economia local, levando muitas etnias a situações extremas de penúria e fome, particularmente na época stalinista. Esta herança soviética, hoje, é visível nos países centro-asiáticos, em que a discriminação, a xenofobia e o radicalismo contra essas minorias, pelas etnias da maioria dominante nos cinco países, geram situações de conflito e tensões étnicas não resolvidas no seio das sociedades locais.

A repartição étnica centro-asiática atual está refletida no anexo 12, juntamente com os indicadores socioeconômicos e dados básicos dos cinco *core States*.

A política interna: partidos políticos. Os processos eleitorais na região.

Quanto à organização das sociedades centro-asiáticas em partidos políticos, revelaram-se quatro tipos de grupamentos nos anos 1990: a) partidos nacionalistas; b) partidos nacional-democratas; c) partidos liberal-democráticos; d) partidos presidenciais.

Os partidos políticos nacionalistas objetivavam obter as independências nacionais (Partido do Movimento Civil, do Cazaquistão; Associação Sogdiana e Rastokhez, do Tadjiquistão; Movimento Birlik, do Uzbequistão; Movimento Democrático do Quirguistão, da República Quirguiz). Os partidos nacional-democratas surgiram para representar o interesse dos grupos étnicos dentro de cada república: o Azat e o Jeltoksan, para o nacionalismo cazaque, contra o Partido Social Democrata, russo, no Cazaquistão; e o Azaba, na República Quirguiz. Os partidos liberal-democráticos tinham como bandeira evitar que os socialistas voltassem a ter força bastante para assumir novamente o poder (Congresso do Povo, do Cazaquistão; Ata Meken, da República Quirguiz; Partido Democrático,

do Tadjiquistão). Os partidos presidenciais tinham, entre seus objetivos, os mesmos dos partidos nacionais e liberais, mas com o substrato dos antigos membros dos partidos comunistas (Partido Congresso da Unidade Popular, do Cazaquistão; Partido Social Democrata, da República Quirguiz; Partido Democrático Popular, do Uzbequistão, e Partido Democrático, do Turcomenistão).

Nos dias atuais, a organização política das sociedades centro-asiáticas foi cada vez mais limitada em favor das agremiações presidenciais, as mais fortes da política nacional dos países da Ásia Central. As oposições, num em um meio político pouco permeável ao conceito ocidental de democracia representativa, não conseguem ter membros eleitos em número adequado nos parlamentos para exporem ideias. O Poder Legislativo tende a ser apenas uma caixa de ressonância da vontade dos Chefes de Estado, ou mero validador das decisões tomadas nos gabinetes do Poder Executivo.

No Cazaquistão, os partidos de apoio ao Presidente da República fundiram-se em 1999, formando o Otan, e, em 2006, em nova fusão com o Azar, surge o Nur-Otan. Em maio de 2007, foram adotadas emendas ao texto constitucional cazaque, a pretexto de fortalecer o Legislativo. Em 20 de junho, o Presidente Nazarbayev dissolveu o Majilis (a Câmara Baixa) e convocou eleições para 18 de agosto de 2007, dois anos antes da data prevista, alegando que antecipá-las possibilitaria implementar as reformas constitucionais. O pleito serviu para reforçar o controle presidencial sobre a estrutura política do Cazaquistão e marginalizar a já enfraquecida oposição. O Nur-Otan recebeu cerca de 70 % das cadeiras do Parlamento, mas, em seguida, tornou-se o maior partido do país ao absorver outras duas agremiações menores, o Partido Cívico e o Partido Agrário. As reformas constitucionais impostas pelo Executivo fizeram com que as eleições fossem realizadas com base em listas partidárias, assegurando, deste modo, ao Nur-Otan, 88% da representação no Congresso, o que deixou o partido presidencial como o único com representação no Parlamento, já que nenhum dos partidos rivais conseguiu ultrapassar o patamar dos 7% dos votos (mínimo previsto pela Constituição para eleger representantes).

Na República Quirguiz, o Presidente Kurmambek Bakiyev criou o bloco partidário Ak Zhol para as eleições parlamentares de 16 de dezembro de 2007, que, ao receber 49% dos votos, obteve as 90 cadeiras

do Parlamento. O segundo colocado foi o partido da oposição, Ata-Meken, que ficou com apenas 9% dos votos, menos do que o mínimo necessário de votos em três das nove regiões do país, para poder ter representação no Parlamento. Os demais partidos não conseguiram 5% dos votos. A oposição e o Chefe da missão observadora da OCDE, Kimmo Kiljunem, consideraram o pleito fraudulento, "perdeu-se uma grande oportunidade para a democratização do país", declarou Kiljunem.

No Uzbequistão, os partidos políticos foram criados em dezembro de 2003, com vistas às eleições de 26 de dezembro de 2004, para o parlamento bicameral, o Oliy Majlis, pela primeira vez na história do país. Todos os cinco partidos políticos criados em dezembro de 2003 eram favoráveis ao Presidente Karimov, mas apenas o Partido Liberal Democrático – liderado pelo próprio Presidente Karimov – participou das eleições, conseguindo 34% dos votos. Em 09 de janeiro de 2005, um segundo escrutínio foi realizado para completar o número de assentos na Câmara Baixa (58 deputados, de um total de 120).

Em 2007, representantes dos partidos de oposição uzbeques Erk e Birlik, e de outras organizações de cunho democrático, decidiram combater o regime do Presidente Islam Karimov por métodos não violentos. Acordo nesse sentido, segundo informa o *site* Fergana.ru[46], foi atingido no congresso O Uzbequistão: ontem, hoje e amanhã, em Seter, Suécia, em janeiro de 2007. Os participantes manifestaram-se favoráveis à unificação de todos os descontentes com o atual governo do Uzbequistão e estabeleceram duas tarefas principais, divulgadas pelo líder oposicionista Khazratkul Khudoiberdiev. "A primeira é o combate ao regime de Karimov com métodos não violentos; a segunda, o estabelecimento de uma estratégia e de plano de ações após a queda do regime". Durante a conferência foi criada uma comissão permanente que acompanharia os acontecimentos no Uzbequistão e dirigiria as ações da oposição. Khazratkul Khudoiberdiev foi escolhido porta-voz da comissão.

No Tadjiquistão, o Partido Democrático do Povo do Tadjiquistão (PDPT), formado pelo Presidente Emomali Rakhmon, em 1998, obteve a maioria absoluta dos votos nas eleições parlamentares de 2005, o que

[46] Disponível em <http://lenta.ru/news/2007/01/09/uzbek/>. Acesso em: 09/01/ jan. 2007, tradução do Prof. Roberto Kusnetzov.

impediu a oposição islâmica, o Partido do Renascimento Islâmico (PRI), de formar alianças para criar um bloco partidário e dispor dos 30% de cargos executivos a que tinha direito, conforme cláusula estabelecida pelos Acordos de Paz de 1997. Nas eleições presidenciais de 06 de novembro de 2006) o PDPT venceu com 79,3% dos votos, após a oposição do PRI e do Partido Social Democrata haver decidido não participar do escrutínio, por causa da morte, após longa doença, do líder histórico do PRI, Said Abdullo Nuri.

No Turcomenistão, o falecido Presidente Nyiazov criou o Partido Democrático, o único partido legalizado do país, para dar sustentação a seu regime. Após a morte do "Ditador das Areias", o Vice-Primeiro-Ministro Gurbanguly Berdymukhammedov assumiu interinamente o governo. Foram convocadas eleições pelo Parlamento (Conselho do Povo), que referendaram Berdymukhammedov como novo Presidente da República.

A questão dos clãs

Os chamados *low-aggregate identities* (tribos e clãs) são um dos fatores de interesse na determinação do jogo político da Ásia Central, porque as relações familiares persistem e se renovam a cada dia na região e se expressam na sua organização social. Os clãs têm uma importância ímpar, porque agem de maneira quase imperceptível no seio das sociedades, e nem todo o esforço modernizador do Estado soviético logrou acabar com o poder subétnico, como se poderá verificar adiante.

Foram as invasões árabes no século VII que impuseram aos povos pastores e nômades da Ásia Central uma estrutura social com fulcro nos laços de sangue. Cada árabe faz, necessariamente, parte de uma tribo e de um clã. O clã é o elemento fundamental da sociedade árabe primordial, tem regras, hierarquias e leis próprias, é autônomo e soberano. O próprio Profeta Maomé pertencia à tribo dos Qurayshiti (nome de uma das espécies de tubarões do Mar Vermelho), que, no século V de nossa Era, conquistou a cidade de Meca, na Península Arábica. A tribo Qurayshiti, por sua vez, era composta de cerca de dez clãs. O avô do Profeta Maomé, Abd al-Muttalib, era um dos expoentes mais ilustres daquela tribo e um dos chefes de clã mais potentes da cidade, o Banu Hashim (responsável pela guarda da *Kaaba*, a primeira casa de Deus na Terra). O clã Hashim

tinha a obrigação de dar água e comida aos peregrinos que se dirigiam à *Kaaba*. Os descendentes de Abd al-Muttalib viriam a desempenhar um papel muito importante na história do Islã: seu clã foi fundador da Dinastia dos Abássidas e também dá nome à dinastia governante da Jordânia, a Hachemita.

A URSS buscou acabar com o poder dos clãs, com vistas a impor seu domínio aos povos do Turquestão e aos das estepes. Uma das formas para atingir este objetivo foi a imposição de modelos modernizadores ao longo dos 70 anos de seu domínio na Ásia Central, tais como a educação, a alfabetização quase universal, a transformação das sociedades, de nômades e de pastoreio, em urbanas, e a industrialização. Houve, certamente, transformações importantes nas sociedades centro-asiáticas, graças a tais políticas. No entanto, elas não impediram que, no nível subétnico, o modelo estalinista de "economia de escassez" provocasse exatamente o contrário do que a administração moscovita desejava: forneceu mecanismos para a reprodução dos clãs. Isso porque uma das características essenciais dos clãs é a capacidade de se ocultar no âmbito do estrato social. Esta capacidade de ocultação, por causa dos impedimentos ao acesso a bens naquele sistema econômico de restrições ao consumo, ensejou aos clãs servirem como caminho para as pessoas obterem não só os raros bens de consumo e de capital, mas também bens sociais ou políticos. Atualmente, os clãs seguem sendo um facilitador para o acesso a postos políticos e econômicos nos diversos países da região, como será visto adiante.

Apesar de as fidelidades em um Estado moderno, weberiano, serem voltadas para fins impessoais e funcionais, em contraste, o clã é patrimonialista. Nos anos 1990, o modelo de Estado-nação soviético herdado pela região saiu enfraquecido da debacle da URSS, e ganhou fôlego naqueles países recém-independentes o poder subétnico dos clãs, que passaram a participar do jogo político de forma mais atuante, ao conseguirem apontar representantes para integrar os novos governos. Nos dias atuais, é possível ver a relação dos clãs com a política interna por toda a Ásia Central.

No Cazaquistão, após a queda da URSS, a política de identidade de clãs que antecedia ao período soviético ressurgiu com força. O caso do Cazaquistão, aliás, é dos mais interessantes, porque o jugo soviético transformou a estepe, de uma sociedade agrária e de pastoreio, em

uma economia de agricultura mecanizada e de indústria extrativa; de uma sociedade rural, em uma sociedade majoritariamente urbana. Tais transformações extinguiram o papel que os clãs tinham, tradicionalmente, até a virada da década de 1920. Entretanto, desde a independência, novas funções foram criadas na Administração, e os clãs voltaram a ter uma importância relativa nas nomeações políticas. O Presidente Nursultan Nazarbayev privilegia seu clã, dito antigo (*uly zhuz*), situado ao sul e ao sudeste do país, próximo a Almaty (entre outros membros ilustres, faz parte deste clã Kazymzhomart Tokaev, ex-Ministro de Negócios Estrangeiros). O clã do Presidente Nazarbayev mantém-se no poder no país, sem, no entanto, excluir a participação dos outros três grandes clãs cazaques. Assim, o clã cazaque médio (*orta zhuz*) domina os cargos técnicos, sendo majoritariamente composto de russófonos, educados em cidades situadas geograficamente sobretudo no norte e centro do país. O clã novo (*kishi zhuz*) governa a região do Mar de Aral, do Cáspio e do rio Ural.

Em 11/02/2007, foram realizadas as eleições presidenciais no Turcomenistão para indicar o sucessor de Nyazov, que faleceu em 21/12/2006. O candidato oficial, Gurbanguly Berdymukhammedov, já exercia a Presidência interina da República, desde o falecimento do líder e foi confirmado pelo pleito eleitoral, que contou com a participação de outros cinco candidatos, de diversas regiões do país. Os candidatos oficializados, além de Berdymukhammedov, eram pessoas de alguma forma ligadas ao regime anterior (Amanniaz Atajikov, Governador da Província Dashoguz; Orazmurat Garajaev, Prefeito de Abadan; Muhammetnazar Gurbanov, Chefe do distrito de Karabekaul; Ishanguly Nuriev, Vice-Ministro do Petróleo, Indústria de Gás e Recursos Minerais; e Ashirniaz Pomanov, Prefeito de Turkmenbashi). A diáspora turcomena no exílio (Democratic Civic Union, chefiada por Vyacheslav Mamedov) e a oposição no país (Movimento *Agzybirlik*, cujo chefe, Nurberdy Nurmammedov, desapareceu em 23/12/2006) não lograram articular a apresentação de candidatos. O candidato Berdymukhammedov recebeu o apoio do Comandante da Guarda Presidencial, General Akmurad Rejepov, considerado como a eminência parda do regime Nyiazov e o responsável por chamar o Presidente Interino para assumir o governo do país, logo em seguida à morte do ex-dirigente. Rejepov garantiu também o apoio dos demais membros da área de segurança: Agageldy

Mamedgeldyev (Ministro da Defesa, que controlava o exército), Geldy Ashirmuhamedov (Ministro da Segurança Nacional, a MNB, sucessora do Comitê para a Segurança Estatal – KGB – soviética) e de Akmamed Rahmanov (Ministro do Interior, cujo Departamento controlava a polícia uniformizada e os oficiais de investigação criminal).

O presidente interino, entretanto, precisou contar com o respaldo do maior clã turcomeno, da oligarquia Teke, da região Ahal, em que se situa Ashgabat, e do qual fazia parte Nyiazov. Em função da falta de instituições da sociedade civil, os clãs e as elites regionais eram as únicas formas de organizações sociais no Turcomenistão. Assim, sempre prevaleceu nos negócios do país uma das três maiores tribos (Teke, Yomud e Ersari), em cada uma das cinco províncias. Segundo o *Institute for War and Peace Report* (IWPR), Niyazov destruiu os clãs originais do país, mas os novos "não levantaram a cabeça ainda, porém eles existem, com membros provavelmente baseados mais na origem comum, do que em consanguinidade e relações de parentesco".

O novo presidente turcomeno reagiu ao poder dos clãs, e o que poderia constituir um elemento de fragmentação do seu governo (as indicações a cargos segundo critérios de relações de poder tribal) representou uma profunda renovação dos quadros da Administração, poucos meses depois de ser eleito presidente. De início, afastou e, posteriormente, levou à prisão o próprio General Rejepov. Trocou, na mesma ocasião, o Ministro da Segurança Nacional, Ashirmuhamedov, e o do Interior, Rahmanov, mantendo apenas o titular da Defesa, Mamedgeldyev. Desta forma, fortaleceu seu próprio poder, cercando-se de homens de sua total confiança. Destituiu também todos os remanescentes do regime anterior, à exceção do Chanceler Meredov, que, por seu prestígio internacional, garantia uma política externa confiável aos olhos do mundo, e o Ministro da Agricultura, Esenmyrat Orazgeldiyev, de reconhecido perfil técnico e pertencente a uma família que se opôs ao ex-Presidente Nyiazov. Prosseguiu, neste sentido ainda, com trocas em seu primeiro Gabinete, alterado em abril/maio de 2007, e em agosto do mesmo ano, quando substituiu os titulares das pastas da Indústria de Gás e Petróleo, do Comércio, da Indústria Têxtil, da Construção e o Presidente do Banco Central.

No Uzbequistão, os grupos subétnicos continuaram a atuar no seio de uma sociedade majoritariamente agrária. Mesmo as reformas políticas do

Chefe de Estado, como as primeiras eleições para o Parlamento, fazem parte de um jogo político de acomodação da rivalidade dos dois pilares do Regime de Karimov: os clãs das cidades de Tashkent e de Samarcanda. De um lado, há o Serviço de Segurança Nacional do Turcomenistão (SNB), o antigo KGB, chefiado por Rustan Inoyatov, líder do clã de Tashkent; de outro, há o Ministério do Interior do Turcomenistão (MVB), chefiado por Zakir Almatov, líder do clã de Samarcanda. Karimov sempre se apoiou na rivalidade entre os clãs para manter seu poder, tendo sido alçado à Presidência pelo apoio que recebeu, em 1989, de Ismail Jurabekov, chefe do clã de Samarcanda, sua cidade natal.

No caso da República Quirguiz, há o conflito intrínseco entre o clã que domina o Norte e o que controla o Sul do país: o Sul é agrário e tradicional, enquanto o Norte é mais urbano e industrial. O atual Presidente, Kurmanbek Bakiyev, tem relação conflituosa com os representantes do clã nortista do ex-Ministro da Defesa, Felix Kuzov, a quem afastou do cargo, mesmo tendo ele apoiado a derrubada do regime anterior, no episódio da Revolução das Tulipas. Na República Quirguiz, a divisão entre o Norte e o Sul do país é marcante, e o equilíbrio entre os grupos determina a estabilidade do sistema e a composição do governo. A Região Norte recebeu, além de colonos russos, aportes financeiros e indústrias da URSS, enquanto a realidade econômica e social da Região Sul é muito diferente, em termos de desenvolvimento. O ex-Presidente Askar Akayev não foi, na época soviética, líder do Partido Comunista ou do Governo regional. Entretanto, no fim da década de 1990, a situação econômica do país deteriorou-se: segundo estimativas do Banco Mundial e do Pnud, cerca de 40% dos quirguizes viviam abaixo da linha da pobreza, e também surgiram conflitos étnicos com os uzbeques e os tadjiques.

Akayev, então, começou a flertar com a forma de fazer política mais comum aos demais governos da Ásia Central, o autoritarismo. Em fevereiro de 2003, em referendo nacional, o governo conseguiu a aprovação de emendas constitucionais que legalizaram a permanência de Akayev na Presidência da República até 2005. No fim de dezembro de 2004, Akayev acusou o Ocidente de patrocinar revoluções na Ucrânia e na Geórgia. Em janeiro de 2005, protestos da oposição pediram mudanças na lei eleitoral para as eleições parlamentares de fevereiro de 2005 e motivaram a ida de Akayev a Moscou, com vistas a buscar

o apoio da Rússia a seu governo. As denúncias de fraude no sufrágio foram recorrentes, e a indignação do povo desembocou em um processo insurrecional, que teve seu início nas províncias do Sul e, em pouco tempo, tomou a capital, Bishkek. Esse movimento, de abril de 2005, conhecido como Revolução das Tulipas, resultou na queda do Presidente Akayev, em 24/03/2005, com a subsequente implantação de um governo interino, liderado por Bakiyev.

O Presidente Bakiyev enfrentou, desde o início, grande dificuldade em obter legitimidade para o seu governo. A oposição cresceu, motivada por um sentimento generalizado de desequilíbrio regional na repartição do poder. Bakiyev é do Sul, e representaria os interesses do setor agrícola, fazendo com que muitos políticos do Norte começassem a se sentir marginalizados. Em meados de 2006, formou-se o grupo oposicionista Pelas Reformas, exigindo a reforma da Constituição e a diminuição dos poderes presidenciais. No início de 2007 surgiu novo grupo oposicionista, Frente Unida, liderado pelo ex-Primeiro-Ministro Feliks Kulov. A Frente Unida alegava que a recusa de Bakiyev em reconduzir Kulov ao cargo, em janeiro de 2007, significava o rompimento do pacto feito com o eleitorado em 2005, após a queda de Akayev, quando Bakiyev (representando o Sul) e Kulov (representando o Norte) formaram uma aliança para preservar a estabilidade e evitar atritos em um país, histórica e culturalmente, dividido entre as duas regiões. Kulov foi substituído por Azim Izabekov, também nortista, mas com perfil mais burocrático do que político.

Para Roza Otunbaeva, ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros e hoje líder do Partido Social Democrata, a revolução que se iniciou em 2005 continua até hoje. Otunbaeva declarou que "Akayev pode ter ido, mas o homem que o substituiu, o atual Presidente Bakiyev, não é muito melhor. Esse dia (comemoração dos três anos da Revolução) ficará marcado na história quirguiz, mas nossa revolução, nossa vitória, nos foi roubada. *Nós testemunhamos apenas como um clã foi trocado por outro*" (grifo nosso).

No Tadjiquistão os grupos subétnicos alinham entre os principais atores no conflito civil. O vácuo do poder resultante da dissolução do Partido Comunista soviético exacerbou o conflito clânico regional, quando Safari Kendzhaev, Presidente do Soviete Supremo do Partido Comunista da República, insultou a origem Pamir do Ministro do Interior, Navdzhuvanov, no Parlamento, em sessão transmitida pela televisão. O clã da região do Pamir e o da cidade de Garm organizaram

protestos em Dushanbe, que reuniram cerca de 300 mil pessoas durante um mês. Em resposta, o clã de Kulyab – com o apoio financeiro e organizacional de Abdumalik Abdullodzhanov, um dos líderes do clã de Leninabad –, temeroso do sucesso da oposição democrata, realizou um contraprotesto na capital. O Presidente Nabiev organizou então um Batalhão Presidencial, composto de Kulyabs pró-comunistas, armado com 1.700 metralhadoras tomadas da 201ª Divisão do exército russo, que estacionava no país. Logo em seguida, começaram as escaramuças que deram início à Guerra Civil tadjique.

Para encerrar este capítulo, seria interessante reter a noção de que os clãs são, há séculos, uma das formas do exercício do poder na Ásia Central e, mesmo nos dias atuais, permanecem influentes nos cinco países. O clã é instrumental para auxiliar o estudo político da região. O papel que desempenham de forma oculta no seio das sociedades, de provedores de bens de diversas naturezas, faz com que o nível das "entidades de agregados baixos" seja vivo e sempre atuante, renovado em diversos aspectos, malgrado o empenho dos dirigentes soviéticos em acabar com o poder dos antigos e tradicionais laços de parentesco. Se é verdadeiro que o nível das "*higher-aggregate communities*" constitui herança evidente dos 150 anos de dominação russa e soviética, não é menos verdadeiro anotar que, no nível das "*low-aggregate identities*" (tribos e clãs), a herança vem do passado remoto das sociedades centro-asiáticas. Estas só sobreviveram a séculos de opressão, invasões e guerras, fome e expurgos graças à união e à proximidade proporcionadas por esses clãs e tribos, que ainda hoje influem na composição dos governos da região.

PARTE 2
A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS PAÍSES DA ÁSIA CENTRAL PARA O MUNDO ATUAL

Capítulo 5

Quadro geral das relações de poder e de influência que prevalecem na região centro-asiática: Estados Unidos, Índia, Japão, China, França, República Federal da Alemanha e Rússia

Qual a importância da Ásia Central para o mundo moderno? Depois de passar em revista a história da região centro-asiática e verificar como foi a criação dos Estados, a fabricação de nações e a recomposição das sociedades anteriores, o processo de independência política recente da URSS e as diversas influências de religiões, etnias, clãs e partidos políticos, esta parte da tese objetiva dar uma resposta a essa pergunta e demonstrar, do ponto de vista oficial de alguns atores de peso no cenário mundial, como sua política externa considera os Estados da Ásia Central. Em seguida, pretende-se ratificar que a região é relevante por si mesma e que sua inserção no mundo beneficia a todos, dados os elementos da segurança energética e estratégico-militar dos dias que correm.

Quadro geral das relações de poder e de influência que prevalecem na região centro-asiática

Os Estados Unidos e a União Europeia (e também o Brasil) são recém-chegados na Ásia Central, enquanto os vizinhos dos cinco *core States*, China, Rússia, Irã, e Índia estão há séculos na região, sem falar do substrato túrquico, comum a quase todos. Há uma ótica ocidental construída ao longo de séculos a respeito da região, que vem povoando a imaginação do Ocidente desde os muitos relatos dos viajantes à região,

de que seria o mais notório – embora não o único – o de Marco Polo. A Ásia Central, particularmente desde a guerra da URSS no Afeganistão e a posterior retirada dos soviéticos, voltou a chamar a atenção do mundo Ocidental, tendo adquirido ênfase após os processos de independência dos países individuais e a compreensão de sua importância, o "o centro de tudo", no dizer do Professor Frederick Starr, da Paul H. Nitze School of Advanced International Studies (Johns Hopkins University). Ele aponta para a óbvia importância do setor energético da região, mas pesa ser ela a única "*surrounded entirely by nuclear powers*", apesar de se caracterizar como o lugar que mais bem serve de apoio às ações empreendidas, tanto pelos Estados Unidos quanto para a União Europeia, na Guerra ao Terror no Iraque e na campanha militar no Afeganistão.

Como já foi dito, alguns Estados possuem, há séculos, influência na região, entre eles o Irã e a Turquia, embora com meios bem mais limitados do que os das grandes potências, ou, como lembram Djalili e Kellner, os dois países têm *"grandes ambitions et moyens limités"*.[47] O Irã seria a rota mais simples para escoar a produção de bens energéticos do Mar Cáspio, mas há obstáculos de ordem política (o isolamento do país imposto pelos Estados Unidos), econômicos (o gás turcomeno é potencialmente concorrente do iraniano) e, do ponto de vista da segurança, o escoamento da produção do Cáspio pelo Golfo Pérsico reforçaria a importância estratégica do golfo, quando a alternativa da produção do Cáspio é, justamente, útil em termos estratégicos para contornar aquela área conflituosa. O governo de Teerã adotou uma política de aproximação aos países da Ásia Central, pela via multilateral, apresentando-se, não como Estado revolucionário, mas como potência regional, fortalecendo a ECO e se esforçando para integrar a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), em que já possui o *status* de observador. Nesta última organização, a adesão iraniana enfrenta a oposição de Rússia e China, que não desejariam "o risco de importar o problema nuclear iraniano para o âmbito do grupo". Bilateralmente, Teerã rapidamente abriu missões diplomáticas em todas as capitais centro-asiáticas. No caso do Turcomenistão, com o qual divide mais de 1.000 km de fronteiras, conta com uma relação especial, tendo sido inaugurada uma importante ligação ferroviária,

[47] Op. cit. p.126.

em 1996, entre os dois países. Com o Tadjiquistão também desenvolve um bom relacionamento. Em todo caso, o Tadjiquistão é de população majoritariamente sunita, o que afasta, religiosamente, os dois países, porque mesmo os xiitas do Pamir são considerados como um cisma pelo clero iraniano. Em termos comerciais, vale mencionar que, segundo dados da UNCTAD, o quadro de exportações do Irã para os países de economia em transição ficou estável em um por cento1%, em 1990, 1,1% em 2000 e 1,1% em 2006 (*Handbook of Statistics*, 2008). Porém, as importações feitas pelo Irã provenientes daquele grupo de países cresceram constantemente: eram de 2,8% do total das compras do país, em 1990; 10,8%, em 2000, e 12,5%, em 2006. Em 2005, segundo os últimos dados de comércio bilateral, os resultados das trocas com a região foram expressos em dólares, conforme exposto no quadro:

País	Exportação	Importação	Balança Comercial
Turcomenistão	**126,261,181**	**153,182,517**	**-26,921,336**
Tadjiquistão	**100,824,872**	**5,132,270**	**95,692,602**
Uzbequistão	**68,260,635**	**136,694,327**	**-68,433,692**
Cazaquistão	**51,542,584**	**245,775,897**	**-194,233,313**
Rep. Quirguiz	**31,030,425**	**5,815,024**	**25,215,401**

Fonte: <http://www.irica.gov.ir>

Como o Irã, a Turquia é um ator regional muito interessado pela região, mas limitado e com a desvantagem de não compartilhar fronteiras com a Ásia Central, mas que procura se inserir ativamente, pelo espaço túrquico que imaginou ressurgir após a independência das quatro repúblicas turcófonas da Ásia Central (e do Azerbaijão), com 120 milhões de pessoas de raízes comuns étnicas, religiosas, culturais e linguísticas. *"L'activisme politique d'Ankara, contrairement à Téhéran, a bénéficié très vite du soutien de Washington"*, que considerava a Turquia como meio de contenção da *"menace islamique potentielle que représentait*

l'Iran".[48] Mas o surgimento de um século XXI Turco, como dizia o ex-Presidente do país, Turgut Ozal, logo se demonstrou ilusório: há pelo menos cinco grupos linguísticos turcos, o que, na verdade, torna a comunicação entre um turco e um cazaque muito difícil. Parece que só o azeri seria um idioma turco compreensível totalmente para um cidadão de Ancara, por exemplo. E, quanto à questão religiosa, o mundo turco é fragmentado: os azeris são, em sua maior parte, xiitas. A política externa turca para a região tem êxitos que poderão levar o país a dispor de uma posição de maior proeminência na região, no futuro: foi criada, em 1992, a Agência Turca de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (Tika), com centenas de projetos executados e em execução na Ásia Central, a exemplo do único centro de transplante de medula óssea, instalado em Bishkek. O Centro começou a ser construído em 2004 e fez sua primeira operação em 2007. O governo de Ancara concede ajuda humanitária e tem mais de cem escolas turcas na região, além de faculdades, como a Universidade Internacional Quirguiz Turca, de Manas, e a Universidade Internacional Turcomeno Turca. Em termos de diplomacia multilateral, a Turquia tem responsabilidades como membro da Otan e apoia a Força Internacional de Assistência para a Segurança do Afeganistão (Isaf) "inclusive militarmente", como disse o Chanceler Ali Babacan. O quadro a seguir mostra a dinâmica das trocas, dos investimentos e contratos entre a Turquia e os países da Ásia Central, com dados de 2007, em milhões de dólares:

País	Comércio bilateral total	Investimentos	Contratos e projetos
Turcomenistão	**735**	**1,500**	**8,500**
Tadjiquistão	**260**	**400**	**300**
Uzbequistão	**838**	**1,000**	**1,600**
Cazaquistão	**2,300**	**1,500**	**4,000**
Rep. Quirguiz	**225**	**300**	**450**

Fonte: <http://www.mfa.tr>

[48] Djalili & Kellner. Op. cit. p.133.

Com o intuito de entender o porquê do interesse renovado das potências regionais e da potência hegemônica pela região, passa-se em revista, a seguir, a política oficial dos Estados Unidos, Índia, Japão, China, França, Alemanha (como casos de cooperação da EU) e da Rússia.

Estados Unidos

> *Transformational diplomacy is rooted in partnership; not in paternalism. In doing things with people, not for them, we seek to use America's diplomatic power to help foreign citizens better their own lives and to build their own nations and to transform their own futures* (Condoleezza Rice).[49]

Há muitos interesses de longo prazo, dos Estados Unidos, na Ásia Central. Para o Professor Frederick Starr, entre eles, estariam evitar o conflito entre as maiores potências envolvidas na região e promover o exemplo, que seria exitoso, dos seus Estados seculares em sociedades muçulmanas. Deste modo, seria vital para Washington que o equilíbrio dos grandes países não fosse rompido na região, já que haveria um potencial de confronto muito claro no caso da Rússia e da China, com interesses "fundamentalmente competitivos" naquela área (Starr). *Contrario sensu*, merece registro que as relações sino-russas pareceriam viver momentos de calmaria e entendimento, de que é significativo exemplo o fato de a primeira visita oficial ao exterior do Presidente Medvedev, eleito em 2008, ter sido a Astaná e, em seguida, a Pequim. A este respeito convém notar que a bacia do Mar Cáspio também foi ameaçada pelo conflito de agosto de 2008 envolvendo a Geórgia, a Ossétia do Sul, a Abkásia e a Rússia (houve explosão de bombas nas proximidades do BTC, que, por duas vezes, obrigaram a suspensão temporária do fornecimento de petróleo por aquela via).

No que tange ao interesse pela prevenção do conflito, os países da Ásia Central têm a seu favor, desde a sua independência, a capacidade de contornar razoavelmente bem as diferenças e evitar conflitos inter-regionais, quando resolveram suas disputas de fronteiras por meio de

[49] RICE, Condoleezza. *Remarks on Foreign Assistance*. Washington, DC: Benjamin Franklin Room, 19 jan. 2006.

acordos. Todos os líderes da região se conhecem e convergem nesta união de interesses pela paz no seio da Eurásia, de que é bom exemplo a procura comum pelo estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares. Quanto à promoção do exemplo da governança local para o resto do mundo islâmico, nota-se que nos cinco países prevalecem sistemas legais, fundamentalmente de tipo ocidental. "*It is relevant to the Muslin world, and it is the best alternative to the kind of theocratic and autocratic thinking that led to 9/11.*" (Starr).

Para Washington, a Ásia Central é uma região importante estrategicamente por dois aspectos principais: deter o terrorismo internacional e garantir livre acesso às suas imensas riquezas energéticas. A potência hegemônica chegou à região apoiando, desde 1991, os movimentos libertários centro-asiáticos e o desenvolvimento dos países e suas sociedades. De fato, conta-se aos milhares o número de estudantes que foram para os Estados Unidos estudar e fazer especializações, sem falar na concessão de ajuda humanitária e a ativa participação na Parceria pela Paz, da Otan. Este é um fato positivo para a presença norte-americana na região. No entanto, Stephen Blank observou, em artigo de 2007,[50] que o então Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates, listou uma gama de necessidades de assistência para a Ásia Central e o Afeganistão, que incluíam fundos para programas antiterrorismo, combate ao tráfico de narcóticos e para a integração regional para os quais os Estados Unidos "*could not go on bearing the brunt of assistances burden*". O custo das guerras do Iraque e do Afeganistão forçou cortes em outras áreas, o que já permitia prever que a região enfrentaria diminuição de recursos a ela destinados. O país mais prejudicado, neste caso, seria a República Quirguiz. Concluía o Professor Blank que "*US energy investments may go in and around the Caspian Basin. But an one-legged and private policy cannot compete for influence with Russia and China's comprehensive and strategic approaches*".

O governo norte-americano adotou uma política externa com a novidade de ser cooperativa, mas passou a sofrer com a falta de recursos suficientes para levar adiante, com força e empenho, os programas de

[50] BLANK, Stephen. The Ups and Downs of America's Central Asian Relationships. *A EurasiaNet Commentary*, 26 jul. 2007. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/departments/insight/articles/eav072607a.shtml>.

BLANK, Stephen. The Ups and Downs of America's Central Asian Relations. *Eurasia Insight*, 26 jul. 2007.

cooperação inicialmente previstos. A forma para lograr alcançar aqueles dois grandes objetivos (*avoidance of the conflict* e fomento do modelo de governo com base na lei em sociedades muçulmanas educadas) pareceria ser a mesma há dois mil anos: o desenvolvimento do comércio continental pela região, caminhões indo e vindo de Hamburgo a Hanói, do Oriente Médio a Xangai, da Escandinávia a Índia "*and all of them crossing Central Asia*" (Starr, 2008).

Em termos institucionais, em fevereiro de 2006 houve uma importante mudança no organograma do DoS, que acompanhava a filosofia da política externa dos Estados Unidos para a Ásia Central, em favor de uma política externa cooperativa, que deixava para outras instâncias do governo norte-americano lidar com as questões mais específicas de segurança e de Guerra ao Terror. Isto se fez mediante a criação do que a Secretária Rice chamou de diplomacia transformacional.

Desde 21 de fevereiro de 2006, assumiu a chefia do novo Departamento de Assuntos da Ásia do Sul e da Ásia Central o Secretário de Estado Assistente, Embaixador Richard A. Boucher. A nova estratégia para a região foi apresentada em uma audiência do Congresso norte-americano em 25 e 26 de abril de 2006. O Embaixador Boucher afirmou que ligar as nações da Ásia Central com seus vizinhos da Ásia do Sul "*is a win-win situation for all*". Novas oportunidades e conexões poderiam transformar a região centro-asiática, um espaço antes negligenciado, em um elo vital, e dar às nações e aos povos da região novas opções.

O sucesso da nova proposta de ação externa, na visão do DoS, prendia-se ao tratamento da questão do Afeganistão, essencial para o funcionamento desta estratégia diplomática: de um país que, nos últimos dois séculos, atuou como uma espécie de barreira, dividindo a região, o Afeganistão retomaria seu papel natural como "o pivô da Ásia Central e da Ásia do Sul, tendo grande potencial de se constituir como uma ponte ligando as vastas estepes do Cazaquistão com os grandes portos do Oceano Índico e da grande Ásia".[51]

Os Estados Unidos têm "interesses profundos e de longo-prazo na Ásia do Sul e Central", ancorados em missões de elevado nível à região (outubro de 2005, da Secretária de Estado, Condoleeza Rice; março de

[51] Discurso do Secretário de Estado Assistente Richard A. Boucher. Istambul, Turquia, 13 jun. 2006, op. cit.

2006, do Presidente George Bush ao Afeganistão, Paquistão e Índia; e, maio de 2006, do Vice-Presidente Cheney ao Cazaquistão). Do ponto de vista oficial, as três finalidades principais do Departamento de Estado para a região centro-asiática são:

1. fortalecer a estabilidade democrática e as reformas econômicas;
2. impulsionar a segurança e a cooperação regionais na guerra aos narcóticos e ao terrorismo;
3. promover o crescimento econômico e a cooperação regional.

O Secretário Assistente Richard Boulcher recorda que os países da região centro-asiática e o Afeganistão não têm saídas para o mundo (*landlocked countries*) e, por isso, todos são dependentes de seus vizinhos e se beneficiariam muito pelo incremento das conexões com cada um. Neste caso, explicou que os Estados Unidos apoiaram múltiplas vias de saída para o petróleo e para o gás da Ásia Central "*not as a strategy to counter any one country, but rather as a way to increase export options and opportunities for all*". Está convencido de que a estabilidade econômica e a independência da Ásia Central dependem dessas "múltiplas saídas para o mundo", múltiplos conjuntos de oleodutos e gasodutos, múltiplos corredores de transporte e múltiplos parceiros comerciais. Os cinco Estados encontram-se numa situação de desequilíbrio constante exatamente por não disporem de vias de saída para o mundo. Isso significa que todos eles dependem de seus vizinhos e se beneficiariam muito pelo aumento das suas conexões. Assim, múltiplos elos Norte-Sul e Leste-Oeste precisam ser feitos nos setores energético, de transportes, de comércio e de comunicações. Dessa forma, os Estados Unidos apoiam iniciativas como a da troca comercial de eletricidade entre a Ásia Central e a do Sul, mediante a criação de um corredor regional de linhas de transmissão.

> Não estamos trabalhando, como alguns nos acusam, pela derrubada de regimes atualmente existentes nem para obter vantagens da instabilidade política e econômica. De fato, apoiamos exatamente o contrário: estamos promovendo a ideia da estabilidade de longo prazo pela reforma.

Outra área de cooperação que o governo dos Estados Unidos vê com grandes possibilidades de entendimento na região é a de transportes. Na Ásia Central, o ADB tem sido instrumental no financiamento de vários projetos viários e de fornecimento de assistência técnica, trabalhando com diversas parcerias na consecução de um anel viário afegão, cujas principais seções já foram quase totalmente reconstruídas. Em 2007, a cooperação no setor incluiu a inauguração de uma ponte sobre o Rio Pyanj, entre o Afeganistão e o Tadjiquistão, financiada pelos Estados Unidos, no valor de 36 milhões de dólares, com serviços de aduana e instalações de fronteira dos dois lados para mil veículos por dia, o que deverá estabelecer uma nova era para o comércio entre o Norte e o Sul da região.

O DoS considera-se um parceiro da região em vários aspectos que incluem, com o apoio do Representante Comercial dos Estados Unidos, a iniciativa de redução de barreiras de comércio regionais e investimentos recíprocos dos governos da região. A Agência Internacional de Desenvolvimento (ADI) dos Estados Unidos trabalha na questão de aduanas, mediante a implantação de projeto para harmonizar e fortalecer liberações alfandegárias. Este país coopera com os governos da região também por meio de suas instituições regionais, (o Programa Econômico de Cooperação Regional da Ásia Central e a Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional) e por intermédio do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento.

Entre os próximos passos da diplomacia norte-americana, está prevista a alocação de 3,5 milhões de dólares num em um projeto dirigido a estabelecer um mercado energético competitivo e transparente na região. Assinaram, ainda, empréstimos de 800 mil dólares, da Agência de Desenvolvimento do Departamento de Comércio, para apoiar parcerias entre o governo tadjique e a Companhia de Energia AES dos Estados Unidos, objetivando constituir a primeira fase de um projeto maior, a construção de nova hidroelétrica tadjique e a exportação de energia pelo Afeganistão e pelo Paquistão.

O Embaixador George Kroll, Vice-Secretário de Estado Assistente, em 11 de novembro de 2008 proferiu palestra no Centro para Pesquisas Estratégicas, do Tadjiquistão, na qual explicou que, apesar da mudança de governo nos Estados Unidos em 2009, as políticas do país para a Ásia

Central devem permanecer. Instado por uma pergunta, do porquê de os Estados Unidos terem interesse por uma região do mundo tão afastada da realidade de seu país, declarou:

> [...] The United States has clear security interests in seeing stability and peace prevail in Afghanistan and more broadly in Central Asia. No one can forget that planning for the September 11 attacks on New York and Washington came from people who were given haven in Afghanistan. No one can ignore the steam of narcotics from Afghanistan. The threats from Afghanistan have reached our very shores many thousands of miles away and have killed our people [...]

Desse modo, o Departamento de Estado, ainda que devotado a uma linha de política externa de cooperação técnica e econômica e de corredores de transporte, reconhece o imperativo de buscar a paz e a estabilidade da região, a integridade territorial e a prosperidade dos cidadãos, objetivos, segundo a diplomacia dos Estados Unidos, compartilhados por China, Rússia e governos da área. Embora não se manifestem de modo oficial e até mesmo neguem que estejam na região como meio de contenção das potências locais, esta deve ser uma questão estratégica de fundo, a da hegemonia e controle dos Estados Unidos naquela parte do mundo, em face dos demais atores de peso lá presentes.

Índia

A Índia está historicamente envolvida com a região e seus interesses nacionais estão mais uma vez em jogo na Ásia Central. A economia indiana crescia a taxas extraordinariamente altas, de cerca de 6% ao ano, em média, desde o começo da década de 1990. Os empresários indianos esforçavam-se para vender a imagem de uma economia pujante, de um país de destaque: *India Everywhere* foi o slogan que adotaram no Foro Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, em sua edição de 2006, para mostrar o ímpeto de seu avanço rumo ao desenvolvimento do país, que incluia a compra de ativos no exterior de bens de renome, como o Champanhe Tattinger. As aquisições no exterior da Mittal Steel, como a compra da Arcelor, pelo empresário de origem indiana Lakshni N. Mittal, transformaram a empresa na maior siderúrgica do mundo, embora

ela não seja "totalmente indiana, pois apenas recentemente começou a investir neste país". Tudo para tentar vender ao mundo a imagem de uma Índia moderna, recordista na terceirização de empresas e na tecnologia da informação.

Ainda que se trate de uma imagem de um país em grande ímpeto de desenvolvimento, forjada de maneira bastante relativa (na verdade, o PIB *per capita* indiano é de US$ 2,489.00, e o país ocupa o 132º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do Pnud de 2008, em um total de 179 países).[52] A Índia necessita de fontes de abastecimento de energia renovadas para manter seu crescimento econômico. Dessa forma, o país está em estado de absoluta dependência de seus vizinhos próximos, ricos dessas fontes. Inscrevem-se, nesse contexto, seus interesses estratégicos com o Irã e, naturalmente, com os países da Ásia Central. Nova Delhi procura ter acesso ao petróleo e ao gás da região, envolvendo-se em megaprojetos, como os dos oleodutos Irã-Afeganistão-Paquistão-Índia e Turcomenistão-Irã-Afeganistão-Paquistão-Índia. Ambos os oleodutos, ou apenas um deles, já tornaria confiável o acesso a fontes de energia, ao mesmo tempo em que daria impulso à melhoria das relações entre a Índia e o Paquistão. No começo de abril de 2008, o Vice-Presidente indiano, Mahomed Hamid Ansari, realizou exitosa viagem ao Cazaquistão, quando a parte cazaque aceitou a cooperação indiana em gás natural e petróleo, em particular no campo de Satpatev. O Presidente Nazarbayev afirmou durante a visita que "a Índia poderá colaborar para que o Cazaquistão alcance a meta de produzir 15 milhões de b/d de petróleo dentro de 10 anos", e o Primeiro-Ministro Massimov chamou a Índia de "nossa vizinhança ampliada". Esta cooperação era o que os indianos buscavam há anos, e os frutos são extremamente relevantes, pois o comércio bilateral deverá ser beneficiado (em 2007, as exportações cazaques foram de 48 milhões de dólares e as importações, de 147 milhões de dólares, segundo dados obtidos pela Embaixada do

[52] "[...] O abismo entre imagem e realidade é maior na Índia, que diz ser a maior democracia do mundo, com uma classe média educada e uma mídia noticiosa livre. Porém, os direitos fundamentais à água limpa, à comida e ao trabalho continuam sendo abstrações vazias para centenas de milhões de indianos, cuja penúria raramente supera a obsessão da mídia noticiosa por celebridade e consumo. A cultura da ganância explica em parte por que uma mulher é morta pelo marido ou por parentes a cada 77 minutos por não ter um dote suficiente." MISHRA, Pankaj. China e Índia: ganhando poder, perdendo valores. *The New York Times*, edição de 22 nov. 2006.

Brasil em Astaná) e os entendimentos políticos deverão se tornar mais intensos e fluidos. O Chanceler Tokayev anunciou o apoio à entrada da Índia em um Conselho de Segurança das Nações Unidas expandido, pois a Índia é um *reliable partner* do Cazaquistão.

Ademais, a Índia quer desenvolver uma nova rede de linhas de transmissão energética que integre os Estados da Ásia Central com os do subcontinente. Para os indianos, esta seria uma forma de alavancar sua presença econômica na região. A ideia recebe o apoio entusiasmado dos Estados Unidos, que consideram este projeto uma oportunidade de contrarrestar a crescente influência política e econômica da Rússia e da China na Ásia Central.

Há, também, interesses estratégicos expressivos em jogo. Em abril de 2006, uma base aérea indiana tornou-se operacional na cidade de Ayni (também chamada Farkhor), no Tadjiquistão,[53] com capacidade para receber de 12 a 14 caças-bombardeios MiG-29. A origem das negociações tadjique-indianas para a instalação militar foi o fechamento, pelo Paquistão, de seu espaço aéreo para a Índia realizar operações contra terroristas islâmicos na Ásia Central e no Afeganistão na crise de 2001-2002. O governo de Nova Delhi anunciou em 2004 a política para projetar seu papel na região centro-asiática e, assim, agir em favor da segurança não somente da Ásia do Sul. O estabelecimento da base indiana representaria mais do que dispor de poder militar na retaguarda do grande rival, o Paquistão, mas uma afirmação de seu poder regional e de sua habilidade genuína em desempenhar um papel na segurança da Ásia Central.

A realidade de mais uma base estrangeira no Tadjiquistão levou internamente a um debate, no qual o Vice-Ministro de Relações Exteriores deste país, Saimumin Yatmov, tornou pública a negociação indiana-tadjique, supostamente reservada até então. No entanto, o Major General Maruf Khasanov, Chefe do Departamento de Cooperação Internacional do Ministério da Defesa tadjique, procurou minimizar o assunto e esclareceu existir apenas um acordo de assistência entre as partes, para a reconstrução da instalação militar. A base de Ayni significaria a projeção do poder indiano, não só para finalidades militares contra eventuais ataques de terroristas ou do Paquistão,

[53] BLANK, Stephen. *India*: The New Central Asian Player. *A EurasiaNet Commentary*, 26 jun. 2006. Disponível em: <http://eurasianet.org/departments/insight/articles/eav062606a.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2006.

mas também para advertir, de certa forma, a própria China, ainda vista pelos intelectuais indianos como uma rival estratégica na região, porque poderia estar vendendo armamentos para o Afeganistão.[54] A base em Ayni também é um exemplo, bastante eloquente, da "sede estrangeira por bases militares na Ásia Central".

Japão

A política externa japonesa para a Ásia Central não mudou desde 2006, quando o então Ministro dos Negócios Exteriores, Taro Aso, explicava as principais razões pelas quais o Japão tinha grandes interesses na Ásia Central:[55]

1. a estabilidade do interior da Eurásia era vital para a prosperidade do Japão e, para mantê-la, os japoneses estavam dispostos a ajudar na melhoria dos meios de transportes de bens e pessoas;
2. a riqueza dos recursos do subsolo da Ásia Central, especialmente da região que circunda o Mar Cáspio. O Japão ainda não importava petróleo ou gás da região centro-asiática, pelo menos até junho de 2006, mas desejava manter a possibilidade deste acesso, caso a instabilidade do Oriente Médio aumentasse, ou em caso de dificuldades no âmbito da (Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo) Opep. A região, ademais, é grande produtora de ouro, e o Japão é um dos maiores importadores de ouro do mundo, além de urânio, estratégico para a matriz energética do país;
3. as afinidades de modelos de reconstrução dos países da Ásia Central e o do Japão do segundo pós-guerra, sumarizado no conceito "Paz e felicidade pela prosperidade econômica e pela democracia".

O governo japonês ressalva que o papel mais importante no atual jogo não pode ser exercido por nenhum outro país, mas apenas pelos governos

[54] BLANK, op. cit.

[55] Central Asia as a Corridor of Peace and Stability, discurso do Ministro Taro Aso, no *Japan National Press Club*, em 1º jun. 2006. Disponível em: <www.mofa.go.jp>. Acesso em: 10 jun. 2006.

da região, uma vez que não se vive mais, como no *Great Game* do século XIX, em um mundo imperial. À luz das razões supramencionadas, o governo japonês dá ênfase a sua Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. De 1991 a 2004, concedeu 30% de todo o valor destinado à cooperação mundial para a Ásia Central, algo da ordem de 280 bilhões de yens. Isto fazia do país um dos maiores doadores de assistência econômica para a região. Com essas medidas, o governo japonês enfatizou algumas conquistas em suas relações com a região centro-asiática:

a) as trocas de visitas de dignitários tornaram-se mais ativas, como a realizada pelo então Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi, a primeira de um Chefe de Governo japonês à Ásia Central (Cazaquistão, em 28 de agosto de 2006, e Uzbequistão, em 29 de agosto de 2006). A visita de Koizumi realizou-se para dar musculatura à estratégia de aprofundar os contatos e, no futuro, reduzir, mediante a promoção de acordos comerciais e no campo da energia nuclear, a dependência das importações do Oriente Médio, de onde provinham 80% do petróleo e do gás que consome;
b) o comércio vinha-se intensificando, e voos diretos entre o país e a região foram inaugurados sob a Diplomacia para a Região da Rota da Seda, do então Primeiro-Ministro Ryutaro Hashimoto, em 1997;
c) o diálogo Ásia Central mais Japão, de agosto de 2004. Enquanto, pela Diplomacia para a Região da Rota da Seda, o Japão trabalhava para cultivar as relações bilaterais com a região, pelo diálogo Ásia Central mais Japão tem-se a vertente multilateral desse relacionamento, que se reúne "com base nas fundações colocadas pelas relações bilaterais".

O Ministério dos Negócios Estrangeiros informa que são três as diretrizes de política externa do Japão para a Ásia Central:

1. aproximação com a região, com base numa perspectiva ampla;
2. apoio à cooperação regional;
3. procura por parcerias enraizadas nos valores universais em comum.

No primeiro caso, a estabilidade da região caminha junto com a dos seus países e vizinhos. O Japão deseja contribuir para a estabilidade da região mediante a viabilização de uma Rota do Sul, uma autoestrada que atravesse o Afeganistão, ligando a Ásia Central ao Oceano Índico. O Japão também trabalha na recuperação do anel rodoviário afegão e, há anos, coopera com o Paquistão para ultimar uma autoestrada da cidade paquistanesa de Peshawar até o porto de Karashi, o que beneficiará toda a *land locked region*. Outro grande projeto para a cooperação do Japão é o oleoduto que pretende ligar Turcomenistão, Afeganistão, Paquistão até a Índia, em um verdadeiro Corredor de Paz e Estabilidade para a região, juntamente com a grande obra de estradas de rodagem.

Quanto à segunda diretriz (apoio à cooperação regional), o governo japonês considera que, sendo países frágeis economicamente, entre outras causas pela herança soviética de especialização da economia em determinados setores, sem cooperação regional, o potencial de cada país ficava diminuído. Se for considerado o Produto Nacional Bruto (PNB) total da região, de uns 63 bilhões de dólares em 2004, mas que dobrou para 121 bilhões, em 2006, e que chegou a 148,7 bilhões, em 2007, conclui-se que a construção de economias com vitalidade na região deveria, necessariamente, contemplar a cooperação regional. Isso vale também para a solução de problemas que ultrapassem as fronteiras nacionais, como a questão das drogas, do meio ambiente e dos recursos hídricos.

A terceira diretriz diz respeito, não a aspectos meramente retóricos, mas à realização de ações concretas, como a participação de especialistas nipônicos no Uzbequistão para auxiliar na interpretação de leis sobre a bancarrota dos bancos e o apoio da Agência Internacional de Cooperação do Japão (Jica) a seminários sobre revitalização de empresas na República Quirguiz. Graças a esta terceira diretriz, seria possível falar sobre democracia, economia de mercado, salvaguardas aos direitos humanos e império da lei.

No âmbito do diálogo cooperativo Ásia Central mais Japão, o governo japonês promoveu um Plano de Ações, que objetivava conter a proliferação do terrorismo e das drogas mediante a melhoria do gerenciamento das fronteiras e do reflorestamento da área que margeia o Mar de Aral. As discussões também incluem a questão do aperfeiçoamento dos mecanismos de comércio e dos investimentos, e a promoção da autoestrada da Rota Sul. O governo afegão completava

o quadro da participação no diálogo, na condição de observador, o que contribuiria para fazer da região um Corredor de Paz e Estabilidade.

As relações bilaterais do Japão com o Cazaquistão, e do Japão com o Uzbequistão, são particularmente importantes e merecem ser sumariadas:

1. Cazaquistão: em 2006, o intercâmbio comercial entre o Japão e o Cazaquistão foi 1,128 milhão de dólares, sendo 914 milhões exportados pelo Japão e 214 milhões pelo Cazaquistão. Durante sua visita ao país, em 2006, o Primeiro-Ministro Koizumi realizou consultas com o Presidente Nazarbayev sobre desenvolvimento e segurança regionais e questões energéticas. Os dois países cooperarão para desenvolver as minas de urânio cazaques e outros recursos naturais do país. No âmbito da visita, o Ministro da Energia e Recursos Minerais do Cazaquistão, Bakhtykozha Izmukhambetov, e o Embaixador do Japão no Cazaquistão, Tetsuo Ito, assinaram um Memorando de Entendimentos sobre a promoção da cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear. O Cazaquistão possui a terceira reserva do mundo do mineral e pretende quadruplicar a produção para tornar-se o maior produtor mundial até o fim da década. Em entrevista coletiva, o Premiê Koisumi declarou que o Cazaquistão poderia tornar-se um "motor impulsor do desenvolvimento da Ásia Central" ("*a driving force for Central Asia's development*") e que a cooperação no desenvolvimento de minas de urânio e no campo da energia nuclear é promissora. No governo Abe, o Chanceler Taro Aso formulou o conceito do "arco da liberdade e prosperidade", ao qual agregou iniciativas voltadas ao Sudeste Asiático, ao Oriente Médio e à Ásia Central. No início de maio de 2007, foi preparada a missão a Astaná, composta de 150 empresários, liderada pelo Ministro da Economia, Comércio e Indústria, Akira Amari. Desta visita resultaram acordos das principais *tradings* japonesas com empresas cazaques, buscando garantir o suprimento de urânio para o Japão. Por sua vez, o governo do Japão se dispôs a cooperar bilateralmente em projetos relacionados ao enriquecimento de urânio e na construção de reatores nucleares do tipo LWR (reatores nucleares de água leve).

2. Uzbequistão: em 29 de agosto de 2006, o Primeiro-Ministro Koisumi encontrou o Presidente Karimov do Uzbequistão. A conversa versou sobre a expansão do comércio entre os dois países, e as partes concordaram em trocar informações sobre eventual cooperação no

desenvolvimento dos recursos de urânio do Uzbequistão. O Japão também forneceu 2,8 milhões de dólares em bolsas de estudo para que funcionários uzbeques estudassem no país, no período de 2007-2009, ao abrigo de um novo acordo educacional. Algumas fontes de imprensa indicaram que, no encontro privado dos dois mandatários, o Primeiro-Ministro Koisumi teria encorajado Karimov a reaproximar-se dos Estados Unidos, argumentando em razão dos interesses em comum, como a convergência de opiniões quanto aos esforços para conter o programa nuclear do Irã.

O quadro apresenta o comércio bilateral do Japão com a área, em 2008 (com valores em mil yens convertidos para dólares pela Bloomberg.com):

ANO 2008 PAÍS	EXPORTAÇÕES: ACUMULADO NO ANO	IMPORTAÇÕES: ACUMULADO NO ANO
TOTAL	436,893,210.00	1,286,969,000.00
Uzbequistão	84,384,820.00	345,373,210.00
Cazaquistão	230,042,680.00	938109910,00
República Quirguiz	38,251,350.00	1,185,640.00
Tadjiquistão	1,937,650.00	6,490,70.00
Turcomenistão	82,276,690.00	2,293,920.00

Fonte: Ministério das Finanças do Japão, estatísticas, 2008.

China

Um ponto que merece ser enfatizado acerca do relacionamento sino-centro-asiático é o de que a China, depois de ter 150 anos de presença afastada pelos russos e pelos soviéticos – que lhe fecharam as fronteiras –, voltou a ter, em apenas 10 anos após as independências, intensa presença na Ásia Central, sobretudo por três razões: a segurança, o comércio e os bens energéticos.

Para a Chancelaria chinesa, a região com a qual compartilha 3.300 km de fronteiras gera preocupação com o que chama das "três forças" (tráfico de drogas, terrorismo e extremismo religioso), que animam a questão do separatismo, ameaça concreta para a China, particularmente na Província Autônoma Chinesa do Xinjiang Uygur, no oeste do país, mais vulnerável

a esses males, e que exige cuidadoso trabalho diplomático de consultas e visitas de alto nível com os vizinhos da Ásia Central. Essa tarefa tem sido executada bilateral e regionalmente, sob a égide da OCX, tendo como frutos acordos de cooperação e boa vizinhança, e parcerias estratégicas. Não surpreende que o comércio da China com a região tenha crescido 700% de 2000 a 2005. No caso do Cazaquistão, o primeiro semestre de 2008 registrou um comércio bilateral de 6,5 bilhões de dólares, com a estimativa de atingir 15 bilhões de dólares no fim do ano.

Quanto ao comércio, de acordo com a OCDE:

> For the Central Asian countries, apart Turkmenistan, the second most important trade partner in the wider region (after Russia) is China. The Kyrgys Republic imports a striking 40 per cent of its total trade from China (some of which is sold on to consumers in Uzbekistan) and Kazakhstan 14 per cent. These two countries, followed by Uzbekistan and to a lesser extent Tajikistan, conduct a substantial share of their total trade with China.[56]

Cabe acrescentar a informação de que, em 2006, o comércio sino-cazaque era o terceiro destino das exportações cazaques, e o segundo das importações.

A China depende em cerca de 50% do fornecimento do petróleo do Oriente Médio e, segundo dados disponíveis, seria consumidora de 7,1% da produção mundial de petróleo. Até 2010, as necessidades de importações de petróleo e de gás pela China foram da ordem de 120 milhões de toneladas anuais. Os chineses mantêm, assim, uma política bastante agressiva de aproximação com a região. Exemplo disso é a discussão havida na visita do Presidente chinês, Hu Jintao, em junho de 2006, ao Cazaquistão, sobre um novo oleoduto, que forneceria petróleo da Ásia Central diretamente para a China. Os chineses vão explorar o campo de petróleo de Darkhan, do Cazaquistão, no Mar Cáspio (reservas estimadas de 11 bilhões de barris), e, já em dezembro de 2007, houve o anúncio do acordo sino-cazaque para a construção oleoduto Kenkiyak-Kumkol, de 750 km, ao custo de um bilhão de dólares. Pela nova via serão escoados 400 mil barris de petróleo dos

[56] OCDE. *Black Sea and Central Asia, promoting work and well-being*. Paris: OCDE, maio, 2008. p.31

campos cazaques de Kenkiyak e Zhanazhol, em 2011, que responderão por 15% do consumo chinês. Trata-se da segunda fase do oleoduto Kumsol-Atasu-Alashankou (na China), com 962 km, concluído em 2005.

Em 21 de agosto de 2006 foram assinados em Ashgabat cinco acordos de cooperação entre a China e o Turcomenistão, incluindo a construção, até 2009, de um gasoduto que levará o gás do Turcomenistão, através do Cazaquistão, para as refinarias chinesas. Em agosto de 2007, o Turcomenistão iniciou a construção do gasoduto, Trans Asia Gas Pipeline Co. Ltd., que foi concluído em 2009, ao custo de 7,31 bilhões de dólares. Pelo acordo com o Turcomenistão, de agosto de 2008, haverá o fornecimento de 30 bilhões de m^3 por ano, durante três décadas, podendo o volume chegar a 40 bilhões de m^3 por ano.

Os interesses da política externa chinesa para a Ásia Central intensificaram-se ainda mais com a participação do Premiê Wen Jiabao na reunião de Chefes de Governo da OCX no Tadjiquistão (Dushanbe, de 14 a 16 de setembor de 2006). Em 2007, o Presidente Hu Jintao e o Premiê Wen Jiabao realizaram missões na Ásia Central, em sucessivas reuniões de cúpula da OCX, completadas por visitas bilaterais desses líderes à República Quirguiz e ao Cazaquistão (pelo Presidente Hu Jintao), e ao Uzbequistão e Turcomenistão (pelo Primeiro-Ministro Wen Jibao).

Do ponto de vista oficial, para a diplomacia chinesa, segundo entrevista com o Assessor Especial para a Ásia do MRE com o Embaixador Cheng Guoping, Diretor do Departamento da Eurásia, encarregado da Ásia Central no *Waijiaobu*, a região possui três características comuns:

1. os cinco países gozam de relativa estabilidade política e de desenvolvimento econômico, embora assimétrico;
2. todos, em geral, têm uma atitude progressista, embora elementos de instabilidade social representem uma ameaça;
3. todos tendem a adotar padrões internacionais de reforma, semelhantes às experiências do Cazaquistão, que envolvem constitucionalização, fortalecimento das atribuições parlamentares, e certa medida de democratização, e citam o Turcomenistão, que conta com um novo Presidente da República, como defensor da política de Reforma e Abertura (o termo empregado, em chinês, é o mesmo que define as políticas de Pequim em vigor desde fins da década de 1970).

Ao recordar que a seu país compartilha 3.300 km de fronteiras com países da Ásia Central, disse que a região é aberta e não um palco de disputa; portanto, a paz deve ser promovida em consideração ao desejo dos povos locais. Neste espírito, ele enunciou quatro princípios da política externa da República Popular da China para a Ásia Central: consolidação da amizade, colaboração pragmática, combate às "três forças" (tráfico de drogas, terrorismo e extremismo religioso) e colaboração regional por intermédio da OCX.

França

A atenção da França para a região aumentou em razão do levantamento dos recursos energéticos da bacia do Mar Cáspio, que a faz uma importante fonte de energia, e do episódio de 11 de setembro de 2001.[57] O envolvimento da França no Afeganistão (com o envio de tropas em 2002, a presença de uma unidade aérea no Tadjiquistão, e direitos de sobrevoo e pouso) motivou maior diálogo político e cooperação em assuntos de defesa e segurança nacional. Em consequência deste adensamento das relações, a França abriu uma Embaixada em Duschanbe, em 2002. Aumentaram os contatos de alto nível, tendo havido encontros do Presidente francês com seus homólogos cazaque e uzbeque, em Praga, em novembro de 2002, e de novo com sua contraparte cazaque, à margem da reunião da Otan em Istanbul, em junho de 2004. O Presidente do Tadjiquistão visitou Paris em dezembro de 2002; seu homólogo cazaque, em junho de 2003, e o quirguiz em outubro deste mesmo ano. Tem havido visitas regulares de Ministros dos países da Ásia Central à França e vice-versa.

Os franceses preocupam-se com os desvios autoritários e com os direitos humanos na região, particularmente com o Turcomenistão, condenado pela UE em foros internacionais como a Osce, a Comissão de Direitos Humanos e a Assembleia-Geral da ONU, em 2003 e 2004. No Uzbequistão, a França apoiou, com seus parceiros europeus, a revisão da estratégia de atuação do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, que decidiu suspender quase todos os empréstimos

[57] Texto oficial do Ministério das Relações Exteriores da França "Quai d'Orsay". Disponível em <http://www.diplomatie.gouv.fr/>, *site* do Ministério de Assuntos Estrangeiros da França. Acesso em: 3 mai. 2006.

ao setor público e redirecionar suas atividades para promover a luta contra a pobreza e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas e negócios. Ademais, a França regularmente submete casos individuais de violação de direitos humanos às autoridades uzbeques.

O comércio francês com os países da Ásia Central se expande progressivamente, em particular com os que dispõem de substanciais reservas de suprimento de hidrocarbonetos. O Cazaquistão é o país líder do comércio bilateral, seguido do Turcomenistão (pela construção de uma refinaria na cidade de Turkmenbashi, na costa do Mar Cáspio, e outros projetos) e do Uzbequistão (produção do algodão). A França detém, ainda, por intermédio da empresa Total, 20,3% das cotas do campo petrolífero de Kashagan, e espera adquirir novas cotas de exploração de campos *offshore*. O Cazaquistão e o Uzbequistão são habilitados a receber Réserve Pays Emergents (RPE), que são fundos para apoio a projetos de desenvolvimento.

Uma questão central para a França é a estabilidade dos países da Ásia Central, sobretudo dos mais expostos às *novas ameaças* (crime organizado, tráfico de drogas, terrorismo). Em maio de 2003, realizou-se em Paris a Conferência sobre as Rotas das Drogas, que buscou contribuir para aumentar a conscientização mundial do papel estratégico da região quanto ao tráfico de drogas ilícitas. Esta iniciativa foi um exemplo de ação concreta dos franceses para direcionar a cooperação para a segurança da região. Houve a designação, pelo período de dois anos, de um Adido de polícia, regional, em Tashkent, apoiando o que já existe em Almaty desde o verão de 2003, e a criação de um posto semelhante em Dushanbe, no outono de 2004. A França favorece a cooperação com a região nos níveis da União Europeia e da Osce, com ênfase em três linhas principais: a) aumento da segurança das fronteiras (*European Border Management for Central Asia* – Bomca – que, em sua terceira fase, ingressa com € 836,800,00, com previsão de aumento dos fundos para a fase seguinte em mais 8,58 milhões de euros); b) combate ao tráfico de drogas (*Europe's Central Asia Drug Action Programme* – CADAP – com 4,5 milhões de dólares aplicados em 2003 e 2004) e treinamento de forças policiais (projeto-piloto da Osce na República Quirguiz).

A França apoia a alocação de recursos assistenciais da UE para a Ásia Central, no âmbito da Technical Assistance to the Commonwealth of Independent States (Tacis), de cooperação técnica, que tem prioridades

claras: encorajar reformas e o Estado de Direito; aumentar a segurança e o controle das fronteiras; favorecer o estabelecimento de um marco regulatório jurídico, que encoraje os investimentos externos e o desenvolvimento de iniciativas locais. A União Europeia entrou em Acordos de Parceria e Cooperação (PCA) com o Uzbequistão, Cazaquistão, República Quirguiz e, em outubro de 2004, com o Tadjiquistão.

Em 2005, a França exportou 229 milhões de euros para o Cazaquistão, e importou 1,818 milhão de euros. Em 2006, exportou 244 milhões de euros, e importou 1,995 milhão de euros. Os dados do Uzbequistão, mais recentes, indicam que a França exportou 43 milhões de euros em 2006, e importou 51,6 milhões. Em 2007, as exportações foram de 51,7 milhões de euros, contra importações de 157,4 milhões de euros.

República Federal da Alemanha

Os interesses da República Federal da Alemnaha na Ásia Central são expressivos e variados. A própria carta organizacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão inclui um Comissário para assessorar o Secretário de Estado nas questões relativas à região. Este fato singulariza a Ásia Central para os interesses do Governo e das muitas empresas alemãs na região. Há, ainda, cerca de 230 mil alemães étnicos. Para melhor explicar o relacionamento bilateral, é necessário criar um marco dos assuntos mais relevantes com cada um dos países em foco:

1. Tadjiquistão: em termos políticos, a Alemanha foi o primeiro país a reconhecer a independência tadjique. Havia, ainda, grande população de alemães étnicos no país até a década de 1990: 39 mil deles retornaram para a Alemanha. Até 2001, a Alemanha era o único país da UE a dispor de Embaixada residente em Dushanbe. O governo alemão organizou centros para os poucos que permaneceram. As visitas bilaterais incluem as do Presidente Rakhmonov, em março de 2003; a do Primeiro-Ministro Akilov, de 26 a 28 de abril de 2006; e a do Ministro Federal de Negócios Estrangeiros, Steinmeier, em novembro de 2006. Os alemães mantêm programas de cooperação por meio da atividade de agências governamentais de desenvolvimento, como a GTZ, a DED e o CIM,[58] e organizações não

[58] GTZ – *Deutsche Gesellshaft für Technische Zuzammenarbeit*: "Sociedade Alemã para o Trabalho Técnico Conjunto"; DED - *Deutsche Entwicklung Dienst* : "Serviço Alemão pelo Desenvolvimento"; CIM – *Centrum für Internationale Migration und Entwicklung*: "Centro

governamentais como a German Agro Action, que participa em projetos de distribuição de sementes e comida nas áreas mais afetadas pela guerra civil. A República Federal da Alemanha também distribui bolsas de estudo (37 em 2005 e em 2006), ao abrigo de acordo cultural em vigor desde 2003, por meio do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (Daad), pelo Instituto Goethe (IG) e pelo Serviço de Intercâmbio Educacional (PAD).

2. Turcomenistão: a Alemanha tem uma carteira de grandes empresas com ativos no Turcomenistão, entre elas a Siemens, a Daimler-Chrysler, a Technip-Mannesmann, a MAN Ferrostaal, a Krupp-Uhde, a Zepelim (como representante da Caterpillar norte-americana), a Heildelberger Druckmaschinen, a Wintershall e o Deutsche Bank. O falecido Presidente Nyiazov visitou a Alemanha em agosto de 1997, quando assinou acordos sobre transportes aéreos e promoção e proteção de investimentos. A Alemanha procura manter intercâmbio cultural com o Turcomenistão, à luz de acordo firmado em 1997 e em vigor desde dezembro 2003; porém, as iniciativas têm sido muito restringidas, apesar de aulas de alemão serem oferecidas (há um IG na capital do país) e em duas escolas de nível médio de Ashgabat. O Daad concedeu, de 1995 a 1998, 109 bolsas de estudo, mas não tinha, ainda, leitor de língua alemã no país. O quadro abaixo apresenta o comércio bilateral, com valores expressos em euros:

	2006	2007	2008 (janeiro a julho)
Importações	**37,6**	**3,3**	**1,6**
Exportações	**156**	**158**	**97,3**

Fonte: Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros, disponível em http://www.auswaertiges-amt.de/diplo/en/Laenderinformationen/01-Laender/Turkmenistan.html. Acesso em 31/12/2008.

3. República Quirguiz: na década de 1990, os alemães étnicos totalizavam cerca de cem mil pessoas na República Quirguiz. Desde então, a maioria retornou para a Alemanha, embora 15 mil ainda residam no país. Em 1992, os dois governos assinaram uma declaração e, no mesmo ano, a Embaixada germânica em Bishkek foi aberta. O Presidente Roman Herzog visitou o país em fevereiro de 1998, e seu homólogo, Akayev, fez três visitas (1999, 2002 e 2004). O Ministro Federal de Negócios

para as Migrações Internacionais e Desenvolvimento".

Estrangeiros, Steinmeyer, visitou a República Quirguiz, em 2006. A importância atribuída às relações não se reflete em termos econômicos: o comércio em 2007 foi de 71,48 milhões de euros em exportações, sobretudo de veículos, máquinas e produtos químicos (remédios e cosméticos) e de 6,7 milhões de euros em importações (algodão e tabaco). Há registro de apenas duas empresas com investimentos de vulto no país. Em termos de cooperação técnica, os alemães estão envolvidos em assessoria a políticas macroeconômicas, promoção de educação técnica, de cooperativas de crédito e de apoio a fazendeiros no Sul do país, e há também projetos de salvaguarda de suprimento de alimentos. Os compromissos alemães atingem 215 milhões de euros, o que faz da Alemanha o terceiro país doador à República Quirguiz, após o Japão e os Estados Unidos. Desde 1992, foram investidos 18 milhões de euros em cultura; 80 mil estudantes aprendem o alemão, a segunda língua estrangeira mais estudada pelos quirguizes, e o IG tem centros na capital e em Osh. A *Deutsche Welle* tem acordos com rádios e televisões quirguizes para retransmitir programas. Há muitas parcerias entre universidades e bolsas são concedidas pelo Daad.

4. Uzbequistão: em termos políticos, a República Federal da Alemanha tem relações especiais com o Uzbequistão, mesmo depois dos eventos de Andijan, quando a parte alemã defendeu uma investigação internacional independente sobre o fato. O país continua a considerar-se parte da coalizão internacional contra o terrorismo. Os alemães mantêm 300 soldados estacionados no país e têm direito de uso da Base Aérea de Termez. As relações econômicas foram de meros 231 milhões de euros em 2004. Há um crescimento real pequeno das trocas entre os dois países, segundo as autoridades alemãs. Em todo caso, registram-se 137 companhias germânicas em *joint ventures* com os uzbeques, com participações que variam de um a 25 milhões de dólares. Há 70 companhias que operam diretamente, incluindo as representações regionais para a Ásia Central da Siemens, BASF e Daimler-Chrysler, Aventis Farmacêutica e de três bancos alemães. Ademais, os recursos da cooperação para o desenvolvimento somaram cerca de 220,46 milhões de euros, entre 1992 e 2004 (174 milhões de euros foram para cooperação financeira e 43,23 milhões de euros para cooperação técnica). A cooperação cultural tem grande importância; é fundamentada em acordo cultural pelas agências governamentais e pelo apoio de fundações como a Conrad Adenauer

e a Friedrich Ebert na educação, na cooperação entre instituições de ensino superior, na troca de visitas e apresentações de artistas e músicos – especialmente música clássica – e pelo auxílio do Centro Alemão de Preservação de Monumentos e Peças Históricas à recuperação e à preservação de monumentos históricos.

5. Cazaquistão: as relações políticas dos dois países são de alto nível, com troca de visitas importantes, como a do Chanceler Federal Schröder, em dezembro de 2003; a do Ministro Federal de Negócios Estrangeiros, Steinmeyer, em 2006 e em 2007; a do Ministro Federal da Economia, Glos, em 2007. Do lado cazaque, o Presidente Nazarbayev foi à Alemanha em abril de 2004 e em janeiro de 2007, e os Ministros dos Negócios Estrangeiros, K. Tokayev, em maio de 2006, e M. Tazhin, em janeiro e em junho de 2007. A Embaixada em Astaná foi inaugurada em 27 de novembro de 2007.

As relações econômicas são intensas, tendo sido importadas cerca de 7,6 milhões de toneladas de petróleo cazaque, no período de dezembro de 2006 a novembro de 2007, o que fazia do país o quinto fornecedor da República Federal da Alemanha. Em termos comerciais, a Alemanha importou 3,3 bilhões de euros em 2006, e 3,26 bilhões de euros de janeiro a novembro de 2007. As exportações alemães foram de 1,5 bilhão de euros em 2006, e de 1,86 bilhão de euros, de janeiro a novembro de 2007, em máquinas, equipamentos elétricos, *hardwares* e motores para veículos. A Alemanha importa petróleo, metais, produtos químicos e ferro liga. Há 400 *holdings* alemães no Cazaquistão e 160 empresas com filiais no país. Em 1995, foi assinado um acordo bilateral de proteção aos investimentos e, em 1998, outro para evitar a bitributação. Os investimentos alemães são poucos, cerca de 300 milhões de euros. São realizadas reuniões anuais do grupo de trabalho sobre comércio e investimentos, mas as relações cazaque-germânicas apresentam, de tempos em tempos, reclamações ocasionais de inadequações no clima do comércio: i) falta de cumprimento dos contratos e segurança da lei cazaque; ii) intervenção das agências do governo na vida econômica; iii) inadequada integração econômica na Ásia Central (o mercado do Cazaquistão é muito pequeno para os produtos que manufatura); iv) falta de pessoal qualificado.

Em termos de ajuda ao desenvolvimento, de 1993 a 2005 a Alemanha forneceu 117,37 milhões de euros para projetos canalizados pela GTZ, e é

o quarto país doador para o Cazaquistão, após os Estados Unidos, o Japão e a Turquia. Culturalmente, as relações bilaterais são muito expressivas, regidas por acordo, e incluem intercâmbio de bolsas de estudos pelas agências alemãs educativas Daad (80 bolsas) e outras 61 pelo Programa de Bolsas de Estudos Governamental *Bolaschak*. O Conselho dos Alemães, em Almaty, fornece apoio a 23 centros para os 230 mil alemães étnicos que ainda vivem no país. O GI subsidia o Teatro Alemão de Almaty, e o Instituto para Relações Exteriores (IFA) financia um Assistente de Mídia para o jornal *Deutsche Allgemeine Zeitung*.

Rússia

A Federação da Rússia adota uma política oficial bastante pormenorizada em relação a sua política externa para a Ásia Central. Os fundamentos utilizados por Moscou para a região se inscrevem nos mesmos marcos referenciais de sua diplomacia válidos para o resto do mundo, com decretos e instrumentos legais que dão juridicidade para a atuação russa, sendo o mais importante deles, embora não o único, a Concepção de Política Externa da Federação da Rússia. Este representa o "sistema de visões sobre o conteúdo e as principais vertentes da atividade de política externa da Rússia".[59] O documento foi atualizado e aprovado pelo Presidente Dmitri Medvedev, em 12 de julho de 2008.

Conforme foi visto nas heranças históricas da região, 150 anos de dominação russa e soviética deixaram marcas indeléveis na sociedade e nos governos da Ásia Central contemporânea. No entanto, a Rússia também foi retroalimentada pela influência da região, que considera seu *near abroad,* dela recebendo apoio político quase inquestionável do Cazaquistão e de Belarus, com os quais assinou, em 25 de janeiro de 2008, nove documentos com vistas à criação de uma União Alfandegária. A demonstração da importância da região para o Kremlin ficou patente com a primeira visita oficial do novo Presidente da República ao exterior, feita a um país da CEI, o Cazaquistão. A política externa de Moscou deixou claro para as demais potências que a Ásia Central terá presença privilegiada e "não abrirá mão do 'controle' dos recursos energéticos

[59] Jornal *Rossíiskaia Gazieta*. Tradução do Professor Roberto Wanderley Kuznetzov. Moscou, 11 jul. 2000.

do Cazaquistão e do monopólio de gasodutos e oleodutos, verdadeiro Cavalo de Troia russo".

No início do século XXI o contexto internacional exigiu da diplomacia russa uma reapreciação suas prioridades e as possibilidades de seus recursos. A prioridade fundamental da política externa da Rússia é a defesa dos interesses do indivíduo, da sociedade e do Estado russo. Nesse processo, os esforços principais da diplomacia do país voltaram-se para a consecução de alguns objetivos, entre os quais o da formação de um cinturão de boa vizinhança no perímetro das fronteiras da Rússia, o apoio à eliminação dos focos de tensão e conflitos nas regiões fronteiriças e também o do apoio a uma percepção positiva da Federação da Rússia no mundo, à popularização da língua russa e à cultura dos povos da Rússia nos Estados estrangeiros, sendo que este último item poderia apontar na direção de um poder suave, e não duro, de política externa. Entretanto, é forçoso admitir que a Rússia não exerce inteiramente um poder brando sobre sua fronteira meridional, sendo curioso e bastante pertinente a observação de que "alguns analistas acreditam em uma atuação concertada entre Presidente e Premiê, na qual o primeiro oferece palavras menos duras e mesmo conciliadoras, enquanto o segundo vem eventualmente recordar que as diretrizes [...] seguem em vigor". O que pareceria ganhar relevo é a chamada diplomacia pública: a procura pela divulgação de aspectos positivos da imagem da Rússia.

Entre as prioridades regionais, sobressai a vertente da cooperação multilateral e bilateral com os Estados-membros da CEI. A situação do Mar Cáspio é outra prioridade regional: a Rússia vai perseguir a elaboração de um *status* do Mar Cáspio, de forma a permitir aos Estados ribeirinhos desenvolver a cooperação mutuamente vantajosa. A terceira prioridade russa é a região da Ásia. A diplomacia russa dá ênfase ao aumento da participação do país nas estruturas integracionistas da Região da Ásia-Pacífico, como na OCX, e apoia a política de criação de zonas livres de armas nucleares na Ásia. O prolongado conflito no Afeganistão cria ameaça real à segurança das fronteiras meridionais da CEI, afetando diretamente os interesses da Rússia. As diretrizes para o Afeganistão são no sentido de envidar esforços coerentes para obter uma sólida e justa solução política para o problema afegão, com vistas a inibir a exportação do terrorismo e extremismo a partir daquele país.

Nos laços de comércio exterior da Rússia com os países da Ásia Central, em valores fornecidos pela OCDE, de 22 de maio de 2008, o Cazaquistão comprava 38% de suas importações da Rússia; o Uzbequistão, 25%; o Tadjiquistão, 21%; e a República Quirguiz, 19%. Já as exportações para a Rússia eram pouco menores do que os valores anotados de importações. A exceção foi o Turcomenistão, que recebia 13% de suas importações da Rússia, mas que exportava apenas 1,5%, muito embora grande parte de seu gás transite pelo sistema de *pipelines* russos, a chamada malha norte.

As relações diplomáticas entre a Rússia e o Cazaquistão foram estabelecidas em 22 de outubro de 1992. O estado das relações russo-cazaques tem relevo em face dos investimentos russos no Cazaquistão, da ordem de 1,5 bilhão de dólares, e das inversões de capitais do Cazaquistão na Rússia, de 2,2 bilhões de dólares, aproximadamente. Estas cifras demonstram a intensidade dos interesses recíprocos. Operam no Cazaquistão cerca de 3.800 empresas com participação de capital russo, sendo a companhia russa de petróleo, a Lukoil, uma das maiores investidoras no país. A balança comercial dos dois países foi de 13 bilhões de dólares em 2006;16 bilhões de dólares, em 2007; e 20 bilhões de dólares, em 2008, o que faz da Rússia o maior parceiro comercial do Cazaquistão.

A Rússia e o Cazaquistão cooperam no âmbito da CEI, da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), da OCX, na organização de Cooperação Centro-Asiática e no processo de formação do Espaço Econômico Unificado. Em 1997, foi instituída a Comissão Intergovernamental de Cooperação Russo-Cazaque, que já realizou diversas reuniões. No âmbito da Comissão, funcionam as subcomissões sobre o complexo de Baykonur, a cooperação de fronteiras, transportes, investimentos e a subcomissão de cooperação técnico-militar. Desde 2004, a Embaixada da Rússia funciona em Astaná (em Almaty existe uma Repartição consular). A Rússia dispõe ainda de um consulado na cidade de Uralsk, e o Cazaquistão mantém uma Repartição consular na cidade de Astrakhan.

O acordo de 1994 sobre o enclave russo de Baykhonur foi renovado em 2004. Pelos seus termos, o Cazaquistão concede a base para o uso da Rússia pelo valor anual de 115 milhões de dólares até 2050. Trata-se de uma "irritante" no relacionamento bilateral dos dois Estados, porque

surgem situações de evidente desconforto pela falta de soberania cazaque. Os cazaques são obrigados a ter autorização para entrar no complexo, e os estrangeiros têm que pedir visto. Em setembro de 2007, a explosão de um foguete após o lançamento jogou destroços que caíram a 50 km da cidade de Zhezkazgan. "O Presidente Nazarbayev encontrava-se na área. Astaná aumentou o tom dos protestos e anunciou que não haveria mais lançamentos quando a segurança do Chefe de Estado corresse riscos", segundo comunicação da Embaixada em Astaná que ademais informou que os cazaques exigiram indenização e a redução de oito para quatro lançamentos de foguetes com substâncias tóxicas por ano. A declaração aborreceu Moscou, que não se sente obrigada a informar sobre lançamentos militares. O Cazaquistão também manifestou preocupação com as questões correlatas de saúde, que devem ser com todos, e não só com altas autoridades.

Capítulo 6

Os novos países e sua vida como Estados independentes. As organizações regionais de cooperação e as presenças russa e chinesa. Temas da agenda internacional contemporânea (direitos humanos, tráfico ilícito de entorpecentes, águas e meio ambiente, energia nuclear e HIV/aids) e a região

Há uma semana, existia um país. Esta semana é completamente diferente.[60]

Mikhail Gorbatchov

Os novos países e sua vida como Estados independentes

A doutora Martha Brill Olcott escreveu, em uma de suas obras sobre a região, que a Ásia Central vivia uma segunda chance de desenvolver-se.[61] O livro defendia que a conjuntura estratégica surgida após o episódio do 11 de setembro, com a instalação de bases estrangeiras nos territórios do Uzbequistão e na República Quirguiz, dera nova e inesperada oportunidade para o desenvolvimento da região porque, juntamente com a presença militar dos Estados Unidos e da Otan, poderiam ser aportados mais recursos para assistência ao desenvolvimento dos cinco *core States*. Entretanto, esta expectativa não se concretizou, tendo em vista desdobramentos inesperados, como a recusa do Governo de Tashkent de renovar a permissão para os norte-americanos manterem a base militar

[60] Entrevista à televisão soviética, em 25 de agosto de 1991, citada na *Folha de S.Paulo*, em matéria de Jaime Spitzcovsk, publicada em 26 de agosto de 1991.

[61] OLCOTT, Martha Brill. *Central Asia Second Chance*. Carnegie Endowment for International Peace. Washington, DC: The Brookings Institution Press, 2005. p. 173 e seguintes.

de que dispunham no país, resultado das críticas e do boicote imposto pelos países centrais à questão dos direitos humanos no Uzbequistão.

Em sua vida independente, os novos países que surgiram na periferia da URSS, em primeiro lugar, têm pela frente o grande desafio do desenvolvimento: todos apresentam indicadores sociais e econômicos que podem ser melhorados, e a superação dos indicadores adversos constitui imperativo de segurança e de perspectiva positiva para seu futuro. Cabe ressaltar que o PNB *per capita* de alguns dos países da região ainda é extremamente baixo, como o do Tadjiquistão, que era da ordem de meros 338 dólares (*Economist Intelligence Unit*, 2006). A geografia da Ásia Central conta muito na determinação do seu desenvolvimento. Nesse contexto, entre as capitais do mundo, duas das centro-asiáticas guardam a maior distância dos portos: Bishkek e Duschanbe estão, respectivamente, a 2.300 km e a 1.700 km do porto mais próximo. Para fins de comparação, podem ser citadas as distâncias de alguns países mediterrâneos da África: Niamey, capital do Niger, localiza-se a 900 km do mar, e N'Djamena, capital do Chade, a 1.200 km. A história dos Estados centro-asiáticos é a própria história do isolamento, por vezes voluntário, de suas sociedades. O colapso da URSS resultou em grande impacto, pois eles dependiam demasiadamente da infraestrutura da ex-superpotência. O fim da URSS tornou mais agudo o isolamento da região. A crise econômica vivida pela Rússia na década de 1990 afetou muito a economia dos *core States*, e só com o advento da exploração das reservas de combustíveis fósseis houve uma exposição maior dos novos Estados para o mundo.

Como ressaltado, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e a Guerra ao Terror, na virada do milênio, voltaram a colocar a região no mapa e nas preocupações dos atores mundiais, depois daquele século e meio de dominação russa e soviética. De certa forma, o espaço pós-soviético aproveitou os dois marcos para buscar obter inserção mundial, naquilo que muitos analistas apelidaram de Novo Grande Jogo entre as potências. Entretanto, é um desserviço, como fala Gregory Gleason, interpretar todos os eventos relacionados com a posição da Ásia Central como se os cinco países da região fossem apenas objeto dessa competição das potências centrais.

Alguns autores consideram que o isolamento geográfico levou as sociedades da Ásia Central a melhor preservar suas antigas estruturas sociais, malgrado a imposição do Estado-nação sobre suas sociedades

tradicionais, primeiro, pela intervenção do Império da Rússia e, segundo, pelo Estado soviético. É admirável que a identidade étnica das suas sociedades tenha conseguido ser mantida. Essas identidades permaneceram e persistiram, ainda que sob uma capa de ilegalidade imposta nos tempos da URSS. Apesar da modernização imposta, não se pode negar, o sovietismo trouxe processos de industrialização, alfabetização e urbanização àquela região do mundo. E do choque entre o modo tradicional das sociedades (seu primordialismo) e os avanços sociais (o construtivismo) surge algo novo no meio social da Ásia Central, porque o próprio sovietismo forneceu os meios de reprodução dos clãs, fator essencial da construção da sociedade centro-asiática (*vide* capítulo 4).

As organizações regionais de cooperação e as presenças russa e chinesa

A Ásia Central tem um imperativo de ordem geopolítica absolutamente intransponível: é uma região mediterrânea. Em consequência desse fato, tanto o DoS quanto o Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão, em análises sobre o assunto, veem a necessidade vital da interdependência dos cinco Estados para desenvolver plenamente o potencial de suas economias e encontrar saídas para questões que ultrapassam suas fronteiras nacionais. A cooperação regional deveria ser uma verdadeira prioridade para os países centro-asiáticos, mas não é exatamente dessa forma que muitos governos da região analisam a questão.

Neste sentido é contrastante o entendimento sobre integração regional entre o Turcomenistão, país fechado e refratário a uma maior abertura ao exterior, por força de sua política de neutralidade, e o Cazaquistão, economia muito mais aberta, apesar de ainda sofrer com obstáculos burocráticos herdados do sovietismo (em 2008, um bem demorava cerca de seis dias para ser liberado dos Estados Unidos para Pequim, e no mínimo 15 dias para Astaná):

"Os países da nossa região têm muita cooperação, mas quase nenhuma integração." Com estas palavras, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão manifestou, ao Assessor Especial para a Ásia do governo brasileiro, em 2007, sua opinião bastante realista, segundo ele, sobre a questão da integração dos países da Ásia Central.

O mesmo sentimento de uma integração difícil pôde ser percebido na entrevista com o Ministro dos Negócios Exteriores do Turcomenistão, Rashid Meredov, que, de maneira jocosa, disse ao mesmo Assessor: "[...] Quando o mundo acabar, lá no Juízo Final, ainda teremos vizinhos", em uma clara referência à convivência, muitas vezes complicada, entre as antigas repúblicas centro-asiáticas da ex-URSS.[62] Com efeito, é possível observar que certas políticas adotadas pelos governos da região, desde as suas independências, diminuíram bastante as possibilidades de integração, como a diretriz da política externa, de Neutralidade Positiva, do Turcomenistão, que, em termos práticos, acarreta a não adesão do país a organizações regionais, tendo permanecido apenas na CEI, desde 1991 e, desde 1992, na Organização de Cooperação Econômica (OCE).

O fator mais importante para a integração regional é o Uzbequistão. O relacionamento uzbeque e sua política externa, que mantém certo distanciamento dos grandes países próximos (China e Rússia), além de suas intenções veladas de ser a potência da Ásia Central, em confronto com Cazaquistão, levam a situações que, em termos práticos, dificultam o acercamento regional. Ao fechar suas fronteiras a seus vizinhos, quando houve uma série de atentados a bomba em Tashkent, em 1999, o Uzbequistão provocou o virtual congelamento do comércio intrarregional.

Logo em seguida, o governo uzbeque decidiu adotar uma política de fortalecimento da sua moeda, o som, abandonando seu programa de estabilização. As implicações foram grandes para a República Quirguiz e para o Tadjiquistão, que registraram efeitos negativos nas suas economias. Mesmo para o próprio Uzbequistão, estas políticas acabaram por se demonstrar ruins, porque a valorização artificial do som levou a uma diminuição dos investimentos externos e à perda de recursos das pequenas e médias empresas uzbeques que, até 1993, dispunham de capitais e conformavam um setor bastante dinâmico da economia do país.

A falta de uma efetiva integração regional resultou na redução da dimensão que o mercado centro-asiático poderia ter (o PIB dos cinco Estados girava em torno de 121 bilhões de dólares em 2006, e 148,7 bilhões de dólares em 2007, para uma população de cerca de 59 milhões

[62] Entrevistas feitas com as autoridades cazaque e turcomena em Astaná e em Ashgabat, em setembro de 2007.

de pessoas),[63] e projetos de uma grande agroindústria e de um setor têxtil regional forte ficaram prejudicados. Os países da região talvez não estivessem preparados para a dissolução da URSS: eram as mais pobres Repúblicas da União, fornecedoras de matérias-primas como algodão, urânio, petróleo e gás natural, embora tivessem alta expectativa de vida e alfabetização quase universal. Ademais, sofreram com a tentativa de manter o rublo como moeda franca, fato que gerou hiperinflação, até que esta política fosse encerrada em 1993. Malgrado o quadro que denunciava a forte dependência da Rússia e as dificuldades econômicas na adaptação à nova realidade da vida independente, é digno de nota verificar que, até o começo do século XXI, todos os cinco *core States* haviam ultimado a transição de suas economias, de centralmente planificadas para economias de mercado. Apesar de a integração constituir processo de difícil implementação e de longas e complexas negociações, no curto prazo, há certo número de iniciativas regionais de algum êxito, a seguir sumariadas, tanto na esfera econômica quanto na política:

a) Comunidade dos Estados Independentes (CEI);
b) Comunidade Econômica Euro-Asiática (Eurasec);
c) Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC);
d) Organização para Cooperação de Xangai (OCX);
e) Organização de Cooperação Econômica (OCE).

As dificuldades de integração regional e o longo tempo de maturação desse tipo de associação não são exclusividade da Ásia Central. A título de comparação com os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), só recentemente, no Comunicado final da 28ª Cúpula da CCG, depois de 26 anos de sua fundação, foi incluída a decisão do estabelecimento de um mercado comum dos seus Estados-membros a partir de janeiro de 2008.

A CEI, que, como se recorda, foi estabelecida por Rússia, Belarus e Ucrânia em 8 de dezembro de 1991 (pelo Acordo de Belaya Vezha, *vide* capítulo 3) praticamente chegava a seus limites no final da primeira década do século XXI. Havia indicações para este fato. O Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, declarou no exercício da Presidência de turno da CEI, em 2006, que a Comunidade jamais conseguiu pôr em

[63] IMF. *World Economic Outlook*. 2007, October.

prática mais do que 15% das Resoluções aprovadas pelos seus Estados-membros. O Presidente da Rússia, Putin, em visita a Ierevan, na Armênia, em 2005, declarou que a CEI serviu, pelo menos, para "facilitar o divórcio entre os Estados pós-soviéticos". Na reunião de cúpula informal da CEI, realizada em agosto de 2006, em Sochi, balneário do Mar Negro, notou-se a emergência de dois foros capazes de levar adiante o projeto de integração da CEI: a Eurasec e a OTSC.

No caso da Eurasec, a reunião em Sochi deu ânimo para o avanço de uma união alfandegária, inicialmente entre Rússia, Cazaquistão e Belarus, com possibilidade de adesões posteriores dos demais membros da CEI. Efetivamente, em 25 de janeiro de 2008, após encontro dos Primeiros-Ministros de Cazaquistão, Belarus e Rússia, em Moscou, foram assinados nove documentos, entre os quais um Acordo de Controle Único de Tarifas Alfandegárias e um Acordo sobre Política Conjunta de Controle Técnico e Normas Fitossanitárias e Sanitárias, básicos para o estabelecimento da união alfandegária dos três Estados. Até então, as tarifas sobre mercadorias que transitavam pelos territórios da Rússia e do Cazaquistão não eram uniformizadas, sendo as russas 300% superiores às cazaques.

O Tratado da Eurasec foi assinado em 10 de outubro de 2000, em Astaná, pelos Presidentes de Cazaquistão, Belarus, República Quirguiz, Rússia e Tadjiquistão. Mais tarde, a Organização de Cooperação da Ásia Central (Caco), em decisão tomada pela sua Cúpula de 7 de outubro de 2005, juntou-se à Eurasec e, em janeiro de 2006, houve a adesão do Uzbequistão. A Eurasec foi criada para promover a união tarifária, coordenar as políticas dos Estados-Membros a fim de se integrarem na economia mundial e no sistema internacional de comércio, garantir a evolução dinâmica dos países por meio da coordenação das suas economias, desenvolvimento da infraestrutura, questões de imigração e de reformas sociais aproveitando ao máximo os seus potenciais econômicos e melhorando o padrão de vida das suas populações.

O Tratado da Segurança Coletiva da CEI (TSC), de 15 de maio de 1992, com as adesões necessárias ao longo de dois anos, tornou-se efetivo em 20 de abril de 1994, para durar cinco anos, a menos que fosse estendido. Porém, três membros originais do TSC (Azerbaijão, Geórgia e Uzbequistão) não assinaram o protocolo de sua extensão e retiraram-se do acordo. O Uzbequistão juntou-se ao grupo Guam (Geórgia, Ucrânia,

Azerbaijão e Moldova), que objetivava contrabalançar a influência de Moscou em suas antigas repúblicas. Deixou o Guam apenas em 2005, para se reintegrar a OTSC. Esta organização foi fundada durante a Reunião de Cúpula da CEI de 7 de outubro de 2002, pelos Presidentes da Armênia, da Belarus, do Cazaquistão, da República Quirguiz, da Rússia, do Tadjiquistão e do Uzbequistão. A OTSC vem convertendo-se em uma opção militar de interesse para a política externa russa. A Organização serviria como primeiro ponto de contato com a Otan, que hoje se faz bilateralmente com os Estados da Ásia Central. Ao incentivar a intermediação da OTSC entre os países individuais e a Otan, Moscou passaria a dispor de poder de influência nos assuntos de segurança militar em sua antiga fronteira meridional. Com a retirada dos Estados Unidos do Uzbequistão, a Rússia enxergou a possibilidade de ocupar o lugar da potência hegemônica e, talvez, voltar a dispor de bases militares, sob o guarda-chuva da OTSC.[64] Parece existir uma tendência no sentido de só tratar da questão da base aérea norte-americana na República Quirguiz, em Manas, e das demais bases estrangeiras na região da Ásia Central, no âmbito da OTSC. A questão não tem sido levantada nas reuniões mais recentes do outro foro regional de importância, a OCX. Na verdade, para a Rússia, há vantagens em cuidar de questões de segurança na OTSC, pelo fato de a China não participar deste foro.

A OCX é uma organização regional de caráter intergovernamental de que fazem parte Rússia, China, Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão e Uzbequistão. Sua criação, em 15 de junho de 2001, está muito ligada ao processo de surgimento de uma parceria estratégica entre a Rússia e a China, sobretudo quanto à questão da fronteira entre os dois países. O conceito de parceria denota também a junção de interesses sino-russos diante da Otan, com vistas a reduzir os atritos existentes entre a Rússia e a Organização, e nas relações entre a Rússia e a China. As reuniões de Cúpula são anuais, e a primeira aconteceu em Almaty, em 14 de setembro de 2001, quando foi assinado um Memorando sobre Objetivos e Princípios da Cooperação Econômica Regional. Em 7 de junho de 2002, em São Petersburgo, foi adotado o estatuto da OCX e criada a Estrutura Regional Antiterrorista para o combate ao terrorismo,

[64] BLANK, Stephen. Russia looks to build a New Security system in Central Asia. In: *Eurasia Insight*, 1º abr. 2006. Disponível em: <www.eurasianet.org>. Acesso em: 05 jan. 2006.

ao irredentismo e ao extremismo. Na reunião de 2005, a OCX pressionou os Estados Unidos com a aprovação de um cronograma de retirada das tropas norte-americanas do Uzbequistão e da República Quirguiz, naturalmente rechaçado por Washington.

Os desafios atuais encontrados pela OCX estão ligados aos atentados de 11 de setembro, que acabaram levando à maior presença dos Estados Unidos na região, aos problemas políticos enfrentados pelos países cuja independência é recente – no tocante à transição de governo –, às grandes disparidades econômicas existentes entre os Estados e ao alargamento da Organização, com o ingresso de novos membros, tanto plenos quanto observadores. Em 16 de agosto de 2007, em Bishkek, foi realizada Reunião de Cúpula da OCX, com a participação dos Estados-membros, do Afeganistão, da Índia e do Paquistão (observadores); de Irã, Mongólia e Turcomenistão (convidados especiais). De acordo com autoridades chinesas e russas, não foram admitidos novos membros durante a Cúpula porque o mecanismo para aceitação ainda não estava completamente definido. Neste caso, se, por exemplo, o Irã fosse admitido como membro pleno da OCX, poderia invocar a cláusula de assistência recíproca, no caso de um hipotético ataque militar estrangeiro a seu território.

As questões de segurança na agenda da OCX concentram-se na problemática do Afeganistão, principalmente no que diz respeito ao combate ao terrorismo e ao narcotráfico. A parte russa sugeriu que fosse criado um cinturão de segurança contra narcóticos em torno do Afeganistão, e feita uma caça agressiva aos financiadores do tráfico de drogas. A OCX também defende a criação de uma estrutura de segurança, com base nas normas do Direito Internacional, para: a) refletir o equilíbrio de todos os interesses das Relações Internacionais; b) garantir o direito de cada Estado de escolher como proteger a sua integridade e dignidade nacional, para participar dos fóruns internacionais; c) garantir o estabelecimento de formas de resolução de conflitos e crises, por meio da diplomacia ou da política, e de acordo com as normas do Direito Internacional, levando em consideração os interesses de todas as partes envolvidas; d) preservar a diversidade de culturas e civilizações, e encorajar a prática de iniciativas voltadas para o aprofundamento do diálogo entre civilizações e religiões. Os países-membros da OCX também realizaram exercícios militares (de 9 de agosto de 2007, em Urumqi, na China, a 17 de agosto de 2007, em Chelyabinisk, na Rússia),

que demonstram a força que a Organização vem ganhando na Ásia Central e que evidenciam o poder da Rússia e da China. Cerca de quatro mil soldados participaram dos exercícios militares, que contaram com a presença dos Chefes de Estado na conclusão das manobras.

A OCE sucedeu à Cooperação Regional para o Desenvolvimento, que perdurou de 1964 a 1979. Trata-se de uma organização regional intergovernamental, fundada em 1985 por Irã, Paquistão e Turquia, e cujo objetivo é promover a cooperação técnica, econômica e cultural entre os Estados-membros. Em 1992, a OCE expandiu-se com a adesão de mais sete novos membros: Afeganistão, Azerbaijão, Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão, Uzbequistão e Turcomenistão. A região que a OCE abrange tem ótimas perspectivas comerciais, e a organização, apesar de pouco tempo de existência, conseguiu consolidar-se como uma organização regional próspera. A OCE vem sendo reconhecida no cenário internacional mediante a celebração de convênios com outros organismos. No entanto, tem enfrentado desafios com respeito à realização de seus objetivos e metas. Essencialmente, a Organização tem buscado desenvolver a infraestrutura muito carente da região e resolver a questão da falta de instituições apropriadas para explorar as riquezas. Nos últimos 12 anos, os Estados-membros procuraram utilizar a infraestrutura já existente e as relações comerciais para fortalecer suas decisões e projetos e para aspirar a planos em setores primordiais como energia, comércio, transporte, agricultura e controle do tráfico de drogas.[65]

O Presidente Nursultan Nazarbayev do Cazaquistão propôs uma União dos Stans, em abril de 2007, como forma de aumentar o nível de vida e de assegurar a estabilidade da região. Na verdade, a proposta retoma antigas ideias de aproximação da Ásia Central, caras ao mandatário cazaque, mas enfrenta a resistência do Uzbequistão, que nela vê mais uma tentativa de o Cazaquistão obter a preponderância na região. Em termos técnicos, há resistências quanto à visão central asiática de soberania, em que abrir mão em favor de benefícios comuns, como o manejo das águas,

[65] A estrutura da Organização é bem simples e enxuta: em 2007, é formada pelo Secretário-Geral, Embaixador Askhat Orazbay, três Subsecretários-Gerais, seis Diretores, três Diretores assistentes e demais profissionais, pouco mais de 50 pessoas; duas Agências Especializadas e seis Institutos Regionais funcionam sob a supervisão do Secretariado-Geral. As atividades da OCE são conduzidas por juntas sob a supervisão do Secretário-Geral e de seus representantes e desenvolvem programas e projetos em diferentes esferas. Informação disponível no *site* da OCE <www.ecosecretariat.org>. Acesso em: 2 ago. 2007.

representa esforço longe de uma solução aceitável para todas as partes envolvidas, esbarrando no próprio desnível econômico dos vários atores nacionais. O Presidente Nazarbayev não deixa de utilizar a retórica do projeto em suas reuniões bilaterais, como quando do encontrou em Astaná com o Premiê da Itália, Silvio Berlusconi (25 de outubro de 2008), em que falou de consolidar sob a liderança de Astaná, a Unistan. O mandatário cazaque pareceria consciente de que qualquer processo de integração na Ásia Central, para poder ter êxito, precisa seguir o processo de *confidence building,* mediante, por exemplo, a continuidade e o aperfeiçoamento das reuniões da Cica, que seu país patrocina.

Temas da agenda internacional contemporânea e a região

Do confronto entre o plano local (a influência dos *low-aggregate identites*: tribos e clãs) e o internacional (diante dos *higher-aggregate communities*: grupos étnicos e nações) advêm muitas bases para as relações dos novos Estados com a comunidade internacional. A este propósito, são tratadas, a seguir, algumas questões que afetam mais de perto os cinco *core States* no âmbito da agenda internacional contemporânea.

Direitos humanos

Na Ásia Central, mudanças importantes podem ser sentidas na área de direitos humanos. Não há o propósito de levantar a discussão do conceito de direitos humanos. Sobressai, não obstante, que o sentido de respeito aos direitos humanos vem começando a ser mais considerado pelos governos da região. Mesmo um país como os Estados Unidos não consegue conciliar aspectos de segurança nacional e luta ao terrorismo com a proteção aos direitos civis. Neste sentido, a entrevista de Francis Fukuyama à *Folha de S.Paulo*, de 22 de agosto de 2006, é instigante. Nela, afirmou:

> [...] Os Estados Unidos foram longe demais, com o abuso de prisioneiros, detenções sem o devido processo. Esse é um problema que ocorreu por toda América Latina nos anos 70, onde, sob o argumento de lutar contra o terrorismo, foram suspensos todos os tipos de liberdades civis. É muito

decepcionante que os Estados Unidos estejam praticando esse tipo de comportamento.

Aqui reside a explicação para as visões específicas que os países da região têm sobre a agenda internacional e que derivam da vivência histórica e da formação social de suas nações. O melhor exemplo disto é o modo como a questão dos direitos humanos é considerada pelos países centro-asiáticos, de forma que pouco se acerca do que existe no mundo Ocidental: apenas em 2007, por exemplo, 16 anos após sua independência, o Cazaquistão aboliu a pena de morte (exceto em caso de guerra ou de atos graves de terrorismo), deu mais liberdade de atuação para a imprensa (com redução da tutela do Estado) e ampliou a independência do Judiciário, conforme propôs o líder Nazarbayev, em discurso no Parlamento, em 16 de maio de 2007. A mesma medida foi informada em entrevista com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão, Nematov, que citou como avanços em seu país a adoção do instituto do *habeas corpus*, implantado em 2008.

Caso do Cazaquistão

Não existem grandes problemas relacionados aos direitos humanos no país, mas há restrições à liberdade de imprensa, incluindo assédio a jornalistas, apesar do veto presidencial, em maio de 1984, a uma lei de imprensa mais restritiva. Já o *International Crisis Group* recorda que, embora sendo o país o mais estável e rico da região, segundo a Constituição de 1995, o governo cazaque restringe o poder do Parlamento, e o Presidente da República tem poder de governar por decreto e controlar o Judiciário.

Caso do Uzbequistão

Em 13 de maio de 2005, o governo uzbeque reprimiu uma revolta em que reconheceu terem sido mortas 173 pessoas pelas forças de segurança, em Andijon, no Vale do Fergana. O governo uzbeque afirmava que a sublevação foi incitada por membros do Akramiya, um grupo radical de oposição, que invadiu uma prisão para libertar detentos na manhã daquele dia. Depois, a massa de pessoas cooptadas pelos eventos foi

crescendo e se reunindo na Praça Bobur, no centro da cidade, agrupando povo, detentos e radicais para um protesto que envolvia bandeiras como desemprego, pobreza endêmica, repressão policial e julgamentos injustos. Um prédio do Governo (o *Hokimat*) também foi ocupado pelos manifestantes. Durante o resto do dia, cerca de 40 pessoas foram feitas reféns pela massa. No meio da tarde, o Ministro do Interior Zokir Almatov encerrou as negociações e as forças de segurança entraram em ação.

O Human Rights Watch (HRW) produziu o relatório *Bullets Were Falling like Rain: the Andijon Massacre*, May 13, 2005, um mês depois, com base em relatos de testemunhas e refugiados que atravessaram a fronteira com a República Quirguiz, divulgado em junho, afirmando, entre outras coisas, que "a escala da matança foi tão extensiva e sua natureza tão indiscriminada e desproporcional que poderia ser mais bem-descrita como um massacre". Embora reconhecendo que os militantes tivessem cometido "sérios crimes, puníveis pelo código criminal uzbeque" e que é "dever dos Estados [...] deter tais crimes como o de tomada de reféns e invasão de prédios públicos [...] as forças governamentais [...] atiraram indiscriminadamente [...]".[66]

Na época da sublevação, a comunidade internacional reagiu ativando os mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas. O governo uzbeque concordou em cooperar com as investigações sob a égide da ONU. Assim, mudou procedimentos internos, apresentou ao Parlamento do país projeto de lei sobre o tema de direitos humanos e, em dezembro de 2006, o Congresso uzbeque adotou lei sobre as atividades das ONGs, garantindo-lhes direito à plena atuação. Ademais, cooperou de forma plena com o Conselho de Direitos Humanos (CDH) e com os procedimentos especiais, entre eles o Procedimento Confidencial 1.503, mecanismo confidencial que avalia a situação de direitos humanos em determinados países, segundo denúncias recebidas geralmente de instituições não governamentais, quando se instaura um grupo de trabalho composto de cinco membros. Embora sem jamais aceitar uma investigação independente, como pretendia o HRW, o Uzbequistão recebeu um grupo de 15 peritos da União Europeia, que manteve consultas com o Ministro da Justiça e com parlamentares. Em março de

[66] CIVIL Society: Uzbek Government engaged in "wanton slaughter" of unarmed protesters in Andijan – report, de 7 jun. 2005. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/departments/civilsociety/articles/eav060705.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2006.

2007, no quadro de tais iniciativas, o governo uzbeque pediu ao Brasil que acompanhasse a decisão da recomendação do Grupo de Trabalho sobre Situações, de descontinuidade da análise da situação dos direitos humanos no Uzbequistão sob o Procedimento Confidencial 1.503, na IV Sessão do CDH. As instruções para a delegação brasileira foram no sentido da abstenção. O governo uzbeque agradeceu, por nota, o voto do Brasil que contribuiu para interromper a consideração do assunto.

Caso do Turcomenistão

O Turcomenistão também é um país que, por sua natureza historicamente fechada, não permitia a discussão dos direitos humanos, mas, talvez pela eleição de um novo governo, deu um primeiro passo no sentido de permitir novo diálogo sobre o assunto. Em maio de 2007, foi organizado um *workshop*, pelo Ministério da Cultura e da Difusão e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), na capital turcomena, com a participação de jovens do Instituto Nacional da Cultura, quando foram realizados 20 pequenos filmes sobre os direitos da criança.[67]

O fato de as autoridades locais terem cooperado com uma organização internacional já constitui um avanço inédito para o Turcomenistão. Mesmo representantes da oposição no exterior, como o escritório do Turcomenistão da Fundação de Helsinki pelos Direitos Humanos declarou acreditar que as autoridades turcomenas agora estavam prontas para discutir os direitos da criança. Vale acrescentar que o país assinou, em 2002, a Convenção sobre os Direitos da Criança e, em 2005, foram adotadas leis que baniam o trabalho infantil para menores de 16 anos e que protegiam os menores contra a exploração econômica. A imprensa internacional e as organizações de direitos humanos sempre atacaram o regime do Turcomenistão pelas inacreditáveis situações geradas por seu primeiro líder, Saparmurat Niyazov, falecido em dezembro de 2006. O *Turcomenbashi*, era alvo natural das críticas ao regime que implantou no período imediatamente posterior à queda da URSS.

A citação a seguir resume bem o pensamento que prevalecia na comunidade internacional sobre o "Ditador das Areias". Ainda hoje,

[67] FILM Project Focuses On Children's Rights. *News Briefing Central Asia*. Disponível em: <http://www.iwpr.net/?p=btm&s=b&o=335825&apc_state=henbbtmdate20070524>. Acesso em: 24 mai. 2007.

permanece certa desconfiança no mundo, de maneira geral causada pelas políticas do finado *Turcomenbashi*:

> A Ásia Central conta com o seu ditador "Pai Ubu": S. Nyiazov, o pai dos turcomenos e profeta. [...] O Turcomenistão representa um caso quase único de regressão social programada pelo governo. S. Nyiazov reduziu a educação obrigatória para nove anos e parte significativa dos programas escolares está consagrada ao estudo do "Ruhmana" este novo livro santo escrito pelo Presidente. [...] O novo "profeta" fechou a Academia de Ciências e a de Medicina e todas as bibliotecas rurais, bem como também interditou a ópera, o circo, a música filarmônica [...][68]

Caso do Tadjiquistão

A questão dos direitos humanos no Tadjiquistão inclui uma série de problemas relatados por ONGs e *sites* como o Registan.net, que assinalam as restrições de diversas ordens vigentes no país, como à imprensa, à livre-associação, à liberdade de credo, além de violência contra a mulher, tráfico humano, trabalho infantil e trabalho forçado, aprisionamento de opositores do Governo, tortura de detentos, confissões obtidas por tortura, falta de contato dos prisioneiros com a família e com advogados, e restrições ao direito dos cidadãos de mudar seu governo.

Entretanto, vale o registro de que esforços significativos têm sido feitos pelo governo tadjique para combater o tráfico humano, repatriando as vítimas a seus países, e que, nos últimos anos, aumentou consideravelmente o número de condenações por este crime. Além disso, o governo permitiu o registro e o licenciamento de alguns meios de comunicação independentes, o que pode ser considerado um avanço inédito no contexto da região. Acresce que, em abril de 2007, o Presidente da República anunciou a instituição de um *ombudsman* tadjique para direitos humanos, por proposta da Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, Louise Arbour, feita durante visita oficial ao país.

---

[68] DELETROZ, Alain. Asie centrale, gaz et dictateurs. *Le Monde*, 29 jun. 2006. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=4196>. Acesso em: 30 jun. 2006.

Caso da República Quirguiz

O Centro Kylym Shamy para Proteção dos Direitos Humanos, a Coalizão pela Democracia e Sociedade Civil, e o grupo *Elime* (Meu País) insistiam junto com o Presidente Kurmanbek Bakiev que demonstrasse vontade política "*to uphold the rights and liberties enshrined in the Constitution and end the persecution of political opponents*".[69] O IWPR informava que, em certos aspectos, o regime quirguiz era menos tolerante do que o anterior (derrubado pela Revolução das Tulipas), como nos casos da liberdade de associação e de expressão (haveria nove jornalistas e ativistas políticos quirguizes morando fora do país como refugiados políticos, enquanto antes de março de 2005 existia apenas uma pessoa nesta condição). Aquelas organizações também reclamam que, anteriormente, para a realização de encontros públicos, era necessário informar as autoridades com antecedência, e que agora uma autorização, geralmente recusada, deve ser obtida previamente. Essas alegações obrigaram o governo quirguiz a dar uma resposta. O Escritório do Procurador-Geral afirmou que falar de refugiados políticos não teria fundamento porque as pessoas envolvidas deixaram o país por sua conta e por motivos particulares, e que alguns dos envolvidos respondiam por crimes comuns. O *ombudsman* para direitos humanos, Tursunbek Akun, reconheceu que a nova lei de reunião foi um passo atrás e que a Presidência da República tinha interesse em reformar a lei, ouvindo a opinião de ONGs. Afirmou que a situação geral no país tinha aspectos positivos a serem ressaltados, como o fim da pena de morte e a melhoria do tratamento dos internos do sistema carcerário local, cuja população foi reduzida de 16 mil para 10 mil, graças a uma legislação criminal mais humanitária.

Tráfico ilícito de entorpecentes

Em 2002, a professora Fiona Hill diagnosticou que a Ásia Central, na década de 1990, tornou-se uma região de tráfico ilícito em suas fronteiras:

---

[69] AKIMOVA. Mirgul. Kyrgyz Human Rights "Worse Than Before". *Institute for War & Peace Reporting*. Disponível em: <http://www.iwpr.net/?p=rca&s=f&o=348013&apc_state=henh>.

> In the 1990s, Central Asia became the primary conduit for heroin trafficking from Afghanistan to Russia and from there to Eastern and Western Europe. This spawned a huge intravenous drug use problem in Russia and Ukraine, and a public health disaster that is now approaching catastrophic proportions with the rapid transmission of HIV infection and AIDS, extending back along the drug routes themselves into Central Asia.[70]

Nos últimos anos, o tráfico de drogas ilícitas tem crescido muito na Ásia Central, favorecido pela combinação de vários fatores, sobretudo em face de uma produção recorde de ópio no Afeganistão, desde a expulsão do Talibã pelos Estados Unidos (2001-2002). Isso criou um ambiente propício ao fortalecimento do crime organizado, sendo o Afeganistão o primeiro produtor mundial de ópio e de heroína. As consequências do narcotráfico se estendem além da região da Ásia Central, à Rússia e a toda Europa, que constituem mercados em plena expansão e são os principais destinos da droga. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), em 2005 o ópio teria contribuído com 52% para o PIB afegão.

O relatório do UNODC de 2006 informa que a produção afegã teria aumentado 60% em relação a 2005 (6.100 toneladas). Esse total corresponde a 92% do total de ópio produzido no mundo. O ópio afegão segue várias rotas até a Rússia e a Europa: pelo Irã, pela Turquia e pelos Bálcãs (40% do ópio); pelo Paquistão (36%), e atravessando a Ásia Central e a Rússia (24%). Estima-se que mais de 150 toneladas de heroína (equivalentes a 900 milhões de dólares) transitaram pela Ásia Central em 2005, para ganhar os mercados europeus e russos. Desta quantidade, apenas quatro toneladas foram apreendidas na região, pelas aduanas e polícias (a título de exemplo, a Agência Quirguiz de Controle de Drogas confiscou 312 kg em 2005; 1.122 kg, em 2006; além de 190 kg confiscados em ações conjuntas com a Rússia e a Letônia.).

---

[70] HILL, Fiona. The Silk Road in the 21st Century. Areas for Future Cooperation or Conflict in Central Asia and the Caucasus. *Yale University Conference*, 19 set. 2002. Disponível em: <http://www.brookings.edu>. Acesso em: 16 jun. 2006.

Águas e meio ambiente

Em outubro de 2006, a ONG ambientalista norte-americana Instituto Blacksmith divulgou uma lista que relaciona os 35 lugares mais contaminados do Planeta. Da lista constam, entre as 10 primeiras colocações, três localidades da Rússia, uma do Brasil – a cidade de Cubatão –, e uma na República Quirguiz, a cidade de Mailuu-Suu. Nesta, 23 mil pessoas são afetadas imediatamente e milhões de outras, potencialmente por urânio radioativo, metais pesados e cianetos. Trata-se do lugar de fabricação de armas atômicas da antiga URSS, também usado como depósito de lixo nuclear, embora tenha alta atividade sísmica. Esta lamentável área de aproximação entre o Brasil e um dos países da Ásia Central demonstra, porém, que os problemas ambientais são de extrema relevância na vida dos povos. Esta afirmação pode parecer uma platitude, mas não se pode deixar de assinalar que a Ásia Central têm dificuldades de grandes proporções na área ambiental.

A questão do gerenciamento dos recursos hídricos é de extrema importância para os cinco *core States*. Alguns estrategistas russos afirmam que a Rússia vai voltar a dominar a região, não pelo uso da força militar ou sequer por meios culturais e pacíficos, como o domínio comercial e financeiro. A Rússia terá o controle da Ásia Central porque os países da região continuarão a depender do abastecimento de água dos mananciais russos situados especialmente nos rios da Sibéria. Considera-se que a Ásia Central é seca e dependente de mananciais, largamente utilizados na irrigação, para abastecer de água potável a maior parte da população. Neste caso, seria retomado projeto de 1984, de desvio de rios e criação de canais russos. Os russos poderiam, assim, não só retomar a influência na área, mas também desenvolver a economia da Sibéria, minimizar a pressão da migração tadjique, quirguiz e uzbeque para a Federação e aplicar um golpe no radicalismo religioso. Para os governos da Ásia Central, a retomada do projeto significaria garantir alimentação e água para suas populações: apenas 3% das terras turcomenas, 6% das do Tadjiquistão, 7% das da República Quirguiz e 10% das uzbeques são aráveis, e a taxa de crescimento das populações é expressiva.[71]

[71] KALASHNIKOV, Maksim. *A Geopolítica da água na Ásia Central*. 2007.

Os governos cazaque, turcomeno, uzbeque, quirguiz e tadjique lançaram um projeto de 1,4 bilhão de dólares, dos quais 144 milhões, já em 2008, para reparar e reverter os danos ecológicos e a degradação dos solos em terras antes produtivas. Chama-se Iniciativa dos Países da Ásia Central pelo Gerenciamento de Terras (CACILM) e conta com apoio e financiamento do ADB. O programa responde ao desafio de buscar soluções para a drenagem do Mar de Aral, cujas águas irrigavam os vastos campos de algodão – o ouro branco da época soviética, mas que resultou na salinização dos solos e transformaram as terras ao redor verdadeiros desertos.

O programa deverá durar 10 anos (2005-2015) e será um projeto que busca repetir o auspicioso programa cazaque, apoiado pelo Banco Mundial, que desenvolve atividades ecológicas e de recuperação na porção norte do Mar de Aral. O Mar de Aral é uma das maiores tragédias ambientais do século passado: três quartos do mar foi ressecado pela mão do homem, e a seca dividiu o mar em dois: o pequeno Aral, no norte, e o grande Aral, ao sul. Este projeto cazaque já conseguiu, em sua primeira fase, iniciada em 1999, voltar a submergir 300 milhas quadradas do mar norte, ao custo de 85 milhões de dólares. A segunda fase acaba de ter início ao custo estimado de 120 milhões de dólares. Quando estiver concluída, a parte norte do Mar de Aral terá subido seu nível em outros 20 pés. A CACILM é, assim, a única esperança de recuperar, ao menos em parte, o Mar de Aral.[72] O programa também inclui oito projetos nacionais prioritários e dois multinacionais, com financiamentos previstos de 1,4 bilhão de dólares de 2006 a 2015.

Energia nuclear

Em 8 de setembro de 2006, em Semipalatinsk, o Cazaquistão, a República Quirguiz, o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão assinaram o acordo que criou a Zona Livre de Armas Nucleares na Ásia Central. Só foi possível chegar à assinatura do acordo porque, depois de 1998, perderam sentido as preocupações acerca da segurança militar e da

[72] PALA, Christopher. World Bank Restores Aral Sea. *The Washington Times*, 1º abr. 2006, p.A7.
GREENBERG, Ilan. *As Sea Rises, So do Hopes for Fish, Jobs and Riches*. The New York Times, 06 abr. 2006, p.A4.

questão do Estado sucessor da URSS: a Rússia era a garantia da segurança regional e da não proliferação de armas de destruição em massa. A não proliferação era exercida por acordos militares bilaterais entre os cinco *core States* com a Federação da Rússia; os Chefes de Estado laicos se consolidaram no poder na Ásia Central e, depois do 11 de setembro, ganharam a legitimidade e o poder para combater o radicalismo islâmico.

O texto do Acordo sobre a zona livre também contempla os danos causados ao meio ambiente e à saúde humana pelos antigos testes nucleares soviéticos na região, particularmente em Semipalatinsk, e pede apoio internacional para reabilitação das áreas afetadas, evidenciando o compromisso das partes com a não proliferação e a disposição de seguir as medidas do regime de salvaguardas contidas no Protocolo Adicional ao Tratado de Não Proliferação Nuclear. O interesse da região pela matéria pode ser confirmado pelo intenso envolvimento da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) ao longo de todo o processo negociador que resultou no acordo.

Em 2007, os Estados-membros da OCX reafirmaram, em Bishkek, a importância do Acordo para tornar a Ásia Central uma zona livre de armas nucleares. Os Chefes de Estado apoiaram os esforços dos países signatários para concluir, junto com os demais Estados detentores de armas nucleares, o Protocolo de Garantia de Segurança, necessário para garantir a existência dessa zona na região.

Uma breve, mas necessária notícia relativa à questão da cidade de Semipalatinsk: o campo de testes situa-se hoje no Cazaquistão e foi fechado em 1991, mas os efeitos sobre a saúde das pessoas e dos militares do sítio de provas, causados pelas experiências soviéticas, deixam marcas até hoje. Segundo pesquisadores, a incidência de câncer, defeitos congênitos, desenvolvimento retardado e desordens psiquiátricas nas áreas circunvizinhas ao campo de testes são muito mais elevadas do que no resto do Cazaquistão (no chamado Polígono, a zona de testes, a radiação chega a ser mil vezes mais alta do que o tolerável). De acordo com o Centro de Câncer para a Região Leste do Cazaquistão, a doença ocorre de 10 a 15% mais frequentemente do que a média nacional naquela região, com uma proporção mais alta na faixa etária de 50 a 60 anos, isto é, a das pessoas que estavam próximas da área na época dos testes.

De 1950 a 1990, foram realizados 494 testes nucleares, incluindo 26 acima da superfície, 124 na atmosfera e 344 subterrâneos. Os testes

acima da superfície foram encerrados em 1962, porém os subterrâneos prosseguiram por anos até o encerramento do programa, em 1989. O maior teste foi realizado em 1965, com uma potência de 200 megatons. Acredita-se que cerca de 1,7 milhão de pessoas nos *oblast* de Semipalatinsk, Karaganda e Pavlodar apresentam problemas de saúde por causa da exposição à radiação, mas a ONG que trabalha sobre estas questões de saúde, Aman Saulik, afirma que *"no one has really kept track of how people have been affected"*. Hoje, a radiação está em níveis mais baixos, mas especialistas afirmam que a exposição a doses baixas e constantes de radiação pode causar malformações genéticas, situação que deve persistir, *até "a complete clean-up is conducted over this vast area"*.[73]

HIV/aids

O problema da disseminação do HIV/aids na Ásia Central é visto como da maior gravidade pelos governos locais, que possuem programas para lidar com a questão, mas que padecem de despreparo dos médicos e da falta de cuidados, sobretudo com o sangue, além da questão cultural, que causa vítimas por medo e preconceito. Nesse sentido, o Uzbequistão, por exemplo, realiza programas de prevenção e opera 15 centros de saúde especializados.

Sobre o avanço do HIV na Ásia Central, o Banco Mundial divulgou, em 14 de junho de 2008, o relatório Blood Services in Central Asia Health Systems, que atribui a transfusões de sangue e à imperícia médica o vertiginoso crescimento dos índices de contaminação, em especial, a partir de 2006. Embora seja difícil a coleta de dados confiáveis, o Banco Mundial acredita que tenha havido contaminação de centenas de pacientes desde 2006. Os casos de contaminação infantil foram consideráveis e ilustram a situação: 69 crianças, na República Quirguiz, e outras tantas no Tadjiquistão; 118 no Cazaquistão (além de 14 mães vítimas de um incidente em Chimkent, no sul do país, que ulteriormente levou à demissão do Ministro da Saúde e à prisão de vários funcionários); e 43,

[73] GABIDULLINA, Elmira. Nuclear Fallout Persists in Kazakstan. *RCA*. nº 550, 18 de set. 2008.

num hospital na cidade de Namangan, no Uzbequistão, em novembro de 2008.

O governo do Turcomenistão não divulga dados sobre o avanço do HIV no país (os últimos disponíveis oficialmente falam de dois casos apenas; porém, segundo o IWPR, informações não oficiais dariam conta de milhares de infectados). Um contrato de 103,3 milhões de dólares foi assinado em 2007 entre o governo turcomeno e a empresa Polimeks, da Turquia, com vistas à construção de um centro de prevenção e tratamento de aids, de doenças sexualmente transmissíveis, de doenças infecciosas e tuberculose, além de um laboratório central de testes de sangue.

No caso do Tadjiquistão, 162 das 872 pessoas oficialmente listadas como portadores do vírus foram diagnosticadas no primeiro semestre de 2007. O governo afirma que 60% dos casos são de usuários de drogas injetáveis. Na República Quirguiz, o crescimento não foi menor: a Associação de Aids do país acredita que 1.193 pessoas foram registradas como HIV positivas, de janeiro a junho de 2007, incluindo 95 que desenvolveram a doença. Desse total, 910 pacientes eram usuários de drogas injetáveis. De acordo com o Joint United Nations Programme on HIV and AIDS (Unaids) no Relatório 2007 AIDS Update,[74] publicado em 20 de novembro de 2007, das 33,2 milhões de pessoas no mundo que convivem com o vírus HIV, 1,6 milhão vivem na Europa Oriental e Ásia Central. O Relatório informa que o crescimento da pandemia no Uzbequistão também foi expressivo: em 1998, havia somente 28 casos relatados; em 2003, 1.836; e, em 2006, 2.205. O Uzbequistão teria nove mil casos de pessoas HIV positivas em 2007; segundo divulgado pelas autoridades uzbeques, houve 13 mil casos em 2008.

No caso do Cazaquistão, os dados oficiais de 2007 informavam 8.800 casos. Em 2008, o Ministério da Saúde do país registrava 9.760 casos de HIV e 664 de aids até 1º de março de 2008, embora o representante da OMS no país dissesse que os números variavam, conforme a fonte, de 14 mil a 90 mil. O Ministro dos Negócios Interiores cazaque – responsável pela segurança e inteligência – comentou com o Embaixador do Brasil em Astaná que 74% das infecções ocorreram pelo uso de seringas contaminadas.

[74] UN Says HIV Rate Sharply Increases in Uzbekistan. *Radio Free Europe Radio Liberty*. Disponível em: <http://www.rferl.org/articleprintview/1079177.html>. Acesso em: 7 abr. 2007.

Existiu interesse cazaque em cooperação com o Brasil na matéria, tendo havido uma conversa inicial em um encontro das delegações brasileira e cazaque durante a Reunião de Alto Nível sobre HIV/aids (Nova York, 2 de junho de 2006). É importante registrar que, em 7 de abril de 2007, a primeira atividade oficial da recém-aberta embaixada do Brasil foi justamente realizada com a exposição I Festival Internacional de Humor e Aids, antes exibida na sede da ONU, com 64 cartazes.

A questão da disseminarão do vírus HIV e da aids na Ásia Central está bastante associada com o aumento da produção de drogas ilícitas, em particular no Afeganistão, sendo que alguns autores falam que a expansão da pandemia segue o caminho do tráfico da heroína em direção aos mercados consumidores. No entanto, também esbarra nas dificuldades culturais: campanhas públicas deixam de ser feitas, muitos países dispõem de pouca energia elétrica em épocas de inverno, por exemplo, e nem todos podem assistir à televisão; muitos médicos, além de ocultar o diagnóstico da aids, têm desconhecimento sobre a doença e preconceito contra ela.

Há casos relatados de que médicos no Tadjiquistão contribuem para aumentar o estigma, recusando-se a dar tratamento aos doentes da aids (relata Murtazo Khidirov, diretor da ONG tadjique RAN, que trabalha com grupos de risco naquele país). Contudo, a sociedade civil central asiática reage ao problema. Após a realização de seminário sobre a questão, voltado para lideranças religiosas em Dushanbe, em 2008, ficou decidida a criação, em Bishkek, de uma instituição para educar e alertar o clero islâmico sobre o HIV/aids. Os 30 religiosos muçulmanos que participaram do seminário foram diplomados especialistas em prevenção de HIV/aids.

Capítulo 7

As riquezas energéticas e a importância dos produtos de base. A questão estratégica. O interesse do Brasil

A maneira como se pretende tratar a questão da riqueza em fontes de energia da Ásia Central não será apenas técnica ou descritiva, nem direcionada a cuidar precipuamente dos problemas do abastecimento e dos meios de distribuição nos mercados consumidores, tampouco será dada ênfase especial ao domínio das fontes de energia, pois a discussão destas importantíssimas questões fugiria aos objetivos estabelecidos para este trabalho. A respeito da temática antes mencionada, seriam oportunas algumas breves considerações, a começar pela seguinte observação de Hans Morgenthau: "[...] Fator relativamente estável, que exerce uma influência importante sobre o poder de uma nação, confrontada com outras nações, é representado pelos recursos naturais."[75]

As riquezas energéticas e a importância dos produtos de base

Desde a Primeira Guerra Mundial, as fontes energéticas são ambicionadas pelo interesse de diversos países. A acirrada disputa por maior capacidade energética, que muitas vezes também representava

[75] MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as nações*: a luta pelo poder e pela paz. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003. p. 220.

maior poder militar, veio a gerar a chamada "diplomacia do petróleo", definida por Morgenthau como "o estabelecimento de esferas de influência que lhes conferiam [às potências] o acesso exclusivo a depósitos de petróleo em certas regiões".[76] Exemplos da aplicabilidade dessa linha de ideias podem ser encontrados ao analisar determinados períodos na política dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França para o Oriente Próximo, quando os países agiam de forma a buscar contratos de exclusividade para suas empresas na prospecção e na distribuição do petróleo.

O ambiente internacional é muito mais complexo hoje, pois, diferentemente do quadro das décadas de 1940 e 1950, quando o petróleo estava sendo descoberto em grande escala, as fontes petrolíferas estão diminuindo suas reservas e é quase inviável que um país ou uma empresa sozinha dominem a indústria petrolífera, em qualquer parte do globo. A lógica que prevalece é a do consórcio entre os entes externos e internos. Outra prática comum é a de estabelecimento de parcerias multinacionais para atuação no mercado, modalidade na qual diversas empresas se unem e cada uma realiza o trabalho sobre o qual detém maior *expertise*.

No contexto das discussões desta tese, interessa privilegiar o conhecimento estratégico do que está acontecendo nos últimos anos no continente asiático: o surgimento da China e do Japão como grandes consumidores, contribuindo para que o preço do petróleo no mundo suba e chegue perto ou até mesmo venha a romper a marca dos cem dólares por barril.

Os recursos energéticos da região centro-asiática, neste sentido, funcionam como mais um elemento adjutório na compreensão da geopolítica do continente; e, na Ásia Central em particular, por causa do seu histórico papel de região-tampão entre a Rússia e a China, representam uma oportunidade de obter vantagens que não tiveram durante o período soviético. Não se pode esquecer de que a Ásia Central era abastecedora de matérias-primas da URSS, incluindo petróleo e gás, em caráter privativo. Agora, desde a década 1990, sua riqueza mineral propicia o poder de barganha e a oportunidade de alcançar patamares elevados de desenvolvimento, além de se descolar dos desígnios impostos por Moscou.

[76] Idem. p.226.

Trata-se do primeiro grande aspecto da importância intrínseca da região centro-asiática no mundo atual. O segundo é o que deriva de sua própria posição geopolítica, conforme será visto no capítulo seguinte.

A questão estratégica

De início, recorde-se a mudança da estrutura da indústria petrolífera, de 1973 em diante, quando o controle do petróleo passou das grandes empresas transnacionais para o de alguns poucos governos, muitos dos quais membros da Opep. Hoje, 77% das reservas mundiais de 1,148 bilhão de barris pertencem às Companhias Nacionais de Petróleo (*National Oil Companies* – NOC), e apenas 10% da base de recursos são controlados pelas companhias de petróleo ocidentais.[77] O aumento dos preços em 1973 e no final da década de 1970 obrigou o Ocidente a rever sua política energética e a buscar fontes alternativas de energia. Apesar deste fato, a queda dos preços na década de 1980 aumentou a demanda e as importações do petróleo (em 1973, o consumo mundial era de cerca de 57 milhões de barris por dia; em 1994, de aproximadamente 68 milhões e, em 2003, de 75,7 milhões).[78]

Esta situação era confortável para a URSS, com suas vastas reservas de petróleo e gás, incluindo as das repúblicas de sua fronteira asiática. A independência dos cinco *core States* pouco modificou esta situação vantajosa porque a Rússia continuou na posse e no controle da importante malha de dutos para escoamento do petróleo e do gás da Ásia Central. Para se ter uma ideia, ainda em maio de 2006, Moscou possuía 153.000 km de dutos em seu território, o que leva o mundo a viver a Era do Poder dos Oleodutos – *Era of pipeline power*,[79] nas palavras de Escobar.

De maneira geral, há dois grandes produtores de petróleo e gás na Ásia Central: o Cazaquistão e o Turcomenistão. Há também um terceiro detentor de importantes reservas, ainda pouco aproveitadas, o

---

[77] OLCOTT, Martha Brill. *Kazmunaigas: Kazakhstan's National Oil and Gas Company*. In: Seminário Promovido PELO James Baker 3º Institute For Public Policy da Universidade de Rice. Em associação com a Japan Petroleum Energy Center. Mar. de 2007.

[78] ARVANITOPOULOS, Constantine. *The Geopolitics of Oil in Central Asia*. Disponível em: <http://www.hri.org/MFA/thesis/winter98/geopolitics.html> e em <http://www.worldpress.org/specials/pp/front.htm>. Acessos em: 2006 e 30 jun. 2007, respectivamente.

[79] ESCOBAR, Pepe. The Roving Eye: The Gazprom Nation. *Asia Times*, 26 mai. 2006. Disponível em: <http://www.atimes.com>. Acesso em: 26 mar. 2006.

Uzbequistão. Todavia, em termos de recursos energéticos, não se pode deixar de mencionar as enormes jazidas de minerais no subsolo do Tadjiquistão (urânio, ouro, prata e tungstênio) e da República Quirguiz. Vale registrar que 80% dos recursos hídricos da região se concentram nestes dois países, nos quais há grandes interesses da China (projetos de financiamento da construção de hidrelétricas e linhas de transmissão de energia até a fronteira chinesa, sem falar no próprio interesse dos demais vizinhos centro-asiáticos, mormente o Turcomenistão e o Uzbequistão, os maiores usuários da água e da energia gerada no Tadjiquistão e na República Quirguiz).

O Turcomenistão também é um grande produtor de gás natural: aliás, possui a quarta maior reserva do mundo. Após a independência, os governantes do país acreditavam que o gás e o petróleo alavancariam o crescimento e melhorariam a situação de seu povo, o que não aconteceu, entre outras razões, porque o país ainda não conseguiu atingir o grau de desenvolvimento de um país do Golfo, como o Coveite, por causa do problema de como fazer chegar seu petróleo e gás aos mercados consumidores. Uma década de negociações sobre os esquemas de construção de dutos não chegaram a bom êxito por conta das obstruções de Moscou e pela dificuldade de conviver com um líder como o Presidente Nyiazov e suas características centralizadoras. A questão começou a encontrar saídas somente após a morte de Nyiazov.

Entretanto, paradoxalmente, o mais relevante motivo da falta do sucesso turcomeno está na própria política da Neutralidade Positiva do país, que não lhe permite uma integração maior nem com sua região, nem com o mundo. O Turcomenistão de Nyiazov negociou com a parte russa um preço aviltado para vender seu gás e transportá-lo pela malha de dutos russos. Moscou conseguiu sustentar a ideia de que o gás turcomeno era vendido apenas no mercado interno russo, a preço com desconto. Isso foi o que, durante 15 anos, o Kremlin usou para manter os valores do gás turcomeno como se fossem de mercado interno. Em termos práticos, isso não é verdade, pelo fato de o gasoduto que transporta o gás do Turcomenistão para a Rússia ser o mesmo que leva gás para o mercado externo, e o gás russo se mistura com o turcomeno, não sendo possível separá-los.

O novo Presidente turcomeno adotou uma política de revisão do preço do gás, pouco antes de embarcar em uma visita de Estado à Rússia,

logo depois de sua eleição, em maio de 2007. Em Moscou, a delegação turcomena tentou negociar um preço mais alto para seu gás, sem obter sucesso. O curioso é que a recusa dos russos de melhorar o preço de compra do gás turcomeno, neste caso, estimulou o governo de Ashgabat a procurar rotas alternativas para escoar sua produção, contornando a Rússia e logrando remeter o produto pelo sul, via Irã, para Europa e, por meio de outras ligações, para a China.

Se a política da Neutralidade Positiva cerceia a ação dos responsáveis pela formulação da estratégia de produção e exportação dos recursos energéticos do Turcomenistão, o Cazaquistão, país muito mais exposto ao mercado internacional, adota políticas de integração com o mundo, por exemplo, pleiteando para ingressar na OMC. A pretendida entrada do Cazaquistão na OMC poderá talvez fazê-lo correr o risco de vir a sofrer uma invasão de bens chineses, mas o país sabe que tem um capital energético que lhe dá poder de barganha superior com as autoridades de Pequim.

Segundo informações publicadas no fim de 2003, a Lukoil era a companhia russa que mais investiu no Cazaquistão. Em 14 de março de 2006, o Presidente dessa empresa, Vagit Alekperov, e o Primeiro Vice-Presidente da companhia cazaque NK KazMunayGaz, Timur Kulibaev, firmaram documentos que instituíram a empresa mista Companhia de Petróleo e Gás do Cáspio, criada em bases paritárias para a exploração da jazida de Khvalinsk, e o transporte e a venda das matérias-primas e dos produtos resultantes de seu processamento. Os investimentos nesse projeto superarão a casa de um bilhão de dólares. A importante jazida deverá entrar em funcionamento em 2010. A prospecção da jazida foi efetuada pela Lukoil, que deverá ser compensada pelos gastos. Para a exploração da outra jazida, Tseltralnaya, deverá ser formado um consórcio.

Primeiramente, a geoestratégia energética da Rússia foi tornar o rublo conversível para transações de petróleo, a partir de julho de 2006. O país tem a maior reserva de gás do mundo, e sua empresa estatal, Transneft, o controle total de seu transporte. O Irã possui a segunda reserva mundial. Por isso, o Presidente Putin buscava atrair o Irã para a OCX. Além do mais, em maio de 2006, a Rússia fez um acordo com a Argélia, que, juntamente com a Rússia, é uma das duas maiores fornecedoras de gás para a Europa, mediante o cancelamento de 4,7 bilhões de dólares de

dívidas argelinas com Moscou. A Argélia, em contrapartida, comprará 7,5 bilhões de dólares em armamentos aéreos russos. Além disso, a Rússia surpreendeu a comunidade internacional "em um dos mais fascinantes exercícios de geopolítica",[80] com a Gazprom assegurando fornecimento de gás para Israel, via o subutilizado gasoduto *Blue Stream*, que fora inaugurado em 17 de novembro de 2005, ao custo de 3,2 bilhões de dólares, da usina de gás russa Izobilnoy ao porto turco de Samsun, em uma extensão de 1.213 km, incluindo uma seção submarina no Mar Negro, à profundidade de 2.150 m, por 396 km. Ademais, o *Blue Stream* coloca a Rússia como alternativa de fornecimento de gás para a Europa (o gasoduto continua depois, de Samsun até Ancara, por mais 501 km).

Quanto à geoestratégia energética da China,[81] esse país se tornou importador líquido de petróleo em 1993, e, em 2006, transformou-se no segundo maior comprador de petróleo do mundo, passando o Japão, embora ainda esteja atrás dos Estados Unidos. Até 2045, é provável que 45% das necessidades chinesas sejam importadas. A reação do país a este quadro foi aumentar sua participação nos projetos de exploração do petróleo em várias partes do planeta, incluindo a realização de uma agressiva política na Ásia Central. A compra da Petrokazakhstan pela China National Petroleum Corp., em outubro de 2005, por 4,18 bilhões de dólares, ilustra bem a movimentação dos chineses na região. Em 26 de maio de 2006, foi inaugurado um oleoduto de 1.000 km de extensão, da cidade de Atazu (no Cazaquistão) até o Passo de Alataw (na Província Autônoma Chinesa do Xinjiang Uygur). Tratou-se da primeira vez na história que o petróleo foi bombeado diretamente de um terceiro mercado para a China e, também, de uma rota livre do alcance dos recursos militares norte-americanos, o que não acontece nem com o petróleo da África nem com o do Oriente Médio. Em 2011, o oleoduto terá concluída uma extensão de mais 3.000 km até a cidade de Dushanzi, onde a China constrói sua maior refinaria. O valor do projeto, em setembro de 1997, era de cerca 9,5 bilhões de dólares, incluindo a reabilitação do campo cazaque de Uzen (4,38 bilhões de dólares) e a do campo petrolífero de Aktyubinsk (1,1 bilhão de dólares), e a construção do oleoduto

[80] ENGDAHL. op. cit.

[81] Sobre interesses chineses no petróleo centro-asiático ver SUKHANOV, Alexander. Caspian oil exports heading east. *Central Asia Times Online*. 9 fev. 2005. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/Central_Asia/GB09Ag02.html> Acesso em: 15 fev. 2005.

propriamente dito (3,5 bilhões de dólares), um projeto gigante para a grandeza da sede chinesa por combustíveis.

O Japão depende totalmente dos combustíveis fósseis oriundos do mundo árabe: em 2005, importou da Arábia Saudita 1,216 milhão barris de petróleo por dia; dos Emirados Árabes Unidos, 1,138 milhão; do Irã, 839 mil; do Coveite, 341 mil; de Omã, 160 mil; e da zona neutra entre Arábia Saudita e o Coveite, 100 mil. Estes países, a que se soma a Indonésia, dominam o *ranking* dos fornecedores para o país, que importava diariamente cerca de 4,5 milhões de barris. O governo de Abe e o de Koizumi promoveram esforços de aproximação da Ásia Central, à procura de meios para diversificar a dependência do Oriente Médio e seus humores políticos mediante entendimentos para manter aberta a porta para o fornecimento alternativo de fontes energéticas, incluindo a exploração de urânio no Cazaquistão e no Uzbequistão.

O Japão parece admitir que não obteve muito êxito na sua estratégia para a região centro-asiática: a de favorecer um ambiente que criasse um arco de paz e democracia em torno da China e da Rússia. Mesmo na questão dos acordos sobre o urânio, com o Cazaquistão e o Uzbequistão, a influência dos russos, que ofereceram aos cazaques sua cooperação para a utilização pacífica de energia nuclear, poderia tornar vãos os esforços japoneses.

O Banco Asiático para o Desenvolvimento, em janeiro de 2005, concluiu estudo técnico para a construção do gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão (TAP), com capacidade para 33 bilhões de m^3 de gás anualmente, ao custo de 3,5 bilhões de dólares. A Índia anunciou, em junho de 2006, que se associaria ao projeto, o que de fato ocorreu. A construção do agora gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia (Tapi), que deve percorrer mais de 1.800 km entre o campo gasífero turcomeno de Dauletabad e a cidade indiana de Fazilka, depende da estabilidade do Afeganistão. A decisão de participar foi de cunho fortemente político, pois o anúncio da decisão foi feito em uma reunião do gabinete de governo indiano, e uma maneira de promover os interesses da indústria petroquímica do país. Nova Delhi tem todo interesse nos oleodutos e gasodutos que estão projetados para atravessar a Ásia Central até os portos do Golfo e do Oceano Índico. Esta movimentação demonstra a intensificação da necessidade de fontes energéticas fornecedoras para sua cada vez mais importante economia,

apesar de possuir fronteiras quase diretas com produtores energéticos de relevo, como o Irã e os países do Golfo Pérsico.

No que tange à Europa, 30% de todo petróleo e gás provém da Rússia. A UE trabalha de forma a regularizar o comércio do gás e do petróleo na região, no sentido de garantir sua segurança econômica. Prova essa política a criação do único instrumento para promover a cooperação internacional na área energética: o Tratado de Cooperação Energética, que tornou-se efetivo em abril de 1998, com a ratificação dos primeiros 30 Estados-membros. Do Tratado participam a Rússia, os países da Ásia Central e os do Cáucaso, e o acordo objetivou regular o comércio e os investimentos na área energética:

> O objetivo principal das regras a serem observadas pela Carta do Tratado é o de fortalecer o papel do direito em questões energéticas, pela criação de um nível de regras a serem observadas por todos os governos participantes [*a level playing field of rules*] de forma a minimizar riscos associados com investimentos e comércio relacionados à energia.[82]

A Embaixada do Brasil em Ancara informou que, em 4 de junho de 2006, entrou em operação comercial, após 12 anos em construção, o BTC, de quatro bilhões de dólares e de 1.760 km, que Shahin Abbasov *et al.* chamaram de a Rota da Seda do Petróleo,[83] com a partida do primeiro navio-tanque levando 700 mil barris de petróleo do Azerbaijão para a Europa. Abassov conclui que "realiza-se, assim, o sonho norte-americano de 'abrir' o acesso aos recursos energéticos da região do Cáspio, por meio de rota que evita a Rússia e o Irã". Quando operar em sua capacidade plena, bombeará um milhão de barris de petróleo por dia. O BTC passa por áreas de intermitente atividade guerrilheira curda. Não é por acaso que o terminal de Ceyan fica próximo à base militar dos Estados Unidos em Incirlik. Assim, mesmo um país como a Turquia, que não é produtor de petróleo nem de gás, entra no jogo estratégico com a carta de seus

---

[82] ENERGY CHARTER SECRETARIAT. *The Energy Charter Treaty and related documents*. A legal framework for international energy cooperation. 2004, p.16. Disponível em: <http://www.encharter.org/upload/9/120520674515751158192049714743532131935190860213f2543v3.pdf. Acesso em: 18 fev. 2006.

[83] ABBASOV, Shahin et al. *The Oil Flows through the BTC Pipeline, but a problem may loom*. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/departments/business/articles/eav053106_pr.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2006.

terminais para escoamento da produção e a presença de bases estrangeiras em seu território, o que lhe respalda a proteção aos estreitos do Mar Negro, vitais para a navegação dos navios russos.

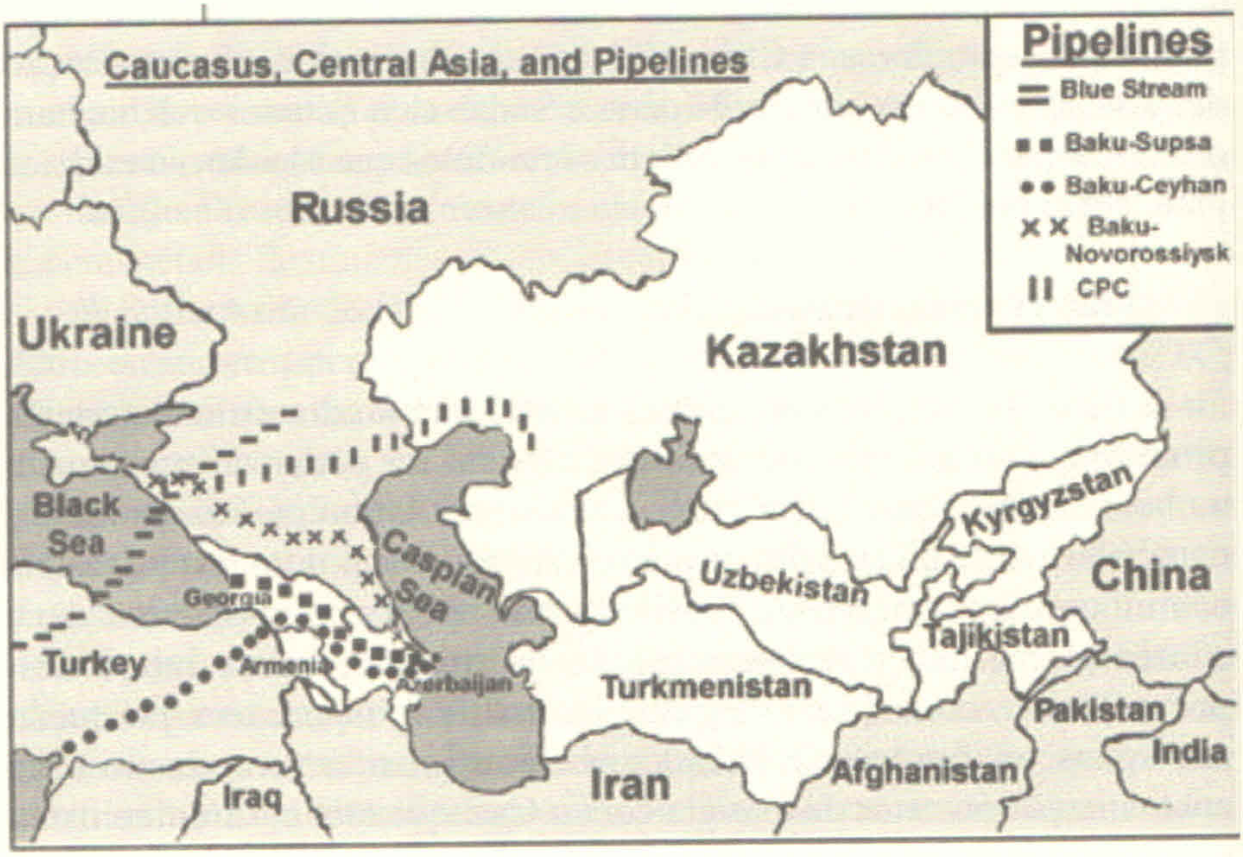
Então, o que importa ressaltar de tudo o que precede é que, nos dias de hoje, a questão da energia e dos preços altíssimos que estão sendo atingidos para os bens energéticos difere das crises do petróleo da década de 1970, quando a estratégia dos países centrais era a de dominar as áreas produtoras e garantir o acesso a elas. Deste tipo de política adveio, entre outras consequências, o envolvimento militar do mundo Ocidental no Oriente Médio, suas guerras e a dependência da Europa em relação ao gás russo. Havia um problema de oferta de petróleo 30 anos atrás, que elevou os preços e que provocou as duas crises de 1973 e 1979. Nas atuais circunstâncias, existe uma questão de demanda, com o advento de dois grandes consumidores, a China e o Japão, a despeito da diversificação de produtores como Angola, Nigéria e Sudão e os Estados que banham o Mar Cáspio. Simplesmente, faltam os produtos que são tão necessários para tantos países.

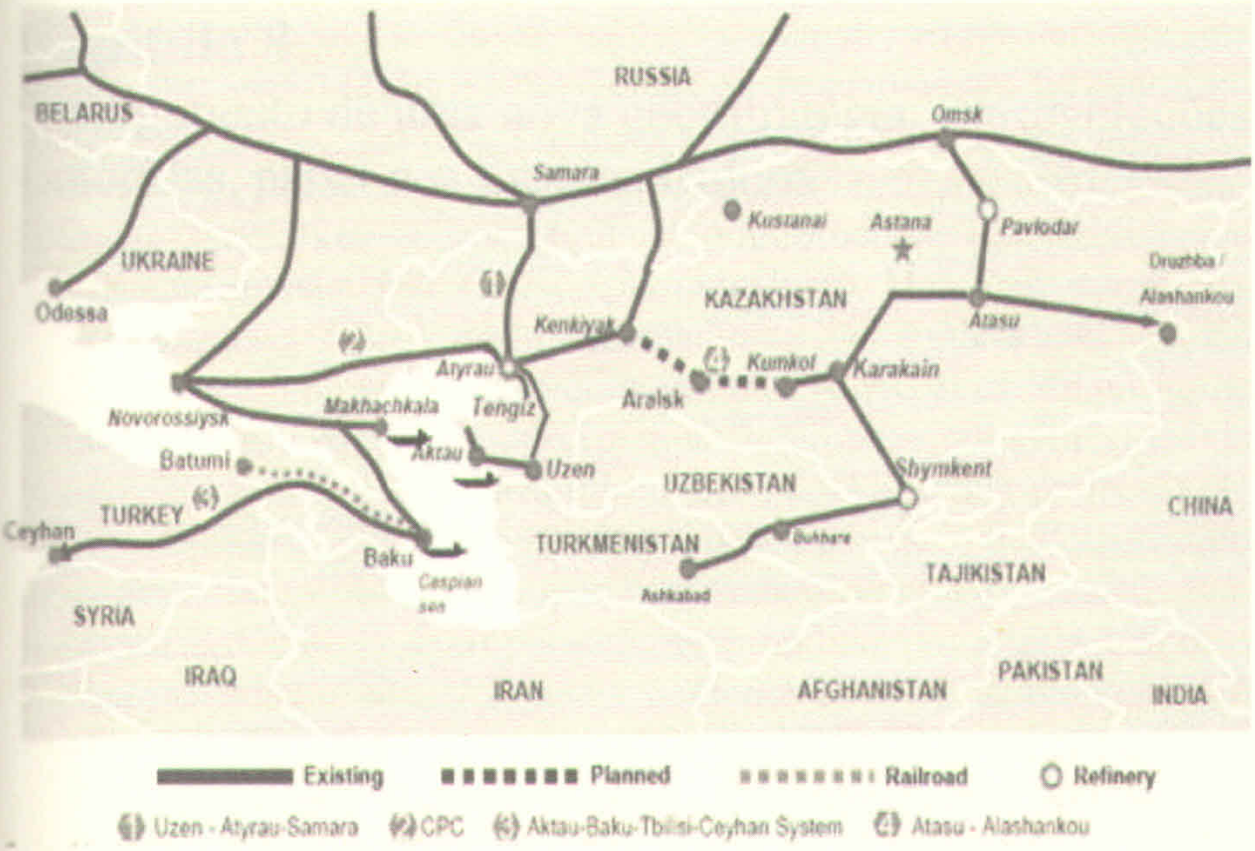
O interesse do Brasil

Para o Brasil, portanto, a questão está não no domínio das fontes produtoras, na garantia de acesso a elas ou no poder de transportar os bens energéticos, e sim no conhecimento estratégico da situação, particularmente no que diz respeito à Ásia Central. Um dos possíveis caminhos para a presença brasileira na região centro-asiática deve contemplar a busca de participação neste processo de interesses, por exemplo, com a tecnologia nacional de prospecção e produção em águas profundas. O Brasil deve continuar à procura de uma aproximação no setor de energia com o Cazaquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão porque o país terá condições de colher bons frutos com esse acercamento. De fato, os contatos iniciados em 2005, com a ida de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ao Cazaquistão, produziram entendimentos cujos resultados começam a aparecer, incluindo a possibilidade de participação nacional em plataformas submarinas no Mar Cáspio, em consórcio com empresas asiáticas. Isto sem falar no que seria mais importante para o Brasil: a participação das empresas nacionais no

fornecimento de equipamentos e da cooperação científica, técnica e tecnológica e em termos de treinamento no Brasil.

A Petrobras começou a ter presença na região porque negociava com o Irã um acordo para explorar reservas no Mar Cáspio que abrangiam dois blocos de valores superiores a 500 milhões de dólares. Ademais, a NOC brasileira realizara seminários com a participação de seus funcionários para que eles se atualizassem com o que ocorria na região, o que significa que a empresa não deixava de atentar para a evolução das questões relacionadas àquela importante e estratégica área. Os mapas a seguir fornecem, a título de conclusão do presente capítulo, uma ideia da rede de oleodutos e gasodutos da *wider central Asia*:




RUSSIA
BELARUS
Omsk
Samara
Kustanai
Astana
Pavlodar
UKRAINE
Druzhba / Alashankou
Odessa
KAZAKHSTAN
Atasu
Kenkiyak
Kumkol
Karakain
Atyrau
Aralsk
Makhachkala
Tengiz
Novorossiysk
Aktau
Batumi
Uzen
UZBEKISTAN
Shymkent
CHINA
TURKEY
Ceyhan
Baku
TURKMENISTAN
Bukhara
TAJIKISTAN
Caspian sea
Ashkabad
SYRIA
IRAQ
IRAN
AFGHANISTAN
PAKISTAN
INDIA
Existing
Planned
Railroad
Refinery
Uzen - Atyrau-Samara
CPC
Aktau-Baku-Tbilisi-Ceyhan System
Atasu - Alashankou

Capítulo 8

O surgimento de uma nova geoestratégia: as Revoluções Coloridas, papel dos Estados Unidos

> *The base at Ayni tells us that not only is another major player [India] throwing down a marker in the so-called new Great Game, the game itself is becoming larger, deeper, and ever more intense.* Stephen Blank

O surgimento de uma nova geoestratégia

A dominação da Ásia Central passou a obcecar os primeiros pensadores da geopolítica no final do século XIX e começo do XX, como o sueco Rudolf Kjellen, que cunhou o termo geopolítica, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel e, em especial, Sir Halford Mackinder, que desenvolveu a ideia de geopolítica de dominação, a Teoria da Heartland. Esta podia ser resumida no princípio de que aquele que dominasse a Europa do Leste dominaria o Coração da Terra (isto é, as terras que se estendem do oeste para o leste, desde o Rio Volga até o Rio Yang Tsé e, do sul para o norte, das montanhas do Himalaia até o Ártico); aquele que dominasse o Coração da Terra dominaria a Ilha do Mundo (isto é, a Eurásia e a África) e, aquele que dominasse a Ilha do Mundo dominaria o mundo ("*Who rules East Europe commands the Heartland; who rules the Heartland commands the world-island; who rules the world-island controls the world*").

A Teoria da Heartland caiu naturalmente em descrédito com a Segunda Guerra Mundial, embora os soviéticos tenham logrado dominar o Coração da Terra, mas, tal como foi formulada, perdeu força a partir de 1948, com o advento da Guerra Fria, pela existência de arsenais nucleares, que independiam da distância geográfica para atingir seus alvos e pela ascensão do Japão, nas fímbrias da Ásia – a maior demonstração de que um país, desprovido de grandes recursos naturais, podia tornar-se uma potência econômica.

No mundo Pós-Guerra Fria, particularmente depois da Primeira Guerra do Golfo, em 1990, observou-se a intensificação, pelos países industrializados, dos controles da proliferação das armas de destruição em massa, por meio do revigoramento de uma série de Regimes internacionais, que se caracterizam, especialmente, pela restrição ao acesso dos países em desenvolvimento a meios tecnológicos mais avançados. Efetivamente, as potências não mais limitavam suas preocupações a questões de guerras tópicas, as chamadas *tea cup wars*;[84] antes, passaram a se preocupar com as novas ameaças estratégicas, como o terrorismo internacional, o narcotráfico, a questão ambiental e o crime internacional, enfim, a temática que passou a compor uma nova agenda multilateral. Nesse contexto, os Regimes foram organizados com vistas a melhor controlar o perigo que representariam para os interesses das potências, tanto de segurança quanto de comércio, os países de preocupação (*countries of concern*). Se os países de preocupação dominassem aquelas tecnologias ditas sensíveis, cujo uso permitiria desvios para a produção de armamentos biológicos, químicos ou nucleares, dar-se-ia margem para graves ameaças à ordem mundial renovada, conforme pretendida pelos aliados vitoriosos da Guerra Fria.

Foi uma reviravolta na política mundial, uma acomodação nova das forças políticas e militares, incluindo a ameaça de o antigo poder nuclear soviético terminar nas mãos de dirigentes de Estados tirânicos ou de grupos extremistas. A ênfase da geopolítica deslocou-se do Equilíbrio pelo Terror, que acabou na virada da década de 1980 para a de 1990 do século passado, para as questões de controle. Perdia importância a geografia como elemento puro de consideração na análise das relações

[84] GELB, Leslie H. Quelling the Teacup Wars: The New World's Constant Challenge. *Foreign Affairs*, v.73, nº 6, Nova York, NY, nov./dez. 1994. p.2-6.

internacionais, para crescer em importância a estratégia e o cálculo. Assim, tem-se a *geoestratégia*, termo mais atualizado para lidar com aquelas preocupações.

Para emoldurar aquele momento das relações internacionais, vale recorrer à análise de Ricupero,[85] que toma as considerações de Henry Kissinger em *A World Restored*, em cujo livro o ex-Secretário de Estado dos Estados Unidos dizia que o mundo se caracterizava por uma crescente homogeneidade. Esta homogeneidade era definida como sendo o "sistema internacional no qual os principais participantes coincidem no mesmo critério de legitimidade de poder e seguem princípios análogos e compatíveis de organização política, social, econômica etc". Conforme estudava Ricupero, no período da Guerra Fria, a heterogeneidade do Ocidente *versus* o mundo comunista levava ao não reconhecimento recíproco da legitimidade dos sistemas que existiam no mundo dicotômico. Uma das consequências dessa falta de reconhecimento mútuo era o Equilíbrio pelo Terror. Para a política externa dos Estados Unidos, no entanto, mesmo após o colapso da URSS, a Rússia continuava a ser o ponto central da atenção de sua política de segurança e de política externa, pela própria manutenção do seu arsenal nuclear, na época, meados da década de 1990, da ordem de 30 mil ogivas nucleares.

Outra consequência dessa crescente homogeneização foi o espaço para que surgisse a tese de Francis Fukuyama sobre o fim da história,[86] segundo a qual o conflito, deixando de existir, seria seguido de uma *Pax*, no estilo da paz perpétua, conforme propugnada pelo filósofo Emanuel Kant. A teoria de Fukuyama perdeu seu argumento principal com a eclosão da Guerra do Golfo. Veio à luz, poucos anos depois, a tese de Huntington[87] sobre o conflito ser, nos dias atuais, entre civilizações (a civilização cristã contra a muçulmana, por exemplo). A crítica à tese de Huntington refere-se ao fato de que a globalização cria pontes entre as civilizações e os Estados, com efeitos ambivalentes, embora

[85] RICUPERO, Rubens. Os Estados Unidos da América e o Reordenamento do Sistema Internacional. In: FONSECA JR., GELSON; CASTRO, Sérgio H. Nabuco de (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. Brasília: Funag; São Paulo: Paz e Terra, 1994. vol. 1, p. 79-107. (Coleção Relações Internacionais.)

[86] FUKUYAMA, Francis. *The End of History?* The National Interest. Washington DC. Summer, 1989.

[87] HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations. *Foreign Affairs*, v. 72, n. 3, 1993. (Edição brasileira: *Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra, mar./abr./mai. 1994. v. 2, n. 4.)

seja impossível descartar o impacto dos efeitos positivos. E, à medida que os ganhos do motor central da integração, ou seja, a economia, se expandirem, é natural que se atenuem os conflitos civilizatórios.[88]

Zbigniew Brzezinski escreveu um artigo na publicação *Foreign Affairs* (setembro/outubro de 1997), que ajudou a colocar em uma perspectiva diferente o discurso de Washington, de propagar o conceito de democracia, e afirmou, categoricamente, a importância da Eurásia para a primazia global dos Estados Unidos, em uma nova geoestratégia para este país. Posteriormente, autores como William Engdahl[89] explicaram que o artigo de Brzezinski de fato expôs a ideia de hegemonia global, e não a de fazer triunfar o conceito de democracia no Oriente Médio ou em outros lugares.

> [...] Eurasia is home to most of the world's politically assertive and dynamic states. All the historical pretenders to global power originated in Eurasia. The world's most populous aspirants to regional hegemony, China and India are in Eurasia, as are all the potential political or economic challengers to American primacy. After the United States, the next six largest economies and military spenders are there, as are all but one of the world's overt nuclear powers, and all but one of the covert ones. Eurasia accounts for 75 percent of the world's population, 60 percent of its GNP, and 75 percent of its energy resources. Collectively, Eurasia's potential power overshadows even America's.
>
> Eurasia is the world's axial super continent. A power that dominated Eurasia would exercise decisive influence over two of the world's three most economically productive regions, Western Europe and East Asia. A glance at the map also suggests that a country dominant in Eurasia would almost automatically control the Middle East and Africa. With Eurasia now serving as the decisive geopolitical chessboard, it no longer suffices to fashion one policy for Europe and another for Asia. What happens with

[88] LAFER, Celso; FONSECA JÚNIOR, Gelson (organizadores). Questões para a Diplomacia no Contexto Internacional das Polaridades Indefinidas. *Temas de Política Externa Brasileira II*, op. cit.

[89] ENGDAHL, F. William. *Color Revolutions, Geopolitics and the Baku Pipeline*. Global Research: Centre for Research on Globalization, 25 jun. 2005. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=viewArticle&code=ENG20050625&articleId=518>. Acesso em: 15 de jul. de 2005.

> the distribution of power on the Eurasian landmass will be of decisive importance to America's global primacy and historical legacy [...][90]

Em 2005, a professora Fiona Hill, da Brookings Institution, observou que a perspectiva norte-americana de ameaças a sua hegemonia na Eurásia mudou dramaticamente de foco nos últimos 20 anos: o medo de um primeiro ataque (*first strike*) soviético, que deixou de existir por causa do colapso da União Soviética e da deterioração das potencialidades militares russas desde 1991, foi substituído pela ameaça de um lançamento acidental ou – o pior dos pesadelos – pela aquisição por Estados perigosos (*Rogue States*), ou por algum grupo terrorista, de armas nucleares (ou material físsil, produtos químicos da era soviética e agentes biológicos), para usá-las contra os Estados Unidos.[91]

A análise de Hill recorda que Washington sempre se preocupou em ter uma política de garantir a segurança dos arsenais nucleares russos, de reduzir os estoques de mísseis e de procurar encorajar o progresso econômico da Federação da Rússia. Além de "evitar a possibilidade de um vácuo de poder na Eurásia", porque levaria a uma indesejada instabilidade da região. Outras preocupações específicas dos Estados Unidos são garantir o desenvolvimento e a segurança das exportações de petróleo do Mar Cáspio pelo Cáucaso até a Turquia, mediante a utilização do oleoduto BTC, conforme se viu no capítulo anterior e, desde 2002, cuidar que ameaças da Ásia Central não solapem o projeto norte-americano de estabilização e reconstrução do Afeganistão.[92]

O esforço da coalizão de países pela estabilização do Afeganistão é de longo prazo. Para alcançar este objetivo, vital para a geoestratégia norte-americana de hegemonia, os Estados Unidos colocaram suas fichas na presença militar no país, dando respaldo ao governo Karzai eleito em Cabul. Assim, para os estrategistas de Washington, havia o seguinte paradoxo: se, por um lado, a guerra teria de ser vencida e a ameaça terrorista eliminada, por outro, se as operações no Afeganistão chegam

---

[90] BRZEZINSKI, Zbigniew K. A Geostrategy for Eurasia. *Foreign Affairs*, set./out., 1997.
[91] HILL, Fiona. The Eurasian Security Environment. *House Armed Committee Threat Panel*, 22 set. 2005. Disponível em: <http://www.brookings.edu>. Acesso em: 13 jun. 2006.
[92] HILL, Fiona. Op. cit.

ao fim, retira-se a única razão concreta que existe para manter uma base norte-americana na região centro-asiática, na República Quirguiz.[93]

Ainda em relação à estratégia norte-americana, em artigo de 2006, Engdahl revelava que, enquanto Washington preocupava-se em implantar a democracia no Oriente Médio, estava sendo flanqueado no Golfo Pérsico, na Bacia do Cáspio e na Ásia Central, e também na África.[94] Isto explicaria existir um apoio às Revoluções Coloridas da Geórgia, da Ucrânia, da Belarus e da República Quirguiz. Um dos efeitos de tal apoio, se é que houve, no entanto, foi o da elaboração de uma coalizão informal de países em outras regiões do mundo, que iniciaram um processo de afirmação diante da potência hegemônica, como o Sudão, a Bolívia, a Venezuela e o próprio Uzbequistão, para ficar apenas com alguns exemplos de produtores de petróleo e de gás natural. A política norte-americana acaba por ser desajeitada e causar irritações em países importantes com os quais, ao contrário, deveria estar cooperando para garantir sua política global de energia. Atitudes como a do Presidente norte-americano George Bush de negar um jantar de Estado ao Presidente da China, Hu Jintao, e de permitir que um opositor se manifestasse contra o governo deste país na conferência de imprensa em plena Casa Branca (junho de 2006); o discurso do Vice-Presidente dos Estados Unidos Cheney, na Lituânia, no qual declarou que este Estado apoia a democracia nos antigos países da órbita russa, em um ataque à política interna e de direitos humanos do Presidente Putin da Rússia ("[...] *The Government has unfairly and improperly restricted the rights of her people* [...]"); ou, ainda, a declaração da Secretária de Estado Condoleezza Rice sobre a Rússia ser pressionada a fazer reformas democráticas ("*should be pressed on democratic reforms*") e, poucos dias depois, em viagem ao sudeste asiático, o fato de ela ter chamado a China de *negative force* na Ásia são explicáveis somente à luz de um grande projeto estratégico de controle energético e primazia política.

Os governos da Ásia Central, Estados laicos pela herança do sovietismo, identificaram nos grupos religiosos radicais uma ameaça para

[93] GRONO, Nick; NATHAN, Joanna. Afeghanistan: Keep up the War on Terror at its Source. *The Australian*. Disponível no International Crisis Group, <http://www.crisisgroup.org>. Acesso em: 08 ago. 2006.

[94] ENGDAHL, F. William. US outflanked in Eurasia energy politics. *Asia Times*, 10 jun. 2006. Acesso em: 18 jun. 2006.

seus recém-criados países. Em particular, o Tadjiquistão, o Uzbequistão e o Turcomenistão dividem uma fronteira de mais de 2.000 km com o Afeganistão, país que o Talibã governava e onde bases de treinamento da Al-Qaeda existiam. No âmbito de sua geoestratégia, os Estados Unidos lograram manter, a altos custos, sua base militar na República Quirguiz: o novo acordo bilateral, assinado em 2006, aumentou para 150 milhões de dólares o custo do aluguel da base de Manas. O acordo só foi alcançado depois das visitas do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld e da Secretária de Estado Condoleezza Rice à região. Isto porque a República Quirguiz sofreu fortíssimas pressões da Rússia e da China para fechar a base norte-americana. Não o fez porque a instalação representava um alívio para as contas nacionais do país, responsável por quase um terço do orçamento anual de Bishkek. Assim, evitou-se a marginalização dos norte-americanos da Ásia Central ao mesmo tempo em que se reafirmou a ligação entre a força militar do Ocidente e sua presença no desenvolvimento da guerra no Afeganistão.

As chamadas Revoluções Coloridas poderiam ter contado com o apoio velado dos Estados Unidos em sua busca por garantir a hegemonia local, pois foram acontecimentos que se enquadraram na disputa geoestratégica pela região, como mencionado por Zbigniew Brzezinski, na proposição de que este país deveria colocar as ex-repúblicas soviéticas em sua órbita de influência e buscar impedir que a Rússia voltasse a ter um poder equivalente ao da antiga União Soviética.

Hill, entretanto, aprofunda a questão e afirma que as Revoluções Coloridas são o resultado complexo de crises na construção do Estado e na legitimidade dos governos pós-soviéticos, todos operando sob condições diferentes, contra o pano de fundo de circunstâncias históricas diversas, e não só pela experiência compartilhada de 70 anos de Comunismo. Houve a Revolução Rosa, na Geórgia, em 2003; a Revolução Laranja, na Ucrânia, em dezembro de 2004; a Revolução da Tulipa, ou Amarela, ou Púrpura, na República Quirguiz, em março de 2005. Vale mencionar também que, em 2004, os países bálticos aderiram à Otan e à União Europeia, e que, em março de 2005, a Moldava teve eleições em que comunistas pró-europeus venceram. Há, pois, toda uma questão envolvida de o poder russo sentir-se confrontado em sua vizinhança. No entanto, desde que Vladimir Putin assumiu a presidência da Rússia, o país vem se recuperando e resgatando a influência sobre as ex-repúblicas soviéticas,

mediante ações que incluem o recurso à utilização de mecanismos regionais, de início, por meio da CEI e, depois, pela OTSC e OCX.

Cada uma das sublevações coloridas teve sua dinâmica própria. Em todos aqueles movimentos, o descontentamento da população com a corrupção, o autoritarismo e as dificuldades econômicas por que passavam seus *newly independent countries*, tiveram papel determinante no processo. Embora não se possa afirmar categoricamente que houve a participação de potências Ocidentais nos acontecimentos, igualmente não há como negar que a presença de forças políticas Ocidentais, em apoio às oposições naqueles países, constituiu elemento importante para a mobilização popular. O exame da matéria deve levar em conta novos níveis de envolvimento internacional naquela região: desde os tempos de Alexandre Magno, a Ásia Central é um entroncamento de grandes forças em movimento, sendo que a China, o Irã, a Turquia e a Rússia estão há séculos em ação por lá, enquanto a União Europeia e os Estados Unidos são os recém-chegados. Estas novas maneiras de intervenção facilitaram a penetração do mundo ocidental na região. Há uma soma de organizações não governamentais, de instituições como o Banco Mundial, de entidades educacionais, de grupos de defesa de direitos humanos e da imprensa, que vêm aportar valores diferentes dos daquelas sociedades tradicionais. A título de exemplo, ONGs como o *International Crisis Group* mantêm correspondentes na região, além de órgãos da mídia, como a antiga *Radio Free Europe*, com uma veste renovada, mas ainda voltada à divulgação dos valores do Ocidente, entre outras muitas instituições.

A reação da Rússia foi uma mudança de ação político-diplomática e militar, em especial a partir de 2005, com a busca pela revitalização de sua influência sobre seu antigo entorno. Em razão da série de movimentos coloridos, os governos da região recuaram no apoio irrestrito que concediam aos Estados Unidos logo após os ataques terroristas de 2001 e o início da Guerra ao Terror, fato aproveitado pela Rússia para se reaproximar dos países da área, particularmente do Uzbequistão, que reagiu às críticas europeias e norte-americanas à sua política de direitos humanos, em face dos eventos da cidade de Andijan, ordenando a saída dos Estados Unidos da base militar que mantinham no país, em Karshi-Khanabad. O Uzbequistão era um país francamente pró-Ocidental, chegando a receber o nível de parceiro estratégico dos Estados Unidos em 1995. Em dezembro de 2005, a

Rússia fez um acordo com o Uzbequistão para a produção de aviões militares (40 Illiushin e 76 aviões de transporte) para venda à China.

Moscou busca aumentar o papel e a capacidade da OTSC, que legitima sua presença militar na Ásia Central. O Ministro da Defesa russo Sergey Ivanov justificou a base aérea russa em Kant, na República Quirguiz, como sendo uma instalação de apoio às operações da OTSC na região.[95] A OTSC representa para a Rússia mais do que um bloco militar, é uma forma de fazer frente a questões de segurança da agenda atual, como o combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Neste sentido, desde o acordo sobre a matéria assinado em Minsk, em 23 de junho de 2006, estava prevista a instituição de uma força de deslocamento rápido da organização, composta de batalhões especiais. Pelo acordo, a pedido de um ou mais Estados-membros, uma tropa desloca-se após aprovação do Conselho de Ministros de Defesa (o Cazaquistão e Belarus já ratificaram o acordo, e a Rússia estava em vias de fazê-lo até fevereiro de 2009). A Rússia também não deixa de valer-se da OCX como meio de aproximação militar com os chineses. Exercícios militares conjuntos têm sido realizados, em um marco de evolução das relações dos dois atores internacionais. A Rússia, por fim, aumentou a flotilha do Mar Cáspio, o "único grupamento naval russo que se expandiu desde o colapso soviético".[96]

O 11 de setembro mudou a face do relacionamento dos maiores países do continente. Já na virada do milênio, a Rússia e a China estavam começando a se aproximar, primeiramente pela cooperação no seio da OCX, fundada em 14 de junho de 2001, e, em seguida, pela assinatura de um acordo bilateral, em julho daquele ano. Pelo tratado do ano 2001, foram consolidadas relações que se desenvolviam, há pelo menos cinco anos, com provisões para o combate à militância islâmica na Ásia Central, intercâmbio em treinamento militar – dois mil oficiais chineses frequentam cursos em escolas militares russas, anualmente – e aumento da venda de armas para a China. Quando o ataque terrorista aos Estados Unidos em setembro de 2001 aconteceu, surgiu a oportunidade de este

[95] WEITZ, Richard. Cis is dead: long live the CSTO. *Caucasus Analyst*. Disponível em: <http://www.cacianalist.org>. Acesso em: 13 abr. 2007.

[96] BLANK, *Stephen.* Russia looks to build a New Security system in Central Asia. In: *Eurasia Insight*, 1º abr. 2006. Disponível em: <www.eurasianet.org>. Acesso em: 05 jan. 2006.

país entrar com um novo tipo de conceito estratégico, o da Guerra ao Terror, o que forçou um realinhamento da Rússia e da China.

A China foi o primeiro país a solidarizar-se com os Estados Unidos pelo ataque, o que se explica pela preocupação com a sedição no seu território, particularmente no Tibete e na Província Autônoma Chinesa do Xinjiang Uygur, de maioria muçulmana e de laços históricos estreitos com a Ásia Central. A ideia de um Turquestão Oriental, perseguida por certas facções islâmicas separatistas na Ásia Central, "é parte integrante do terrorismo internacional e deve ser eliminada", segundo o Diretor do Departamento de Eurásia do Waijiaobu, Embaixador Cheng Guoping. De acordo com aquele diplomata, "é posição de princípio da República Popular da China a constante preocupação com as 'três forças' (tráfico de drogas, terrorismo e extremismo religioso), que animam a questão do separatismo, ameaça concreta para a China".

Em relação à Europa, vale dizer que os interesses estratégicos europeus pela região se intensificaram nos anos de 2006 e 2007. Houve recente encontro do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Frank-Walther Steinmeyer, da Comissária para Relações Exteriores da UE, Benita Ferrero-Waldner, e do Representante Especial da EU para a Ásia Central, Pierre Morel, com os Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos cinco países. A segurança energética é de suma importância para a UE, como bem-atesta o Memorando de Entendimentos em Assuntos de Energia, assinado pelo Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, e pelo Presidente Nazarbayev, do Cazaquistão. Há um claro interesse recíproco neste entendimento, porque o Cazaquistão acalentava a possibilidade de exercer a Presidência da Osce, já em 2009. O Uzbequistão também poderia ser beneficiado pela aproximação com os europeus, especialmente com os alemães, já que é no país que a aviação alemã tem a base de Termez para garantir o abastecimento de combustíveis das tropas no Afeganistão. Há também o interesse europeu pela segurança das fronteiras do Tadjiquistão, uma das rotas do tráfico internacional de entorpecentes.

O interesse renovado da Europa pela região gerou reações da Rússia, como a visita do Primeiro-Ministro Fradkov a Astaná (março de 2007), quando se discutiu a construção de uma usina nuclear cazaque com a cooperação russa. Em abril de 2007, o Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Lavrov, deslocou-se a Ashgabat para fazer gestões a

respeito da questão do transporte do gás turcomeno e convencer o novo governo a não aceitar a proposta norte-americana de levar aquele produto para a Europa, via Azerbaijão, Geórgia e Turquia (vale mencionar que, em março de 2007, tiveram início as atividades da primeira refinaria estrangeira do Turcomenistão, a Dragon Oil, com capital irlandês).

Após o 11 de setembro e a Guerra ao Terror, a importância estratégica da região aumentou para Washington, ainda que aqueles eventos não tenham acarretado mudanças dramáticas na mentalidade de segurança da região. E a razão da falta de uma mudança não se deve apenas à localização a leste dos Urais (*their location east of the Urals*)[97], mas ao malogro dos cinco países em "progredir rumo às normas econômicas e políticas europeias". Assim, o governo dos Estados Unidos continuou a prestar assistência militar à Ásia Central, mas as decisões não são apenas tomadas no âmbito do Departamento de Estado, e sim com a interferência direta de outros setores, como o Departamento de Defesa, além da oitiva de alguns membros do Congresso em Washington.

Adicionalmente às considerações anteriores, é preciso admitir que qualquer discussão sobre a Ásia Central implica estudar o alicerce mais importante da questão: o Mar Cáspio, a definição do seu *status* jurídico e os acordos para a utilização de seus recursos. Quando houve a independência dos cinco países, findou o antigo regime estabelecido pela Rússia e pela Pérsia no século XIX. Ao longo do século XX, o regime foi consolidado pelo tratado de Amizade Russo-Persa, de 1921. A Embaixada em Teerã (Telegrama 495/2007) explicou que:

> [....] O surgimento das repúblicas independentes do Cazaquistão, do Azerbaijão e do Turcomenistão, em 1992, inviabilizou a manutenção do *status quo*, impondo aos países litorâneos a tarefa de reelaborar inteiramente o regime legal do Mar Cáspio. O desafio tornou-se consideravelmente mais delicado na última década, em que se consolidou a importância geoestratégica do Cáspio e da Ásia Central em matéria de energia [...]

[97] OLCOTT, M. Brill. *Central Asia Second Chance*. Carnegie Endowment for International Peace. Washington, DC: The Brookings Institution Press, 2005.

Deste modo, duas posições se firmaram, como bem sintetizam Djalili e Kellner:

> Sur le plan juridique, deux approches se sont affrontées: l'une basée sur le principe du partage des ressources et l'autre fondée sur la théorie du condominum. En d'autres termes, la Caspienne doit'elle être considerée comme une mer ou comme un lac? Les conséquences juridiques de la qualification de la Caspienne varient sélon la réponse donnée à cette question. S'il s'agit d'une mer et que les États s'accordent pour transposer le droit international applicable aux mers ouvertes (Convention de Montego Bay de 1982), à une mer fermée comme la Caspienne, les États riverains disposeront, outre leur mer territoriale, d'une largeur maximale de 12 miles marins, d'une zone économique exclusive ou ils pourront exercer leurs droits souverains d'exploration et d'exploitation des eaux mais aussi des fonts marins et de leur sous-sol. Le principe adopté sera donc celui du partage des resources. Si, au contraire, on considère cette étendue d'eau comme un lac, les États riverains disposeront d'une zone de 12 miles marins. Au-delà de cette zone, ils devront exploiter les ressources sur base d'un accord commum, la Caspienne étant régie par un statut de condominium.[98]

As posições evoluíram desde 1992, mas avançaram muito pouco até 24 de abril de 2002, quando houve a Reunião de Chefes de Estado que estabeleceram um Grupo de Trabalho Especial (GTE) para analisar a Convenção sobre o Estatuto Legal do Mar Cáspio, composta de 22 tópicos. Naquela época, o Cazaquistão, Azerbaijão e Rússia já estavam firmando acordos bilaterais para explorar o Mar Cáspio. Na reunião do GTE de 17 de março de 2004, não houve grandes progressos, embora o Azerbaijão e o Turcomenistão também tenham entabulado negociações bilaterais, com fulcro no princípio da delimitação da linha média de norte a sul, de resto o mesmo aplicado por Rússia e Cazaquistão. Em 20 de junho de 2007, houve a I Reunião de Chanceleres dos Estados ribeirinhos do Cáspio. Na ocasião, o Chanceler iraniano manifestou seu desagrado com o "nível insatisfatório de cooperação em matéria de energia (dos países da área), uma referência oblíqua aos empreendimentos

[98] Djalili & Kellner. Op.cit. p.189 e seguintes.

financiados pelos Estados Unidos e pela UE – como o gasoduto BTC". Também ficaram claras as duas posições: (a) Cazaquistão e Rússia, pela divisão proporcional do Mar Cáspio em cinco setores; e (b) Irã, em favor do condomínio, com os recursos naturais explorados e repartidos em porções iguais. O Azerbaijão e o Turcomenistão inclinavam-se pela posição russo-cazaque. Vale mencionar que o Azerbaijão hostilizava o Irã porque este dava apoio velado à Armênia na questão do enclave Nagorno-Karabakh; os azeris também não esqueciam o incidente de 2001, quando navios militares iranianos expulsaram um barco de pesquisa da British Petroleum-Amoco de águas territoriais reclamadas pelo Irã. Seguiu-se a Reunião dos Chefes de Estado, de 16 de outubro de 2007, em Teerã, que originou a Declaração de Teerã, de forte conteúdo político, porque exigia que a segurança da bacia fosse responsabilidade dos Estados litorâneos, sem interferências estrangeiras, e que criou a OCE do Cáspio, embora pouco tenha avançado na determinação do regime jurídico. Em 2008, o desdobramento mais importante da questão foi a declaração do Porta-voz da chancelaria do Irã, que disse, de forma clara, a posição oficial do país: o Irã quer 20% dos recursos do Mar Cáspio.

A segunda parte deste trabalho buscou apresentar a dinâmica e importância próprias da Ásia Central, que atraem o interesse das potências mundiais e que compõem uma *nova geoestratégia*, alicerçada na Bacia do Cáspio, pedra angular para conhecer os caminhos na Ásia Central, cada vez mais importante para o mundo, e que terá peso suficiente e próprio – veja-se o prestígio do Cazaquistão, que exercerá a Presidência da Osce em 2010 – para participar ativamente dos destinos da região que promete ser a mais dinâmica do mundo nos próximos anos, a Ásia.

Eis onde entra a importância para o Brasil de acercar-se da Ásia Central, posto privilegiado de observação política, antes região-tampão entre a Rússia, a China, o Irã e a Índia, e hoje uma nova Rota da Seda para a aproximação dos atores internacionais. Nesse sentido, valeria buscar explicar, nos capítulos que seguem, por que muitas das propostas de aproximação do Brasil não são levadas adiante, e verificar como o país poderia se acercar mais da região. Algumas hipóteses poderiam ser testadas à procura de uma resposta a esta questão. Um fato concreto, como a distância, imperativo de ordem geográfica, agora é insuficiente como justificativa, pelas possibilidades da moderna tecnologia de comunicações e das ligações aéreas entre Rio de Janeiro e Dubai, nó de

conexões mais rápidas com a região, desde outubro de 2007. Quanto ao alardeado desconhecimento recíproco, esforços oficiais têm sido feitos para minimizar esse problema, como a troca de visitas de missões entre o Brasil e o Cazaquistão e o Uzbequistão, cujo melhor exemplo foi a visita de Estado do Presidente Nazarbayev ao Brasil, em setembro de 2007, e de Karimov. O desconhecimento, portanto, existe, mas não basta como resposta única e, a rigor, valeria para a maioria dos países do mundo. O outro ponto poderia ser a falta de uma proposta de estratégia nacional ampla que contemple a Ásia e que a veja como um todo em sua multiplicidade, e de outra específica para a Ásia Central. Assim, é mister uma estratégia nacional brasileira que se considere partícipe deste mundo promissor, com interesses concretos pela região da Ásia Central. Um pensamento sobre o continente axial, como bem o definiu Brzezinski, sem deixar de estar atento às ações das potências para melhor se colocar neste Grande Jogo.

Por fim, a presença brasileira é relativamente recente na região, sem falar na falta de uma missão centro-asiática residente em Brasília, e na questão das prioridades, de concentração de esforços e recursos financeiros e humanos, cuja limitação, esta sim, reduz a capacidade de levar adiante o acercamento do país com a Ásia Central.

PARTE 3
A IMPORTÂNCIA DOS PAÍSES DA REGIÃO PARA O BRASIL. O ADENSAMENTO DAS RELAÇÕES. CAMINHOS PARA A PRESENÇA BRASILEIRA NA ÁSIA CENTRAL

Capítulo 9

A Política Externa Brasileira atual e sua vocação ecumênica e pragmática. Aproximação com os grandes Estados periféricos. A Ásia Central para o Ministério das Relações Exteriores. Questões institucionais. A importância do assunto para a política externa brasileira atual ou, Ásia Central, um tema em desbravamento. Discurso oficial: um programa de política externa brasileira para a Ásia Central. Embaixadas brasileiras por toda parte? O caso do Cazaquistão: criação e instalação de Brasemb Astaná

A Política Externa Brasileira atual e sua vocação ecumênica e pragmática. Aproximação com os grandes Estados periféricos.

Em 1º de janeiro de 2003, no discurso da Sessão de Posse, no Congresso Nacional, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva informava:

> [...] Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, *entre outras* (grifo do autor).

Ora, a Ásia Central tem fronteiras exatamente com dois dos países citados no discurso presidencial, a Rússia e a China. E também com a Índia, se o Afeganistão for incluído na região, dentro do conceito de Ásia Central ampliada. Além disso, conforma uma área da maior importância estratégica, tanto para os vizinhos antes citados quanto para a União Europeia e para os Estados Unidos da América: trata-se da região do

mundo para onde confluem contatos estreitos entre a maioria dos países com os quais o governo brasileiro pretende manter parcerias fortalecidas e intensificadas.

Também no Palácio Itamaraty, na cerimônia de formatura da turma 2004-2006 do Instituto Rio Branco, em 2 de maio de 2007, o Chefe do governo falou explicitamente da necessidade de o Brasil estar presente em todos os países do mundo por meio de representações diplomáticas, com lotação adequada de pessoal e em imóveis próprios: "[...] Porque essa é uma forma de você aumentar a sua inserção nesse mundo globalizado [...]"[99]

A universalização da política externa brasileira – ou este querer ser ecumênica –, conforme indicado nos pronunciamentos presidenciais, justificaria ao País dispor de representações diplomáticas e consulares em todo mundo. A realização de tal política exige o crescimento do número dos servidores das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro, a intensificação da participação do Brasil nos organismos internacionais e o consequente reforço das posições brasileiras nos foros multilaterais

[99] O trecho relevante do discurso presidencial é o seguinte: "[...] Vocês, agora, vão colocar a mão no fogo para valer. Eu lembro que quando discuti com o Celso Amorim a necessidade de ampliar o quadro de funcionários do Itamaraty, de levar Embaixadas brasileiras para os países, se pudermos levar para todos, porque essa é uma forma de você aumentar a sua inserção nesse mundo globalizado. Não é você ter 30 embaixadores disputando para ver quem vai para Washington, quem vai para Paris, e não ter nenhum querendo ir para São Tomé e Príncipe ou para outro país menor economicamente e do ponto de vista populacional. Nós temos que ir para todos os países. E eu ainda sonho mais, Celso. Eu acho que nós vamos ter que retomar a política que este país já teve, de comprar as nossas Embaixadas, porque no passado... quando a gente viaja hoje para a Argentina ou viaja para outro país qualquer e encontra a Embaixada brasileira, é motivo de orgulho, porque há algum tempo atrás alguém teve a coragem de comprar aquilo, porque significava o Brasil fincando o pé ali definitivamente. Ninguém vai reconhecer uma Embaixada que muda a cada dois anos, a cada três anos, a cada quatro anos, ou seja, as pessoas desabituam a ver a bandeira nacional. É importante que a Embaixada brasileira seja uma marca na cidade e no país em que nós estamos. Eu digo isso porque Getúlio Vargas teve coragem de comprar quase todas as Embaixadas que nós temos. De uns tempos para cá, nós passamos a alugar. E a gente vai perceber que depois de 10 anos pagando aluguel, a gente pagou o preço da Embaixada que poderia ser nossa. Eu não sei qual é o falso moralismo ou qual é a implicância de que um país como o Brasil não pode comprar Embaixada lá fora. Eu acho que nós precisamos voltar a discutir isso. Eu, por exemplo, tomei conhecimento do caso da Alemanha, um prédio que a gente já poderia ter pagado, se tivéssemos comprado, mas por conta não sei do quê, estamos até hoje pagando aluguel. E vamos pagar aluguel, porque não é propriedade nossa. Comprar os nossos próprios, nos países estrangeiros, é uma demonstração de que a gente está naquele país definitivamente, com marca registrada: a cara do Brasil, a bandeira do Brasil, a casa do Brasil. Boa sorte."

e o incremento do comércio, notadamente com os grandes países em desenvolvimento.

O ex-Secretário-Geral do MRE, Embaixador Pinheiro Guimarães, observou que a política externa do presidente Lula era pragmática e não ideológica, a favor do trabalho e do Brasil, sem ser contra o capital e qualquer outro país, além de também compreender que a globalização apresentava não só oportunidades, mas também riscos para os países subdesenvolvidos.[100] O pragmatismo a que se referia o Secretário-Geral provavelmente incluía a aproximação com os grandes países periféricos, pois com eles o Brasil tinha procurado estabelecer parcerias especiais, ditas estratégicas.

O Embaixador Pinheiro Guimarães defendia que os grandes países periféricos tinham diferenças e semelhanças que deveriam levá-los a adotar algumas políticas concertadas para atingirem objetivos estratégicos em face das estruturas hegemônicas de poder. Entre as semelhanças, citava serem Estados de grande população e de grande território. Segundo o então Secretário-Geral do Itamaraty:

> [...] enquanto o objetivo estratégico das estruturas hegemônicas de poder é a sua própria preservação e expansão, os objetivos estratégicos finais dos grandes Estados periféricos seriam participar dessas estruturas hegemônicas – de forma soberana e não subordinada – ou promover a redução do seu grau de vulnerabilidade diante da ação dessas estruturas.[101]

Os assuntos relacionados à Ásia Central, região vista de modo singularizado no contexto das atribuições do MRE, iam ao encontro das diretrizes de política externa do governo Lula, no sentido de que a diplomacia brasileira era abrangente e procurava abarcar todas as regiões do globo e todos os países. Os Estados singularizados pelo Presidente Lula em seu discurso inaugural de 2003 tinham primazia nas prioridades da diplomacia nacional; e a Ásia Central, sendo a região do mundo de cruzamento de estradas que levam tanto para a Rússia quanto para a China e a Índia, mereceria neste contexto um claro realce.

---

[100] Entrevista a Eliane Cantanhêde. *Folha de S.Paulo*. 26 fev. 2007

[101] GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*: uma contribuição ao estudo da política internacional. 4. ed. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/Contraponto, 2002. p.135.

Assim, deve-se buscar um entendimento semelhante ao preconizado com Rússia, Índia e África do Sul para o Cazaquistão, o maior país da Ásia Central, o nono em extensão territorial do mundo e o de maior PNB da região (que, aliás, representa a soma do PNB de todos os demais países da área). Além disto, o Cazaquistão já recebeu o grau de investimento das agências de classificação de risco e tem as maiores reservas de petróleo e de gás da região. A aproximação com o Cazaquistão também beneficiaria o acercamento do Brasil aos demais *core States* da Ásia Central, porque fatalmente levaria o país a também se aproximar mais deles, por um imperativo de equilíbrio nas relações diplomáticas (não poderia estar no Cazaquistão sem se fazer presente nos outros Estados da região).

A Ásia Central para o Ministério das Relações Exteriores

A Divisão da Ásia Central (Dasc) foi criada por força do Decreto nº 5.032/2004, que transformou o Departamento do Oriente Próximo (DOP) no Departamento do Oriente Médio e da Ásia Central (Doma). O Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) convencionou incluir na área política encarregada do assunto tão somente os cinco países de independência recente oriundos da URSS. Todavia, foi cogitada a criação de um novo Departamento, com uma Divisão específica que incluiria, no âmbito das suas competências, os cinco *core States* da Ásia Central, o Irã e os Estados do Cáucaso, mas a ideia não prosperou.[102] A Dasc passou, então, a ser uma unidade administrativa *sui generis* do Itamaraty: era a única Divisão da área política integrada por Estados nos quais o Brasil não possuía sequer uma Embaixada residente: todas eram cumulatividades, que obedeciam ao seguinte critério de distribuição:

1. à Embaixada em Moscou: Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão;
2. à Embaixada em Kiev: República Quirguiz;
3. à Embaixada em Islamabad: Tadjiquistão.

À luz da análise dos interesses de chancelarias estrangeiras pela região, aos poucos se formou a convicção de que à Dasc foi atribuída uma área de competência aquém da que deveria ser de sua alçada, para

[102] Entrevista do autor com o primeiro Chefe da área, Embaixador Sarkis Karmirian.

propiciar uma visão abrangente e mais articulada região. Isso porque o ato de criação da Dasc deixou de incluir em sua competência temas afins, como o Afeganistão, verdadeiro coração da Ásia Central, a região do sul do Cáucaso (Azerbaijão, Armênia e a Geórgia) e o Irã,[103] países associados à região centro-asiática histórica, cultural, econômica e socialmente. O problema só começou a ser resolvido em 2006, com a criação da Embaixada residente do Brasil em Astaná.

Questões institucionais

O aprofundamento das relações do Brasil com a Ásia Central passava pela resolução de algumas questões institucionais do MRE, pois correspondem a ações próprias de uma chancelaria:

1. lotação adequada de pessoal nos postos da área e uma reengenharia das cumulatividades na região;
2. criação de novas unidades administrativas, no nível de divisões, para incluir o Cáucaso de um lado e o Afeganistão de outro, com melhor distribuição do temário;
3. confecção de um discurso oficial do Brasil para a região centro-asiática.

No que diz respeito à lotação adequada de pessoal dos postos da área, isto é, nas Embaixadas cumulativas e no posto residente, a adequação do pessoal é um ponto de singular importância. No momento das designações das Embaixadas cumulativas não havia, então, a expectativa de uma expansão, nem dos quadros de servidores do MRE, nem da própria rede de Missões diplomáticas e de Repartições consulares do Ministério. Este fato significava uma limitação incontornável para o correto atendimento das competências da Dasc, o que foi parcialmente sanado pela edição do Decreto nº 5.654, de 29 de dezembor de 2005,[104] que regulamentou

[103] O Paquistão, dentro desta linha de pensamento com sua fronteira tribal com o Afeganistão, deve também fazer parte desta equação.

[104] Decreto nº 5.654, de 29 de dezembro de 2005. Regulamenta o preenchimento dos cargos efetivos da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, criados pelo artigo 11 da Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005. O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista do disposto no artigo 11 da Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005, decreta:

o preenchimento dos 400 cargos efetivos para a Carreira de Diplomata, criados pelo artigo 11 da Medida Provisória (MP) nº 269, de 15 de dezembor de 2005.

Para a edição da MP nº 269/2005, foram levados em conta diversos fatores que justificassem o aumento dos quadros do Itamaraty, como o aumento do número de visitas presidenciais bilaterais (de 2003 até agosto de 2006 foram realizadas 89% a mais de visitas do que nos oito anos anteriores), e também a abertura de diversas novas missões diplomáticas (São Tomé e Príncipe, Camarões, Tanzânia, Belize, Benin, Croácia, Nassau, Missão Permanente junto à AIEA e aos Organismos em Viena, Guiné Equatorial, Sudão, Togo, Palops, Lusaca e Missão junto à OAIC) e Repartições consulares (em Atlanta, Genebra, Doha, Beirute, Lagos, Iquitos, Paris, Madri, Mumbai, Mendoza e Vancouver), além da própria Embaixada no Cazaquistão. Até o começo de 2008, o país havia aberto 35 novas Missões.

A Estrutura Regimental do MRE, aprovada pelo Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, definia as competências do MRE, e, como em todos os Decretos anteriormente publicados sobre o assunto, seu anexo 2 pormenorizava a estrutura do Itamaraty até o nível dos Departamentos. O Decreto nº 5.979/2006 deixava a definição das atribuições das Divisões para ser formalizada e estabelecida em outros instrumentos, como circulares aos Postos no exterior, ou, o que normalmente aconteceria, em Portarias específicas do Ministro de Estado, consolidadas em um Regimento Interno da Secretaria de Estado, o chamado Rise.

O que chama a atenção é que, malgrado todos os Decretos de Estrutura Regimental editados nos últimos anos taxativamente exigirem em seus respectivos anexos 2 a publicação do Regimento Interno da Secretaria

---

Artigo 1º Os cargos efetivos da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores criados pelo artigo 11 da Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005, poderão ser preenchidos, semestralmente, à razão de três na classe de Ministro de Primeira Classe, cinco na de Ministro de Segunda Classe, sete na de Conselheiro, 10 na de Primeiro Secretário e 11 na de Segundo Secretário, ou até atingido o número máximo de cargos das respectivas classes.
Artigo 2º O provimento dos cargos remanescentes da aplicação do disposto no artigo 1º dar-se-á, na Classe de Terceiro Secretário, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, em processo de seleção conduzido pelo Instituto Rio Branco.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Fica revogado o parágrafo único do artigo 5º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.248, de 23 de maio de 2002. Brasília, 30 de dezembro de 2005 (*Diário Oficial da União* de 30 de dezembro de 2005).

de Estado das Relações Exteriores (Sere), o Rise não era publicado havia anos. O artigo 73 do anexo 1 ao Decreto nº 5.979/2006[105] dizia que o Rise deveria pormenorizar os órgãos da estrutura do MRE. Anteriormente, o dispositivo legal constava de artigos do anexo 2 aos diversos Decretos relativos à estrutura do Itamaraty. A regra, tradicionalmente, mandava o Ministério publicar o Rise até 90 dias após a edição do Decreto de Estrutura Regimental no Diário Oficial da União (Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, Decreto nº 4759/2003 e Decreto nº 5.032/2004, *inter alia*), sistemática alterada no governo Lula. Pela redação dada pelo Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, e pelo Decreto nº 5.032/2004, não havia prazo estabelecido para publicar o Rise. Houve, ainda, formas diferentes de se referir ao Regimento Interno. Falou-se de um "Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores [...]", no caso do decreto de 2003, e de um "Regimento Interno da Secretaria-Geral das Relações Exteriores [...]", no de 2004. O de nº 5.979/2006 retomava o texto clássico e voltou a referir-se a um Rise: "Artigo 73. O Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores definirá o detalhamento dos órgãos integrantes desta Estrutura Regimental, as competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes."

A falta da edição de um Rise servia, justamente, como uma ferramenta útil de formulação política, visto que favorecia tanto a criação quanto a extinção das Divisões, independentemente da edição de um ato jurídico mais complexo (como o Decreto de Estrutura Regimental). Além disto, permitia que, a qualquer momento, houvesse modificação das áreas de competência atribuídas àquele nível de unidades administrativas, fato que flexibilizava grandemente a definição de suas áreas de atuação. A exigência legal, entretanto, foi finalmente atendida pela Portaria nº 212, 30 de abril de 2008, substituindo o Rise publicado 21 anos antes – Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987. É provável que a Portaria nº 212 não persistisse por muito tempo, pois a atribuição de competências no nível das Divisões era matéria que deveria ser deixada permanentemente em aberto, podendo ser alterada, conforme fosse politicamente desejável e útil. Esse foi o caso da Dasc. A Divisão tem, em sua área de competência,

[105] Reza o artigo 73 do Decreto nº 5.979/2006: "O Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores definirá o detalhamento dos órgãos integrantes desta Estrutura Regimental, as competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes."

a missão de acompanhar e de estudar a temática centro-asiática, assunto antes somente conhecido pelo MRE de forma marginal; tratava-se apenas mais um tema inserido entre os da competência da Divisão da Europa II, unidade à qual sempre coube o acompanhamento da temática da URSS e do leste da Europa e dos seus Estados sucessores.

A importância do assunto para a política externa brasileira atual ou, Ásia Central, um tema em desbravamento.

Por se tratar de uma temática tão escassa de análises por parte dos estudiosos nacionais, este trabalho deseja contribuir com o caráter desbravador do assunto para a diplomacia brasileira. Algumas questões sinalizariam a importância do estudo e do acompanhamento da Ásia Central para a própria ciência das Relações Internacionais, de maneira geral, e para o Brasil, em particular: como seria possível imaginar, até poucos anos atrás, que a China e a Índia estariam em disputa pelo acesso aos recursos energéticos da área? Que a Rússia voltaria a ser um ator de relevo para a região? Ou, até mesmo, fato impensável na Guerra Fria, que os Estados Unidos teriam presença militar na Ásia Central, às portas da Rússia? Que o Irã poderia estar próximo de ser detentor de tecnologia nuclear? O Brasil não poderia permanecer à margem das múltiplas possibilidades que apresentam o espaço geoestratégico centro-asiático em termos políticos, culturais, científico-tecnológicos e econômico-comerciais para poder confirmar sua vocação de *global trader*.

Contra o pano de fundo da importância estratégica da região, é irrefutável que o novo Grande Jogo já está sendo jogado entre as potências regionais e a potência hegemônica. É forçoso reconhecer que o Brasil não tem um poder de barganha para se imiscuir nesta partida como um jogador de peso, mas certamente tem *soft power* suficiente para buscar algum tipo de inserção ativa na área, como se procurará demonstrar adiante. Essa inserção teria de ser feita de forma célere, para o país não ficar em desvantagem em relação aos demais membros da comunidade internacional que já atuam na Ásia Central.

Ademais, pode-se visualizar um cenário de crescimento do mercado consumidor da Ásia Central: quanto maior a acumulação de riquezas, maior deverá ser a tendência à importação, mesmo de bens de consumo não tradicionais, pela disponibilidade de recursos financeiros

e, particularmente, pelos países exportadores de bens energéticos. No anexo 4, gráficos 5 e 6, são fornecidos os valores do PIB da região, em série histórica de 1991 a 2007. O país não pode se dar ao descuido de chegar atrasado na Ásia Central e de perder, assim, as condições de competitividade da economia brasileira e a situação mundial propícias, diferentemente das décadas de 1970 e 1980, quando o Brasil dispunha de uma estrutura exportadora pouco avançada. As oportunidades comerciais e econômicas surgem e se avolumam na Ásia Central, como bem ilustra o nível de investimentos externos e de atuação de empresários estrangeiros na região: o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro nas economias da Ásia Central em dois períodos de cinco anos (de 1997 a 2001 e de 2002 a 2006) foram, respectivamente, de 9,571 bilhões de dólares e de 20,751 bilhões de dólares (OCDE, 2008).

No capítulo 5, foram analisadas as políticas criadas e empreendidas pelas potências regionais e pela potência hegemônica na Ásia Central. Esta seção se propõe a verificar em quais áreas poderia haver brechas na atuação dos países mais desenvolvidos, com vistas a uma ação objetiva do Brasil. De início, seria imperioso que o Brasil criasse uma política específica de aproximação com a região centro-asiática. Para tanto, é necessário sentir o pulso da Ásia Central, mediante contínua intensificação dos contatos, das viagens de autoridades e de missões empresariais e também pela redação de linhas de atuação para a diplomacia brasileira, diretrizes que possam emergir dos interesses nacionais por meio da observação sistemática e atenta da área.

Como se conclui pela descrição das políticas dos países de maior peso relativo na região, todos têm um discurso próprio e diretrizes bem alinhavadas de atuação na Ásia Central. O Brasil também poderia dispor de um discurso oficial para seus interesses na região. Seria o caso de perguntar sobre a utilidade de uma carteira de projetos de cooperação e de um programa de ações para a área: a procura de setores cooperação mereceria a organização de uma missão específica de cooperação técnica e tecnológica para os países da Ásia Central, sobretudo os menos favorecidos, Tadjiquistão e República Quirguiz. Particularmente, uma declaração de intenções do governo brasileiro seria bem-vinda em países de forte herança burocrática estatal do período soviético.

Há países com os quais o Brasil tem poucas ligações, mas com que consegue manter quase um compromisso de se fazer presente em

quaisquer circunstâncias, mediante atos e gestos diplomáticos, como troca de visitas, doações humanitárias e presença cultural ativa, por exemplo, no caso da política externa para alguns Estados africanos mais desprovidos de recursos materiais. Com a Ásia Central, o Brasil praticamente só tinha relações diplomáticas formalmente estabelecidas e, por meio de um ato pioneiro entre os governos latino-americanos vizinhos, uma Embaixada residente em Astaná. O Brasil ficará inserido na região centro-asiática mesmo com menos ligações do que com os países africanos, mediante o constante acompanhamento de suas sociedades tradicionalistas. É preciso, no entanto, ir além de apenas assistir passivamente aos fatos políticos, econômicos e culturais que se desenrolam na Ásia Central e de se informar sobre eles, verificando como se dão as relações interpessoais e intersociais. Para ser possível inserir o Brasil, um país quase desconhecido para os governos da região, em suas políticas exteriores, seria desejável entender como se dá o relacionamento mútuo dos países da Ásia Central, como são suas relações sociais, seu pensamento, sua história e quais são os homens da região que as concretizam. É necessário auscultar a Ásia Central.

Não obstante serem países novos, de independência recente, geralmente com Poderes Executivos muito centralizadores, quase autoritários e pouco acostumados a respeitar os princípios democráticos e os direitos humanos (ao menos, segundo o receituário dos conceitos Ocidentais), os cinco países apresentam boas perspectivas de entendimento político, econômico, comercial, cultural e de cooperação técnica e tecnológica com o Brasil. A análise do relacionamento bilateral será aprofundada nos próximos dois capítulos, mas valeria a pena adiantar que um estudo da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) mostrou que 38% das exportações globais brasileiras eram feitas sem margem de lucro, entre outras causas, pela valorização excessiva do real.[106] A abertura de novos horizontes para as trocas comerciais e a presença mais intensa do governo brasileiro em mercados mais distantes poderiam ser instrumentais para auxiliar a reduzir o problema da margem de lucro de nossos setores exportadores, mediante, por exemplo, vendas em escala suficientemente variadas de produtos para gerar não só renda, mas

[106] GUIMARÃES, Cristina Borges. Desempenho das exportações: até quando vai o crescimento? *Gazeta Mercantil*. Edição de 21 de setembro de 2006.

também provocar, no consumidor centro-asiático, o desejo de possuir bens importados do Brasil.

Discurso oficial: um programa de política externa brasileira para a Ásia Central

Em 2006, a participação do Chanceler Celso Amorim na Conferência Internacional sobre o Afeganistão foi muito oportuna para os interesses do Brasil em toda a região centro-asiática.[107] Naquela reunião, realizada em Londres, o Ministro das Relações Exteriores brasileiro pronunciou um discurso breve, mas altamente significativo, porque representou a confirmação de um compromisso do Brasil e os oferecimentos concretos em apoio ao Afeganistão (anexo 5). O gesto do Brasil mostrava que, mesmo o Afeganistão e os outros países da Ásia Central sendo tão longínquos da realidade brasileira, a cooperação técnica e tecnológica, comercial e institucional constituem instrumentos bastante efetivos de política externa. O discurso do Chanceler brasileiro singularizou princípios que constituem um verdadeiro programa de política externa brasileira, não só para o Afeganistão, mas também com valor que poderia valer para a toda a região da Ásia Central. Merecem destaque os seguintes tópicos daquela alocução, feita de 31 de janeiro de 2006:

1. o reconhecimento de que o que acontece no Afeganistão "importa para seus vizinhos na Ásia Central, importa para os Estados Unidos e para a Europa. Mas também importa para a América Latina e para o Brasil";
2. a importância do multilateralismo para a solução de crises e conflitos na região: "[...] O Brasil apoiou com grande satisfação as últimas quatro resoluções do Conselho de Segurança sobre o Afeganistão";
3. os propósitos legítimos da cooperação internacional: "A unidade de propósito conferiu um quadro de legitimidade à cooperação internacional em benefício do povo afegão. A esse respeito,

[107] Discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Conferência de Londres sobre o Afeganistão. *Perspectivas Políticas*: o Pacto Global. Londres, Reino Unido, em 31 de janeiro de 2006.

o 'Pacto pelo Afeganistão' é um documento verdadeiramente histórico";

4. o que o Brasil tem a oferecer, em apoio a projetos e apoio institucional:

> As relações diplomáticas entre o Brasil e o Afeganistão foram restabelecidas pelos Presidentes Lula e Karzai, em 2004. Estamos prontos a oferecer nossa cooperação ao Afeganistão, particularmente em áreas como monitoramento do comércio exterior e de finanças públicas, censo populacional, pesquisa agrícola, desminagem e assistência eleitoral. O Brasil vem implementando uma série de programas na área de direitos humanos, como a igualdade de gênero e raça e o combate à fome e à pobreza. Estamos prontos a compartilhar tais experiências;

5. o sentido de inclusão dos vizinhos, isto é, a consideração da Ásia Central como um todo regional: "[...] As experiências no Haiti, no Timor Leste e em muitos países da África mostram a importância de harmonizar a cooperação regional e multilateral. Cumprimentamos o Afeganistão por incluir seus vizinhos em um diálogo regional";
6. o entendimento de que, apesar da diversidade cultural, há espaço para as relações entre mundos diferenciados entre si: "A experiência política afegã desafia o falso paradigma do 'choque de civilizações'. Povos de origens diversas estão procurando trabalhar em conjunto para um futuro melhor e mais seguro".

Em conclusão – e como se depreende dos excertos aqui enumerados – há diversos aspectos que podem ser particularizados no discurso do ex-Chanceler brasileiro e que compunham verdadeiro sumário de princípios para nortear a atuação brasileira também na Ásia Central. Há mesmo a inclusão de dois novos princípios gerais que, embora não sejam temas desta tese, surgem pouco a pouco na cultura diplomática, como o direito consuetudinário aparece para, mais tarde, se transformar em direito positivo pátrio:

1. princípio da Não Indiferença; e,
2. princípio da Solidariedade Democrática.

O princípio da Não Indiferença significa que o Brasil não pode ficar alheio ao que acontece com seus parceiros no mundo. É forçoso reconhecer que o que acontece num lugar tão distante geograficamente, como o Afeganistão, importa para a América Latina e para o Brasil; em outras palavras, transpõe-se para a esfera da ciência das Relações Internacionais o enunciado do teatrólogo Terence Williams, na *Noite do Iguana*, de que "tudo o que é humano me diz respeito". Já o princípio da Solidariedade Democrática faz a comunidade internacional cúmplice na necessidade do respeito aos princípios de convivência humana, como o apoio a decisões dos órgãos da diplomacia parlamentar e o reconhecimento da legitimidade da cooperação internacional.

Algumas áreas específicas poderiam oferecer espaço para o Brasil trilhar a cooperação com a região da Ásia Central:

1. a Índia poderia ser uma parceira desejável para o Brasil na região centro-asiática. O Brasil poderia buscá-la aproveitando a aproximação propiciada pelo Ibas desde a realização da I Reunião de Cúpula Índia-Brasil-África do Sul, em Brasília, em 13 de setembro de 2006 e a intensificação de visitas bilaterais de alto nível - visita do Primeiro-Ministro Manmohan Singh (em setembro de 2006) e da Presidente da República, a primeira de um Chefe de Governo da Índia, desde a vinda de Indira Gandhi, em 1968. O Presidente Lula, por sua vez, esteve na Índia em janeiro de 2004, como convidado de honra do governo indiano para as comemorações do Dia da República, e voltou uma segunda vez, em junho de 2007. Talvez o Brasil pudesse participar de forma compartilhada dos programas indianos no Afeganistão: a Índia reconhece que solucionar a questão afegã é de suma importância e é um dos maiores doadores mundiais para programas no Afeganistão;[108]
2. a criação de canal institucional de contatos com o Itamaraty, que poderia redundar no oferecimento de cooperação entre o MRE e os demais Ministérios de Negócios Estrangeiros daqueles países, por exemplo, na área de Cerimonial – mediante palestras, seminários e cursos que o Itamaraty poderia oferecer *in loco*, com aulas ministradas por diplomatas brasileiros experientes, do quadro especial ou aposentados. Experiência

[108] RIEDEL, Bruce, colaborador do Saban Center for Midlle East Policy. *Afeghanistan: the* Taliban Resurgent and NATO. The Brookings Institution, 8 nov. 2006. Disponível em: <http://www.brookings.edu>. Acesso em: 09 nov. 2006.

similar foi realizada em 1997, em países da América Central, com sucesso e elevado número de participantes, como resultado prático de missão do então Subsecretário-Geral do Serviço Exterior, Embaixador João Augusto Médicis, àquela região. (Os cursos de Cerimonial foram ministrados à época pelo Embaixador Antônio Sabino Cantuária Guimarães.) Outro tipo de cooperação institucional pouco custosa e de bom retorno político poderia ser o oferecimento de bolsas de estudos para diplomatas da região cursarem o Instituto Rio Branco, ou algumas cadeiras dele. Estas sugestões precisariam apenas de pequeno investimento, com recursos próprios do Itamaraty, e constituiriam um gesto certamente efetivo de cooperação;

3. conversações com as autoridades locais sobre eventuais programas de interesse na área de saúde pública, por exemplo, no que se refere à experiência brasileira no combate a doenças sexualmente transmissíveis e à quebra de patentes de remédios;

4. os países centro-asiáticos têm interesse nas questões ambientais, sobretudo a respeito do problema do gerenciamento da água, haja vista a persistência de uma das piores situações ambientais do mundo, a seca do Mar de Aral. Neste sentido, o ex-Vice-Presidente da República, José Alencar, foi convidado para participar, no Tadjiquistão, da Conferência Internacional sobre Cooperação Regional em Bacias de Rios Transfronteiriços (Dushanbe, de 30 de maio a 1º de junho de 2006);

5. ao Brasil conviria, seguindo o exemplo de atuação de outros países, perseguir uma política de *soft power* com a região centro-asiática.

Embaixadas brasileiras por toda parte? O caso do Cazaquistão: criação e instalação de Brasemb Astaná.

Em 2005, o Itamaraty ultimou o processo de acreditar Embaixadores cumulativos na região centro-asiática. Em abril daquele ano, o Senado Federal recebeu as Mensagens que criavam as Embaixadas cumulativas no Uzbequistão e no Turcomenistão, em Moscou; na República Quirguiz, em Kiev; e no Tadjiquistão, em Islamabad. Com relação ao Cazaquistão, sua cumulatividade em Moscou já existia há alguns anos, tendo sido concedido *agrément* à Embaixadora em Moscou, Maria Thereza Machado Quintella, em março de 1999. O processo de tomada de decisão da abertura das Embaixadas cumulativas resultou de decisão política,

observando a tendência dos demais países em abrir representações na região, como fez o Japão. A Embaixada do Japão em Astaná foi aberta em 1993. No ano seguinte, o Presidente cazaque, Nursultan Nazarbayev, foi a Tóquio pela primeira vez, em visita oficial. Em 1997, o então Primeiro-Ministro japonês Hashimoto Ryutaro comprometera seu país com uma diplomacia eurasiana, conferindo assim um novo olhar para a região.

Os Estados Unidos também estavam instalando Embaixadas em toda região: construíam um novo prédio em Duschanbe, no Tadjiquistão, e terminaram a nova missão no Uzbequistão. O país já dispunha, havia cinco anos, de uma Missão diplomática na República Quirguiz. O Departamento de Estado acreditava que essas sedes demonstrariam que a Ásia Central era uma região importante e queria que elas fossem "capazes de trabalhar de forma segura e produtiva por muitos e muitos anos" (nas palavras do Embaixador R. Boucher, em mesa-redonda com universitários, na Academia de Ciências do Tadjiquistão, em 8 de maio de 2006). A Embaixada dos Estados Unidos no Cazaquistão, em face da transferência da capital do país para Astaná, foi concluída em novembro de 2007 e inaugurada pelo próprio Presidente Nazarbayev, para quem a recém-construída missão simbolizava "os crescentes laços de parceria" entre os dois países. Foi secundado pelo Embaixador John Ordway, que descreveu as novas instalações como "*a symbol of friendship and strategic partnership between our countries*."

Dado seu envolvimento com a guerra no Afeganistão, a França também aumentou sua presença na Ásia Central e, graças ao adensamento das relações bilaterais, abriu uma Embaixada em Dushanbe. Tem, ainda, Embaixadas no Cazaquistão e no Turcomenistão. Na República Quirguiz, Paris é representada por seu Embaixador no Cazaquistão, mas há um escritório diplomático colocado sob a autoridade da Embaixada em Astaná, dirigido por um diplomata em Bishkek, aberto no começo de setembro de 2004.

À luz do renascimento do interesse de norte-americanos, indianos, japoneses, entre outros pela região centro-asiática, a criação de uma Embaixada brasileira residente na Ásia Central impunha-se como necessidade para a política externa brasileira. A escolha recaiu na capital do Cazaquistão, Astaná. Apesar de a antiga capital do país, a cidade de Alma Ata (atualmente Almaty), ainda concentrar parte das Missões Permanentes estrangeiras acreditadas no Cazaquistão, a instalação da

Missão diplomática brasileira corretamente se fez na nova capital que, no fim de 2008, abrigava 75 instalações diplomáticas. A propósito, o anexo 7 fornece dados que informam, *grosso modo*, que 20 Embaixadas ainda estão estabelecidas em Almaty.

Após a exitosa experiência da abertura da Embaixada em Astaná, poderia ser muito oportuna a promoção de uma reengenharia das cumulatividades da região. Ao longo dos anos, o Cazaquistão foi o país que mais interesse demonstrou em estabelecer um relacionamento mais estreito com o Brasil. A Embaixada do Brasil em Astaná, sendo a pioneira na região, teria, nesse sentido, todas as possibilidades de se constituir no centro catalisador das atenções da nossa diplomacia naquela área. Nela poderia ser prevista a lotação de maior número de servidores diplomáticos, com dedicação exclusiva ao acompanhamento dos assuntos relacionados com os demais Estados locais. Poderia se instituir uma política de visitas frequentes dos diplomatas brasileiros em Astaná aos países de cumulatividade, de maneira sistemática, conforme um plano de trabalho anual, com vistas a criar e intensificar contatos pessoais com as autoridades e os homens de negócio. Em princípio, a Embaixada em Astaná deveria cobrir todas as capitais da área, à exceção do Uzbequistão, que não aceita sequer receber cartas credenciais de Embaixadores acreditados em Astaná, sendo exigência da política exterior de Tashkent de que haja cumulatividade em outra capital, fora Astaná. Como se sabe, nossa cumulatividade situa-se em Moscou. Nesta proposta de reengenharia de cumulatividades, poderia ainda ser considerada a inclusão dos assuntos afetos ao Afeganistão no âmbito das competências da Dasc, a serem tratados cumulativamente com a Embaixada em Astaná.[109]

Em uma segunda etapa de estreitamento de relações diplomáticas do Brasil com a Ásia Central, o governo brasileiro deve considerar a criação de outras Embaixadas residentes, a começar pelo Uzbequistão, país que mereceria atenção mais intensa de nossa política externa. Observe-se que o Uzbequistão é o país de maior população da área, tem pouco mais de

[109] Nota de atualização: os assuntos afegãos passaram para a área da Dasc graças à edição do Decreto nº 7.304, de 22 de setembro de 2010, que aprovou a nova estrutura regimental do MRE, embora a matéria já estivesse sendo cuidada pela Dasc desde novembro de 2010. A cumulatividade de Cabul está em Islamabad. O Paquistão e o Irã também passaram para a competência da Dasc.

27 milhões de habitantes, dispõe do exército mais poderoso da região, de grandes reservas de petróleo e gás, de uma economia organizada, com bom crescimento e baixa inflação. E, em uma sequência lógica, após o estabelecimento de uma Embaixada residente em Tashkent, seguiria o de uma Embaixada em Ashgabat, cujo delicado entorno político, com fronteiras com o Irã e com o Afeganistão, poderia vir a concentrar uma Missão diplomática com forte apelo de observadora política da região. A simples abertura de Embaixadas na Ásia Central não seria, porém, totalmente proveitosa para o Brasil sem que exista uma estratégia nacional voltada para a compreensão dos fenômenos étnicos, culturais, religiosos, políticos, econômicos e sociais da região em que se pretende contar com a presença institucional e o apoio de Missões diplomáticas. Tal é o caso da região centro-asiática. O esforço de abrir a Embaixada em Astaná foi louvável e necessário sob todos os aspectos, mas cumpre articular a realização de contatos continuados com todo o entorno do país, mediante o envio das missões de Alto nível às capitais vizinhas, para troca de informações políticas e a realização das missões conjuntas político-comerciais, até que haja Embaixadas residentes nos demais Estados centro-asiáticos, o que dará credibilidade constante e efetiva à presença brasileira.

A criação da Assessoria Especial para a Ásia, no âmbito da Secretaria-Geral do MRE, respondeu a essa inquietação e se inseriu no reconhecimento, por parte da política externa brasileira, da necessidade de um acompanhamento, com visão estratégica, devotado às questões asiáticas, incluindo a Ásia Central.

Capítulo 10

O Brasil ainda reconhecido pela música, pelo café e pelo futebol. Oportunidades do *soft power*

> *But if the United States were to follow policies that cut domestic consumption by the two percent of GNP by which it rose in the past decade, the richest country in the world could afford both better education at home and the international influence that comes from an effective aid and information program abroad. What is needed is increased investment in soft power, the complex machinery of interdependence, rather than in hard power — that is, expensive new weapons systems.*
>
> NYE, Joseph S. *The misleading metaphor of decline*. The Atlantic, mar., 1990.

Este capítulo tem por objetivo, no âmbito do estudo de caminhos para incrementar a presença brasileira na Ásia Central, buscar demonstrar que o Brasil, além de políticas objetivas para atuar na região centro-asiática, deve explorar outras, não tangíveis, e, portanto, de comprovação cientificamente difícil, mas que decerto têm um efeito muito grande nas relações internacionais: são ações relacionadas à cultura e a valores, melhor descritas como políticas de *soft power*, de um *poder brando*.

O termo poder brando (*soft power*) foi cunhado pelo Professor Joseph S. Nye, (ex-Decano da Faculdade de Governo John F. Kennedy,

da Universidade de Harvard, de dezembro de 1995 até junho de 2004), ex-Presidente do Conselho Nacional de Inteligência e Secretário Assistente de Defesa, durante o Governo Clinton. Ele explica o conceito como o poder de atrair e não coagir (*co-opting people, rather than coercing them*). O Professor Nye define o termo como emanando de três recursos de um dado país:

1. da cultura, em lugares onde seja atrativa para outras;
2. dos valores políticos, (a essência do *soft power* reside nos valores – "em nossa cultura e na maneira como cuidamos de nós mesmos internacionalmente"); e
3. de sua política externa, na qual seja criado um senso de legitimidade para as finalidades internacionais de uma nação e tenha autoridade moral.

Nesse sentido, uma política de *soft power* com a Ásia Central seria bem-vinda para a ação diplomática de aproximação entre o Brasil e aqueles países. O caso russo é esclarecedor e um bom exemplo de como utilizar esta política, para benefício de um país que anteriormente constituía a potência colonial da região. Visto com desconfiança no começo da vida independente dos cinco países centro-asiáticos, agora, nos primeiros anos do século XXI, A Federação da Rússia voltou a ter uma presença política importante, mas com um caráter suave, com fulcro no que ficou estabelecido na Concepção de Política Externa da Federação da Rússia, como visto no capítulo 5. Potência dominante da Ásia Central desde o século XIX, o Império Russo e seu estado sucessor, a URSS, representavam para as populações locais o organismo repressor, responsável por ações violentas que marcaram os habitantes da Ásia Central.

Em artigo da Professora Fiona Hill,[110] analisa-se a situação da Rússia nos dias de hoje, após a independência dos países de sua fronteira meridional na década de 1990, e a conclusão do processo de formação dos países e das nacionalidades, em relação a seu entorno imediato de interesses, notadamente a CEI e a região do Cáucaso e da Ásia Central.

[110] HILL, Fiona. Moscow discovers Soft Power. *Current History*, out. 2006. Disponível em: <http://www.brookings.edu/views/articles/fhill/20061001.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2006.

Nota-se que a Rússia se transformou de uma "defunta superpotência militar em uma superpotência energética" graças ao fim da crise econômica vivenciada na última década do século XX e aos ganhos que o país tem obtido, desde o começo do milênio, com a exportação de recursos de petróleo e gás. A Professora Fiona Hill defende que a força de penetração do país na região não é mais o Exército Vermelho, e sim a Gazprom, a gigante do monopólio do gás russo, mas acrescenta que a entrada da Rússia em sua circunvizinhança também se dá por sua influência cultural, pelos seus bens de consumo e pelas oportunidades de emprego que o país oferece a seu chamado *Near abroad*. O *soft power* da Rússia serve, inclusive, como válvula de escape para a segurança e a estabilidade de sua vulnerável fronteira ao sul do país: absorve os contingentes de imigrantes desempregados das regiões do Cáucaso e da Ásia Central, que passam a transferir recursos financeiros, sob a forma de remessas, de volta para seus países de origem, dessa forma, cancelando a necessidade de financiamentos russos para aqueles Estados, pela ajuda financeira externa. Para fins de registro, estudo da OCDE, de 2008, com base em dados da UNCTAD, informa que as remessas e compensações dos trabalhadores da Ásia Central para seus países, foram de 100 milhões de dólares no ano 2000, 200 milhões de dólares em 2001 300 milhões de dólares em 2002, 400 milhões de dólares em 2003, 600 milhões de dólares em 2004, 1 bilhão de dólares em 2005 e 1,5 bilhão de dólares em 2006. Essas remessas são significativas para a economia dos países da Ásia Central e, em alguns casos, representam percentual altíssimo do PNB, como para o Tadjiquistão (27%) e para a República Quirguiz, tanto em termos percentuais (36%) quanto absolutos, de 1,02 bilhão de dólares em 2006. Ressalvadas as remessas informais, sem registro, que acredita devam ser ainda maiores (OCDE, 2008).

O Professor Nye acredita, entretanto, que a União Soviética tinha uma boa quantidade de *soft power*, o qual declinou, mesmo com o crescimento de seu poder econômico e militar, por conta de suas políticas brutais, "*the Soviet Union's hard power actually undercut its soft power*". Na lição da Professora Hill, a Rússia recupera o grau de *soft power* que a URSS tinha na sua esfera imediata de influência. Ela explica que desde 1999 o crescimento da economia da Federação da Rússia, a taxas de 6% a 7% ao ano, vinha mudando a natureza do poder e a forma como este era exercido por seus governantes. Diferentemente do período soviético,

a Rússia atual está utilizando os recursos que advêm de suas reservas de petróleo e gás, não para sustentar sua indústria armamentista, mas para encorajar os países de seu entorno a se associarem com suas políticas regionais. A Rússia volta, dessa forma, a ser uma nação mais atrativa do que foi na década de 1990, não mais por conta do poderio de seu aparato militar, mas mediante a venda de seus produtos de consumo, a divulgação de sua cultura popular, a abertura de postos de trabalho e a educação que garante aos jovens, além do fato de o idioma russo persistir sendo a língua franca da região.

Na década de 1990, as dificuldades econômicas e o desmantelamento da zona do rublo levaram os países da antiga órbita soviética a ficar endividados com Moscou, que mantinha seu *hard power* ainda preponderante na região sul do país, sob diversas alegações, como a da questão da cidadania (os russos étnicos, que viviam nos cinco *core States*, precisavam ser protegidos, porque agora eram estrangeiros); a defesa do russo falado (há políticos conservadores que fizeram carreira em Moscou com a retórica da defesa do idioma russo); e a coerção aos novos países que surgiram, pelo envio puro e simples de forças militares para antigas bases soviéticas. Esses três fatores provocaram o afastamento e não a aproximação da Rússia com os novos Estados. Particularmente sensível é a situação da Ucrânia, da Geórgia, dos Estados bálticos e do Azerbaijão, que se inclinaram pelo apoio do Ocidente. No caso da Ucrânia e da Geórgia, tem-se a mais cabal forma de *hard power*: o emprego de forças militares na guerra georgiana, a pressão para que os Estados-membros dos organismos regionais votassem a condenação do regime georgiano, a criação da força de intervenção rápida, a forte pressão pelos preços do gás russo que transita pela Ucrânia para a Europa, enfim, seria temerário afirmar, simplesmente, que Moscou seria branda quando as tensões começaram a se acumular em seu antigo entorno.

A reversão daquele quadro adverso da década de 1990 começou com a ascensão ao poder, no ano 2000, do Presidente Vladimir Putin e com o crescimento da produção do petróleo russo, que, ao fim de 2001, saltou de um milhão para sete milhões de barris por dia, para atingir, em 2005, 9,6 milhões de barris por dia e exportações de quatro milhões de barris por dia. Somente estes números, por si, não bastariam para explicar a mudança de atitude da Rússia, pois muitos outros países ex-soviéticos também sofreram com a crise econômica do decênio

e continuaram dependentes das fontes de energia russa. Malgrado as aspirações dos países de independência recente, a verdade é que os investimentos ocidentais eram importantes para suas economias, mas claramente insuficientes: "*the inescapable facts of distance and geography prevailed*".[111] Ademais, o surgimento de novas ameaças para o Ocidente alterou as prioridades internacionais, e o intercâmbio com o mundo ocidental foi limitado. O Presidente Putin assumiu o Governo russo e, no topo de 70% de popularidade, fez as reformas que julgava necessárias. O Chefe de Estado controlava a agenda externa do país e passou a exercer o poder regional de forma diferente, como já frisado, por via dos meios culturais, do acesso ao mercado russo e de investimentos de capital. O Presidente Putin tinha veleidades geopolíticas, nas quais a região da CEI era sua prioridade, conforme anunciado em discurso pronunciado no encontro com os Embaixadores russos, em 13 de julho de 2004,[112] no qual a compreensão do uso do *soft power* pelo Presidente da Rússia é bastante explícita: "[...] É preciso dar às relações dos Estados da CEI com a Rússia *o máximo de caráter atrativo não só para nós, mas também para eles*. Estou certo de que um trabalho persistente nessa direção garantirá o aumento da competitividade de nossa política externa como um todo [...]" – grifo da Professora Hill. Ao se tornar primeiro-ministro, não perdeu de vista suas ideias de exercício do poder, variando do brando ao duro com os países próximos. Neste caso, o Presidente Medvedev usava um tom conciliador em seus pronunciamentos, enquanto Putin chamava a atenção para o fato de a Rússia ser o vizinho poderoso.

Outros desenvolvimentos nas vizinhanças da Rússia também demonstraram os benefícios do uso do *soft power*: em junho de 2004, o Tadjiquistão pediu a saída das tropas russas das bases da época soviética

---

[111] HILL, Fiona. Op.cit. p.344

[112] "[...] Algumas palavras, agora, sobre as vertentes prioritárias de trabalho. A principal delas continua sendo a CEI. Nos últimos anos conseguimos aqui desenvolver uma política na direção dos reais interesses do país e de nossa gente. Resta-nos, todavia, formular uma estratégia integral e de longo prazo nessa vertente, o que por si só constitui-se em complexo trabalho conceitual. Ainda não utilizamos plenamente as reservas de influência que temos em nosso poder, inclusive a reserva histórica dos créditos de confiança, de amizade, os profundos laços que ligam os povos de nossos Estados. Entretanto, não existe vácuo nas relações internacionais. A ausência de uma eficaz política da Rússia na CEI ou até mesmo uma infundada pausa nesta provoca inevitavelmente uma ação enérgica de preenchimento desse espaço político por outros Estados, mais ativos." Putin, discurso aos Embaixadores russos, proferido em 12 de julho de 2004.

e dos guardas russos da fronteira. As negociações entre as duas partes resultaram em um acordo favorável a ambos os países. A Rússia assegurou suas instalações, que compreendem um importante centro de vigilância espacial, em troca do perdão de dívidas, de novos investimentos em energia e de um acordo sobre a entrada no território russo de trabalhadores migrantes tadjiques. Com o Uzbequistão, um novo acordo estratégico foi negociado, marcando o fim de uma década de afastamento dos governos dos dois países. O acordo não foi só militar e garantiu investimentos da Lukoil de um bilhão de dólares em um único projeto de gás. São indícios de a Rússia ser um polo de atração, e não mais de repulsão. A habilidade russa de alterar o poder na Eurásia por seu *soft power* vem dos ganhos obtidos com a venda de seus recursos energéticos. Os vastos recursos de energia de que dispõe fazem da Rússia um país indispensável no atual estágio do mundo e deverão permanecer como a base do poder russo no futuro próximo, mesmo com todas as cautelas exigidas na formação dos preços do petróleo. Estes recursos estão dando ao país um novo tipo de poder no século XXI.

Seria necessário ter presente que o *soft power* constitui para o Brasil uma das formas de melhor inserir-se na sociedade centro-asiática, à luz da impossibilidade de o país ter poder de barganha, como poderio militar e nuclear para impor-se no mundo. O Brasil não tem uma força armada de deslocamento rápido, não pretenderia dispor dela nem tem logística para isso. Menos ainda para atuar em regiões remotas, como a Ásia Central. Não há interesse neste tipo de ação da parte do governo brasileiro, que já emprega o limite de suas forças militares no Haiti. No entanto, poderia agir, como disse o Presidente do Timor Lorosai, José Ramos Horta, em áreas que possui excelência:

> O Brasil pode fazer mais pela sociedade civil, por exemplo, através de médicos que poderiam tirar um, dois ou três meses de férias do seu trabalho e trabalhar em Timor: no hospital ou nos distritos. Também enfermeiros, dentistas [...] Em Timor, creio que só tem um dentista em todo o país. Não tem oftalmologista. Há um oftalmologista da Austrália que, de vez em quando, vai a Timor Leste. Os médicos da Marinha Americana, uma ou duas vezes por ano, passam por Timor e fazem tratamento nos velhos com catarata, por exemplo. Técnicos de computadores podem também fazer trabalho voluntário em Timor. Professores universitários ajudariam

> a nossa Universidade (Entrevista de José Ramos Horta no filme *Timor Leste*: o massacre que o mundo não viu, 2000)

A descrição do Prêmio Nobel da Paz de 1996 faz um compêndio do *soft power* que um país como o Brasil pode oferecer, sem veleidades de hegemonias, para alguns dos países menos desenvolvidos e, por extensão, para estabelecer uma política de cooperação para países mais avançados da Ásia Central.

Joseph Nye nomeia o Canadá, os Países Baixos e os escandinavos como exemplos de Estados cuja influência política é maior do que permitiria seu *hard power*. A explicação "reside na manipulação astuta do poder bando".[113] O *soft power* fundamenta-se em influências intangíveis e indiretas, como a cultura, os valores e a ideologia. A fórmula poderia funcionar para o Brasil, que já tem alguma inserção na Ásia Central, mediante o apelo das novelas de televisão, dos atletas de futebol que lá atuam, da literatura – como o romance do escritor Paulo Coelho ambientado no Cazaquistão – do gosto pelo café brasileiro, pelas festas populares como carnaval, pela música (mesmo a clássica: o autor estava em Ashgabat quando viu na programação no repertório de um concerto da orquestra sinfônica local peças de nosso Villa Lobos) e pelas praias do Rio de Janeiro, que povoam o imaginário popular daqueles países.

Por que não utilizar ainda mais esses recursos? A acumulação de riquezas pelas economias da Ásia Central, por meio das crescentes exportações de seus recursos energéticos, implica buscar fluxos crescentes de turistas que venham conhecer o Brasil e seus sonhos de país tropical. O preconceito contra esses atrativos, extremamente relevantes, é lesivo aos interesses nacionais, e o país não pode prescindir deles. Se o Brasil é reconhecido na Ásia Central pelos fatores supramencionados, deve organizar formas de atrair maior fluxo possível de visitantes daqueles países e o mais rapidamente possível. A recente apresentação de grupos carnavalescos brasileiros em Astaná e de festival de cinema na capital cazaque marcaram o ano cultural daquela capital e fizeram pela divulgação da imagem do Brasil tanto ou mais do que um acordo político ou comercial: tocaram as pessoas.

---

[113] KELLY, Paul. Soft option for hard heads. *The Weekend Australian*, 08 jun. 2002.

O exemplo mais característico de utilização de *soft power* pelo Brasil na Ásia Central foi o exitoso convênio entre clubes cazaques e brasileiros, que levou jovens cazaques para estudar em uma escolinha de futebol na cidade de Ribeirão Preto. Trata-se da aplicação prática de um bem intangível, a fama em matéria desportiva, que levou o Presidente Nazarbayev a não abrir mão de visitar o estádio do Maracanã no Rio de Janeiro em sua estada no Brasil.

É a lição de Nye: o poder suave é uma política externa legítima e com autoridade moral. É, também, a lição de Fiona Hill, segundo a qual esse poder serve para um país tão distante da Ásia Central como o Brasil: é preciso, a exemplo da Rússia, saber usar o capital de *soft power* de que o país dispõe, talvez melhor do que qualquer outro da América Latina e do Hemisfério Sul.

Capítulo 11

Ásia Central: uma nova inserção para o Brasil no mundo atual. A intensificação dos interesses brasileiros pela Ásia Central é plenamente justificável. Abundância de recursos naturais e acumulação de riquezas. O comércio bilateral entre o Brasil e os países centro-asiáticos. Política multilateral: uma cooperação possível entre o Brasil e os cinco países da região

Ásia Central: uma nova inserção para o Brasil no mundo atual

Antes da crise que começou em setembro de 2008, o cenário econômico mundial se caracterizava pela concentração do capital e de mercados de oligopólios, medidos pelo número de fusões e aquisições que passaram de nove mil no valor de 850 bilhões de dólares em 1985, para 33 mil, no valor de quase quatro trilhões de dólares em 2006, e pela "financeirização" da economia, pois os ativos financeiros (ações, títulos e depósitos) passaram de 100% da produção mundial em 1980, para 316% em 2005. A este propósito, a era de globalização da economia mundial das últimas duas décadas trouxe desafios para a economia brasileira, sumariados da seguinte forma pelo Professor do Departamento de Economia da PUC de São Paulo, Antônio Correa de Lacerda:

> [...] O primeiro desafio foi o crescimento do comércio internacional, motivado pela redução das alíquotas de importação, os acordos regionais e bilaterais de comércio, a formação de blocos. A corrente de comércio mundial praticamente dobrou nos últimos 10 anos, atingindo a fantástica cifra de 20 trilhões de dólares ao ano.

> O segundo desafio é o da internacionalização das economias. A liquidez mundial e o crescimento do mercado de capitais propiciaram a viabilização das estratégias de expansão das empresas transnacionais. Via fusões e aquisições no exterior, ou novos projetos, essas empresas adquiriram um papel sem precedentes na economia mundial, respondendo por 40% da produção industrial, e mais de 60% das exportações.
> O terceiro desafio é decorrente do espetacular avanço tecnológico, que encurtou a vida útil dos produtos e impulsionou as inovações. Estados nacionais e empresas perceberam a necessidade dos elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento para suportar a necessidade de crescentes inovações, que representam hoje o grande fator de competitividade. Há grandes empresas inovadoras, que chegam a investir até 10% do seu faturamento em novas pesquisas [...][114]

No âmbito do cenário descrito, os desafios anteriormente resumidos indicavam que a economia brasileira precisava inserir-se muito mais no comércio internacional, para romper a barreira de um dígito de participação mundial no referido comércio. As empresas brasileiras, em face dos desafios que se impunham desde então, poderiam buscar os mercados novos da Ásia Central e procurar empreender ações semelhantes às das empresas transnacionais no contexto da internacionalização da economia: agir em conjunto mediante fusões e associações de capital. Como um dos grandes países periféricos, o Brasil deveria manter perenemente sua política externa sem viés hegemônico, pois o papel do país na Ásia Central deve funcionar como o de uma influência externa não impositiva, com vistas a oferecer aos Estados centro-asiáticos alternativas válidas para parcerias externas.

Há empresas brasileiras capazes deste tipo de atuação: por exemplo, algumas das que já receberam *investment grade* de agências como a *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e a *Moody* – a Votorantim Papel e Celulose, a Vale, a Petrobras e a Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), entre outras. Aliás, tanto a Vale quanto a Petrobras já estão presentes na região. A Vale abriu um escritório de representação em Almaty. O Brasil também deve investir mais em inovação e pesquisa: segundo informa Carlos

[114] LACERDA, Antônio Corrêa de. Política Industrial para o Crescimento. *Gazeta Mercantil*, 10 mai. 2007.

Henrique Brito Cruz, ex-Reitor da Universidade de Campinas (Unicamp) e Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o país investe apenas 1% do PIB em pesquisa científica, "enquanto nos países mais desenvolvidos este percentual é de 2% a 3%."[115] O investimento em pesquisa serve para amenizar eventuais perdas de posição em competitividade da economia brasileira. A escola suíça de negócios Institute for Management and Development (IMD), que divulga anualmente o Índice de Competitividade Mundial, informou que o Brasil perdeu cinco posições em 2007, passando da 67ª para a 72ª colocação, especialmente em razão do custo do capital, das taxas de juros e da carga tributária.[116] Estes fatores seriam cruciais e de grande importância para qualquer política de aproximação com os cinco *core States*, e, assim, para inserir o Brasil mais ativamente no mundo. O relatório de competitividade global 2008-2009 do Foro Econômico Mundial, em Genebra, trouxe a informação de que a competitividade brasileira melhorou em relação a 2007, passando da 72ª para a 64ª posição. Foi o maior avanço no mundo em desenvolvimento, embora o país permanecesse atrás da maioria "[...] Até de países como a Botsuana, Tunísia, Jordânia ou Chipre, o que alimenta as indagações sobre esse tipo de índice."[117]

---

[115] CRUZ, Carlos Henrique Brito. Impacto Mundial da Ciência do Brasil. *Gazeta Mercantil*, 11 mai. 2007.

[116] GOULART, Josette. Carga tributária faz Brasil perder competitividade. *Valor Econômico*, 5 nov. 2007. A autora informa que "a carga tributária brasileira, que se mantém em 34% há quase uma década, fez o Brasil perder competitividade na busca por investimentos estrangeiros diante dos novos competidores globais. China, Índia e Vietnã, os países do Leste Europeu e também o México, na América Latina, são hoje mais atrativos ao capital externo, em termos tributários, segundo um estudo internacional da KPMG. A pesquisa mostra que a América Latina, como um todo, não vai bem no quesito carga tributária. Nos últimos 10 anos, a carga média mundial caiu 6,1 pontos percentuais – de 33% para 26,9% –, enquanto as economias latino-americanas reduziram em média em apenas 1,8 ponto percentual os impostos incidentes sobre a renda das empresas, passando de 29,8% para 28%. Segundo a pesquisa da KPMG, em se tratando de tributação, os países mais competitivos são a China e a Índia. O diretor global da área de impostos da KPMG International, Loghlin Hickey, destaca que, apesar de os dois países terem ainda elevadas cargas tributárias, dois movimentos começam a mudar esta realidade: a criação de zonas econômicas de incentivo que reduzem significativamente as alíquotas efetivas para as empresas; e a redução do imposto corporativo de 33% para 25% na China a partir de janeiro do ano que vem. Com isso, estas regiões se modernizam e podem criar uma base maior de arrecadação e atrair investimentos".

[117] MOREIRA, Assis. País sobre oito posições em *ranking*. *Valor Econômico*, 9 out. 2008. Registre-se, ainda, para fins de atualização, que no período 2010-2011, o país estava na 58ª posição.

A intensificação dos interesses do Brasil pela Ásia Central é plenamente justificável

A intensificação dos interesses brasileiros na Ásia Central vai além do argumento puramente econômico. Entre os vários aspectos que poderiam ser considerados, imaginou-se que um levantamento de dados junto a alguns setores da sociedade brasileira poderiam ser indicativos da repercussão da temática no Brasil. Assim, foram coletadas informações em jornais, em universidades e centros de pesquisa e no Parlamento brasileiro, conforme os itens abaixo:

1. a quantidade de matérias a respeito dos países da Ásia Central em alguns jornais de grande circulação ou importância nacional;
2. a quantidade de produções acadêmicas em universidades e centros de pesquisas sobre a região centro-asiática e os países que a compõe; e
3. a quantidade de menções a respeito da região em documentos do Parlamento brasileiro.

O trabalho de levantamento de dados enfrentou dificuldades como o tempo de pesquisa exigido, a falta de registro eletrônico, em alguns jornais, de matérias anteriores ao ano 2000, e a questão subjetiva de contar ou não com o empenho e a boa vontade de funcionários das entidades consultadas para obter as informações. O resultado da pesquisa permitiu a mensuração de dados antes não compulsados, o que atribuiu um caráter científico à tese. Alguns valores confirmam, por exemplo, o baixo nível de conhecimento da sociedade brasileira sobre a temática centro-asiática por setores formadores de opinião pública, conforme se comprovará adiante.

No que diz respeito à produção de matérias jornalísticas na mídia impressa, foram quantificadas as menções sobre os cinco países em cinco jornais de grande circulação e importância no plano nacional. Arbitrariamente, foram escolhidos o *Jornal do Brasil* (JB) e *O Globo*, do Rio de Janeiro; a *Folha de S.Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (ESP), de São Paulo. O *Correio Braziliense* (CB) foi também incluído na análise,

por se tratar de jornal da capital da República e de longa tradição histórica. O levantamento, a seguir sumariado, procurou responder à pergunta "que quantidade das citações aos países centro-asiáticos, excluindo as menções esportivas, apareceram no jornal de 2000 a dezembro de 2007?"

Reportagens sobre o Cazaquistão:

Ano	Número de reportagens				
	CB	JB	FSP	Globo	ESP
2000	3	0	1	2	5
2001	3	6	3	0	133
2002	5	6	1	0	70
2003	1	6	2	1	74
2004	4	8	2	0	84
2005	4	5	3	0	92
2006	3	6	4	4	110
2007	0	5	62	119	62

Reportagens sobre a República Quirguiz

Ano	Número de reportagens				
	CB	JB	FSP	Globo	ESP
2000	0	0	2	0	0
2001	1	0	1	0	2
2002	1	1	2	0	2
2003	2	4	3	0	2
2004	1	4	0	0	1
2005	7	22	7	3	6
2006	0	2	1	1	0
2007	0	3	0	2	0

Reportagens sobre o Tadjiquistão

Ano	Número de reportagens				
	CB	JB	FSP	Globo	ESP
2000	0	0	1	0	1
2001	6	8	8	0	165
2002	2	1	2	0	36
2003	1	1	3	0	20
2004	1	1	1	1	10
2005	2	2	4	0	10
2006	0	2	1	0	9
2007	0	1	3	27	7

Reportagens sobre o Turcomenistão

Ano	Número de reportagens				
	CB	JB	FSP	Globo	ESP
2000	0	0	2	0	1
2001	1	2	6	1	42
2002	0	2	4	1	28
2003	1	0	4	0	10
2004	1	0	0	7	6
2005	0	0	1	0	4
2006	0	9	6	3	14
2007	0	1	20	10	17

Reportagens sobre o Uzbequistão

Ano	Número de reportagens				
	CB	JB	FSP	Globo	ESP
2000	1	0	1	1	2
2001	10	22	8	1	349
2002	0	1	2	1	53
2003	0	1	3	0	42
2004	3	13	3	0	52
2005	4	16	5	5	75
2006	1	4	1	1	17
2007	1	1	37	66	19

A respeito das teses de mestrado e de doutorado sobre a Ásia Central, foram consultados vários bancos de dados de universidades e centros de pesquisa, com vistas a verificar se havia trabalhos sobre a região, conforme detalha a tabela:

Bancos de Teses Pesquisados

Banco	Ásia Central	Cazaquistão	República Quirguiz	Tadjiquistão	Turcomenistão	Uzbequistão
Capes	0	0	0	0	0	1
CNPQ	0	0	0	0	0	0
CPDOC	0	0	0	0	0	0
Saber-USP	0	0	0	0	0	0
BTD-UFSC	0	0	0	0	0	0
Portal da UnB	0	0	0	0	0	0

Biblioteca Digital da Unicamp	0	0	0	0	0	0
Biblioteca Digital da UFRGS	0	0	0	0	0	0
Ceaped	0	0	0	0	0	0

É preocupante a qualidade dos textos na mídia brasileira sobre a Ásia Central. A maioria das matérias pesquisadas concernem a assuntos esportivos, que, certamente, interessam do ponto de vista do *soft power*, como aliás foi visto no capítulo anterior. No entanto, deve-se frisar que mesmo essas matérias relatam apenas os eventos esportivos em si, e não proporcionam discussão mais ampla sobre a importância do esporte em termos de relacionamento bilateral, como a empresa Olé Brasil, que levou os jovens cazaques para a cidade de Ribeirão Preto, propiciando uma importante aproximação com o Cazaquistão. Houve matérias sobre assuntos religiosos, em particular a questão do avanço das religiões evangélicas nos países da Ásia Central e a reação das autoridades locais, que apenas aceitam a liberdade religiosa para as grandes religiões (Católica Romana, Ortodoxa, Judaica e Muçulmana) e não permitem ou negam registro legal das seitas. Raras vezes houve matérias políticas e, quando existiam, eram meramente traduções de correspondências das grandes agências noticiosas Reuters, Associated Press, France Presse e EFE. A boa exceção residiu nos poucos textos de economia, que quase sempre analisavam a questão dos bens energéticos. Nesse caso, o público-alvo da notícia tem perfil específico, mais voltado para o tema especializado; portanto, essas são matérias que não alcançam grande repercussão. A notícia da viagem do astronauta brasileiro ao espaço a partir da base russa em Baykonur, no Cazaquistão, teve boa repercussão na época, porém, como se sabe, o cosmódromo é uma instalação alugada pela Rússia em território cazaque, sendo assim uma notícia que toca apenas tangencialmente à temática.

De acordo com os dados compulsados, virtualmente não há produção científica nas universidades brasileiras sobre os cinco países ou sobre a região da Ásia Central. A única tese (até 2007) sobre os países ou sobre a região que foi possível ser identificada é a de autoria de Erwin

Pádua Xavier, intitulada *Construção do Estado, comunidade política e segurança*: o caso do Uzbequistão na Ásia Central pós-soviética, para o mestrado do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Sabe-se, porém, que existem pelo menos duas monografias de final de curso universitário, uma já terminada e outra em andamento. Como se percebe, a pesquisa brasileira sobre a região não corresponde ao crescente interesse pela Ásia Central demonstrado pelos atores mais ativos do mundo. O total desconhecimento da temática no Brasil reflete uma situação inaceitável para a universidade brasileira: faltam *think tanks* que estudem o relacionamento do Brasil com uma região cada dia mais importante aos olhos das potências regionais e da hegemônica.

Com relação ao Parlamento brasileiro, foram feitas diversas consultas aos arquivos do Congresso, desde o ano de 1991, ocasião da independência dos Estados centro-asiáticos. O resultado foi a confirmação da falta de informações da maioria dos políticos brasileiros sobre a região. Quando os membros do Congresso nacional se referiram aos cinco países, foi apenas durante a apresentação dos novos Embaixadores cumulativos, no âmbito das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e de sua homóloga do Senado Federal. Igualmente, e por iniciativa do MRE, quando o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II realizou Missão ao Cazaquistão, foi solicitado ao então Presidente do Congresso, Deputado Aldo Rabello, uma carta de saudação ao presidente do *Majlis* cazaque. Os registros do Parlamento se referem ainda à audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em resposta a requerimento de parlamentar sobre a viagem do astronauta Marcos Pontes em sua missão espacial a partir de Baykonur, no Cazaquistão.

Como nota de curiosidade, o ex-Presidente da República, Senador José Sarney, publicou na *Folha de S.Paulo*, em 2004, artigo em que fazia menção jocosa ao Turcomenistão, em meio a um texto sobre a guerra no Iraque. O artigo repercutiu por caminhos desconhecidos, de alguma forma, naquele país. O Embaixador turcomeno em Moscou dirigiu-se à sede de Missão diplomática brasileira, então responsável pela cumulatividade com o Ashgabat e, em nota de protesto, exigiu retratação do autor. Imediatamente, o Senador Sarney publicou novo artigo em que

minimizava a citação do país e agradecia ter leitores em um lugar tão distante (os dois artigos compõem o anexo 8).

É forçoso reconhecer que a região centro-asiática seria marginal para os interesses da sociedade brasileira em pelo menos três setores relevantes, na mídia escrita, na Academia e no Parlamento. Os dados a respeito da Ásia Central nos órgãos selecionados da imprensa de grande circulação nacional parecem indicar também que, apenas em momentos cruciais e específicos nossos jornais prestam alguma atenção ao que acontece na região, por exemplo, quando houve os acontecimentos do 11 de setembro.

O desconhecimento sobre a região centro-asiática pelo Brasil, como aventado antes, não seria exclusividade brasileira e só não seria maior no resto do mundo não fora a persistência do conflito no Afeganistão. O Brasil, em todo caso, tem uma grande vantagem comparativa na aproximação com os cinco *core States* em relação à maioria dos países em desenvolvimento: tem uma Embaixada residente na área que propicia contatos e estreita aproximação com os demais governos central-asiáticos. A criação de um centro de estudos sobre a Ásia Central, no âmbito de alguma instituição universitária, prescindiria de grandes recursos financeiros e talvez pudesse contar com aportes de grandes empresas nacionais com interesses na região, como a Vale e a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Um tal centro angariaria ao Brasil não só prestígio internacional, pela maior discussão da temática, mas também meios objetivos de atuar na área. Resguardaria o interesse nacional de propostas de ações de tipo *top to bottom*, mesmo que estas, por sua vez, sejam necessárias para países de tradição burocrática soviética em que, por 70 anos, o Estado interferia no planejamento da economia e nos demais setores da vida de seus cidadãos.

Abundância de recursos naturais e acumulação de riquezas

Esperava-se uma grande acumulação de recursos financeiros oriundos da produção e da venda do petróleo, mormente no Cazaquistão, no Turcomenistão e, em menor medida, no Uzbequistão. Entretanto, essa riqueza ainda não reverteu para o crescimento das economias daqueles países, nem para a superação dos precários indicadores sociais que ainda imperam na região. Uma das explicações para o fenômeno seria a

chamada maldição das *commodities*. Neste caso, o atual nível de renda da região centro-asiática poderia ainda ser considerado baixo, mas deverá aumentar nos próximos anos. Alguns poucos gráficos e figuras de indicadores sociais bastariam para melhor ilustrar a questão:

a) dados sobre a situação da infância na Ásia Central, segundo o Relatório da Situação da Infância no Mundo, do Unicef (anexo 9);
b) índices de mortalidade infantil (anexo 10);
c) IDH em comparação com alguns países selecionados (anexo 11).

A maldição das *commodities* é um fenômeno econômico descrito pelo Assessor Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Jeffrey Sachs,[118] que mostrou que, de 1971 a 1989:

> [...] economies with a high ratio of natural resource exports to GDP in 1971 (the base year) tended to have low growth rates during the subsequent period 1971-89. This negative relationship holds true even after controlling for variables found to be important for economic growth, such as initial per capita income, trade policy, government efficiency, investment rates, and other variables (op. cit.).

Conforme ensina Eliana Cardoso, Professora de economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, em diversos artigos de sua autoria,[119] os recursos naturais não influenciam diretamente a taxa de crescimento da economia, mas o fazem pelo efeito sobre as instituições de determinado país. Os governos com abundância de recursos naturais "negligenciam políticas sociais, deixando de investir em educação ou na produção de conhecimento ou na construção de instituições fortes, cometem erros e impedem o desenvolvimento da sociedade". A primeira consequência disso é, "ao deixar de cobrar impostos, os governos passam a não ter limites de gastos e vão se endividar" acima do necessário. Foi o caso do México, "que deixou de cobrar impostos porque tinha na riqueza petrolífera uma fonte aparentemente inesgotável de recursos. A carga

---

[118] SACHS, Jeffrey D.; WARNER, Andrew M. Natural Resource Abundance and Economic Growth. *National Bureau of Economic Research*, Working paper 5398, Cambridge, 1995.

[119] CARDOSO, Eliana. Excremento do diabo. *Valor Econômico*, 6 jul. 2006.
Idem. A Maldição do Petróleo, *Revista Veja*, 2 ago. 2006. p.11 e seguintes, entre outros artigos da autora para o tema.

tributária do México não chegava a 10% de seu PIB". O país só saiu deste quadro há pouco tempo. Portanto, os países com grandes reservas de produtos de base sofrem com políticas fiscais inadequadas: o povo, ao não pagar impostos, também não sente ânimo para cobrar resultados dos seus governos.

A Professora Cardoso singulariza como o pior caso, justamente, o do petróleo:

> A renda concentrada nas mãos de poucos facilita a corrupção, que por sua vez distorce a competição [...] A riqueza súbita fortalece os tiranos e solapa instituições democráticas [...] O petróleo também alimenta ambições perigosas. O Irã ameaça desenvolver armas nucleares [...] Putin coloca seus inimigos na cadeia [...] Na Venezuela, Hugo Chavez intervém nas eleições da Bolívia.[120]

Os casos mais dramáticos estão na África, onde se encontram IDHs de países produtores de petróleo extremamente baixos (anexo 11).

A comparação do IDH dos cinco países da região centro-asiática com o de alguns outros demonstra que onde há abundância de recursos naturais há índices sociais muito pobres: em 2007, o IDH do Tadjiquistão colocava o país na 124ª posição; o do Uzbequistão, na119ª; o da República Quirguiz, na 122ª; o do Turcomenistão, na 108ª; e o do Cazaquistão, na 71ª. Veja-se que o IDH dos vizinhos dos *core States* não é muito melhor: o do Azerbaijão o colocava na 119ª posição; o da Geórgia, na 93ª; o do Irã, na 84ª; e o da Rússia, na 73ª. Muitos desses países são produtores de gás e de petróleo (o Azerbaijão, por exemplo, é um dos mais antigos produtores do mundo: a exploração de suas jazidas foi financiada pelos Barões Rothshild, no começo do século passado com a utilização das técnicas de extração criadas pelos irmãos Nobel), mas a riqueza de produtos de base ainda não se refletiu em ganhos sociais maiores. No caso da Ásia Central, em 2007, o único que galgou uma posição na listagem do IDH dos países foi o Cazaquistão. Para fins de comparação, foram incluídos na listagem do anexo 11 alguns países da África produtores de petróleo, Nigéria (174ª posição) e Angola (160ª posição). Acrescentaram-se, também, a classificação de alguns países da América do Sul, como a Bolívia, antiga

[120] CARDOSO, Eliana. Op. cit.

grande produtora de estanho e hoje de gás natural (111ª posição); o Chile (40ª posição); a Argentina (46ª posição); e a Venezuela (61ª posição). A conclusão possível é a de que os países ricos em produtos básicos, com particular ênfase nos energéticos, realmente apresentam indicadores sociais muito aquém do desejável. Nos casos da Argentina e do Chile, eles escaparam do problema, respectivamente, graças às "políticas educacionais de Sarmiento, na segunda metade do século XIX, e à adoção de políticas anticíclicas para corrigir volatilidades e permitir o gozo da dotação de cobre e terras férteis".[121] Enquanto isso, nota-se que Cingapura e Coreia do Sul não têm muitos recursos naturais, ma que seus valores de IDH são expressivamente altos, classificando-os muito bem na listagem.

Os dados permitem imaginar o cenário do crescimento da renda dos países da Ásia Central, fato que os torna muito atrativos para os investimentos e as vendas brasileiras. Os dois grandes produtores de petróleo e gás da atualidade, Cazaquistão e Turcomenistão, não dispõem de valores de PIB *per capita* elevados, mas aumentam e se distanciam dos outros três Estados centro-asiáticos. O caso do Uzbequistão é curioso. O país tem grande riqueza em recursos energéticos, mas ainda tem IDH baixo, e posição na lista dos países igualmente aquém de suas reais possibilidades. A distorção da renda uzbeque talvez se possa explicar pelo tamanho de sua população, relativamente grande em face dos demais da região (cerca de 27 milhões de habitantes).

A saída proposta para este tipo de situação é a criação de um fundo do petróleo, que evita o problema das flutuações do câmbio: quando o país exporta com lucros, a conta não gasta fica rendendo e acumula recursos para aqueles momentos em que as variações dos preços das *commodities* acontecem. Isso, porém, só funciona em países com instituições fortes e saudáveis. O fundo da Noruega, por exemplo, seria o exemplo mais positivo. Já os recursos do fundo semelhante da Venezuela teriam sido desvirtuados para contas bancárias diversas. Estes fundos poderiam ser de grande importância para os produtores de bens energéticos da Ásia Central e garantiriam investimentos em áreas mais necessitadas e deprimidas. O Cazaquistão está começando a experiência, embora ainda seja difícil avaliar seus resultados. A Holding Cazaque de Administração de Recursos Estatais (Samruk) foi criada pelo decreto do Presidente

[121] Idem. Op. cit.

Nursultan Nazarbayev em janeiro de 2006. O seu principal objetivo é desenvolver uma estratégia para o setor real da economia de acordo com os interesses estatais de curto e de longo prazo. A Samruk é a primeira organização para administração de recursos estatais de um país da CEI e tem uma carteira de projetos voltados para as áreas de administração de recursos para gás e petróleo, transportes, energia elétrica e recursos industriais, com 19 empresas subsidiárias.

A análise de outros indicadores sociais, como os apontados no Relatório Situação Mundial da Infância e os que se referem aos índices da mortalidade infantil (anexos 9 e 10) demonstra como a disponibilidade de riquezas naturais da Ásia Central ainda não propiciou a superação das dificuldades que suas sociedades enfrentam. No caso dos índices de mortalidade infantil, se forem considerados os números do The World Fact Book: Infant Mortality Rate 2006 CIA Statistics, os cinco países da região, quando comparados com os apresentados neste estudo relativos aos estados da Federação brasileira, indicam que as taxas de mortalidade infantil do Tadjiquistão, do Turcomenistão e do Uzbequistão são superiores às de qualquer estado brasileiro, e as da República Quirguiz têm valores superiores às de quase todos os estados brasileiros, inferior apenas aos dos quatro piores do *ranking* nacional, pela ordem, Alagoas, 47,1 por mil; Paraíba, 37,6 por mil; Pernambuco, 37,6 por mil; e Maranhão, 35,2 por mil. Os números do Cazaquistão, malgrado ser o país mais avançado da região, também mantêm um valor ruim, pouco superior aos índices do Ceará, 18º colocado na classificação dos estados do Brasil.

Se forem considerados apenas os índices de mortalidade infantil das Nações Unidas, a situação da Ásia Central logra ser pior do que a de qualquer Estado brasileiro (dados disponíveis de 2003 para o Relatório da Situação Mundial da Infância). Os países da região centro-asiática vivenciam dificuldades sociais muito específicas e até próximas, ou muitas vezes piores, das que o Brasil enfrenta ainda hoje. A cooperação internacional à luz de princípios modernos de política externa, notadamente os já referidos da Solidariedade Democrática e o da Não Indiferença (capítulo 9, página 150), poderia ser adotada como norma pelo Brasil e motivaria uma aproximação verdadeiramente estreita entre nossas sociedades.

O comércio bilateral entre o Brasil e os países da Ásia Central

Merece especial atenção a análise dos dados do comércio do Brasil com a região centro-asiática. Os números propiciam a confirmação

inequívoca de que as estatísticas do comércio com os *core States* da Ásia Central apontam valores reduzidos, ou que se situam abaixo de suas reais possibilidades, conforme demonstram os quadros do comércio bilateral:

Comércio bilateral entre Brasil e Tadjiquistão
(US$ FOB – milhões)

Principais produtos de pauta comercial com o Brasil
Exportações: carnes e alimentos, e café.
Importações: algodão, aparelhos e materiais elétricos, especialmente para computadores.

Ano	Exportações	Variação (%)	Importações	Variação (%)	Saldo	Corrente de Comércio
2001	---	---	---	---	---	---
2002	---	---	5,016	---	-5,016	5,016
2003	181,618	---	108	-98	181,510	181,726
2004	306,016	68	64,514	---	241,502	370,530
2005	1,177,639	285	20,791	-68	1,156,848	1,198,430
2006	2,570,551	118	255,361	---	2,315,190	2,825,912
2007	9,105,155	254	2,421	-99	9,102,734	9,107,576
2008	21,407,605	135,12	8,688	258.86	21,398,917	21,416,293

Dados: Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior do Brasil

Comércio bilateral entre Brasil e Cazaquistão
(US$ FOB - milhões)

Principais produtos de pauta comercial com o Brasil
Exportações: carnes, fumo, café e *buldozzers*.
Importações: enxofre a granel, ferro, chumbo, cromo e ligas de ferro.

Ano	Exportações	Variação (%)	Importações	Variação (%)	Saldo	Corrente de Comércio
2001	1,835,669	-64,51	2,778,464	837,97	-942,795	4,614,133
2002	5,481,824	198,63	39,281,185	-	-33,799,361	44,763,009
2003	7,451,901	35,94	3,127,512	-92,04	4,324,389	10,579,413
2004	13,303,304	78,52	5,083,122	62,53	8,220,182	18,386,426
2005	31,856,661	139,46	8,583,508	68,86	23,273,153	40,440,169
2006	40,046,314	25,71	35,124,628	309,21	4,921,686	75,170,942
2007	41,245,515	2,99	11,401,669	-67,54	29,843,846	52,647,184
2008	45,600,808	10,56	12,213,604	7,12	33,387,204	57,814,412

Dados: Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior

Comércio bilateral entre Brasil e República Quirguiz ,
(US$ FOB - milhões)
Principais produtos de pauta comercial com o Brasil
Exportações: carnes e fumo.
Importações: mercúrio e material para laboratório.

Ano	Exportações	Variação (%)	Importações	Variação (%)	Saldo	Corrente de Comércio
2001	207,286	---	24,102	63.5	183,184	231,388
2002	29,190	-86	3,189	-87	26,001	32,379
2003	153,450	426	10,634	233	142,816	164,084
2004	651,342	324	---	---	651,342	651,342
2005	2,278,481	250	---	---	2,278,481	2,278,481
2006	1,377,267	-40	288,167	---	1,089,100	1,665,434
2007	2,146,980	56	318,379	10	1,828,601	2,465,359
2008	1,491,098	-30,55	240,346	-24.51	1,250,752	1,731,444

Dados: Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior

Comércio bilateral entre Brasil e Turcomenistão
(US$ FOB - milhões)
Principais produtos de pauta comercial com o Brasil
Exportações: *buldozzers* e lagartas, instrumentos automáticos de regulação e carne.
Importações: algodão e circuitos integrados digitais.

Ano	Exportações	Variação (%)	Importações	Variação (%)	Saldo	Corrente de Comércio
2001	34,533	---	785,987	-57	-751,454	820,520
2002	307,434	790	630,304	-20	-322,870	937,738
2003	7,393,395	---	7,699,583	---	-306,188	15,092,978
2004	8,021,900	9	1,943,502	-75	6,078,398	9,965,402
2005	3,526,674	-56	3,370,907	73	155,767	6,897,581
2006	7,515,032	113	58,113	-98	7,456,919	7,573,145
2007	12,562,557	67	664,619	---	11,897,938	13,227,176
2008	12,276,256	-2,28	1,462,488	120,05	10,813,768	13,738,744

Dados: Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior

Comércio bilateral entre Brasil e Uzbequistão
(US$ FOB - milhões)
Principais produtos de pauta comercial com o Brasil
Exportação: fumo, carnes, café e aparelhos de trabalho (por exemplo, cadeiras de dentista).
Importação: algodão, ferro e aço.

Ano	Exportações	Variação (%)	Importações	Variação (%)	Saldo	Corrente de Comércio
2001	17,918	-69,1	3,500,869	-85,96	-3,482,951	3,518,787
2002	3,007	-83,22	2,160	-99,94	847	5,167
2003	2,711,742	---	450	-79,17	2,711,292	2,712,192
2004	10,163,077	274,78	2,128	372,89	10,160,949	10,165,205
2005	7,817,282	-23,08	1,360,513	---	6,456,769	9,177,795
2006	5,245,082	-32,9	606,013	-55,46	4,639,069	5,851,095
2007	6,753,069	28,75	1,258,854	107,73	5,494,215	8,011,923
2008	7,662,479	13,47	6,701,815	432,37	960,664	14,364,294

Dados: Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior

Como se pode observar, o comércio do Brasil com a região centro-asiática totalizou US$ 53,771,755.00 em 2005; US$ 72,377,616.00 em 2006, US$ 85,459,218.00 em 2007 e US$ 109,065,187.00 em 2008. Visto em valores absolutos, este crescimento do comércio é bastante alvissareiro. Os totais registrados pareceriam indicar que o comércio do Brasil com a Ásia Central tem bom potencial de crescimento, ainda que a região permaneça pouco conhecida pelos exportadores brasileiros. Os anexo 4 fornecem uma visão das exportações e das importações brasileiras dos cinco países da região, enquanto os gráficos 3 e 4 apresentam suas exportações e as importações globais.

O grande sinal de empenho em favor do crescimento das relações do Brasil com a região, dado pelo governo brasileiro aos empresários nacionais, foi a criação da Embaixada em Astana. Os fluxos aumentarão com toda Ásia Central e funcionarão como um catalisador para a promoção comercial brasileira. Em termos proporcionais e em relação ao comércio total do Brasil com o mundo, no entanto, fica também claro que não só

existem graves distorções em nosso comércio, mas também existe uma larga faixa de oportunidades, em cada um dos cinco países, ainda a serem mais bem trabalhadas pelas autoridades e pelo empresariado brasileiro.

Observa-se que os números apresentados para o comércio, tanto do realizado país a país quanto o do comércio bilateral em valores globais, devem ser matizados pelas maneiras diferentes do registro das trocas, adotados pelos governos da Ásia Central e pelo do Brasil. Há distorções nos números das contrapartes brasileiras, que se evidenciaram, por exemplo, nas negociações em Genebra e em Astaná para o acesso do Cazaquistão à OMC. Nas listas apresentadas pelas autoridades econômicas cazaques, encontravam-se valores que não correspondiam aos dados contabilizados pela parte brasileira.

Existem também triangulações no comércio, que dão margem a dúvidas quanto à origem dos produtos e que podem distorcer a realidade dos valores do comércio. Outra hipótese, que não seria descabida, é a de que certas compras particularmente de carne brasileira, item de grande relevo nas nossas trocas, poderiam estar sendo desviadas ao serem remetidas à Ásia Central, por problemas de liberação de certificados sanitários, sobretudo em épocas de registro de doenças no gado de exportação. Entretanto, não resta dúvida de que o comércio do Brasil com a região evolui favoravelmente ano após ano. Algumas observações específicas podem ser feitas com relação ao nível de comércio bilateral, nos números reconhecidos pelo Brasil, tomando por base a série histórica da pauta, no período de 2003 a 2006, descrita a seguir.

Com a República Quirguiz o comércio bilateral apresenta os piores resultados. As exportações subiram de 2003 a 2005 e caíram à metade em 2006 (US$ 1,377,267.00). Em 2007, os valores mantiveram-se relativamente estáveis em comparação à 2006, com exportações em alta atingindo a cifra de US$ 2,146,980.00. Nas importações, os números são muito pequenos: em 2003, as importações atingiram US$ 10,634.00, mas, em 2004 e 2005, os valores foram simplesmente nulos: não há registro de importações. Em 2006, o Brasil retomou as importações da República Quirguiz, ainda em quantias pequenas de US$ 288,167.00. Em 2007, importações foram da ordem de US$ 318,379.00. O comércio bilateral em 2008 permaneceu extremamente reduzido, com exportações brasileiras atingindo quase 1,5 milhão de dólares, montante inferior aos 2,14 milhões de dólares de 2007. As importações ficaram em torno de

240 mil dólares (dados MDIC), o que resultou em significativo saldo para o lado brasileiro. Entre os principais produtos de exportação do Brasil com esse parceiro comercial estão: carnes e miudezas de galos/galinhas congeladas e fumo. Entre as importações advindas de território quirguiz, menciona-se o mercúrio.

O comércio com o Turcomenistão caracteriza-se pela irregularidade dos valores. As exportações mantêm totais até altos, em termos do comércio do Brasil com a região, com aumentos da casa dos sete milhões de dólares em 2003, para oito milhões de dólares em 2004, seguidos de uma queda de mais da metade em 2005, para três milhões de dólares, de uma grande recuperação em 2006, pulando para US$ 7,496,632.00, e de um salto para US$ 12,562,557.00 em 2007. Do lado das importações, o padrão de irregularidade se repete, com totais que diminuíram expressivamente de 7,6 milhões de dólares em 2003, para 1,9 milhão de dólares em 2004, para logo subir, em 2005, para 3,3 milhões de dólares, regredindo para meros US$ 58,113.00 em 2006, e chegando a US$ 664,619.00 em 2007. O comércio bilateral permaneceu tímido em 2008, com as exportações brasileiras atingindo 12,27 milhões de dólares, estável em relação ao ano anterior. As importações não passaram de 1,4 milhão de dólares (dados MDIC). Entre os principais produtos de exportação do Brasil com esse parceiro comercial estão niveladores, carnes e miudezas de galos/galinhas congeladas e máquinas do tipo *bulldozers* e *angledozers*. Entre as importações advindas de território turcomeno mencionam-se algodão e óleos lubrificantes.

No caso do Uzbequistão pode-se dizer que o comércio bilateral constitui a maior decepção nas relações de trocas com Ásia Central, pois, para um país que tem uma das economias mais diversificadas da região, as exportações brasileiras caíram de 2004 a 2006. Em todo caso, iniciaram uma retomada no último trimestre de 2007, embora muito concentradas em carnes e café, mas que permitiram atingir o valor de US$ 6,753,069.00 no fechamento do ano. As compras brasileiras ao Uzbequistão também caíram em 2005 e 2006, para subir de US$ 606,013.00 em 2006, para US$ 1,258,854.00 em 2007. O comércio bilateral em 2008 permaneceu reduzido, mas com algum crescimento em comparação a 2007, com as exportações atingindo 7,6 milhões de dólares. As importações, por sua vez, aumentaram expressivamente para 6,7 milhões de dólares (dados MDIC), o que ainda assim resultou em um saldo de 960 mil dólares

para o lado brasileiro. Entre os principais produtos de exportação do Brasil com esse parceiro comercial estão: fumo, carnes de galos/galinhas congeladas, máquinas do tipo *bulldozers* e *angledozers*, café e manteiga. Entre as importações advindas de território uzbeque mencionam-se óleos lubrificantes, minérios de molibdênio e fios de algodão.

No que se refere ao Tadjiquistão, as relações comerciais dos dois países constituem a melhor surpresa da região, em contraste com o Uzbequistão, pois o país é a economia mais empobrecida dos Estados pós-soviéticos, com PNB de 2,3 bilhões de dólares em 2003, e durante anos viveu uma guerra civil de altíssimos custos para sua economia. Ainda que o país conte com o apoio de assessores econômicos internacionais, 80% da população permanecem abaixo da linha da pobreza. Cabe ressaltar que as exportações do Brasil para aquele mercado, nulas de 1999 até 2002, aumentaram de forma constante de 2003 até 2007, passando de 181 mil dólares no ano de 2003, para 306 mil dólares em 2004; 1,1 milhão de dólares em 2005; 2,5 milhões de dólares em 2006; e US$ 9,105,155.00 em 2007. Do lado das importações, houve considerável aumento dos ínfimos 108 dólares registrados no ano de 2003, para 64,5 mil dólares em 2004, seguido de uma redução para 20,7 mil dólares em 2005, e de um novo e significativo aumento para US$ 255,361.00 em 2006; em 2007, houve queda violenta nas nossas compras para US$ 2,421.00. Em 2008, as exportações brasileiras atingiram 21,4 milhões de dólares. As importações não passaram de 8,6 mil dólares (dados MDIC), o que resultou em significativo saldo para o lado brasileiro. Entre os principais produtos de exportação do Brasil com esse parceiro comercial estão carnes de galos/galinhas, carregadoras-transportadoras (utilizadas em minas subterrâneas), café solúvel e recipientes de ferro ou aço para gases comprimidos ou liquefeitos. Entre as importações advindas de território tadjique, mencionam-se contas de vidro e circuitos montados e placas–mãe para computadores.

Por fim, o relacionamento comercial mais intenso do Brasil na região centro-asiática realiza-se com o Cazaquistão. Os cazaques são nossos maiores e mais regulares parceiros, com os valores de nossas exportações subindo de forma sustentada, no período em análise, da seguinte maneira: 7,4 milhões de dólares em 2003; 13,2 milhões de dólares em 2004; 31,8 milhões de dólares em 2005; 40 milhões de dólares em 2006. Em 2007, as exportações brasileiras somaram 41,245,515.00 milhões de dólares.

Assim como sobem as exportações, também aumentam as importações: 3,1 milhões de dólares em 2003; cinco milhões de dólares em 2004; 8,5 milhões de dólares em 2005; e 35,1 milhões de dólares em 2006. As importações, em 2007, somaram 11,401,669.00 dólares. A queda nas compras em relação a 2006 é significativa, mas são maiores do que as dos anos de 2003, 2004 e 2005. As exportações brasileiras para o Cazaquistão, que vêm crescendo de forma consistente nos últimos anos, atingiram, em 2008, o nível recorde de 45,6 milhões de dólares, enquanto as importações, de 12,2 milhões de dólares, cresceram em relação ao ano de 2007, mas ficaram muito aquém do montante registrado em 2006 (35,12 milhões de dólares). Em 2008, o Brasil obteve o maior saldo já computado no comércio bilateral com o Cazaquistão, totalizando 33,4 milhões de dólares. Entre os principais produtos de exportação do Brasil com esse parceiro comercial estão carnes desossadas de bovinos, carnes de suíno, fumo, carnes de galos/galinhas e máquinas (*bulldozers* e *angledozers*). Entre as importações advindas de território cazaque, mencionam-se trifosfatos de sódio, enxofre, sulfato de amônio e ferrosilício cromo (dados MDIC).

Assim, é possível extrair algumas conclusões a respeito do comércio bilateral do Brasil com os países da Ásia Central.

No caso do Turcomenistão, o comércio se recuperou nas exportações brasileiras de 2005 para 2006 e de 2006 para 2007. Paralelamente, de 2005 para 2006, há grande queda das importações brasileiras. A recuperação da pauta de exportações brasileiras indicaria oportunidades para os exportadores brasileiros, além de um grande desconhecimento do que o mercado turcomeno teria a oferecer para o Brasil. Em 2006 e 2007 fizeram parte da pauta de exportação nacional colheitadeiras e lagartas para o mercado turcomeno, o que gera uma desproporção no perfil das nossas exportações, que aparentam ser grandes em manufaturados para a Ásia Central, mas que se concentram no Turcomenistão e naqueles itens, além de escavadoras para terraplenagem e *buldozzers* (cerca de 12 milhões de dólares em 2007).

No que se refere à República Quirguiz, a proposta de reengenharia de nossas cumulatividades na região centro-asiática talvez seja a melhor forma de recuperar a relação das trocas bilaterais. A maior presença institucional do Brasil facilitará contatos entre empresários e governos

dos dois países, especialmente no que diz respeito à pauta de importações quirguizes pelo Brasil.

A análise da composição dos produtos de exportação da pauta do comércio entre Brasil e Ásia Central demonstra que as exportações brasileiras de carne são feitas para todos os países da região. Esta grande concentração acentuou-se em 2007. A forte dinâmica do setor deveria ser aproveitada por outros setores exportadores, que poderiam se associar ao de carnes para buscar operações conjuntas. As *tradings* seriam, neste caso, de extrema utilidade e importância para melhor diversificação de produtos ofertados para a região.

As exportações brasileiras de café tinham batido recorde de receita e de volume em 2008, tendo a receita alcançado 4,7 bilhões de dólares e garantido participação no mercado de 31,5%, segundo dados do Conselho dos Exportadores de Café. Seria promissor buscar aumentar as exportações do produto para os mercados da região por meio de uma política de participação de produtos brasileiros nas feiras da região, com o apoio primordial de exportadores de café. Uma feira do Brasil na região seria de grande utilidade para dar musculatura às relações comerciais, não só para os cinco países da Ásia Central, mas também para atrair, mediante convites e financiamentos, compradores do Afeganistão, dos Estados do Cáucaso e da Província Autônoma Chinesa do Xinjiang Uygur. A Embaixada residente na área poderia coordenar uma exposição brasileira e continuar a incentivar as vendas de café para a Ásia Central.

O Brasil comprava algodão produzido no Tadjiquistão, no Turcomenistão e no Uzbequistão. A retomada, em 2006, das vendas da produção brasileira para o exterior (75% das 600 mil toneladas de plumas da safra 2007) indicou que este produto deveria deixar de ser adquirido em grandes quantidades pelo Brasil no mercado externo, o que .resultaria na diminuição das importações brasileiras da área. Para contornar a eventualidade do problema, os exportadores brasileiros e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) poderiam tentar alguma espécie de projeto de colaboração em cotonicultura. Segundo João Carlos Jacobsen Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira dos

Produtores de Algodão (Abrapa), "o que está motivando este crescimento nas exportações é a qualidade da produção brasileira".[122]

Em razão de turbulências da geopolítica internacional e de fatores climáticos adversos, os preços do petróleo aumentaram em julho e em agosto de 2006, atingindo patamares 76% superiores aos preços de 2004 e 24% maiores do que os praticados em 2005. Os preços do petróleo também afetam os preços dos fertilizantes nitrogenados, usados no Brasil nas lavouras de milho, de cana-de-açúcar e de café, e majorados em cerca de 30% nos últimos três anos.[123] As autoridades econômicas poderiam procurar incentivar importações do produto na Ásia Central, mediante a contrapartida de exportações brasileiras de milho, de cana-de-açúcar e de café, o que viria a ser um negócio bom para ambas as partes.

O desconhecimento mútuo parece ser um entrave maior do que o da distância geográfica entre nossos países para um impulsionar a pauta do comércio. A distância existe e é muito grande, mas o Brasil precisa descobrir a Ásia Central, "como descobriu o Japão na década de 1950 e a China na de 1970".[124] A distância geográfica existe, mas os meios de comunicação modernos contribuem para amenizar o problema. A instituição da frequência aérea até Dubai, nó importante de linhas aéreas, também reduziu a distância entre nossos mercados.

A presença brasileira poderá ser intensificada pela realização de novas missões comerciais à região, semelhantes à organizada com muito êxito, em outubro de 2005, ao Cazaquistão. Naquele momento, o Brasil sequer dispunha de uma Embaixada residente na região, mas conseguiu promover uma missão de alto nível ao Cazaquistão.

Estudo realizado pela Fiesp revelou, com clareza, que apenas sete setores exportadores da economia brasileira, que representavam 28% das vendas externas em 2005, ou 32,5 bilhões de dólares, contavam com mercado externo favorável. Outros 10 setores exportadores (43,4% das exportações brasileiras em 2005, ou 39,9 bilhões de dólares) "enfrentam mercado externo desfavorável, mas ainda obtêm margem suficiente para

[122] BALDI, Neila. Cotonicultor antecipa exportações. Entrevista. *Gazeta Mercantil*, 20 set. 2006.

[123] RODRIGUES, Luciana; ORDOÑEZ, Ramona. Efeito Colateral do Petróleo. *O Globo*, 11 ago. 2006.

[124] O comentário é uma paráfrase do texto do diplomata Eduardo de Carvalho sobre o problema da distância geográfica entre a Austrália e o Brasil, em sua tese para o 50º CAE.

sustentar as exportações". Entretanto, 14 dos 31 setores exportadores, (responsáveis por 37,6% das vendas externas, um montante de 43,6 bilhões de dólares em 2005) "estão exportando sem margem".

Os sete setores que operam com margem de lucro são o da indústria do açúcar, em primeiro lugar, seguido sucessivamente pela metalurgia dos não ferrosos, pela indústria do café, pelo extrativo mineral, pela extração de petróleo e gás, pelo refino do petróleo e pelos elementos químicos. Permanece o predomínio de alguns bens primários na pauta brasileira de exportações, como o setor exportador do açúcar e o do café. No que diz respeito ao café, os parágrafos anteriores fundamentam e indicam o quanto valeria a pena investir neste produto nos mercados da Ásia Central. O setor exportador açucareiro talvez pudesse ser acionado para competir nos mercados centro-asiáticos. Neste caso, uma missão comercial à Ásia Central, que percorresse todos os países da região, e a participação em feiras comerciais com a presença do setor açucareiro poderiam se constituir de políticas a serem perseguidas.

Uma última observação na área comercial do relacionamento do Brasil com a região diz respeito à Embraer. Com pedidos firmes em 2006, de 10 bilhões de dólares, e outros 27 bilhões de dólares em opções de compras, a empresa, que em 2008 era a terceira do mundo no setor de aviação regional e executiva, está operando unidades fora do Brasil, inclusive na China. Como se sabe, o Cazaquistão negociava a aquisição de aeronaves da empresa brasileira. Deste modo, poderia abrir-se um mercado para as aeronaves brasileiras na Ásia Central, o que de fato veio a ocorrer graças a uma política de novas aquisições de aeronaves pela Air Astana.

(Nota: A Air Astana adquiriu a primeira aeronave da Embraer em maio de 2011 e deverá adquirir mais cinco aeronaves da empresa brasileira nos próximos meses. A EuroAsiaAir, companhia aérea prestadora de serviços à indústria petroleira cazaque, também manifestou interesse em adquirir aeronaves da Embraer.)

Política multilateral: uma cooperação possível entre o Brasil e os cinco países da região.

A região da Ásia Central tem uma grande dinâmica multilateral, com forte influência russa, até na formação de seus diplomatas mais experientes,

geralmente oriundos da velha academia diplomática soviética. Ao mesmo tempo, as autoridades buscam escapar do velho sovietismo para formar uma vida internacional própria para seus interesses no mundo, o que se percebe no discurso das lideranças da região, particularmente no do Cazaquistão. Em razão da herança soviética, agradaria aos governos dos *core States* escutar, no discurso anual que o Brasil profere na AGNU, que este país apoia os esforços positivos das medidas de construção da confiança dos países da Ásia Central entre si e em seu entorno, da procura por uma Ásia Central desnuclearizada, da convivência pacífica entre tantas centenas de etnias e de credos religiosos em uma mesmo espaço geográfico e que reconhece a riqueza histórica de seus povos e sua contribuição para a cultura da humanidade.

No que tange à política externa multilateral dos países centro-asiáticos, vale a pena fazer um breve resumo por país.

Cazaquistão: durante o debate geral da 63ª Sessão da Assembleia-Geral, considerou-se que a crise da não proliferação favorece o terrorismo, e sublinhou-se a necessidade de adaptar o Tratado de Não Proliferação Nuclear às novas realidades, bem como colocar em vigência o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. Afirmou-se que o Cazaquistão está pronto a contribuir para a solução da segurança alimentar. Nesse contexto, referiu-se à decisão do país de permitir a exportação de grãos. Referiu-se, por fim, ao objetivo do país de manter uma sociedade pluralista e tolerante. O Cazaquistão estava em processo de preparação para assumir a Presidência da Osce. Astaná foi também palco da VII Reunião Ordinária de Primeiros-Ministros dos Estados-membros da OCX, em outubro de 2008. Na abertura do encontro, o Primeiro-Ministro Karim Massimov propôs aumentar a frequência de encontros dedicados a temas econômicos, manifestou apoio do Cazaquistão à Convenção Internacional contra o Terrorismo e afirmou que a rede de gasodutos e oleodutos da região deveria servir de plataforma para o futuro espaço comum de energia da OCX. No comunicado conjunto, ressaltava a necessidade de ampliar investimentos, em particular nas áreas da energia, transporte e alta tecnologia, expandir o comércio recíproco, definir uma estratégia comum para a utilização de recursos energéticos, desenvolver medidas conjuntas para assegurar a segurança alimentar, promover maior integração do sistema alfandegário e racionalizar o uso dos recursos

hídricos. Por fim, o documento anunciava a criação de um "centro de emergências para prevenção e consequências de desastres naturais".

Em setembro de 2006, o Cazaquistão assinou, com a República Quirguiz, o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão, acordo que cria a Zona Livre de Armas Nucleares na Ásia Central. Além das preocupações de ordem ambiental e social (o texto refere-se aos danos causados ao meio ambiente e à saúde humana pelos antigos testes nucleares soviéticos na região e pede apoio internacional para reabilitação das áreas afetadas), está evidente, no Acordo, o compromisso com a não proliferação, expresso pela disposição dos signatários de seguir as medidas de salvaguardas contidas no Protocolo Adicional ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, e pelo intenso envolvimento da Agência Internacional de Energia Atômica ao longo de todo o processo negociador.

Ainda sobre política multilateral cazaque, por iniciativa do Presidente Nazarbayev, realizou-se uma Conferência de Cúpula informal da CEI, organizada para discutir o fortalecimento do sistema de segurança coletiva no âmbito da OTSC, a integração regional, e problemas relacionados à crise financeira mundial, em dezembro de 2008. Como resultado do encontro, os Presidentes do Cazaquistão, da Rússia, da República Quirguiz, da Armênia e do Tadjiquistão anunciaram a decisão de estabelecer um fundo conjunto de 10 bilhões de dólares para servir como apoio aos esforços a fim de amenizar os efeitos da crise financeira internacional daquele ano. Os participantes concordaram, também, quanto à criação de um centro de alta tecnologia para o desenvolvimento conjunto e a implementação de projetos inovadores.

Uzbequistão: durante o Debate Geral da 62ª Assembleia-Geral da ONU, o Chanceler Vladimir Norov centrou sua intervenção na situação do Afeganistão. Ressaltou a necessidade de se prestar maior apoio ao país, sobretudo para a superação da pobreza. Defendeu a retomada do Grupo de Contato 6+2 (que prevê a participação dos seis Estados fronteiriços – Uzbequistão, Tajiquistão, China, Paquistão, Irã e Turcomenistão –, além de Estados Unidos e Rússia), que operou com êxito em meados da década de 1990, sob os auspícios da ONU, com a possível inclusão da Otan, no que seria um formato 6+3. Referindo-se ao desaparecimento gradual do Mar de Aral, defendeu o uso racional dos recursos hídricos na região centro-asiática, de acordo com as previsões do Direito Internacional, com respeito aos direitos dos países da mesma bacia hidrográfica, e tendo em

conta os efeitos sobre o meio ambiente. Nesse sentido, solicitou apoio dos Estados-membros da ONU para a concessão de condição de observador do Fundo Internacional para Salvar o Aral.

República Quirguiz: nas Nações Unidas, o Presidente quirguiz manifestou-se no Debate Geral da 63ª sessão da Assembleia-Geral da ONU para defender a reforma das Nações Unidas, inclusive do CSONU, a fim de dotá-lo de maior representatividade. Ressaltou a necessidade de ação coletiva com vistas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e referiu-se à iniciativa do país de estabelecimento do Dia Internacional da Justiça Social. Apoiou, ainda, o estabelecimento de Zona Livre de Armas Nucleares na Ásia Central. Por fim, foi manifestada preocupação com a mudança do clima, especialmente seus efeitos sobre as reservas de água. Ainda no âmbito da ONU, vale registrar que a República Quirguiz candidatou-se a assento não permanente do CSONU, para o período 2012-2013.

Turcomenistão: no âmbito multilateral, o país mantém sua política de neutralidade, o que o leva a permanecer fora de muitos organismos multilaterais, como a OCX, embora seja candidato natural ao ingresso na Organização. Segundo o Embaixador Askhat Orazbai, Coordenador Nacional para Assuntos da Organização, haveria apoio unânime à candidatura turcomena. Vale lembrar que o Turcomenistão é o único Estado centro-asiático que não é membro pleno da CEI (é apenas associado, desde 26 de agosto de 2005). Por ocasião da cimeira informal da CEI em Baravoy, próximo a Astaná, o Turcomenistão não se fez presente, apesar de ter sido convidado. A reunião foi iniciativa do Presidente Nazarbayev e objetivava discutir o fortalecimento do sistema de segurança coletiva no âmbito da OTSC, a integração regional, e problemas relacionados à crise financeira mundial.

No que tange ao relacionamento político multilateral do Brasil com a Ásia Central, pode-se afirmar que as relações evoluem muito bem. Desde o reconhecimento das independências e o estabelecimento de relações diplomáticas com os cinco *core States*, o terreno mais fértil de contatos entre nossos países vinha sendo o da diplomacia parlamentar. O Brasil não deixava de recorrer ao apoio dos governos da região, na busca, por exemplo, de troca de votos nos foros internacionais, e, geralmente, obtinha sucesso. "Não recordo ocasião em que a República Quirguiz não tenha apoiado pleitos brasileiros a vagas em órgãos multilaterais", declarou recentemente o Senhor Murat Baikhodjoev, Diretor do Departamento de Organismos Internacionais

e Segurança da República Quirguiz. Esta observação sinaliza a necessidade de reciprocidade nas conversas com os Estados da região.

Embora a mera troca de votos e de apoios recíprocos nos diversos organismos e agências internacionais seja instrumento útil, é pequena para o potencial de cooperação nas relações entre o Brasil e os países da Ásia Central, que ainda poderiam ser aprofundadas mediante a intensificação de conversas e visitas mútuas e, também, por meio de gestos unilaterais, como o que se pode realizar no exercício da diplomacia presidencial. Não são poucas as oportunidades de contatos do mais alto nível às margens da realização da AGNU. Há sempre pedidos de encontros dos chefes de Estado centro-asiáticos com os nossos, que, dependendo do espaço na agenda, podem ser da maior relevância para o acercamento bilateral.

Os fatos mais importantes do relacionamento do Brasil com a Ásia Central são os dois apoios que o País obteve na região para o pleito de ingressar como membro permanente de um CSONU ampliado. O Cazaquistão fez o gesto, confirmado durante visita oficial do Presidente Nazarbayev ao Brasil. O Presidente do Uzbequistão também prometeu apoio, relatado pelo Vice-Ministro Nematov ao Senhor Subsecretário-Geral de Política II, em sua visita de 2008 a Tashkent. Da parte brasileira, nosso País deu apoio à acessão do Cazaquistão à OMC.

A troca de apoios, como se disse, vem desde o período das independências. Em 2001, o Brasil aceitou uma troca de votos com o Cazaquistão para o Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e este país formalizou suporte à candidatura do Brasil ao Conselho da Oaci em Montreal. Em 2004, a Brasunesco pediu apoio para a candidatura do país ao Ecosoc, na 59ª AGNU, para o período 2005-2007. Em 2005, Brasunesco recebeu notas pedindo apoio à candidatura do país ao Conselho de Coordenação do Programa do Homem e a Biosfera, ao Comitê Intergovernamental do Programa Hidrológico Internacional e ao Comitê Intergovernamental de Bioética, nas eleições da 33ª Conferência-Geral da Unesco. Brasunesco pediu apoio para uma vaga no Comitê do Patrimônio Mundial, naquelas mesmas eleições. Em 2007, o Cazaquistão declarou apoio às candidaturas brasileiras ao Ecosoc (62ª AGNU), mandato 2008-2010, e manifestou apoio ao CSONU (64ª AGNU), mandato 2010-2011. Em 2008, houve apoio recíproco para as candidaturas brasileira e cazaque ao Comitê pela Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

Turcomenistão: em 2004, o Embaixador em Moscou fez gestão pessoal com o Embaixador turcomeno naquela capital em favor da candidatura do Brasil ao Ecosoc, na 59ª AGNU. Em 2005, a Delegação do Brasil na ONU (Delbrasonu) informou que o Turcomenistão apoiava a candidatura brasileira ao Comitê dos Direitos das Crianças. Em 2006, o Turcomenistão apoiou a candidatura brasileira às eleições para o Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial da ONU. Em 2007, o país apoiou a candidatura do Brasil à reeleição para vaga no Ecosoc (62ª AGNU). O Turcomenistão solicitou ao Assessor Especial para a Ásia apoio do Brasil para o projeto do Centro de Resolução de Conflitos da ONU, que estava previsto para ser sediado no Turcomenistão, com o patrocínio de outros países da Ásia Central, da China e da Rússia. No entanto, ainda falta o apoio dos demais membros do CSONU. Na ocasião, o Assessor Especial para a Ásia respondeu que levaria o assunto ao MRE.

Uzbequistão: em 2000, Delbrasonu foi instruída a aceitar proposta de troca de votos entre o Uzbequistão, para o Ecosoc – no triênio 2002-2004 –, e o Brasil, para o mesmo órgão, no triênio 2001-2003. Em 2001, o Brasil votou no Uzbequistão para o Programa Internacional de Desenvolvimento para a Comunicação da Unesco. Em 2005, Delbrasonu informou que o Uzbequistão apoiou a candidatura brasileira ao Comitê dos Direitos das Crianças. Em 2006, o Uzbequistão apoiou a candidatura brasileira à Comissão de Direito Internacional. Em 2007, o Brasil se absteve, na IV Sessão do CDH, na votação para retirar da agenda de trabalho a questão dos direitos humanos no Uzbequistão. Posteriormente, o governo uzbeque registrou, com satisfação, o fato de o Brasil fazer parte dos países que se abstiveram na votação da questão em causa.

Tadjiquistão: em 2004 o Tadjiquistão apoiou a candidatura do Brasil ao Ecosoc (2005-2007). Em 2005, houve troca de votos na Delbrasonu, para a candidatura tadjique à Comissão de Entorpecentes, e para a brasileiro ao Conselho Executivo da Unesco. Em 2007, o Tadjiquistão apoiou a reeleição do Brasil ao Ecosoc.

República Quirguiz: em 2007, a República Quirguiz solicitou apoio e copatrocínio do Brasil para o projeto de resolução que estabelece o Dia Mundial da Justiça Social. O Brasil deverá apoiar o projeto, sem copatrociná-lo. A República Quirguiz solicitou apoio do Brasil ao CDH (2009-2012) e, em 2008, apoiou a candidatura brasileira ao CEDAW.

PARTE 4
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

A Ásia Central, região definida neste trabalho como a que compreende os cinco países da fronteira meridional da ex-URSS, os quais fizeram suas independências políticas em 1991, tem características culturais próprias, grande diversidade de idiomas – de raiz turca e persa em sua maioria –, de etnias e de povos dentro de suas fronteiras, religião majoritariamente muçulmana, formação histórica longa e organização social com base em clãs e tribos. Essas identidades particulares, reprimidas durante o período soviético, agora afloram em sua nova condição de Estados independentes no seio da comunidade internacional. O Brasil precisa estar ciente da variedade desses elementos de identidade se quiser ter presença diplomática ativa na Ásia Central.

O que atrai o Brasil à região da Ásia Central não pode se resumir apenas à riqueza de recursos energéticos de petróleo e gás, mas deve contemplar também os recursos do subsolo, rico em minérios como o urânio, além de outros de suma importância, como o ouro e o cobre, fato que levou à compra, pela Vale, de uma mina no Cazaquistão. O apelo deve estar no "potencial de projeção geopolítica nos próximos 10 anos, durante os quais promete tornar-se um dos mais importantes fulcros do crescimento asiático", na avaliação do Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto. Não é descabido afirmar – com base nos dados estatísticos recolhidos (anexo 4) – que a acumulação

de recursos financeiros pelos produtores de petróleo e gás impulsionará as trocas internacionais da região. Nesse contexto, o Brasil não pode estar ausente da Ásia Central, região-tampão entre a Europa e a Ásia, entre a Rússia e a China, e entre estes dois últimos e a Índia. A Ásia Central é lugar de ponta para alavancar o interesse nacional, um mercado de 60 milhões de pessoas que consomem tudo, de avião a café, de trator a carne, além de ser excelente posto avançado para o resto do continente.

Este trabalho procurou atribuir um caráter científico à tomada de decisões sobre a importância de o Brasil acercar-se da Ásia Central, por meio da análise de dados coletados em séries representativas, algumas versadas em modelos gráficos, para indicar tendências. Dessa forma, lançam-se bases para saber se os países centro-asiáticos, ainda que as relações sejam, hoje, de baixa densidade, poderiam no porvir converter-se em um estado dinâmico para as relações bilaterais. Esse tipo de análise não havia sido feito até agora, e o resultado da observação aponta positivamente para o crescimento e a intensificação do relacionamento entre o Brasil e os países da Ásia Central.

O Brasil pode oferecer a esses países um tipo de parceria "horizontal e multidisciplinar, orientada ao benefício mútuo". Esse tipo de relacionamento parece ser a visão pela qual se vai iniciando uma política de aproximação com a região. O Brasil não é impositivo, e seu papel no Grande Jogo é claro: mesmo não dispondo de amplo capital de iniciativas e de recursos, pode significar opção adicional válida para as parcerias externas daqueles governos. Os países mais ativos da Ásia Central, Cazaquistão e Uzbequistão, e mesmo a República Quirguiz e o Tadjiquistão, percebem a utilidade estratégica de criar parcerias para além de seu entorno geográfico imediato, que os limita a uma política externa quase paroquial. A atitude brasileira, nesse sentido, angaria o respeito estrangeiro em face de seus pontos de vista e de suas posições, de que são exemplos a cooperação multilateral, vertente pouco explorada, e o interesse daqueles países pela realização de consultas políticas bilaterais rotineiras, já inseridas em memorando de entendimento político com o Cazaquistão e em documento semelhante com o Uzbequistão, além de um estudo bilateral em andamento, de Acordos de Cooperação Técnica, nos padrões oferecidos pela ABC. Outro atrativo do Brasil para eles é o papel que o país pode desempenhar de entrada estratégica para a América Latina, ampliando dessa forma o leque da diplomacia centro-asiática,

predominantemente focada nos países centrais (Rússia, Estados Unidos, UE e Japão) e nos emergentes asiáticos (China e Índia).

A primeira parte deste trabalho, após colocar em perspectiva o contexto, as limitações espaciais e temporais, e a história da Ásia Central, verificou como se deram as independências dos cinco países da região, como surgiu seu nacionalismo, e estudou as influências de religiões, etnias, clãs e partidos políticos.

A segunda parte do trabalho delineou a importância da Ásia Central para o mundo hodierno, a perspectiva da geoestratégia dos países centrais e os interesses envolvidos no novo e aparentemente indefectível Grande Jogo. Dela depreende-se que os mais relevantes atores globais têm real interesse pelas potencialidades da Ásia Central em questões não só econômicas, mas também de não proliferação, segurança, terrorismo e meio ambiente. São indicadores basilares dos interesses das potências pela Ásia Central o sentido estratégico do conhecimento da questão energética para o mundo, a Guerra ao Terror decorrente do episódio do 11 de setembro e a presença de bases militares estrangeiras no solo que antes era soviético.

Foram analisados a situação da política interna dos cinco países e os aspectos relacionados à segurança – incluindo a problemática dos grupos radicais –, à persistência das religiões – sobretudo a muçulmana, malgrado a repressão política do regime soviético –, ao relacionamento mútuo entre os novos Estados – seus mecanismos de integração e cooperação regionais, de meios de transportes e de comunicações –, ao seu conturbado meio ambiente – com graves problemas de abastecimento de água –, à questão nuclear, aos direitos humanos, ao tráfico de entorpecentes e drogas ilícitas e ao avanço do vírus HIV e da aids.

A terceira parte da tese tratou, de forma mais direta, da importância da Ásia Central para o Brasil ao estudar os dados compilados nos capítulos precedentes e ao concluir pela relevância de aprofundar ainda mais essas relações. Foram indicados caminhos para a presença brasileira na Ásia Central, mediante uma série de políticas públicas, privadas e mistas, como a realização de missões políticas e comerciais conjuntas e de ações institucionais no âmbito do MRE.

Em virtude da escassez de bibliografia sobre o tema em idioma português, um dos caminhos para a presença do Brasil na Ásia Central é, justamente, a criação de um banco de fontes sobre assunto, ação

imperiosa para que escritores, jornalistas, professores e estudantes brasileiros enriqueçam o conhecimento sobre aquela parte do mundo. Há traduções para a língua portuguesa da temática centro-asiática, mas são poucos, raríssimos, os textos originalmente redigidos em português. Seria o caso de pensar na criação de um centro de estudos sobre a região, em termos de universidade brasileira, que proceda a análises constantes e regulares sobre a localidade: um *think tank* brasileiro apoiado por empresas nacionais com interesses na área e com vínculos com o MRE e a Funag. Para definir vocábulos de modo mais adequado, evitando transliterações frequentemente falsas feitas para o idioma inglês ou francês e para o português, é relevante buscar a constituição de uma comissão permanente sobre o assunto, da qual o MRE participasse, integrada por especialistas de várias áreas.

É igualmente importante a criação de um grupo parlamentar de contatos, do tipo adotado no Congresso brasileiro com alguns países, em que Deputados e Senadores formassem grupos de parlamentares "amigos" de determinado país, com o intuito de aproximação com seus pares nos Parlamentos estrangeiros. Quanto à falta de conhecimento mútuo, ela exige que sejam publicados, nos meios brasileiros de comunicação de massa, mais artigos, análises e opiniões de conteúdo qualificado e com excelência sobre a região, de modo a despertar curiosidade da sociedade brasileira sobre seus variados aspectos.

Para desbravar a temática, foi particularmente necessária a referência à questão dos bens energéticos da região, que reviveram a disputa do século XIX entre as potências mundiais, num novo *Great Game*. Eis, aliás, o grande poder de barganha para a política externa daqueles Estados: a competição internacional dá aos países da região uma importância renovada, que jamais tiveram durante o domínio soviético. As enormes reservas energéticas e outras da Ásia Central atraem a atenção do capital de grandes empresas e de governos de fora da região, e o acúmulo de recursos financeiros propiciará, em curto prazo, àqueles valores transformar-se em progresso e desenvolvimento, se forem bem aplicados. As questões sociais da região, sumariadas ao longo dos capítulos anteriores, comprovam que, para o Brasil, é necessário conhecer não só a maneira como se distribui o poder político naqueles países – um fator relevante, sem dúvida, contudo insuficiente –, mas também a sociedade, seu pulsar, suas forças dinâmicas de difícil identificação,

o funcionamento das políticas de clã e seus reflexos nos Estados em formação, além da persistência do espírito religioso de suas populações, apesar de toda a repressão ocorrida durante os períodos russo e soviético.

Não pode deixar de ser mencionado que a chamada globalização tem o mérito de trazer os povos da Ásia Central, por tanto tempo isolados do mundo, de volta à convivência com a sociedade dos Estados. A primeira globalização, de fato, começou na Rota da Seda. Nela, os povos da Eurásia trocaram bens e genes, idiomas e conhecimento. Como descobriu a pesquisa, em túmulos da Sibéria foram achados artefatos gregos, soldados romanos ensinaram técnicas militares aos chineses e europeus conheceram a pólvora, a bússola, e a "pasta" (notabilizada na Península Itálica pelos Polo) – tudo isso passou pelos caminhos da Ásia Central.

No entanto, os excessos da globalização também exigem cuidados, porque suas consequências, por intermédio exclusivo do mercado, tendem a homogeneizar os povos e a diluir suas identidades. A cultura da Ásia Central merece ser preservada em razão da contribuição filosófica, astronômica, matemática e literária de grande relevância, o que inclui no nosso desiderato ampliar a interação com a região e as amplas possibilidades de cooperação recíproca em aspectos culturais, muitos dos quais se encontram na origem das artes e das ciências Ocidentais. É esse o elemento adicional às considerações feitas sobre a Ásia Central, para calcá-la nos aspectos culturais, cuja importância é conhecida pelas demais áreas de cooperação recíproca.

A política externa brasileira para a Ásia Central, de início, foi de caráter predominantemente formal, mediante ações típicas de Estado nas Relações Internacionais, como o reconhecimento da independência dos cinco *core States*, o estabelecimento de relações diplomáticas – a cargo de representações cumulativas –, a realização de visitas bilaterais esporádicas e um comércio bilateral quase nulo ou bastante modesto e irregular. Em uma segunda fase, esse relacionamento ficou mais ativo e presente: a partir de 2003, as prioridades da política externa brasileira foram redirecionadas, no sentido de aproximar-se dos países em desenvolvimento e dos grandes países periféricos em particular, o que implicou mudança na relação do Brasil com os *core States* da Ásia Central. A partir de 2005, foram dados passos mais longos na direção desses Estados com a criação das Embaixadas cumulativas, a apresentação de credenciais, as visitas políticas mais frequentes e as missões empresariais,

culminando com a pioneira abertura da Embaixada residente do Brasil em Astaná e a visita do Presidente Nursultan Nazarbayev, do Cazaquistão, ao nosso país, a primeira visita de um mandatário centro-asiático à América Latina.[125] Este novo direcionamento, no entanto, não se refletiu em um conjunto estratégico de ação diplomática para a Ásia Central e foi insuficiente, por si só, para possibilitar o adensamento imediato das relações bilaterais. Esperando haver demonstrado, ao longo do trabalho, que é possível aprofundar o relacionamento do Brasil com os cinco países da Ásia Central e marcar a presença na região para além da antiga relação formal, e mesmo da que se estabeleceu nos últimos anos, trata-se agora de fazer valer, para a obtenção de resultados concretos de interação política e econômica, uma política externa não impositiva, ciente dos valores sociais e históricos da região, fortemente reprimidos desde sua ocupação pelos Czares.

Cumpre pensar sobre o porquê de as ações diplomáticas empreendidas ainda não terem produzido, após alguns anos de atividades, a densidade esperada. Algumas hipóteses foram cogitadas, como a distância, logo descartada, em face dos modernos meios de comunicação e transporte. O desconhecimento recíproco, que de fato existe, como se comprovou pelos dados coletados em setores da sociedade civil brasileira, a seguir referidos, é insuficiente para explicar a falta dos efeitos desejados. A construção de uma estratégia nacional de acercamento seria a razão mais relevante, à qual devem ser adicionados os fatos de que a presença do Brasil é relativamente recente na Ásia Central e que nenhum dos cinco países dispõe de uma Embaixada no Brasil. Persiste a questão das prioridades, sendo difícil para os centro-asiáticos sair de sua circunstância e abrir-se para o mundo.

Um dos pontos mais importantes do estudo empreendido foi exatamente buscar a repercussão dos interesses nacionais pela região no seio de alguns setores representativos da sociedade civil brasileira. Foi extrapolada a questão comercial, procurando os interesses que justifiquem o estreitamento de nosso relacionamento na Academia, no Parlamento e na mídia impressa. Em todos aqueles aspectos, os resultados quantitativos demonstraram-se aquém das expectativas. Esta

[125] Nota de atualização do autor: nesse espírito, seguiram-se as visitas do Presidente Karimov do Uzbequistão (maio de 2009) e do Presidente Lula a Astaná (junho de 2009).

tese apresentou dados jamais reunidos, de modo sistêmico, o que requereu levantamento exaustivo de bancos de dados acadêmicos, documentos relativos à atividade do Congresso Nacional e das matérias publicadas nos principais jornais do Brasil. Os resultados qualitativos igualmente foram decepcionantes: quase nenhum artigo de importância sobre a região ou seus países, uma única tese universitária registrada e congressistas indiferentes.

Não há outro caminho para a aproximação com aquela área do mundo senão privilegiar, de modo integral, os diversos aspectos do convívio entre as nações, sejam eles culturais, sociais, tecnológicos ou econômicos. O Brasil deve manter constantes missões políticas e econômicas para a região, a fim de assegurar familiaridade e facilidade de diálogo que se traduza em confiança.

O potencial para elevar as trocas com a Ásia Central afigura-se considerável, uma vez que o manuseio de dados estatísticos mais acurados apontam que os números crescem nos movimentos de trocas, graças à melhor situação mundial e do Brasil, mas especialmente porque há condições políticas diferentes para o país se apresentar na região. Entre estas, merecem destaque a abertura da Embaixada residente em Astaná, em agosto de 2007, e os contatos de alto nível entre as Chancelarias, decorrentes da política de aproximação e do impacto positivo que a criação da Assessoria Especial para a Ásia veio fornecer, possibilitando e possibilitar melhor conhecimento estratégico sobre a Ásia Central. São vantagens que faltavam para uma tempestiva ação nos mercados e nas sociedades dos países centro-asiáticos.

Entretanto, é importante reiterar que o Brasil deve manter, na busca do adensamento das relações bilaterais, atitude não hegemônica, pois um dos fatores que mais poderiam dificultar nossa aproximação com os cinco países seria a falta de sensibilidade para estabelecer parcerias em bases justas.

O resultado das séries estatísticas das trocas entre os países da Ásia Central e o Brasil aponta valores que indicam a marginalidade da região centro-asiática para os interesses econômicos brasileiros nos curto e médio prazos. Entretanto, há uma outra maneira de estender o olhar para o problema dos dados econômicos e dos imperativos políticos compilados nesta análise. Pelo próprio fato de serem valores monetários tão abaixo das possibilidades de nossos contatos, eles balizam o caminho para um

enorme espaço de ampliação de nossas relações comerciais. Os números demonstram que é extremamente positiva a atenção que as autoridades brasileiras venham a dispensar para a Ásia Central, plantando desde logo sementes de colheita rápida no curto prazo e outras de perspectiva mais longa. O melhor exemplo disso é a aproximação das empresas brasileiras exportadoras de carnes, que entram firmemente nos mercados locais, e das *tradings*, que logram vender os mais variados artigos naqueles países. A missão comercial realizada com o apoio do MRE, em outubro de 2005, propiciou uma interação sem precedentes entre os setores privados brasileiro e cazaque, em particular pela presença da Vale e da ANP na referida missão, que redundou nas negociações para eventual participação da Petrobras, na região do Mar Cáspio, e da Vale, na compra de uma mina de cobre e sua exploração.

Eis aí o tipo de parceria dinâmica que deixa marcas positivas indeléveis nas relações internacionais. O Brasil tampouco pode relegar uma parceria criativa como a que a Ásia Central pode trazer em reforço de suas posições no sistema internacional, notadamente carente de conscientização por parte dos atores secundários, antigos ou novos, do que realmente está em jogo no concerto das nações.

Ademais do plano bilateral, haveria que aproveitar a fluidez e a produtividade da colaboração nos foros internacionais entre o Brasil e os países da Ásia Central. Exemplo deste tipo de cooperação é o relacionamento do Brasil com o Cazaquistão: o ingresso cazaque na OMC recebeu apoio do Brasil, e a parte cazaque apoiou, expressamente, o pleito brasileiro por um assento permanente no CSONU. Outro exemplo relevante foi a estudada abstenção brasileira na votação pela continuidade do processo de investigação de violações de direitos humanos no Uzbequistão. Com efeito, aquele país tem procurado adequar-se às exigências internacionais e, nesse campo tão sensível, não haveria como desconsiderar as severas dificuldades políticas e de sedição causadas por tentativas como a do povo Uygur de criar uma zona autônoma, que apontaria para um Estado islâmico (denominado Turquestão Oriental). Em tal processo, efetivamente houve excessos, mas adotar uma posição condenadora ao Uzbequistão teria servido de desestímulo a que ele se ajustasse devidamente aos requisitos internacionais dos direitos humanos. Sem deixar de contemplar esses princípios, o Brasil, com o voto de abstenção, procurou evitar sanções que afastassem, em vez de aproximar,

aquele país do convívio internacional. A atitude brasileira nesse episódio gerou, no governo uzbeque, consideração e reconhecimento de sua adesão aos princípios dos direitos humanos, efeitos que o Brasil buscava alcançar com seu voto.

Acompanhando a atual política externa brasileira ecumênica e pragmática, de especial sucesso na aproximação com países em desenvolvimento, em geral, e com os grandes países periféricos, em particular, obedecer a um sólido programa de atuação diplomática na Ásia Central parece condição necessária para o nosso sucesso. Um calendário de eventos possível seria, em um primeiro momento, incluir a criação de outra Embaixada residente no outro polo do poder regional, Tashkent, até como forma de equilíbrio geoestratégico, para, em seguida, contemplar a abertura de uma missão diplomática permanente em Ashgabat, no Turcomenistão. A presença diplomática aumenta a densidade do relacionamento e o personaliza – fato relevante no caso dos países centro-asiáticos.

Os caminhos para a diplomacia brasileira aprofundar o relacionamento com a região são, portanto, os mais variados possíveis. O pioneirismo da abertura da Embaixada brasileira em Astaná garante uma vantagem objetiva em relação aos vizinhos latino-americanos no mercado mais dinâmico e no país de maior peso relativo da Ásia Central. O Brasil tem, assim, instrumentos de ação no atual Grande Jogo e pode oferecer aos países centro asiáticos uma ponte para além do horizonte que os adstringe a sua circunvizinhança.

A inserção brasileira no cenário internacional ganha uma projeção nova e se alça para permitir ao Brasil a construção de relações profundas, equilibradas e mutuamente vantajosas com a Ásia Central. É um caminho difícil de se trilhar e que exige paciência para, aos poucos, ganhar corpo e se tornar um relacionamento modelar "[...] tijolo por tijolo, num desenho mágico [...]", como disse o compositor. O Brasil tem diante de si todos os caminhos ainda abertos para atingir este objetivo, mas deve aprender a fazer sua nova Rota da Seda.

Referências bibliográficas

ABBASOV, Shahin et al. *The Oil Flows through the BTC Pipeline, but a problem may loom*. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/departments/business/articles/eav053106_pr.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2006.

ALISON, Roy; JONSON, Lena (ed.). *Central Asian Security*: The New International Context. Washington, Brookings Institution Press: mar, 2001. Em associação com o *Royal Institute of International Affairs. Swedish Institute of International Affairs*.

AKIMOVA. Mirgul. Kyrgyz Human Rights "Worse Than Before". *Institute for War & Peace Reporting*. Disponível em: <http://www.iwpr.net/?p=rca&s=f&o=348013&apc_state=henh>.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. New York, NY: Verso, 1983. Disponível em: <http://www.english.emory.edu/Bahri/Anderson.html>. Acesso em: 20 mai. 2006.

ANDERSON, John. *The International Politics of Central Asia* (Regional International Politics Series). Glasgow: Manchester University Press, 1997.

ARVANITOPOULOS, Constantine. *The Geopolitics of Oil in Central Asia*. Disponível em: <http://www.hri.org/MFA/thesis/winter98/geopolitics.html> e em <http://www.worldpress.org/specials/pp/front.htm>. Acessos em: 2006 e 30 jun. 2007, respectivamente.

ASO, Taro. Central Asia as a Corridor of Peace and Stability. *Japan National Press Club*, em 1º jun. 2006. Disponível em: <www.mofa.go.jp>. Acesso em: 10 jun. 2006.

BALDI, Neila. Cotonicultor antecipa exportações. Entrevista. *Gazeta Mercantil*, 20 set. 2006.

BLANK, Stephen. *India*: The New Central Asian Player. *A EurasiaNet Commentary*, 26 jun. 2006. Disponível em: <http://eurasianet.org/departments/insight/articles/eav062606a.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2006.

_____. Russia looks to build a New Security system in Central Asia. In: *Eurasia Insight*, 1º abr. 2006. Disponível em: <www.eurasianet.org>. Acesso em: 05 jan. 2006.

_____. The Ups and Downs of America's Central Asian Relationships. *A EurasiaNet Commentary*, 26 jul. 2007. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/departments/insight/articles/eav072607a.shtml>.

BRASIL. *Decreto nº 5.654, de 29 de dezembro de 2005*. Regulamenta o preenchimento dos cargos efetivos da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, criados pelo artigo 11 da Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005. Brasília, DF.

BRZEZINSKI, Zbigniew K. A Geostrategy for Eurasia. *Foreign Affairs*, set./out., 1997.

_____. *The Grand Chessboard*: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives. Nova York, NY: Basic Books, out., 1998.

CARDOSO, Eliana. Excremento do diabo. *Valor Econômico*. 6 jul. 2006.

_____. A Maldição do Petróleo, *Revista Veja*, 2 ago. 2006. p.11 e seguintes.

CIVIL Society: Uzbek Government engaged in "wanton slaughter" of unarmed protesters in Andijan – report, de 7 jun. 2005. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/departments/civilsociety/articles/eav060705.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2006.

CLAVIJO, Ruy González de. *Vida y hazañas del Gran Tamorlán, con la descripción de las tierras de su imperio y señorío* (1406). Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com>. Acesso em: 30 jun. 2006.

COHEN, Ariel. *A Private Russian Oil Pipeline is Good for U.S. Energy Security*. Heritage Foundation, Mar. 2003.

_____. *Hizb Ut- Tahrir*: Emerging Threat to U.S. Interests in Central Asia. Heritage Foundation, Mai. 2003.

CROUSSET, Rene. *The Empire of the Steppes*: A History of Central Asia. Rutgers University Press, jan. 1988.

CRUZ, Carlos Henrique Brito. Impacto Mundial da Ciência do Brasil. *Gazeta Mercantil*, 11 mai. 2007.

CUMMINGS, Sally N. *Kazakhstan Power and the Elite*. Londres: I. B. Tauris & Co. Ltd., 2005.

DJALILI, Mohammad; KELLNER, Thierry. *Géopolitiquede la Nouvelle Asie Centrale.* Ed. PUF, 2003.

DELETROZ, Alain. Asie centrale, gaz et dictateurs. *Le Monde*, 29 jun. 2006. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=4196>. Acesso em: 30 jun. 2006.

DRÈGE, Jean-Pierre. *Marco Polo et la Route de la Soie.* Paris: Éditions Gallimard, 1989.

ENERGY CHARTER SECRETARIAT. *The Energy Charter Treaty and related documents*. A legal framework for international energy cooperation. 2004, p.16. Disponível em: <http://www.encharter.org/upload/9/120520674515751158192049714743532131935190860213f2543v3.pdf. Acesso em: 18 fev. 2006.

ENGDAHL, F. William. *Color Revolutions, Geopolitics and the Baku Pipeline*. Global Research: Centre for Research on Globalization, 25 jun. 2005. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=viewArticle&code=ENG20050625&articleId=518>. Acesso em: 15 de jul. de 2005.

_____. US outflanked in Eurasia energy politics. *Asia Times*, 10 jun. 2006. Acesso em: 18 jun. 2006.

ESCOBAR, Pepe. The Roving Eye: The Gazprom Nation. *Asia Times*, 26 mai. 2006. Disponível em: <http://www.atimes.com>. Acesso em: 26 mar. 2006.

FIGUEIREDO, Danilo José. Mongóis: um povo Bárbaro (Magnífico). *Revista Virtual de História*. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.Klepsidra.net>. Acesso em: 10 jun. 2006.

FILM Project Focuses On Children's Rights. *News Briefing Central Asia*. Disponível em: <http://www.iwpr.net/?p=btm&s=b&o=335825&apc_state=henbbtmdate20070524>. Acesso em: 24 mai. 2007.

FREE, Florence; HILL, Fiona. Fueling the Future: The Prospects for Russia Oil and Gas. *Demokratizatsiya*, dez. 2002.

FUKUYAMA, Francis. *The End of History?* The National Interest. Washington DC. Summer, 1989.

GABIDULLINA, Elmira. *Nuclear Fallout Persists in Kazakhstan. RCA*. nº 550, 18 set. 2008.

GADDY, Clifford; HILL, Fiona. Putin's Agenda, America's Choice: Russia's search for Strategic Stability. *Policy Brief*, n. 99, mai. 2002.

GELB, Leslie H. Quelling the Teacup Wars: The New World's Constant Challenge. *Foreign Affairs*, v. 73, n. 6, Nova York, NY, nov./dez. 1994. p. 2-6.

GLEASON, Gregory. *The Central Asian States*: Discovering Independence (West view Series on the Post-Soviet Republics). Publicado em cooperação com *The Harriman Institute*. EUA: Columbia University, Westview Press, abr. 1997.

GOULART, Josette. Carga tributária faz Brasil perder competitividade. *Valor Econômico*, 5 nov. 2007.

GREENBERG, Ilan. *As Sea Rises, So do Hopes for Fish, Jobs and Riches*. The New York Times, 06 abr. 2006, p.A4.

GRONO, Nick; NATHAN, Joanna. Afeghanistan: Keep up the War on Terror at its Source. *The Australian*. Disponível no International Crisis Group, <http://www.crisisgroup.org>. Acesso em: 08 ago. 2006.

GUIMARÃES, Cristina Borges. Desempenho das exportações: até quando vai o crescimento? *Gazeta Mercantil*. Edição de 21 de setembro de 2006.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*: uma contribuição ao estudo da política internacional. 4. ed. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/Contraponto, 2002.

HAGHAYEGHI, Mehrdad. *Islam and Politics in Central Asia*. New York: St. Martin's Press, 1996.

HOPKIRK, Peter. *The Great Game*: the Struggle for Empire in Central Asia. New York: Kodansha America, Inc., 1992.

HILDINGER, Erik. *Warriors of the Steppe*: a Military History of Central Asia, 500 b.C. to a.D. 1700. Cambridge, MA: Da Capo Press, nov. 2001.

HILL, FIONA. A Not So-Grand Strategy: U.S. Policy in the Caucasus and Central Asia Since 1991. Politique étrangère, fev.2001.

_____. Areas for Future Cooperation or Conflict in Central Asia and Caucasus. Yale University Conference, The Silk Road in the 21st Century. Set. 2002.

_____. The United States and Russia in Central Asia: Uzbekistan, Tajikistan, Afghanistan, Pakistan, and Iran. In: The Aspen Institute Congressional Program. Ago. 2002.

_____. Central Asia: Terrorism, Religious Extremism, and Regional Stability. *House Committee On International Relations, Subcommittee On The Middle East And Central Asia*. Jul. 2003.

_____. Russia's Newly "Soft Power". *The Globalist*, ago. 2004.

_____. Pipelines in Caspian: Catalyst or Cure All?. *Georgetown Journal of International Affairs*, set. 2004.

_____. *Energy Empire:* Oil, Gas and Russia's Revival, Foreign Police Center. Set. 2004.

_____. Moscow discovers Soft Power. *Current History*, out. 2006. Disponível em: <http://www.brookings.edu/views/articles/fhill/20061001.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2006.

_____. The Eurasian Security Environment. *House Armed Committee Threat Panel*, 22 set. 2005. Disponível em: <http://www.brookings.edu>. Acesso em: 13 jun. 2006.

_____. The Silk Road in the 21st Century. Areas for Future Cooperation or Conflict in Central Asia and the Caucasus. *Yale University Conference*,

19 set. 2002. Disponível em: <http://www.brookings.edu>. Acesso em: 16 jun. 2006.

HILL, Fiona; SPECTOR, Regine. The Caspian Basin and Energy Markets. Conference Report, 08 set. 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations. *Foreign Affairs*, v. 72, n. 3, 1993. (Edição brasileira: *Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra, mar./abr./mai. 1994. v. 2, n. 4.)

IMF. *World Economic Outlook*. 2007, October.

KALASHNIKOV, Maksim. *A Geopolítica da água na Ásia Central*. 2007.

KAUPPI, Mark; VIOTTI, Paul. *International Relations Theory*: Realism, Pluralism, Globalism. Allyn and Bacon, 1999.

KELLY, Paul. Soft option for hard heads. *The Weekend Australian*, 08 jun. 2002.

KIPPLING, Rudyard, *Kim*. Disponível em: <http://etext.library.adelaide.edu.au/k/kipling/rudyard/kim/>. Acesso em: 1º fev. 2006. Capítulo 12.

KLEVEMAN, Lutz. *The New Great Game*: Blood and Oil in Central Asia. New York, NY: Atlantic Monthly Press, First Edition, 2003.

LACERDA, Antônio Corrêa de. Política Industrial para o Crescimento. *Gazeta Mercantil*, 10 mai. 2007.

LEGVOLD, Robert. *Thinking Strategically*: The Major Powers, Kazakhstan, and the Central Asian Nexus (American Academy Studies in Global Security). MIT Press, mar. 2003.

LEWIS, Bernard. Rethinking the Middle East. *Foreign Affairs*, v. 71, n. 4. New York: Fall, 1992. p. 99.

LUBIN, Nancy; RUBIN, Barnett. *Calming The Ferghana Valley*: Development and Dialogue in the Heart of Central Asia. Century Foundation Press, jun. 2000.

MAMAIROV, Abdumomun. Islamic Group quietly builds support in Kyrgyzstan. *Reporting Central Asia*, nº 516. Jalalabad: Institute for War and peace Report, 2007.

MELVIN, Neil. *Uzbekistan*: Transition to Authoritarianism on the Silk Road (Post communist States and Nations). Rutledge, maio, 2000.

MISHRA, Pankaj. China e Índia: ganhando poder, perdendo valores. *The New York Times*, edição de 22 nov. 2006.

MOREIRA, Assis. País sobre oito posições em *ranking*. *Valor Econômico*, 9 out. 2008.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as nações*: a luta pelo poder e pela paz. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p. 220.

NAUMKIM, Vitaly Viacheslavovich. *Radical Islam in Central Asia*: Between Pen and Rifle (Soviet Bloc and After). Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005.

NYE, Joseph. *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. Soft Power: The Means to Success in World Politics. *Public Affairs*, mar. 2004.

OCDE. *Black Sea and Central Asia, promoting work and well-being*. Paris: OCDE, maio, 2008. p.31

OLCOTT, Martha Brill. *Kazakhstan Unfulfilled Promise*: Carnegie Endowment for International Peace. Washington: The Brookings Institution Press, 2002.

_____. *Kazmunaigas: Kazakhstan's National Oil and Gas Company*. In: Seminário Promovido PELO James Baker 3º Institute For Public Policy da Universidade de Rice. Em associação com a Japan Petroleum Energy Center. Mar. de 2007.

_____. *Central Asia Second Chance*. Carnegie Endowment for International Peace. Washington, DC: The Brookings Institution Press, 2005.

PALA, Christopher. World Bank Restores Aral Sea. *The Washington Times*, 1º abr. 2006, p. A7.

PANIKKAR, K. M. *A dominação Ocidental na Ásia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RASHID, AHMED. *Taliban*: Militant Islam, Oil and Fundamentalism in Central Asia. Yale University Press, mar. 2001.

_____. *The Resurgence of Central Asia*: Islam or Nationalism? (Politics in Contemporary Asia). Zed Books, abril, 1995.

RICE, Condoleezza. *Remarks on Foreign Assistance*. Washington, DC: Benjamin Franklin Room, 19 jan. 2006.

RIEDEL, Bruce, colaborador do Saban Center for Midlle East Policy. *Afeghanistan: the* Taliban Resurgent and NATO. The Brookings Institution, 08 nov. 2006. Disponível em: <http://www.brookings.edu>. Acesso em: 09 nov. 2006.

RICUPERO, Rubens. Os Estados Unidos da América e o Reordenamento do Sistema Internacional. In: FONSECA JR., GELSON; CASTRO, Sérgio H. Nabuco de (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. Brasília: Funag; São Paulo: Paz e Terra, 1994. vol. 1, p. 79-107. (Coleção Relações Internacionais.)

RODRIGUES, Luciana; ORDOÑEZ, Ramona. Efeito Colateral do Petróleo. *O Globo*, 11 ago. 2006.

ROY, Olivier. *La Nouvelle Asie Centrale*: ou la Fabrication des Nations. New York: Éditions du Seuil, mar., 1997; University Press, dez., 2000.

SACHS, Jeffrey D.; WARNER, Andrew M. Natural Resource Abundance and Economic Growth. *National Bureau of Economic Research*, Working paper 5398, Cambridge, 1995.

SCHATZ, Edward. *Modern Clan Politics*: The Power Of "Blood" In Kazakhstan and Beyond. Seattle, WA: University of Washington Press, dez. 2004.

SMOUTS, Marie Claude. *As novas Relações Internacionais práticas e teorias*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2004.

SUKHANOV, Alexander. Caspian oil exports heading east. *Central Asia Times Online*. 9 fev. 2005. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/Central_Asia/GB09Ag02.html> Acesso em: 15 fev. 2005.

UN Says HIV Rate Sharply Increases in Uzbekistan. *Radio Free Europe Radio Liberty*. Disponível em: <http://www.rferl.org/articleprintview/1079177.html>. Acesso em: 7 abr. 2007.

VASSILIEV, Alexei M. (org). *Central Asia Political & Economic Challenges in the Post-Soviet Era*. Londres: Saqi Books, First Edition, 2005.

WEITZ, Richard. Cis is dead: long live the CSTO. *Caucasus Analyst*. Disponível em: <http://www.cacianalist.org>. Acesso em: 13 abr. 2007.

WESTER, Ivone. Perspectivas para os interesses brasileiros nas repúblicas turco-islâmicas do Transcáucaso e da Ásia Central no processo pós-guerra fria. *36º CAE*. Brasília, 1998.

WHITFIELD, Susan. *The Silk Road*: Trade, Travel, War and Faith. Serindia Publications. Ago. 2004.

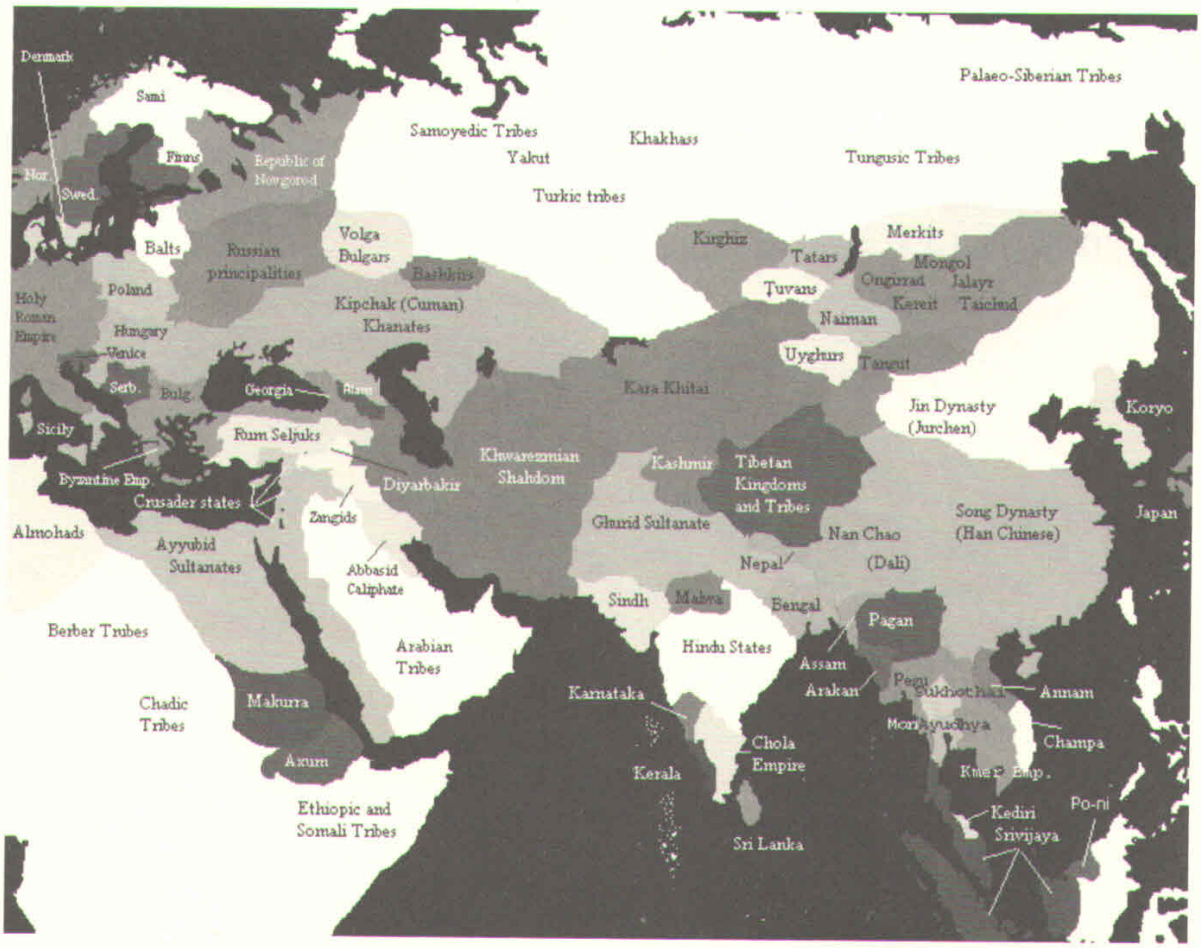
WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

WIMBUSH, S. Enders. Eleições Presidenciais no Cazaquistão: a agenda política, econômica e de desenvolvimento. *Painel Apresentado no Hudson Institute*. Washington, 17 nov. 2005.

ANEXOS

Anexo 1
Lista de mapas

Anexo 1.1 – Mapa da Eurásia imediatamente antes das invasões mongóis (mapa copiado da Wikipedia, disponível em: <http://wikipedia.org>, versão inglesa).

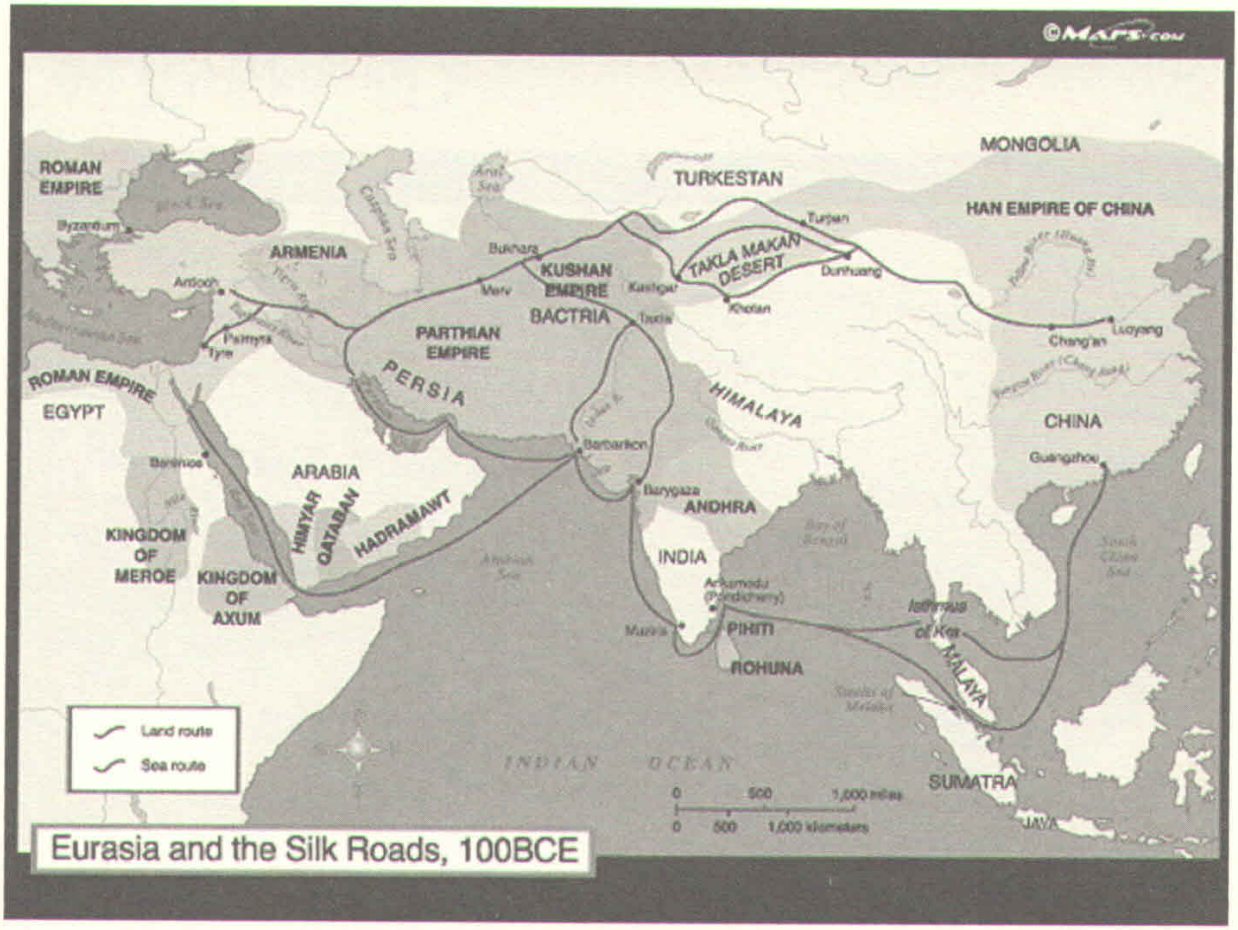


Anexo 1.2 – Mapa da Ásia Central moderna, pós-soviética.



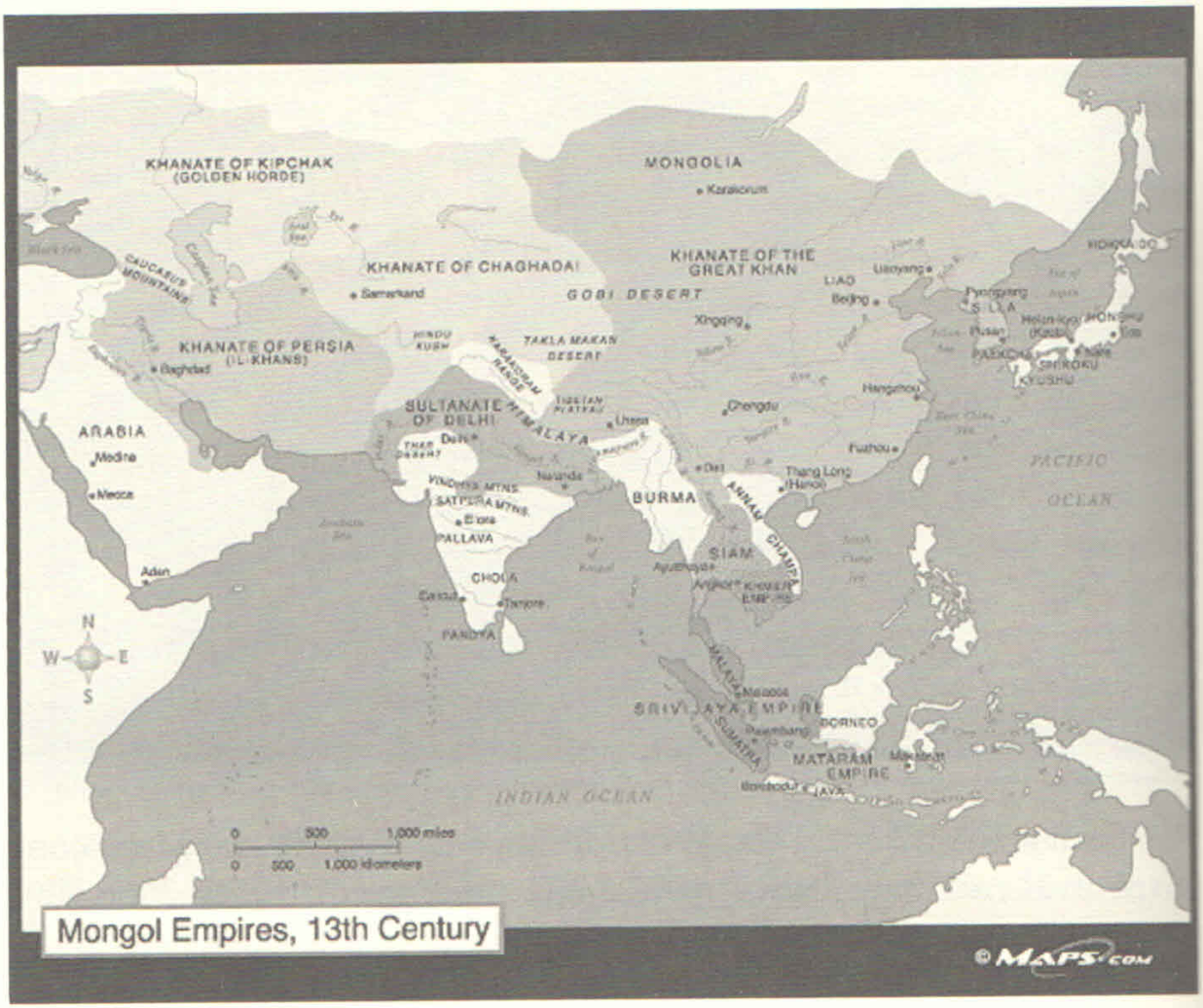
(O mapa da região centro-asiática foi obtido no *Strategy Paper 2002-2006 & Indicative Programme 2002-2004 for Central Asia*, anexo I, do Unece. Disponível em: <www.unece.org/operact/opera/sppled/eustr.pdf - 2003-05-14>. Acesso em: 3 mai. 2006)

Anexo 1.3 – Mapa da Eurásia e das Rotas da Seda da Antiguidade.



Os anexos 1.3 a 1.9 foram obtidos na área livre do *site* Maps.com, disponível em: <http://www.maps.com>. Acesso em: 3 mai. 2006.

Anexo 1.4 – Mapa dos Canados mongóis do século XIII: Canado do Grande Cã, Canado de Chaghadai (ou *Djagatai*), Canado de Kipchak (ou da *Horda de Ouro*) e Il-Canado da Pérsia (ou Canado dos Cãs Submissos).



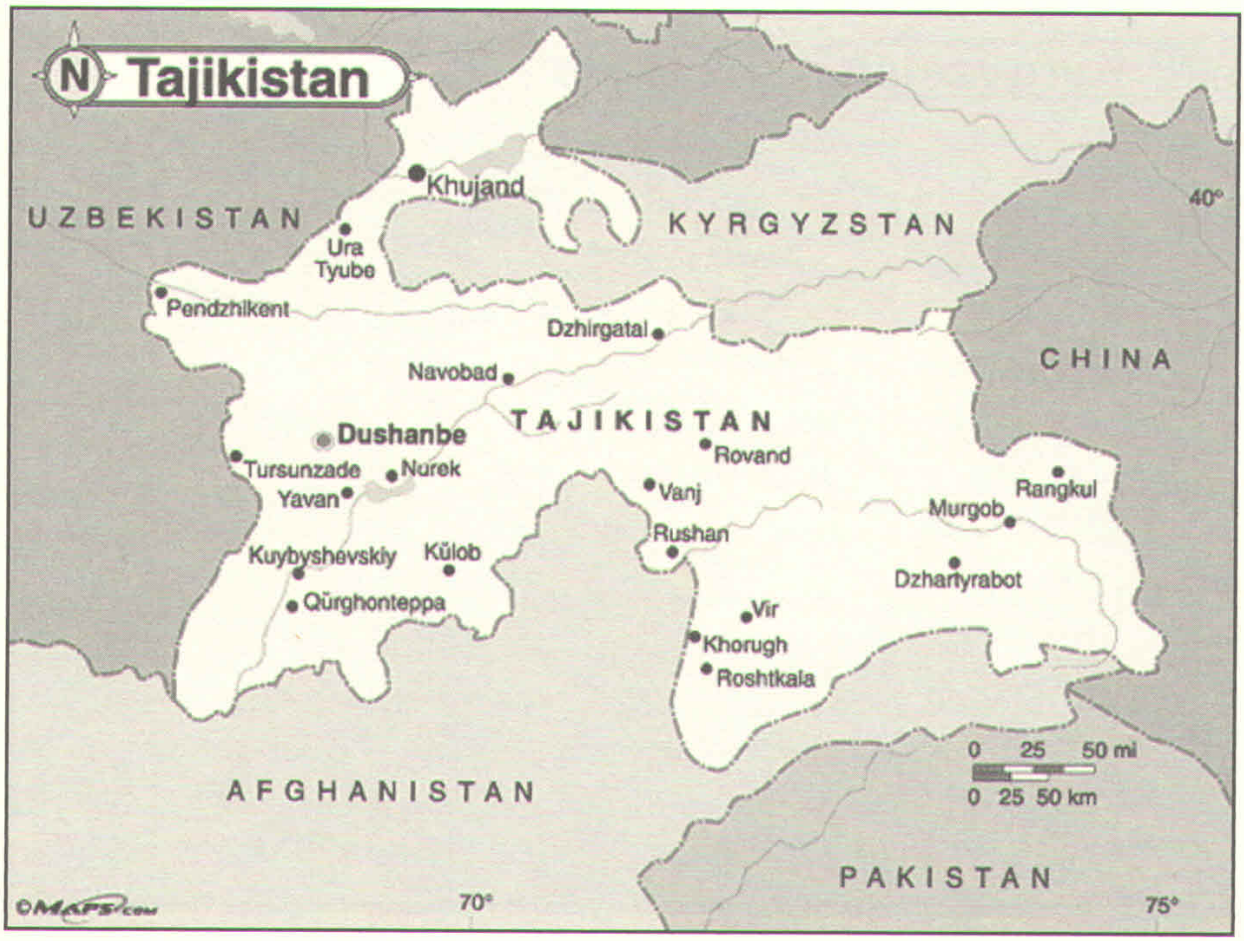
Anexo 1.5 – Mapa do Uzbequistão.



Anexo 1.6 – Mapa do Turcomenistão.



Anexo 1.7 – Mapa do Tadjiquistão.



Anexo 1.8 – Mapa da República Quirguiz.



Anexo 1.9 – Mapa do Cazaquistão.



Anexo 2

Maiores cidades da Ásia Central – nomes atuais e nomes antigos

A atualização foi obtida em *Central Asia's Second Chance*[126]. A autora, a Doutora Olcott, por sua vez, utilizou dados da Biblioteca do Congresso Norte-Americano, atualizados em outubro de 2004, e informou que, no Uzbequistão, algumas grafias foram alteradas, mas não os nomes das cidades.

País	Nome atual da cidade	Nome antigo da cidade
Cazaquistão	Astana	Aqmola, Tselinograd ("cidade das terras virgens")
	Almaty	Alma-Ata
	Semey	Semipalatinski
	Shymkent	Chimkent
	Taraz	Zhambul
	Aqtobe	Atyubinsk
	Atyrau	Guryev
	Não mudaram de nome as cidades cazaques de Karaganda e Pavlodar	
República Quirgiz	Bishkek	Frunze
	Karakol	Przhevalsk

[126] OLCOTT, Martha Brill. *Central Asia's Second Chance*. Washington: The Brookings Institution Press, 2005. Apêndice 14, p. 204.

	Não mudaram de nome as cidades quirguizes de Osh, Jalalabad e Tokmok	
Tadjiquistão	Dushanbe	Stalinabad
	Horog	Khorog
	Khujand	Khodjend (ou Khodzhent) até 1939; depois, Leninabad
	Qurgan-Teppe	Kurgan-Tiube
	Não mudaram de nome as cidade de Istravshan, Gharm e Kulob	
Turcomenistão	Balkanabat	Nebit-dag
	Dashoguz	Dashowuz
	Turcomenabat	Charjew
	Turkumenbashi	Krasnovodsk
	Não mudaram de nome as cidades turcomenas de Ashgabat e Mary	

Anexo 3

Cronologia dos principais eventos históricos na Ásia Central da Antiguidade à Era Moderna (750 A.C. – agosto 2007)

A cronologia a seguir resulta da tradução do trabalho da Dra. Olcott e do de Gregory Gleason. As várias repúblicas soviéticas passaram por inúmeras mutações e mudanças de nomes durante o período soviético. Para fins de clareza, nesta cronologia serão utilizadas as siglas RSS (Repúblicas Socialistas Soviéticas) e RSSA (Repúblicas Socialistas Soviéticas Autônomas), muito embora a palavra "socialista" possa ou não ter sido parte integrante do nome oficial de uma república específica.[127]

Ano	Principais acontecimentos
750-700 a.C.	Os citas se estabelecem nas estepes do Mar Negro.
514-512 a.C.	Dario, Rei da Pérsia, fracassa nas campanhas contra os citas.
Século IV a.C.	Os sármatas expulsam os citas da estepe do Mar Negro.
Cerca de 250 a.C.	Os partas saem das estepes e fundam um império na Báctria e em outros territórios anteriormente controlados pelos persas.
78-76 a.C.	Os romanos combatem os aliados dos sármatas do Rei Mitrídades VI do Ponto.

[127] GLEASON, Gregory. *The Central Asian States*: Discovering Independence. Westview Press, 1997. p. 197.

54 a. C.	O Império Parta, ou Parto, destrói o exército romano sob o comando de Licínio Crasso em Carrhae (atual cidade de Haran).
101-106 d.C.	Os romanos combatem os aliados de Decebalus durante a conquista da Dácia.
169-175	O Imperador Marco Aurélio combate e derrota tribos sármatas de Alanos e Roxalanos.
Cerca de 350	Os hunos aparecem na estepe sul da Rússia e na planície húngara e incorporam inúmeras tribos sármatas, alanas e germânicas à sua nação.
378	Cavaleiros godos influenciados pelos sármatas ajudam a derrotar o Exército Romano Oriental em Adrianópolis.
384	O imperador romano Teodósio emprega auxiliares hunos em suas guerras civis.
395	Os hunos atravessam o território romano para fazer incursões contra o Império Persa.
443 ou 444	Átila torna-se rei dos hunos.
451	Batalha dos Campos Catalúnios: o exército do General Aecius detém os hunos.
452	Átila faz incursões no norte da Itália.
453	Morre Átila.
454	Súditos germânicos se revoltam e derrotam os hunos na Batalha do Rio Nedao; fim do Império Huno.
Cerca de 557 d. C.	Os ávaros, povo das estepes russas, estabelecem-se na planície húngara.
587	Os ávaros começam a fazer incursões contra o território bizantino.
601	O general bizantino Procópio derrota os ávaros.
626	Os ávaros, junto com os persas, são malsucedidos no assédio a Constantinopla.
634	Os búlgaros ganham independência de seus senhores ávaros e começam a fazer incursões contra o território bizantino.
762	Os ávaros atacam Constantinopla, mais uma vez, sem sucesso.
788-796	O exército de Carlos Magno derrota os ávaros e tomam sua capital, Ring.
811	O imperador bizantino Nicephorus I é morto durante campanha contra os búlgaros.
899-954	Os magiares, por várias vezes, fazem incursões contra a França e o norte da Itália.
955	O Rei Otto I da Alemanha derrota os magiares na Batalha de Lechfeld e acaba com suas incursões.

1055	Turcos da dinastia Seljuk consolidam os seus domínios sobre o Oriente Médio.
1071	O imperador bizantino Romanus Diogenes é derrotado pelos turcos Seljúcidas na Batalha de Manzikert; em consequência, perde-se a maioria do território asiático de Bizâncio.
1098	Cavaleiros Orientais da Primeira Cruzada tomam Antioquia e Jerusalém, derrotando os exércitos turcos Seljúcidas.
1187	Os cavaleiros cruzados são derrotados em Hattin, por Saladino e um exército com integrantes turcos.
Cerca de 1160	Nasce Temujin.
1205-1209	Temujin subjuga o Reino de Xi Xia (situado no planalto da região noroeste da China atual).
1206	Temujin se torna "Khan de Todos os que Moram em Barracas de Feltro", controla toda a Mongólia e é aclamado pelas tribos com o nome "Gengis Khan", o Imperador Universal.
1219-1221	Gengis Khan e os mongóis atacam e subjugam o Reino de Khorezm.
1223-1224	Os generais mongóis Subotai e Jebe realizam uma missão exploratória sobre as forças inimigas na estepe russa, derrotando os russos e os turcos de Kipchak.
1209-1227	Gengis Khan faz a segunda guerra na China contra a Dinastia Jin e contra o Império Tangut.
1227	Morre Gengis Khan.
1236-1238	Conquista da Rússia pelos mongóis; estabelecimento da Horda de Ouro, ou Canado de Kipchak, e do Jugo Tártaro.
1240-1241	Os mongóis fazem campanhas contra a Hungria e a Polônia.
1250	Mamelucos (soldados escravos de estirpe turca) assumem o governo egípcio.
1258	Conquista mongol da Pérsia.
1260	O exército mameluco egípcio derrota os mongóis na Batalha de Ayn Jalut, na Síria.
1276	Kublai, o Grande Cã mongol, muda sua capital para Pequim, e os mongóis fundam, na China, a Dinastia Yuan.
1279	É completada a conquista da China pelos mongóis.
1336	Nasce Tamerlão.
Cerca de 1360	O Canado de Kipchak se divide em canados menores: Kipchak, a Horda Branca e a Horda Pequena.
1368	Os mongóis são expulsos da China pelos chineses; é fundada a Dinastia Ming.

1380	O Príncipe Dmitri Donskoi de Moscou conduz os russos à vitória contra Cã Mamai, do Canado de Kipchak.
1381	O Cã Toktamish, da Horda Branca, derrota o Canado de Kipchak e reunifica os dois.
1381	O Cã Toktamish derrota os russos e queima Moscou; reimposição do Jugo Tártaro.
1395	Timur derrota o Cã Toktamish, do Canado de Kipchak, e destrói sua capital.
1398	Timur conquista o Sultanato de Deli.
1400	Timur derrota o Sultanato Mameluco Egípcio, na Síria.
1402	Timur derrota o Sultão Bayazet da Turquia.
1405	Morre Timur.
1435	O Canado da Crimeia se separa do Canado de Kipchak.
1445	O Canado de Kazan se separa do Canado de Kipchak.
1480	O Grão-Duque de Moscou, Ivan III, vence Akhmat Khan, Cã da Grande Horda, na Batalha do Rio Ugra, marco do fim de 240 anos de jugo tártaro-mongol.
1552	Ivan IV, o Terrível, destrói o Canado de Kazan.
1556	Ivã IV, o Terrível, destrói o Canado de Astrakhan.
1613	Nurhachi une as tribos de Jurchid (Manchu).
1636-1639	Manchu faz incursões no território chinês.
1644	Tomada de Pequim pelo clã Manchu Aisin Gioro e criação da Dinastia Qing ou Manchu, a última reinante da China.
1771	A Rússia formalmente anexa o Canado da Crimeia.
1912	Queda da Dinastia Manchu, na China.
1917	**Principais acontecimentos**
7 de novembro	Lênin, no segundo Congresso Soviético, insta o estabelecimento de um governo, inclusive um Congresso Soviético, uma Comissão Executiva Central e um Conselho de Comissários Públicos.
1918	**Principais acontecimentos**
20 de janeiro	A Comissão Executiva Central decreta a dissolução da Assembleia Constituinte em São Petersburgo.

28 de janeiro	A Declaração sobre as Instituições Federais da República Russa é emitida pelo Terceiro Congresso Soviético.
abril	A República Soviética Autônoma do Turquestão é criada na Ásia Central.
1920	**Principais Acontecimentos**
abril	A República Popular Soviética do Coresme é criada, após a queda do Cã de Khiva.
agosto	Decretada a criação da República Socialista Soviética do Quirguistão e da República Socialista Soviética Cazaque.
outubro	A República Popular Soviética de Bocara é criada, após a queda do último Emir de Bocara.
1922	**Principais acontecimentos**
dezembro	O Primeiro Congresso Soviético de Todas as Uniões adota o Tratado da União.
1923	**Principais acontecimentos**
outubro	A República Popular Soviética do Khorezm torna-se a República Popular Socialista Soviética do Khorezm.
1924	**Principais acontecimentos**
janeiro	O Segundo Congresso Soviético de Todas as Uniões adota a Constituição da URSS de 1924. A URSS agora compreende a RFSSR, a RSS da Ucrânia, a RSS da Bielorússia, e a FSSR Transcaucásica.
setembro	A República Popular Soviética de Bukhara torna-se a República Socialista Soviética de Bukhara e entra na URSS.
outubro	Anuncia-se um plano de reestruturação da Ásia Central. A RSS do Uzbequistão e a RSS do Turcomenistão são criadas a partir da República Socialista Soviética Popular de Bocara, da República Socialista Popular de Coresme e da República Soviética Autônoma do Turquestão. O *Oblast* Autônomo de Kara-Kyrgyz é anexado à RFSSR.
1925	**Principais acontecimentos**
	A Província Autônoma de Gorno-Badakhshan é criada no Tadjiquistão. O *Oblast* Autônomo de Karakalpaque é criado na RSS do Uzbequistão. O *Oblast* autônomo da República Quirguiz torna-se a República Autônoma do Quirguistão.
1926	**Principais acontecimentos**
fevereiro	A República Autônoma do Quirguistão torna-se a República Socialista Soviética Autônoma do Quirguistão.
1929	**Principais acontecimentos**
junho	A República Socialista Soviética Autônoma do Tadjiquistão passa a chamar-se República Socialista Soviética do Tadjiquistão.

	O *oblast* de Kodjend (mais tarde conhecido como o *oblast* Leninabad) é transferido para a RSS do Tadjiquistão.
1932	**Principais acontecimentos**
	O *Oblast* Socialista Soviético Autônomo de Karakalpaque torna-se a República Socialista Soviética Autônoma de Karakalpak, e é subordinada à RFSSR.
1936	**Principais acontecimentos**
	A República Socialista Soviética Autônoma de Karakalpak é subordinada à RSS do Uzbequistão.
	A ARSS do Cazaquistão e a ARSS do Quirguistão tornam-se a RSS do Cazaquistão e a RSS do Quirguistão.
	Dissolve-se a Federação Transcaucásica; em seu lugar são criadas três repúblicas da União Soviética: a RSS da Armênia, a RSS do Azerbaijão e a RSS da Geórgia.
	A URSS adota a Constituição de 1936. Ela descreve 11 repúblicas de união: a RFSSR e as repúblicas da Ucrânia, Bielorússia, Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguistão.
1940	**Principais acontecimentos**
	A Bukovina é tomada da Romênia, e a Carpatia, da Checoslováquia. Os Estados bálticos da Estônia, Letônia e Lituânia são anexados à URSS como Repúblicas Socialistas Soviéticas. Cria-se a RSS Fino-carélia.
junho	Cria-se a RSS da Moldava a partir da Bukovina e da Bessarabia, elevando o total das RSS para 16.
1963	**Principais acontecimentos**
junho	A área conhecida como Jizaq é cedida da RSS do Cazaquistão para a RSS do Uzbequistão.
1977	**Principais acontecimentos**
7 de outubro	Uma nova Constituição Soviética (a chamada Constituição de Brezhnev) é adotada pelo Soviete Supremo da URSS.
1985	**Principais acontecimentos**
12 de março	Mikhail S. Gorbatchev é nomeado Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética.
1986	**Principais acontecimentos**
17 de dezembro	O líder cazaque Dinmukhamed Kunayev é substituído por Gennady Kolbin como Primeiro-Secretário do PC do Cazaquistão.
19 de dezembro	Estudantes na antiga capital cazaque, Alma-Ata, protestam contra o afastamento de Kunayev. O protesto ficou conhecido por *Zheltoksan*, o Movimento de Dezembro, que envolveu 60 mil participantes e resultou em dezenas de mortes e centenas de feridos.

1988	**Principais acontecimentos**
28 de junho	Em um discurso no 19º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Gorbatchev anuncia uma substancial reforma política.
16 de novembro	O Conselho Supremo da RSS da Estônia emite uma declaração, "Sobre a Soberania da RSS da Estônia"; inicia-se a transferência do poder federal soviético.
1º de dezembro	Dois projetos principais de reforma são aprovados no Soviete Supremo da URSS – a lei sobre as eleições e a lei sobre a emenda constitucional.
1989	**Principais acontecimentos**
9 de abril	Militares atiram em manifestantes na RSS da Geórgia; morrem 36 pessoas.
14 de abril	Publica-se no Tadjiquistão minuta de lei que declara o tadjique como língua oficial da RSS do Tadjiquistão.
18 de maio	O Conselho Supremo da RSS da Lituânia emite uma declaração, "sobre o Estado Soberano da Lituânia." A república atesta poder de veto sobre legislação aprovada em Moscou.
18 de maio	O Soviete Supremo da Lituânia ab-roga o acordo Molotov-Ribbentrop de 1939.
22 de junho	Gennady Kolbin é substituído por Nursultan Nazarbayev como Primeiro-Secretário do PC do Cazaquistão.
22 de julho	O Soviete Supremo da RSS do Tadjiquistão aprova lei que declara o tadjique como a língua oficial da república.
24 de agosto	Publica-se minuta de lei que declara o quirguiz como a língua oficial da RSS do Quirguistão.
20 de setembro	A Plataforma da Política de Nacionalidade é adotada pelo Plenário do Partido Comunista da União Soviética.
23 de setembro	O Soviete Supremo da RSS do Quirguistão aprova lei que declara o quirguiz como a língua oficial da república.
21 de outubro	O Soviete Supremo da RSS do Uzbequistão aprova lei que declara o uzbeque como língua oficial da república.
28 de outubro	O Partido Comunista da Lituânia aprova uma plataforma que declara o partido como organização independente.
1990	**Principais acontencimentos**
fevereiro	Tropas do governo abrem fogo contra manifestantes em Dushanbe, Tadjiquistão.
fevereiro	No artigo 6º da Constituição Soviética, remove-se a cláusula que nomeia o Partido Comunista da União Soviética como a força preponderante e dirigente da sociedade soviética. Partidos políticos competidores são legalizados.
12 de março	O Congresso de Representantes do Povo da URSS, a primeira assembleia deliberativa eleita pelo povo desde 1918, é reunida em Moscou.
março	Gorbatchev é eleito pelo parlamento soviético para exercer a recém-criada Presidência Executiva.

28 de maio	Boris Yeltsin é eleito presidente do Soviete Supremo da RFSSR.
11 de junho	O Soviete Supremo da RFSSR declara a soberania do estado russo.
20 de junho	O Soviete Supremo da RSS do Uzbequistão declara soberania estatal.
23 de junho	Líderes das repúblicas centro-asiáticas, reunidos em Frunze (Bishkek) lançam um apelo sobre responsabilidade social e assinam um Acordo de Cooperação Cultural, Técnica, Científica e Econômica entre as repúblicas da Ásia Central. Moscou não é signatária do acordo.
22 de agosto	O Soviete Supremo da RSS do Turcomenistão declara a soberania estatal.
25 de agosto	O Soviete Supremo da RSS do Tadjiquistão declara a soberania estatal.
25 de outubro	O Soviete Supremo da RSS do Cazaquistão declara a soberania estatal.
15 de dezembro	O Soviete Supremo da RSS do Quirguistão declara a soberania estatal.
1991	**Principais acontecimentos**
13 de janeiro	Tropas de forças especiais da polícia soviética, conhecidas por OMON, atacam o centro radiofônico – televisivo da Lituânia, em Vilnius, e matam 14 pessoas.
junho	Boris Yeltsin é eleito presidente da RFSSR pelo voto popular.
23 de julho	Realiza-se acordo provisório sobre a versão do Novo-Ogarevo de Gorbatchev para um novo Tratado da União.
19 de agosto	Falha a tentativa de golpe de Politburo do Partido Comunista da União Soviética e altos funcionários governamentais. Gorbatchev "retorna" das férias na Crimeia. Boris Yeltsin surge como um líder heróico da oposição democrática.
31 de agosto	O Soviete Supremo do Quirguistão declara a independência política da República Quirguiz.
31 de agosto	O Soviete Supremo do Uzbequistão declara a independência política do Uzbequistão.
2 de setembro	Uma reunião após o golpe de altos líderes republicanos é seguida por um anúncio de Gorbatchev de um plano para criar uma União de Estados Soberanos.
8 de setembro	O Soviete Supremo do Tadjiquistão declara a independência política do Tadjiquistão.
2 de outubro	Iniciam-se negociações sobre preparativos para uma associação econômica em Alma-Ata, no Cazaquistão.
12 de outubro	Askar Akiev é eleito pelo povo para um mandato de cinco anos como Presidente da República Quirguiz.
18 de outubro	Um novo Tratado de Associação Econômica é assinado em 18 de outubro de 1991. Os signatários incluíam o Cazaquistão, a República Quirguiz, o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão.

27 de outubro	Saparmurat Niyazov é eleito presidente do Turcomenistão pelo Soviete Supremo do Turcomenistão.
27 de outubro	O Presidente Niyazov declara a independência política do Turcomenistão.
24 de novembro	Rakhman Nabiev é eleito presidente do Tadjiquistão pelo Soviete Supremo do Tadjiquistão.
25 de novembro	Gorbatchev anuncia que os preparativos de uma nova união política – a União dos Estados Soberanos – são "aceitáveis, em princípio".
1º de dezembro	Leonid Krautchuk é eleito Presidente da Ucrânia.
8 de dezembro	Líderes da Rússia, Ucrânia e Belarus, reunidos em Minsk, resolvem criar uma Comunidade de Estados Independentes, e declaram que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas deixava de existir.
11 de dezembro	Membros do Partido do Renascimento Islâmico se apoderam do *oblast* do Partido Comunista em Namangan, no Vale de Fergana, e exigem o estabelecimento de um estado islâmico.
12 de dezembro	Representantes das cinco repúblicas centro-asiáticas se reúnem em Ashgabat e concordam em apoiar o conceito de uma comunidade mais ampla.
16 de dezembro	O Soviete Supremo do Cazaquistão declara a independência política do Cazaquistão.
17 de dezembro	O Secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker III, se reúne com Askar Akayev na República Quirguiz.
18 de dezembro	Baker se reúne com Nursultan Nazarbayev em Alma-Ata.
21 de dezembro	Líderes de 11 ex-repúblicas soviéticas se reuniram em Alma-Ata para assinar uma série de acordos, compondo uma Comunidade de Estados Independentes mais ampla. Os signatários incluíam Azerbaijão, Armênia, Belarus, Cazaquistão, República Quirguiz, Moldava, a Federação Russa, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão e Ucrânia – todas as ex-repúblicas soviéticas, exceto a Geórgia e os três estados bálticos.
25 de dezembro	Mikhail Gorbatchev declara vago o cargo de Presidente da URSS. No dia seguinte, o Soviete Supremo se autodissolve. É o fim formal da URSS.
29 de dezembro	No Uzbequistão realizaram-se eleições presidenciais e um referendo sobre a independência. Islam Karimov recebeu 86% dos votos; o referendo sobre a independência política recebeu 98% de votos a favor.
30 de dezembro	Quatro Estados sucessores, que possuem armas nucleares (Belarus, Cazaquistão, Rússia e Ucrânia), assinam um acordo sobre não proliferação nuclear, na cidade de Minsk.
1992	**Principais acontecimentos**
8 de janeiro	O Uzbequistão muda a administração regional, adotando *hakim* (governador) como o chefe de subdivisões políticas locais; o posto de vice-presidente é abolido no Uzbequistão.
11 de janeiro	A República Socialista Autônoma de Karakalpak se torna a República do Karakalpaquistão.

16-19 de janeiro	Estudantes se amotinam na Universidade Estadual de Tashkent; seis pessoas são mortas.
30 de janeiro	O Tadjiquistão começa a fechar as fronteiras e estabelece um serviço nacional alfandegário.
30 de janeiro	Dez estados sucessores soviéticos – inclusive Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão – se tornam membros plenos da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa.
3 de fevereiro	A Embaixada dos Estados Unidos é aberta em Almaty, como a primeira embaixada estrangeira em novos Estados da Ásia Central.
6 de fevereiro	A Newmont Mining Corporation anuncia um plano para empreender uma *joint venture* com o governo do Uzbequistão na mina de Muruntau no Uzbequistão.
11 de fevereiro	O Presidente Akayev da República Quirguiz lança um decreto que elimina a metade dos ministérios governamentais do país e transfere suas funções para outras unidades governamentais.
13 de fevereiro	O Secretário de Estados dos Estados Unidos, James Baker III, visita o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão.
14 de fevereiro	Chefes de Estado da CEI se reúnem em Minsk e assinam 20 documentos sobre questões militares e econômicas.
17 de fevereiro	A OCE encerra um encontro em Teerã com um acordo para introduzir tarifas preferenciais entre seus membros, estabelecer um banco regional e cooperar em transportes, comunicações e agricultura. A OCE admite como membros o Azerbaijão, Turcomenistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e a República Quirguiz. O Cazaquistão assume *status* de observador.
20 de fevereiro	O Primeiro-Ministro da Ucrânia, Vitaly Fokin, voa para Ashgabat para discutir o recente décuplo aumento nos preços que a Rússia deve pagar pelo gás natural do Turcomenistão.
4 de março	Presidentes das Academias de Ciências do Azerbaijão, Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, reunidos em Tashkent, assinam um acordo para preservar um "espaço científico único" na Ásia Central.
5 de março	O Presidente Karimov do Uzbequistão anuncia a descoberta de grandes depósitos de petróleo em Ming-Bulak, na área da cidade de Namangan, do Vale do Fergana.
6 de março	Maksud Ikramov, Prefeito de Dushanbe e Deputado do Soviete Supremo do Tadjiquistão, é preso sob acusação de suborno.
16 de março	É aberta a Embaixada dos Estados Unidos em Tashkent.
20 de março	O Presidente Niyazov do Turcomenistão exonera 20 funcionários de alto escalão, condenados por crimes econômicos originários do escândalo do algodão.
20 de março	O Encontro da Cúpula Militar e de Segurança em Kiev resulta em acordo sobre questões de defesa. Somente o Turcomenistão, entre os estados centro-asiáticos, opta pela não assinatura.
25 de março	O Presidente Karimov do Uzbequistão assina decreto que autoriza a formação de unidades de agentes fronteiriços, subordinadas ao SNB.
25 de março	Serviços de Inteligência de países-membros da CEI, segundo relatos, realizam acordo de cooperação.

26 de março	Consideráveis manifestações públicas são iniciadas fora do palácio presidencial em Dushanbe, Tadjiquistão.
31 de março	É assinado o Tratado da Federação Russa.
6 de abril	Decreto presidencial ucraniano assevera que forças estratégicas no território ucraniano são subordinadas ao Ministério da Defesa da Ucrânia.
10 de abril	O Parlamento Russo adota formalmente o Tratado da Federação Russa.
11 de abril	O Gorno-Badakhshan, no Tadjiquistão, proclama novo *status* como a República Autônoma de Gorno-Badakhshan.
15 de abril	Uma nova Lei Agrária entra em vigor no Tadjiquistão.
17 de abril	O Parlamento do Tadjiquistão acede a exigências para adoção de uma nova Constituição e marca eleições gerais em troca de uma proibição, por três semanas, de passeatas políticas da oposição.
23 de abril	Os presidentes do Cazaquistão, República Quirguiz e Turcomenistão se reúnem em Bishkek para coordenar a política de segurança regional.
27 de abril	A Diretoria do FMI vota a favor da admissão de 13 estados da ex-URSS como Estados-membros do FMI. A Diretoria do IBRD vota a favor da admissão de 13 estados da ex-URSS como Estados-membros.
28 de abril	O presidente Suleyman Demirel da Turquia, chefiando uma delegação com 200 integrantes, inicia uma série de viagens a países da região da Ásia Central.
29 de abril	Em reunião em Chalus, Irã, é criada a Associação dos Países do Mar Cáspio. Os membros incluem Irã, Rússia, Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão.
30 de abril	O Presidente Nabiev do Tadjiquistão recebe permissão do parlamento para instituir governo presidencial direto.
2 de maio	O Presidente Nabiev do Tadjiquistão ordena a criação de uma Guarda Nacional que presta contas diretamente a ele.
5 de maio	O Presidente Nabiev do Tadjiquistão declara estado de emergência depois que grupos armados tentar ocupar o palácio presidencial.
6 de maio	O Ministro dos Negócios Exteriores russo anuncia que todas as armas nucleares táticas previamente deslocadas no território da CEI foram trazidas para a Rússia.
7 de maio	Forças que se opõem ao governo do Tadjiquistão assumem o controle de Dushanbe. O Presidente Nabiev foge do palácio presidencial sob fogo do inimigo.
8 de maio	Representantes de Bancos Centrais da ex-URSS, reunidos em Bishkek, assinam um acordo que cria o Conselho de Coordenação Interbancária.
9 de maio	Os Estados Unidos e a República Quirguiz assinam acordo comercial que conferiu ao país o *status* de Nação Mais Favorecida.
9-10 de maio	Chefes de Estado dos cinco países centro-asiáticos, Irã e do Paquistão reúnem-se em Ashgabat para coordenar políticas regionais.
10 de maio	Tropas da CEI atiram contra manifestantes em Dushanbe.
10 de maio	Realizado no Tadjiquistão um Acordo para formação de um governo de coalizão. Membros da oposição ganham um terço dos cargos no gabinete, inclusive a liderança dos Ministérios da Defesa e de Assuntos Internos.

12 de maio	Por decreto do Presidente do Tadjiquistão, uma Assembleia Nacional (*Milli Majlis*) é formada em Dushanbe para agir como legislatura interina, até que uma nova Assembleia possa ser eleita nas eleições de dezembro.
12 de maio	O Presidente Akayev da República Quirguiz visita à China.
13 de maio	Ministros da Defesa da CEI se reúnem em Tashkent e lançam um apelo para preservar as Forças Armadas Conjuntas.
14 de maio	Primeira reunião do governo de coalizão do Tadjiquistão, em Dushanbe.
15 de maio	Chefes de Estado da CEI se reúnem em Tashkent. Seis Estados – Rússia, Cazaquistão, República Quirguiz, Uzbequistão, Tadjiquistão e Armênia – assinam um acordo de segurança coletiva.
18 de maio	O Soviete Supremo do Turcomenistão adota uma nova Constituição. O Turcomenistão se torna o primeiro Estado centro-asiático a adotar uma constituição na era pós-soviética.
18 de maio	A empresa Chevron assina um acordo com o Cazaquistão que visa a um investimento de 20 bilhões de dólares durante 40 anos.
19 de maio	O Presidente Nazarbayev do Cazaquistão, em visita aos Estados Unidos, anuncia que o Cazaquistão assinará o Tratado de Não Proliferação Nuclear.
20 de maio	Autoridades na Província de Leninabad, ao norte do Tadjiquistão, ameaçam solicitar ao Uzbequistão a anexação da província, a não ser que o governo de Dushanbe ceda a exigências da oposição.
22 de maio	O Cazaquistão anuncia planejamento no sentido de instituir moeda própria, o *tenge*.
23 de maio	O Cazaquistão junta-se aos Estados Unidos, Rússia, Ucrânia e Belarus na assinatura do Protocolo de Lisboa, referente a armas nucleares.
30 de maio	O Presidente Karimov do Uzbequistão e o Presidente Yeltsin da Rússia assinam um tratado de amizade e cooperação em Moscou.
31 de maio	É publicada minuta da nova Constituição do Tadjiquistão, o que exacerba tensões políticas.
1º de junho	O Governo da República Quirguiz anuncia a intenção de assumir o controle de unidades militares posicionadas em seu território.
2 de junho	O Soviete Supremo cazaque adota a nova Constituição do Cazaquistão.
4 de junho	O *Oblast* Autônomo de Gorno-Badakhshan, no Tadjiquistão, vota a mudança do nome para República Autônoma de Pamir-Badakhshan.
8 de junho	Um acordo sobre cooperação militar é feito entre o Ministro da Defesa russo, Pavel Grachev, e o Chefe do Departamento da Defesa do Turcomenistão, Danatar Kopekov.
9 de junho	Uma greve de carvoeiros na Bacia Carvoeira de Karaganda chega ao fim, quando o governo do Cazaquistão atende a exigências dos grevistas.
10 de junho	Oficiais quirguizes e russos assinam um tratado de amizade entre as duas repúblicas.
12 de junho	Oficiais uzbeques e russos assinam um tratado de amizade entre as duas repúblicas.

15 de junho	Agentes Alfandegários de oito países da CEI, inclusive o Cazaquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, concluem um acordo sobre uma lista única de fiscalização aduaneira para países membros.
21 de junho	O Presidente Niyazov do Turcomenistão é eleito para um segundo mandato.
21 de junho	Um Comitê de Salvação Nacional é criado em Dushanbe como governo da oposição.
22 de junho	O Presidente Karimov do Uzbequistão conclui uma série de viagens pela Ásia, que incluiu visitas à Coreia do Sul, Malásia e Indonésia.
23 de junho	O primeiro trem internacional chega a Almaty, proveniente de Urumchi, capital da Província Autônoma Chinesa do Xinjiang Uygur.
25 de junho	Os Presidentes do Cazaquistão e do Uzbequistão assinam um tratado de assistência mútua, que incluía iniciativas conjuntas no Mar de Aral.
30 de junho	Abdurakhim Pulatov, líder do movimento popular Birlik, é espancado por quatro atacantes ao sair da promotoria da cidade de Tashkent.
30 de junho	É abolido o Distrito Militar do Turquestão.
30 de junho	Os Presidentes da República Quirguiz, Turcomenistão e Uzbequistão se reúnem, na Turquia, com o Presidente turco Turgut Ozal.
1º de julho	São liberados os preços de gêneros alimentícios no Cazaquistão.
1º de julho	Naviev, do Tadjiquistão, finaliza uma visita de dois dias ao Irã, onde se reúne com o Presidente Hashemi Rafsanjani.
2 de julho	Primeira sessão do novo parlamento do Uzbequistão.
2 de julho	O Presidente Nazarbayev do Cazaquistão assina decreto que proíbe a venda de grãos a outros países, até que sejam emitidas instruções especiais pelo Conselho de Ministros.
2 de julho	O parlamento do Cazaquistão ratifica o Tratado START-1.
7 de julho	O parlamento do Cazaquistão aprova nova lei com o intuito de acelerar a privatização, estabelecendo uma comissão de privatização.
10 de julho	Realiza-se reunião dos países membros da Comissão para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) em Helsinque.
14 de julho	O Gabinete de Ministros do Turcomenistão anuncia o estabelecimento das forças armadas.
16 de julho	O Cazaquistão adere ao FMI.
19 de julho	O Presidente Karimov do Uzbequistão realiza visita oficial à Coreia do Sul.
20 de julho	O Vice-Primeiro-Ministro da Rússia, Aleksandr Shokhin, inicia uma sequência de viagens ao Tadjiquistão, Uzbequistão, Cazaquistão e Turcomenistão.
20 de julho	A Guarda Nacional quirguiz presta juramento na República Quirguiz.

20 de julho	A Guarda Nacional uzbeque presta juramento no Uzbequistão.
21 de julho	O Tratado de Amizade entre a Rússia e o Tadjiquistão é assinado em Dushanbe.
24 de julho	O Cazaquistão adere ao BIRD.
28 de julho	Membros das conversações para a paz assinam em Khorog, Tadjiquistão, um acordo de cessar-fogo e um protocolo que requer a renúncia do Presidente Nabiev.
31 de julho	A Rússia e o Turcomenistão assinam um tratado de amizade que especifica cooperação mútua em segurança, economia e cultura.
4 de agosto	O poeta uzbeque Usman Azimov é eleito presidente do Partido da Pátria, o qual foi registrado oficialmente.
9 de agosto	Autoridades uzbeques começam a restringir a entrada no Uzbequistão de pessoas não autorizadas provenientes do Tadjiquistão, e retiram pessoas de trens nas fronteiras.
14-15 de agosto	Viktor Barranikov, Ministro da Segurança russo, negocia com funcionários turcomenos, em Ashgabat, sobre o *status* das tropas na fronteira.
18 de agosto	O Cazaquistão decreta a criação de uma guarda nacional fronteiriça.
27 de agosto	O Turcomenistão e a Rússia assinam um acordo de proteção mútua da fronteira do Turcomenistão e de assistência militar.
1º de setembro	O Comando-Chefe das Forças Unificadas da CEI, uma estrutura de comando centralizada para forças militares conjuntas, estabelecida pelo acordo militar de 06 de julho de 1992, em Moscou, assume as suas funções.
1º de setembro	O Uzbequistão se torna membro do Movimento Não Alinhado na reunião anual dessa organização em Jacarta.
8 de setembro	O Presidente Karimov do Uzbequistão apela ao Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, para que ele acabe com a violência no Tadjiquistão.
16 de setembro	A Assembleia Interparlamentar da CEI encerra reunião em Bishkek.
19 de setembro	O Presidente Nazarbayev, do Cazaquistão, e o Presidente Yeltsin, da Rússia, se reúnem em Moscou, e afirmam princípios do Acordo de Tashkent de 15 de maio de 1992, e a intenção de ambos os lados no sentido de aderir aos princípios da inviolabilidade das fronteiras estatais existentes.
19 de setembro	O Cazaquistão se torna membro do BIRD.
22 de setembro	O Uzbequistão se torna membro do BIRD.
22 de setembro	O Turcomenistão se torna membro do FMI – o último estado centro-asiático a aderir ao Fundo.
22 de setembro	O Cazaquistão e a Alemanha assinam um acordo de cooperação econômica.
25 de setembro	O Presidente Nazarbayev do Cazaquistão conclui visita oficial à Alemanha e à França.

25 de setembro	Líderes da CEI se reúnem em Bishkek.
29 de setembro	É assinado um Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Quirguiz e o Uzbequistão.
29 de setembro	O Tratado Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) concede *status* de observador ao Cazaquistão.
1º de outubro	O Diretor-Gerente do FMI, Michel Candessus, inicia visita oficial a países da Ásia Central.
9 de outubro	É encerrada a Cúpula de líderes da CEI em Bishkek.
10 de outubro	Em encontro em Kokchetav, Yeltsin e Nazarbayev assinam acordos econômicos, incluindo instrumentos sobre moeda e alfândega, medidas para coordenar vendas ao exterior, cooperação em segurança e desarmamento, coordenação do controle de forças nucleares estratégicas, apoio a instalações científicas e técnicas em Baykonur e Semipalatinsk, e aceitação do princípio da inviolabilidade das fronteiras existentes.
10 de outubro	O Presidente do Banco Central russo, Victor Gerashchenko, anuncia a criação de um banco comum pelos seis países da CEI, Rússia, Cazaquistão, Uzbequistão, Belarus, República Quirguiz e Armênia.
19 de outubro	Abdurakhim Pulatov, líder do movimento de oposição Birlik no Uzbequistão, é atacado por dois homens armados.
20 de outubro	Os Presidentes do Azerbaijão, República Quirguiz, Turcomenistão, Uzbequistão e Cazaquistão reúnem-se em Ancara para o primeiro encontro de líderes de países turcófonos.
4 de novembro	Líderes do Cazaquistão, República Quirguiz, Uzbequistão e Tadjiquistão se reúnem em Almaty para discutir medidas para lidar com a guerra civil no Tadjiquistão.
6 de novembro	O Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Andrei Kozyrev, se reúne com o Presidente Niyazov no Turcomenistão.
4 de dezembro	É realizado o nono encontro de cúpula de líderes da CEI em Minsk.
8 de dezembro	A constituição do Uzbequistão é adotada pelo Soviete Supremo.
1993	**Principais acontecimentos**
3-4 de janeiro	Presidentes da região reúnem-se em Tashkent para discutir cooperação regional. Karimov, em conferência de imprensa após o encontro, diz que foram adotadas medidas para criar um mercado comum centro-asiático.
13 de janeiro	O Ministro das Energias do Uzbequistão anuncia que o Uzbequistão se retirará da grade de poder da Ásia Central.
4 de fevereiro	O Ministro da Defesa da Rússia, Pavel Grachev, visita o Tadjiquistão e anuncia a assistência russa para o estabelecimento de uma nova guarda fronteiriça tadjique.
27 de fevereiro	Nazarbayev e Yeltsin se reúnem para discutir as relações bilaterais russo-cazaques no contexto do acordo da CEI sobre segurança e economia.

11 de março	A Conferência Ortográfica Turca, sediada em Istambul, anuncia um comunicado que convoca a transição para o alfabeto latino para todas as línguas turcas da Ásia Central.
29 de março	Sangak Safarov e Faisuli Saidov, ex-comandantes militares da Frente do Povo Tadjique, são assassinados em circunstâncias misteriosas na cidade de Kurgan-Tiube, no Tadjiquistão.
7 de abril	É concluído um acordo final entre o Cazaquistão e o Chevron sobre o negócio do campo petrolífero Tengiz.
11 de abril	Rakhman Nabiev, o presidente tadjique deposto, é encontrado morto em circunstâncias misteriosas.
16 de abril	A cúpula extraordinária da CEI se reúne em Minsk.
21 de abril	Em Tóquio, o Presidente Akayev é informado que a República Quirguiz receberá 60 milhões de dólares em empréstimos com juros baixos, do Banco Mundial, com a assistência do governo japonês.
27 de abril	A República Quirguiz recebe o *status* de nação em desenvolvimento, por parte de Banco Mundial, fato que lhe permite se qualificar à assistência especial.
5 de maio	O parlamento da República Quirguiz adota uma nova constituição.
14 de maio	A República Quirguiz introduz moeda própria, o *som*.
25 de maio	O Tratado de Assistência Mútua russo-tadjique é assinado por Yeltsin e Rakhmonov, em Moscou.
10 de junho	O Banco para o Desenvolvimento Asiático concorda em admitir os estados centro-asiáticos como membros.
15 de junho	Ministros da Defesa de seis países da CEI, em reunião em Moscou, votam na dissolução do Comando Supremo das Forças Conjuntas da Comunidade.
18 de junho	Os presidentes uzbeque e quirguiz assinam acordo econômico na esteira de disputas sobre a introdução, pela República Quirguiz, de uma moeda nacional. A República Quirguiz reconhece dívidas atrasadas com o Uzbequistão.
21 de junho	A Corte Suprema do Tadjiquistão considera ilegais os quatro principais partidos da oposição (Partido Democrático, Partido Islâmico da Renascença, Lale Badzakhson e Rastokhez).
23-26 de junho	O Soviete Supremo do Tadjiquistão se reúne e declara que todos os decretos de Akbarsho Iskandarov, ex-presidente, são ilegais, e, portanto, nulos.
5 de julho	Acordo de Assistência Militar russo-quirguiz é assinado em Bishkek.
8 de julho	A OCE se reúne em Istambul.
20 de julho	Abdullajanov, Primeiro-Ministro do Tadjiquistão, assina acordo com o Vice-Primeiro-Ministro da Rússia, Aleksandr Shokhin, para reescalonar a dívida do Tadjiquistão com a Rússia.

31 de julho	Evgenii Primakov se reúne com Burhaniddin Rabani, Presidente do Afeganistão, e Ahmed Shah Masood, ex-Ministro de Defesa do Afeganistão, para discutir a questão da fronteira afegã-tadjique.
6 de agosto	Seis membros da oposição uzbeque são condenados em Tashkent, pela tentativa de organizar uma *Milli Majlis* (Assembleia Nacional), mas são, de imediato, anistiados por um decreto do Presidente Karimov do Uzbequistão.
7 de agosto	Chefes de Estado do Cazaquistão, República Quirguiz, Rússia e Uzbequistão se reúnem em Moscou para adotar medidas extraordinárias para assegurar a fronteira afegã-tadjique.
15 de agosto	Os Ministros das Relações Exteriores do Afeganistão e do Tadjiquistão lançam um comunicado que convoca o final de todos os ataques transfronteiriços.
22 de agosto	Morre Dinmukhamed A. Kunaev, ex-Primeiro-Secretário do Partido Comunista do Cazaquistão.
2 de setembro	O parlamento do Uzbequistão aprova a lei da nova língua, oficialmente mudando a grafia do uzbeque, do cirílico para o alfabeto latino, por volta do ano 2000.
2 de setembro	É assinado, em Ashgabat, o Tratado de Segurança e Cooperação Mútua entre a Rússia e o Turcomenistão.
21 de setembro	O Presidente Niyazov do Turcomenistão anuncia que, em 1° de novembro de 1993, o Turcomenistão introduzirá moeda própria, o *manat*, taxado a 1:1 em relação ao dólar.
21 de setembro	O Presidente Yeltsin da Rússia lança um decreto que abole o Congresso Russo de Representantes do Povo, o que provoca uma luta pelo poder. Os Estados centro-asiáticos permanecem tecnicamente neutros nessa luta, mas continuam a cooperar com o governo de Yeltsin.
24 de setembro	Reunidos em Moscou, nove Primeiros-ministros da CEI chegam a um acordo sobre a criação de uma união econômica. Os signatários incluem Armênia, Azerbaijão, Belarus, Moldava, Rússia, e os Estados centro-asiáticos do Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão e Uzbequistão. O Turcomenistão opta pela não participação na união econômica revisada.
24 de setembro	Karimov, em visita de Estado à França, assinou a Carta de Paris, minutada pela CSCE, que estabelecia diretrizes para democracia, direitos humanos e paz.
1º de novembro	O Turcomenistão introduz uma moeda nacional, o *manat*.
1º de novembro	Autoridades do Cazaquistão anunciam que o país poderá introduzir uma moeda nacional, o *tenge*, em 1º de janeiro de 1994.
10 de novembro	Os presidentes do Cazaquistão e Uzbequistão assinam acordo para coordenar políticas monetárias regionais e novas moedas nacionais.
20 de novembro	Muhammad Babur Malikov, Embaixador do Uzbequistão junto às Nações Unidas, abre mão do cargo e procura asilo político nos Estados Unidos.
1º de dezembro	Galym Abilsiitov, Ministro da Ciência cazaque, anuncia que o Cazaquistão pretende arrendar à Rússia o centro espacial em Baykonur.

3 de dezembro	Quarenta e três representantes do Soviete Supremo do Cazaquistão precipitam uma crise ao renunciar a seus mandatos, e concitam outros representantes a seguir seu exemplo. A autodissolução dos Sovietes começara no Cazaquistão, em níveis local e regional, com o soviete da cidade de Almaty, que se extinguiu no mês de novembro anterior.
5 de dezembro	O ministro da Imprensa e Informação do Tadjiquistão formalmente revoga o registro de jornais e periódicos que haviam sido publicados por movimentos e partidos da oposição democrática, nacionalista e islâmica, os quais haviam sido banidos pelo Supremo Tribunal em 1993. As publicações da oposição tadjique foram fechadas em dezembro de 1992, quando o governo atual subiu ao poder.
8 de dezembro	O Soviete Supremo do Cazaquistão se dissolve após designar 7 de março como a data para eleger uma legislatura integral para substituir o parlamento de estilo soviético. Quase 200 dos 350 representantes do Soviete Supremo abriram mão de seus mandatos antes da abertura da sessão. Em uma sessão especial dois dias depois, o Presidente Nazarbayev discursou no parlamento, aprovou a decisão do Soviete Supremo de se dissolver e avisou que questões pendentes de dupla cidadania e língua estatal preocupam a população russa do país. O Soviete Supremo também adotara um novo código eleitoral, sob o qual 135 dos representantes do novo parlamento deveriam ser eleitos em eleitorados com um único integrante ("*single-member constituencies*") e 42, a partir de uma lista compilada pelo presidente.
8 de dezembro	Ativistas de direitos humanos de todos os países centro-asiáticos se reúnem em Bishkek para estabelecer o Congresso de Organizações de Direitos Humanos Não Governamentais. O Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos do Cazaquistão, Tursunbai Akhunov, foi escolhido para presidir a nova organização. Shukhrat Ismatullaev e Vasila Inoyatova, figuras proeminentes do movimento Birlik de oposição uzbeque, foram advertidos pela polícia de Tashkent para não comparecerem ao encontro.
13 de dezembro	O Parlamento do Cazaquistão, em votação de 283 a 1, acede ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, cumprindo uma promessa de Nazarbayev para os Estados Unidos.
13 de dezembro	O Soviete Supremo quirguiz fracassa na obtenção da maioria de dois terços na votação de desconfiança no Primeiro-Ministro Tursunbek Chyngyshev; o Presidente Askar Akayev, de qualquer forma, demite o governo do país. Alguns parlamentares acusaram o primeiro-ministro de exportação ilegal de parte das reservas de ouro do país, e muito da sessão atual da legislatura foi totalmente ocupada por discussões entre os deputados e o primeiro-ministro.
18 de dezembro	Renuncia Abdumalik Abdullajanov, Primeiro-Ministro do Tadjiquistão.
23 de dezembro	A Rússia e o Turcomenistão assinam um acordo sobre cidadania dupla. O acordo permite aos 400 mil russos étnicos do Turcomenistão (cerca de 10% do total da população) manter dupla cidadania.
24 de dezembro	O 14º Encontro de Cúpula da CEI se reúne em Ashgabat para considerar acordos cooperativos sobre a implementação de uma união econômica. Os membros deixam de assinar um acordo proposto pela Rússia sobre os direitos de minorias nacionais. Após a reunião, Yeltsin e Niyazov assinam um acordo formalizando o *status* de tropas russas no Turcomenistão.

25 de dezembro	Um memorando de entendimento entre a Rússia e o Cazaquistão é assinado em relação à base de mísseis Baykonur, no Cazaquistão.
28 de dezembro	O Supremo Soviete do Uzbequistão aprova a realização de eleições no ano seguinte para uma *Majlis* (Assembleia) de 250 assentos, a nova legislatura que substituirá a legislatura da era soviética.
30 de dezembro	O Presidente Niyazov, do Turcomenistão, anuncia o registro de um segundo partido político, o Partido dos Camponeses.
30 de dezembro	Nove batistas russos e um padre ortodoxo russo são assassinados em Dushanbe.
1994	**Principas acontecimentos**
4 de janeiro	O Tadjiquistão anuncia que o rublo russo será a única moeda legal no Tadjiquistão.
5 de janeiro	A liberalização de preços é iniciada no Cazaquistão.
10 de janeiro	Os Presidentes do Cazaquistão e do Uzbequistão concordam em abolir tarifas de comércio e estabelecer um mercado comum.
11 de janeiro	Os presidentes dos cinco países centro-asiáticos se reúnem em Nukus, capital do Caracalpaquistão, para assinar um acordo sobre a criação de um fundo para salvar o Mar de Aral e sobre um programa de três a cinco anos destinado a melhorar a situação ambiental da Bacia de Aral.
12 de janeiro	Dissidentes políticos uzbeques anunciam a fundação de um novo partido político, Istiqlal Yoli (Vereda da Independência) sob a direção de Shodi Karimov, um professor de história que procurou assumir a liderança do *Erk,* do fundador Muhamad Solih, no congresso do partido em 1993.
13 de fevereiro	O Presidente Nazarbayev, do Cazaquistão, inicia uma visita oficial de cinco dias aos Estados Unidos.
24 de fevereiro	O Presidente quirguiz, Akayev, emite decreto concedendo direitos a particulares para arrendar e cultivar trechos de terras por 49 anos. Durante esse período, os arrendamentos dos trechos podem ser vendidos, trocados, herdados ou subarrendados.
2 de março	A Rússia e o Uzbequistão assinam um acordo sobre integração econômica. O acordo estipula ao Uzbequistão e à Rússia coordenar reformas econômicas e políticas fiscais, encoraja os laços entre empresas dos dois países, e assegura a convertibilidade mútua das duas moedas.
7 de março	Ocorrem eleições parlamentares no Cazaquistão. Uma missão observadora da CSCE nota que os procedimentos eleitorais não cumprem padrões internacionalmente aceitos.
29 de março	O Presidente Nazarbayev, do Cazaquistão, convoca os estados da CEI para formar uma organização muito parecida com a União Europeia, de 12 membros. Ele advoga o estabelecimento de uma moeda única e liberdade de movimento nas fronteiras nacionais. Nazarbayev também defende a modificação da CEI a fim de formar um agrupamento menor – e propõe o nome "União Euro-asiática" – a qual serviria como um "cinto de estabilidade e segurança", e do qual países envolvidos em conflitos militares seriam excluídos.

9 de junho	Em um discurso ao novo Soviete Supremo do Cazaquistão, o Presidente Nazarbayev solicita ao Parlamento mudar a capital do país, de Almaty para Akmola (ex-Tselinograd).
11 de junho	Delegação da Otan visita a República Quirguiz.
10 de julho	A Mercedes-Benz anuncia planos para abrir uma fábrica de caminhões no Uzbequistão.
28-30 de setembro	A CSCE realiza um seminário em Tashkent centrado em gerenciamento de conflitos e segurança na Ásia Central.
6 de novembro	São realizados no Tadjiquistão uma eleição presidencial e um referendo sobre uma nova constituição.
17 de novembro	Hamid Hakimov, editor do *Haq Suzi*, semanário em língua uzbeque, e membro proeminente da comunidade uzbeque no Tadjiquistão, é baleado em seu apartamento em Dushanbe.
23 de novembro	Seicentos quilos de urânio altamente enriquecido são comprados do Cazaquistão pelos Estados Unidos.
1995	**Principais acontecimentos**
	No Uzbequistão, ativistas do partido de oposição *Erk* são presos sob a alegação de conspirarem para derrubar o governo.
	O Presidente da República Quirguiz, Akayev, é reeleito com mais de 70% dos votos.
	O Cazaquistão obtém o *status* de país livre de armamentos nucleares.
6 de janeiro	Boris Shikhmuradov é nomeado Primeiro-Ministro do Turcomenistão.
13 de janeiro	Mais de cem mil mineiros carvoeiros do norte do Cazaquistão entram em greve, em protesto ao não pagamento de salários atrasados por parte do sindicato governamental dos mineradores.
10 de fevereiro	Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão e Uzbequistão concordam em unir-se a um sistema de defesa aérea unificado da CEI.
26 de fevereiro	Eleições parlamentares no Tadjiquistão são adiadas devido ao baixo nível de inscrições.
2 de março	Presidentes centro-asiáticos se reúnem em Dashkouz, Turcomenistão, e concordam em medidas para salvar o Mar de Aral.
11 de março	O Presidente Nazarbayev, do Cazaquistão, apoia uma decisão do Tribunal Constitucional que considerou inválidas, por fraude, as eleições parlamentares de março de 1994. O parlamento do Cazaquistão é dissolvido. O presidente passa a governar por decretos.
12 de março	Realizam-se as eleições parlamentares no Tadjiquistão; 60 dos 181 assentos ficam com o Partido Comunista.
26 de março	No Uzbequistão, referendo estende o mandato do Presidente Karimov por mais cinco anos. A aprovação foi de 99,6% dos eleitores.

abril	O Presidente Nazarbayev, do Cazaquistão, vence o referendo que estende o seu mandato até o ano 2000.
1º de julho	O Cazaquistão adota um novo código fiscal.
28 de agosto	Chefes de Estado de Azerbaijão, Cazaquistão, República Quirguiz, Turquia, Turcomenistão e Uzbequistão se reúnem em Bishkek e assinam a Declaração de Bishkek, a qual convoca a unidade de propósito dos estados turcos.
agosto	Referendo aprova a nova Constituição cazaque.
22 de setembro	Em um encontro da comissão executiva permanente da Comissão Econômica Interestatal da CEI, autoridades da República Quirguiz, Uzbequistão e Tadjiquistão expressam o desejo de unir-se à união alfandegária que inclui Rússia, Belarus e Cazaquistão.
13 de outubro	Rustam Akhmedov, Ministro da Defesa do Uzbequistão, e William Perry, Secretário da Defesa dos Estados Unidos, assinam um acordo bilateral de defesa cooperativa em conformidade com o programa de Parceria pela Paz da Otan.
16 de outubro	O Ministro da Agricultura do Cazaquistão anuncia que a safra de grãos de 1995 se classifica como a pior em 30 anos.
17 de outubro	O Presidente Niyazov, do Turcomenistão, lança nova lei que permite a posse de terra por parte de estrangeiros.
27 de outubro	O Presidente Karimov, do Uzbequistão, publicamente critica o Presidente Niyazov, do Turcomenistão, por sua dependência em relação a tropas fronteiriças russas e seus "esforços para restaurar" a ex-União Soviética.
2 de novembro	Ministros da defesa de estados da CEI se reúnem para discutir cooperação técnico-militar, treinamento de pacifistas, e a situação no Tadjiquistão. A Rússia concorda em auxiliar a República Quirguiz, Tadjiquistão, Cazaquistão e Uzbequistão na atualização dos sistemas de defesa aérea.
3 de novembro	Primeiros-Ministros da CEI assinam dez documentos de cooperação econômica, inclusive acordos sobre cooperação científica e técnica, o transporte de gás natural e aviação civil, em Moscou. A República Quirguiz, Uzbequistão e Tadjiquistão unem-se à união alfandegária integrada pela Rússia, Belarus e Cazaquistão.
17 de novembro	O chefe dos cossacos no Cazaquistão, Nikolai Gunkin, é condenado sob acusação de participar em uma manifestação ilegal.
5 de dezembro	São realizadas eleições no Cazaquistão para a Câmara Alta do país. Cada um dos 19 parlamentos regionais, os *maslihats*, elegem dois representantes.
9 de dezembro	São realizadas eleições no Cazaquistão para a Câmara Baixa desse país, o *Majlis*.
24 de dezembro	São realizadas eleições presidenciais e referendo sobre a língua russa na República Quirguiz.
30 de dezembro	Askar Akayev toma posse como Presidente da República Quirguiz.

1996	**Principais acontecimentos**
	Na República Quirguiz, referendo aprova emenda constitucional que concede mais poderes ao Executivo e limita os do Legislativo.
	Rebeldes Islâmicos se apoderam de cidades no sudoeste do Tadjiquistão. As Nações Unidas intercediam as negociações de cessar-fogo entre o Governo tadjique e os rebeldes.
	Uzbequistão, Cazaquistão e República Quirguiz criam o Mercado Único Econômico.
1997	**Principais acontecimentos**
	É legalizada a posse privada de terras no Turcomenistão.
	O Governo e os rebeldes do Partido da Oposição (OTU) assinam Acordo de Paz, que pôs fim à guerra civil. A Comissão Nacional de Reconciliação abrange membros do Governo e da oposição para supervisionar a implementação do acordo.
	O Presidente tadjique Rakhmonov é ferido durante um atentado.
	A capital do Cazaquistão é transferida de Almaty para Akmola.
1998	**Principais acontecimentos**
	Começa a exportação de gás turcomeno para o Irã.
julho	Corte Constitucional decide que o Presidente quirguiz Akayev poderá concorrer a um terceiro mandato no ano 2000.
	A nova capital do Cazaquistão recebe o nome de Astaná.
	No Cazaquistão, é feita uma emenda à Constituição, estendendo o mandato presidencial de 5 para 7 anos e é retirado o limite de idade para o presidente.
	O Presidente Rakhmonov anistia os líderes exilados da oposição e concorda em apontar o líder da oposição Islâmica como vice-primeiro-ministro.
	O Tadjiquistão adere à CEI.
dezembro	A República Quirguiz é a primeira ex-República Soviética a ingressar na OMC.
1999	**Principais acontecimentos**
	O Presidente Rakhmonov é reeleito com 96% dos votos.
	Nazarbayev é reeleito Presidente da República do Cazaquistão.

	A OTU, no âmbito do processo de paz, decide que seu braço armado integre o exército tadjique.
	Explosões de bombas em Tashkent matam dezenas de pessoas. O Presidente Karimov culpa "fanáticos" do Imu.
	O Imu declara uma *jihad* e exige uma retratação pública por parte do Presidente Karimov.
	Operando de esconderijos nas montanhas, os combatentes do Imu dão início a uma série de conflitos contra as forças governamentais.
agosto/ setembro	República Quirguiz: o governo manda tropas após militantes islâmicos apoderarem-se de várias vilas e fazerem muitos reféns próximo à fronteira com o Tadjiquistão.
28 de dezembro	Niyazov foi nomeado Presidente vitalício do Turcomenistão pelo órgão representativo que reunia integrantes de todos os poderes, o Khalk Maslakhaty (Conselho do Povo).
2000	**Principais acontecimentos**
09 de janeiro	Karimov é reeleito Presidente do Uzbequistão.
	Ocorre a última reunião da Comissão Nacional Tadjique de Reconciliação.
	O Banco Mundial recomenda que sejam realizadas reformas econômicas no Cazaquistão.
	Após incursões de militares islâmicos na República Quirguiz e no Uzbequistão, o governo cazaque intensifica a segurança nas áreas fronteiriças.
	No Turcomenistão, Niyazov anuncia que deixará o poder em 2010, quando completará 70 anos.
março	É instalado o Parlamento Bicameral do Tadjiquistão.
	Uma nova moeda é introduzida no Tadjiquistão: o somoni.
	Vistos tornam-se necessários para viagens entre Tadjiquistão e Uzbequistão.
agosto	Forças do governo quirguiz novamente enfrentam militantes islâmicos que atravessaram a fronteira com o Tadjiquistão e tomaram pessoas como reféns.
novembro	Askar Akayev é reeleito para um mandato de mais cinco anos na Presidência da República Quirguiz. Observadores internacionais afirmam que houve falhas na lisura do pleito eleitoral.
2001	**Principais acontecimentos**
	Medidas drásticas são tomadas contra os Uigures, após tiroteio em Almaty.
março	É aberto o primeiro gasoduto de grande importância para o transporte de petróleo a partir do Mar Cáspio para o mercado mundial, estendendo-se desde o campo de Tengiz, no oeste do Cazaquistão, até o porto de Novorossiysk, na Rússia.

abril	Vice-Ministro do Interior do Tadjiquistão, Habib Sanginov, é assassinado em Dushanbe.
junho	Os líderes da China, Rússia, Cazaquistão, República Quirguiz, Uzbequistão e Tadjiquistão inauguram a OCX, com o intuito de promover comércio e investimento entre os Estados-membros.
	No Uzbequistão, cerca de 70 pessoas são presas por terrorismo seguido de incursões transfronteiriças no Sul, por militantes islâmicos.
agosto	Dezenove mil prisioneiros tadjiques são anistiados, marcando o 10º aniversário de independência no país.
setembro	O Ministro da Cultura tadjique, Abdurakhim Rakhimov, é assassinado.
	Após o 11 de setembro, o Tadjiquistão é convidado a apoiar os Estados Unidos na Guerra ao Terror.
outubro	O Uzbequistão permite que os Estados Unidos usem as suas bases aéreas para os ataques ao Afeganistão.
novembro	Turcomenistão e Uzbequistão assinam Declaração de Amizade e fecham acordos para uso de recursos hídricos.
dezembro	O Presidente Nazarbayev se encontra com o Presidente George Bush e declaram o compromisso de parceria estratégica de longo prazo.
2002	**Principais acontecimentos**
janeiro	O Presidente Nazarbayev indica Imangali Tasmagambetov para o cargo de Primeiro-Ministro no lugar de Kazymzhomart Tokayev, que renunciou.
	O Presidente uzbeque Karimov ganha apoio para aumentar sua permanência no exercício da Presidência da República, de cinco para sete anos, em um referendo que, segundo os críticos, foi uma manobra para permanecer no poder.
	O Deputado líder da oposição quirguiz, Azimbek Beknazarov, é detido sob acusações supostamente de cunho político e ligadas às suas críticas à intenção do governo de alienar terras em disputa com a China e o Cazaquistão.
fevereiro	Importante ativista quirguiz dos direitos humanos morre em greve de fome, protestando contra a prisão do deputado Beknazarov, líder da oposição.
março	Cinco pessoas morrem em conflitos com a polícia quirguiz, em protestos exigindo a libertação Deputado Beknazarov.
	O Presidente Karimov visita os Estados Unidos, e um tratado de parceria estratégica é assinado.
maio	Outro importante líder da oposição quirguiz, Felix Kulov, é sentenciado a 10 anos de reclusão. Ele foi preso em março de 2002, por abuso de poder quando era Ministro da Segurança Nacional.
	Nikolay Tanayev é indicado para o cargo de Primeiro-Ministro da República Quirguiz. Bakiyev renunciou após uma comissão estatal verificar que oficiais de alto escalão do governo eram culpados pela morte de cinco civis, em protestos em março.

	O líder da oposição quirguiz, Azimbek Beknazarov, é libertado da prisão.
	O Parlamento quirguiz ratifica acordos sobre fronteira com a China.
	O Presidente Karimov visita os Estados Unidos, e um Tratado de Parceria Estratégica é assinado.
julho	O Tadjiquistão dobra o número de tropas de patrulha na fronteira com o Afeganistão, para prevenir a entrada de membros da rede terrorista Al-Qaeda em seu território.
setembro	Uzbequistão e Cazaquistão encerram uma antiga disputa fronteiriça.
outubro	República Quirguiz e China dão início a seu primeiro exercício militar conjunto, cujo objetivo é coordenar suas ações na luta contra o terrorismo.
novembro	Dezenas de pessoas são detidas em protestos da oposição na capital quirguiz. Os manifestantes requeriam a renúncia do presidente. O Primeiro-Ministro Tanayev acusou os manifestantes de tentarem desestabilizar o governo e apossar-se do poder.
	O Presidente Niyazov sai ileso de um atentado, durante uma passeata na capital. Mais de 40 ativistas da oposição e o Ministro do Exterior, Boris Shikhmuradov, são acusados, presos e sentenciados à prisão perpétua.
dezembro	Explosão no mercado de Bishkek mata sete pessoas. Investigações apontam para um ataque terrorista.
2003	**Principais acontecimentos**
janeiro	Presidente Nyazov ordena cortes substanciais nos auxílios econômicos dados pelo governo à população, afirmando a necessidade de reorganizar o sistema de gastos no país.
	Sergey Duvanov, jornalista e crítico do governo de Nazarbayev, é declarado culpado de abuso de um menor e é preso. Grupos de defesa dos Direitos Humanos afirmam que houve falhas no julgamento, e que foi uma tentativa de calar a mídia crítica do presidente. Duvanov é solto após cumprir um ano de sua sentença de três anos e meio, passando a servir em regime condicional.
fevereiro	Referendo na República Quirguiz aprova uma mudança constitucional que, de acordo com o presidente Akayev, tem a intenção de atribuir uma parte dos seus poderes ao Parlamento. Segundo observadores internacionais e membros da oposição, houve muita irregularidade na votação.
	No Tadjiquistão, 11 militantes islâmicos são sentenciados à morte e outros muitos condenados à prisão perpétua, acusados de assassinatos e sequestros durante a Guerra Civil.
abril	Acordo assinado com a China para a construção de gasodutos sino- turcomenos.
	O Presidente Niyazov assina acordo com a Gazprom, durante visita a Moscou, pelo qual garante que a Rússia terá direito a 60% do gás turcomeno anualmente.

	O Presidente Niyazov cancela a dupla cidadania dos cidadãos russos, desencadeando uma contenda diplomática com a Rússia.
	Visita do Presidente russo, Vladimir Putin, ao Tadjiquistão.
maio	Tashkent recebe a reunião anual do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, que expressa desapontamento com o Presidente Karimov por ter falhado em combater a prática de tortura.
	Na República Quirguiz, seis pessoas foram presas acusadas de envolvimento com a explosão que ocorreu na cidade de Osh, matando uma pessoa.
	O líder da oposição cazaque, Mukhtar Ablyazov, foi preso, anistiado e solto.
junho	A Câmara Baixa do Parlamento quirguiz aprova lei que garante imunidade judicial vitalícia ao presidente Akayev e a dois líderes de partidos comunistas da era soviética.
	O Vice-Líder do Partido do Renascimento Islâmico no Tadjiquistão, Shamsiddin Shamsiddinov, é preso e sentenciado a 16 anos de prisão.
	Em referendo, a população vota a favor de permitir ao Presidente tadjique Rakhmonov continuar seu mandato após 2006.
	O Primeiro-Ministro cazaque Tasmagambetov renuncia depois da proposta de lei da reforma agrária. Ele é substituído por Daniyal Akhmetov. Lei que permite a propriedade privada é aprovada.
julho	O Parlamento tadjique aprova um projeto abolindo a pena de morte para as mulheres.
setembro	A companhia russa Gazprom concorda com o aumento de 45% no valor do fornecimento de gás do Turcomenistão.
	O Turcomenistão é acusado de desrespeitar os Direitos Humanos em função da morte da jornalista Ogulsapar Muradova, que estava presa.
outubro	O Presidente Putin inaugura uma base aérea em Kant, próxima à base aérea usada por militares norte-americanos.
dezembro	Morte do Presidente Saparmurat Nyazov após ataque cardíaco. O Vice-Primeiro-Ministro Berdymukhammedov é nomeado Presidente Interino.
	O Presidente uzbeque Karimov demite o Primeiro-Ministro Otkir Sultanov, substituído por Shavkat Mirziyayev.
2004	**Principais acontecimentos**
março	Ao menos 47 pessoas foram mortas em tiroteios e ataques a bomba no Uzbequistão. Autoridades culpam extremistas islâmicos pelos ataques.
abril	O Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento afirma que vai diminuir drasticamente a ajuda enviada ao Uzbequistão, pela falta de avanços nas reformas econômicas e por terem sido considerados insatisfatórios os progressos em defesa dos direitos humanos.
maio	Assinado um acordo entre o Cazaquistão e a China sobre a construção de um gasoduto até a fronteira dos dois países.

julho	Homens-bomba atacam em Tashkent a embaixada de Israel e a embaixada americana; uma das explosões atingiu o escritório do promotor-geral.
	O Parlamento aprova moratória sobre a pena de morte.
agosto	O opositor cazaque Galymzhan Zhakiyanov foi solto da prisão e mandado para um exílio interno.
setembro	O Presidente Nazarbayev mantém o controle da Câmara Baixa do Parlamento, e o seu partido Otan ganha a maioria das cadeiras nas eleições, criticadas por observadores internacionais, que apontaram diversas falhas. O porta-voz do Parlamento, Zharmakhan Tuyakbay, renuncia em protesto.
outubro	A Rússia torna a controlar o Centro de Monitoramento Espacial, da era soviética, situado no Tadjiquistão.
	O líder do Partido Democrático é preso em Moscou, e as autoridades tadjiques solicitam sua extradição, alegando que Mahmadruzi Iskandarov estava envolvido com o terrorismo e corrupção.
novembro	Restrições a práticas comerciais iniciam desordem civil na cidade de Khujand, Uzbequistão. Centenas de pessoas participaram dos protestos.
	Os presidentes do Uzbequistão e do Turcomenistão assinam declaração de amizade e um acordo sobre recursos hídricos.
dezembro	Partidos de oposição são proibidos de participar do processo eleitoral uzbeque.
2005	**Principais acontecimentos**
janeiro	O Governo tadjique acusa militantes islâmicos dos atentados com carro-bomba próximos ao prédio do Governo e ao Ministério da Segurança em Dushanbe.
fevereiro	O Partido do Governo tadjique ganha as eleições parlamentares com um número indiscutivelmente alto: observadores internacionais não acreditam na transparência e veracidade das eleições.
	As eleições parlamentares quirguizes geraram uma onda de protestos, já que muitos candidatos de oposição ou os independentes foram proibidos de concorrer.
	O Presidente turcomeno sugere o fechamento dos hospitais, com exceção dos da capital, após submeter-se a uma cirurgia nos olhos.
março	Grupos de oposição se unem para criar o Movimento por um Cazaquistão Justo, liderados por Zharmakhan Tuyakbay.
	Os protestos na República Quirguiz intensificam-se. Manifestantes ocupam prédios públicos no Sul do país e pedem a renúncia do Presidente Akayev, que viaja para a Rússia.
	A Suprema Corte quirguiz anula os resultados das eleições, embora a Comissão Eleitoral afirme que foram válidas. Bakiyev declara que o antigo Parlamento o havia indicado Chefe de Estado e de Governo.
	O líder da oposição quirguiz, Felix Kulov, é libertado da prisão.

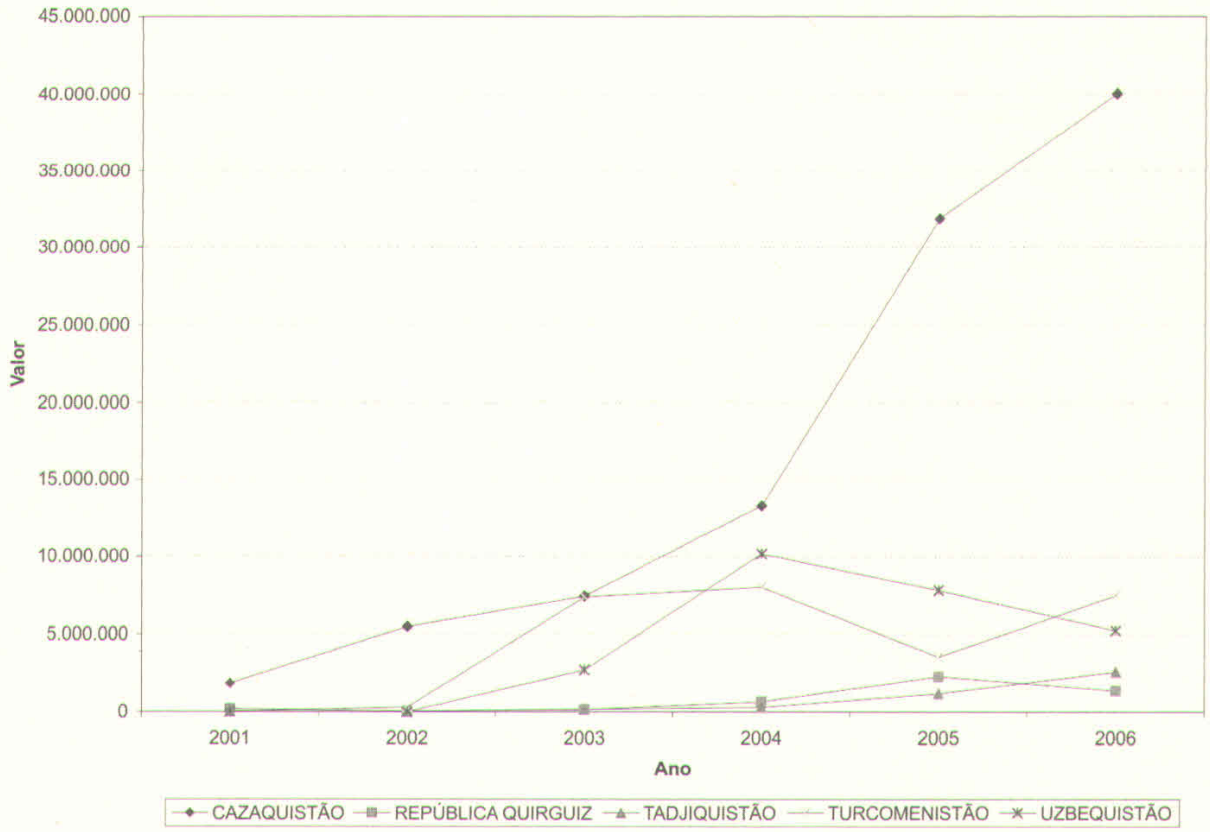
abril	O Presidente quirguiz, Akayev, ainda em Moscou, renuncia.
13 de maio	Desordens na cidade de Andijon, com soltura de presos, ocupação de prédio público e tomada de reféns. Tropas do governo reagem contra os revoltosos, muitos dos quais acusados de serem membros de grupos radicais de orientação islâmica. Centenas de manifestantes foram mortos (187, segundo o governo, e mais de mil, segundo ONGs de direitos humanos).
	O Vice Primeiro-Ministro do Turcomenistão, Elly Kurbanmuradov, autoridade importante do setor de energia, é afastado do cargo acusado de corrupção e sentenciado a 25 anos de prisão.
junho	Tropas russas afastam-se da fronteira entre os dois países, dando espaço para as tropas tadjiques.
julho	Kurmanbek Bakiyev ganha as eleições quirguizes por ampla maioria.
	Rejep Saparov, Chefe da Administração Presidencial turcomeno, cargo muito elevado na hierarquia dos países da região, é destituído sob acusação de corrupção.
agosto	A Câmara Alta do Parlamento uzbeque vota a favor da expulsão das tropas americanas da base aérea em Khanabad, usada na ofensiva contra o Afeganistão.
	O Presidente da República Quirguiz, Kurmanbek Bakiyev, toma posse e nomeia Felix Kulov Primeiro-Ministro.
setembro	Bayaman Erkinbayev, Deputado e Presidente do Comitê Olímpico quirguiz, é morto a tiros.
outubro	No Tadjiquistão, o líder opositor Mahmadruzi Iskandarov é sentenciando a 16 anos de prisão, acusado de terrorismo e corrupção.
	O Deputado Tynychebel Akmatbayev e outras autoridades quirguizes são assassinados durante uma visita a um presídio próximo a Bishkek.
novembro	Importante crítico do governo de Nazarbayev, Zamanbek Nurkadilov, é encontrado morto a tiros em sua casa.
	A Suprema Corte do Uzbequistão condena 15 homens por participação no massacre de Andijan. As penas variam de 14 a 20 anos de reclusão.
	Firmado um tratado de aprofundamento da cooperação militar entre o Uzbequistão e a Rússia.
dezembro	Nazarbayev ganha as eleições com mais de 90% dos votos. Observadores internacionais afirmam que houve falhas nas eleições.
	O Presidente cazaque inaugura cerca de 1.000 km de gasoduto, levando petróleo até o oeste da China.
2006	**Principais acontecimentos**
janeiro	W. Raatbek Sanatbayev, candidato à Presidência do Comitê Olímpico Quirguiz, é assassinado a tiros.
	O presidente turcomeno ordena cortes substanciais nos auxílios econômicos dados pelo governo à população, afirmando que eram necessários para reorganizar os gastos públicos.

fevereiro	Importante opositor do governo Nazarbayev, Altynbek Sarsenbaiuly, seu segurança e seu motorista são encontrados mortos a tiros nos arredores de Almaty.
	O Porta-voz do Parlamento quirguiz, Omurbek Tekebayev, renuncia após discussão com o Presidente Bakiyev e passa a integrar a oposição.
	Milhares de manifestantes na República Quirguiz exigem que o Presidente Bakiyev lute contra o crime e a corrupção ou renuncie.
março	Sanjar Umarov, líder do Movimento Uzbeque de oposição Sol Nascente, é sentenciado a 11 anos de reclusão – posteriormente reduzidos a 8 anos – por crimes econômicos. O grupo havia criticado os ataques em Andijan e reclamado por reformas econômicas.
	Ativista dos direitos humanos e crítico do massacre de Andijan, Mukhtabar Tojibayeva é sentenciado a 8 anos de reclusão por crimes econômicos.
abril	O Turcomenistão assina acordo com a China para a construção de gasodutos.
maio	Na República Quirguiz muitas pessoas são mortas em combate na região do Vale do Fergana; constam testemunhos de que homens armados vieram do Tadjiquistão.
	Ainda na República Quirguiz, Ryspek Akmatbayev, importante figura pública e irmão do Deputado morto em outubro do ano anterior, é assassinado na prisão.
	Os protestos quirguizes continuam exigindo que seja feita uma reforma constitucional e mais ação para combater o crime e a corrupção.
agosto	Gaffor Mirzoyev, comandante de tropas militares, é sentenciado à prisão domiciliar, sendo acusando de cooperação com redes terroristas e traição ao governo tadjique.
	Na República Quirguiz, o Imam Rafik Kamalov, religioso popular no Vale do Fergana, é assassinado próximo à fronteira do Uzbequistão por tropas especiais, como medida contra rebeldes islâmicos, sendo pranteado por milhares de pessoas.
	Said Abdullo Nuri, líder oposicionista tadjique, do legalizado partido islâmico, morreu de causas naturais.
setembro	Quarenta e uma pessoas morrem na explosão de gás em uma mina de carvão ao Sul de Astaná.
	O Ministro da Saúde cazaque e outros funcionários de alto escalão são demitidos depois de dezenas de crianças terem sido infectadas com o vírus da aids após passarem por tratamento de transfusão de sangue, infectado, em clínicas pediátricas no Sul do país.
	A Gazprom concorda com o aumento de 45% no valor do fornecimento do gás do Turcomenistão.
	A morte da jornalista Ogulsapar Muradova, que estava presa, leva o Turcomenistão a sofrer acusações de violação de direitos humanos.
novembro	O Presidente Rakhmonov ganha as eleições presidenciais para seu terceiro mandato, deixando dúvidas em observadores internacionais quanto à veracidade das eleições.
dezembro	Morre, de ataque cardíaco, o "Turkmenbashi", o "Líder dos Turcomenos", o Presidente Saparmurat Nyiazov. O Vice-Primeiro-Ministro Gurbanguly Berdimuhamedov é nomeado Presidente Interino, com o apoio dos setores de segurança e militares, além dos clãs do país.

2007	Principais acontecimentos
janeiro	O Primeiro-Ministro do Cazaquistão, Daniyal Akhmetov, renuncia e é substituído por Karim Massimov.
fevereiro	Gurbanguly Berdimuhamedov é eleito Presidente da República do Turcomenistão.
	Vence o mandato de 7 anos do presidente Karimov.
maio	O Parlamento vota favoravelmente à permanência no poder por tempo indeterminado do Presidente Nazarbayev.
	Nazarbayev demite o genro, em uma aparente batalha de poder.
agosto	No Cazaquistão, 30 muçulmanos são julgados sob a acusação de pertencerem ao grupo Hizb ut-Tahrir.
	O partido do Presidente Nazarbayev, Nur-Otan, fica com todas as cadeiras na Câmara Baixa, após as eleições. De acordo com observadores internacionais, o país melhorou um pouco na condução do processo eleitoral, mas ainda há muito a ser feito.
	A União Europeia abranda as sanções impostas ao Uzbequistão, após o massacre de Andijon.

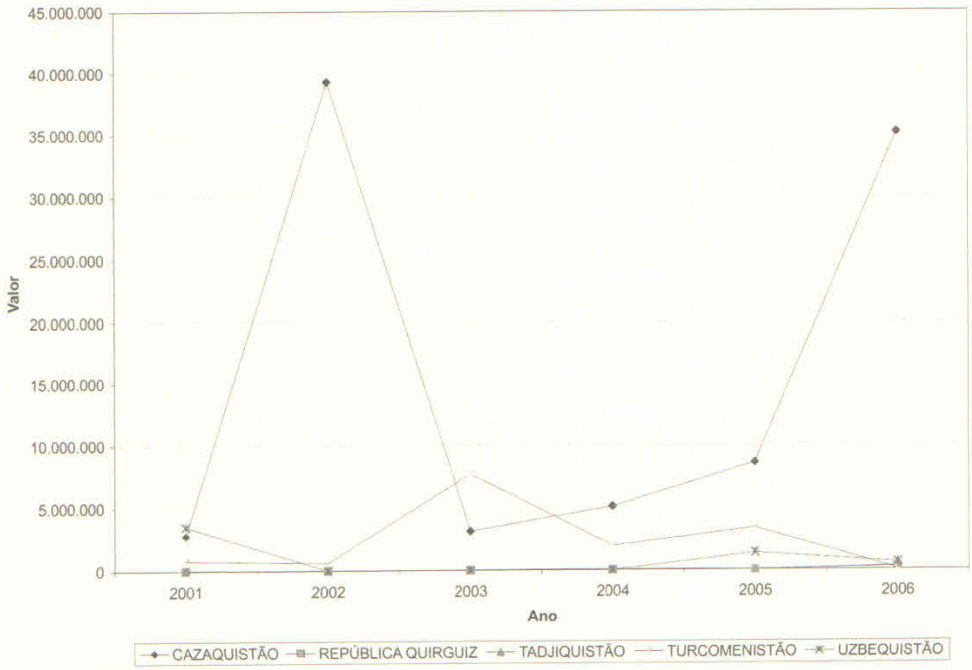
Anexo 4
Lista de gráficos

Gráfico 1 – Exportação brasileira para os países da Ásia Central entre os anos de 2001 e 2006



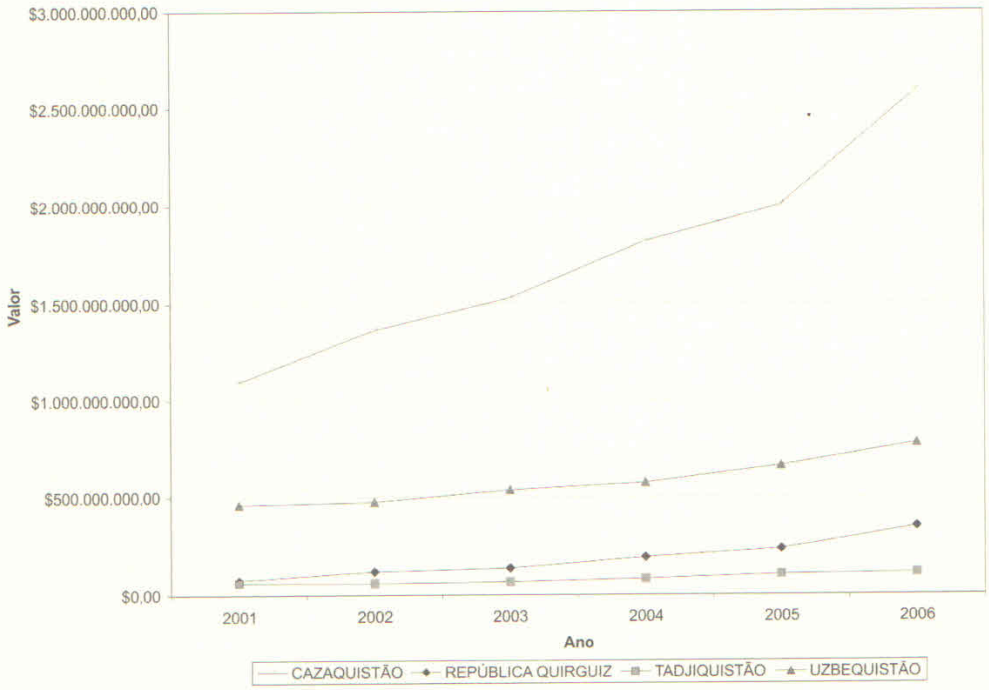
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Elaboração: FGV.

Gráfico 2 – Importação brasileira para os países da Ásia Central entre os anos de 2001 e 2006



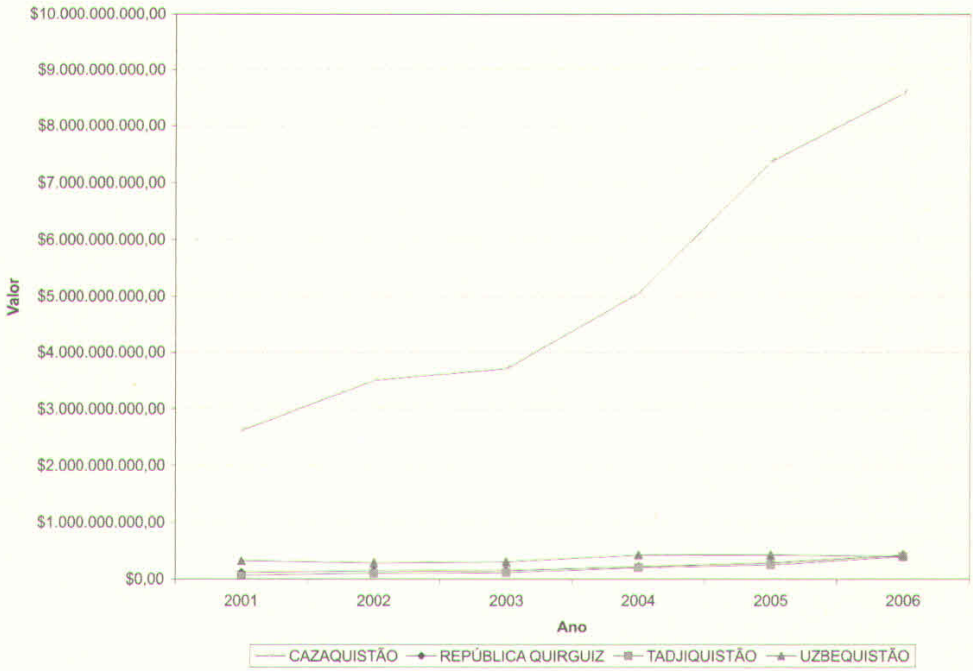
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Elaboração: FGV.

Gráfico 3 – Exportação global dos países da Ásia Central entre os anos de 2001 e 2006



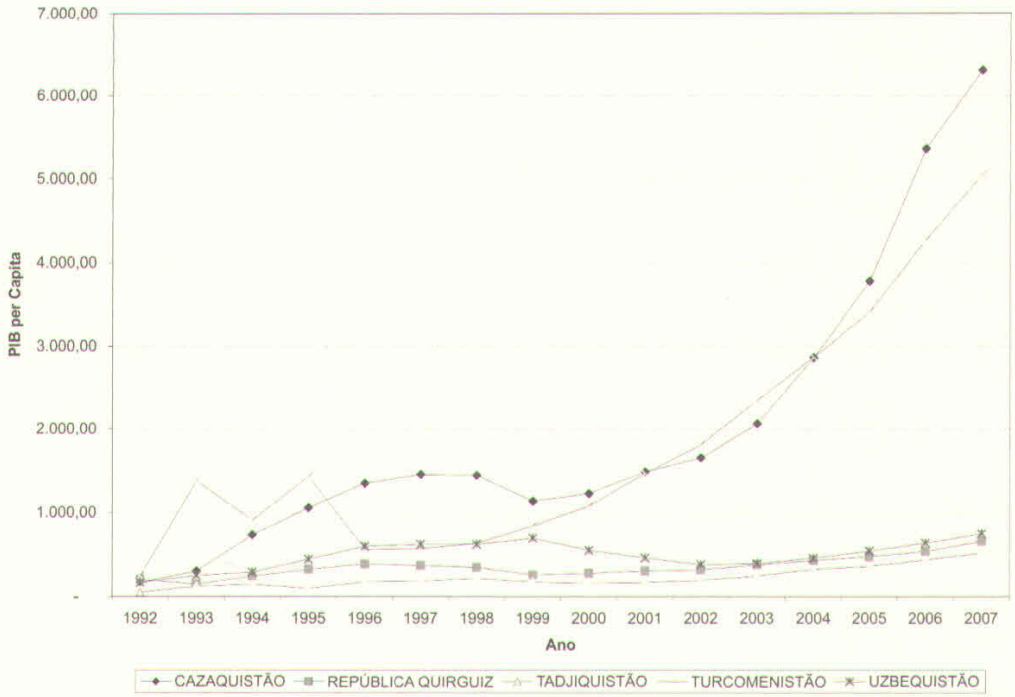
Fonte: World Trade Organization. Elaboração: FGV.

Gráfico 4 – Importação global dos países da Ásia Central entre os anos de 2001 e 2006



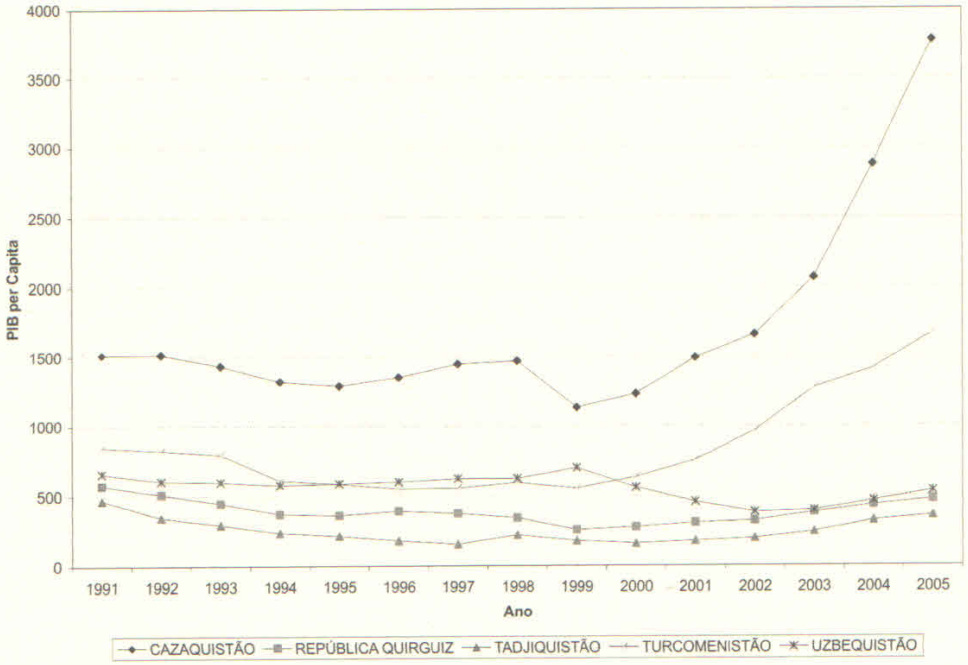
Fonte: World Trade Organization. Elaboração: FGV.

Gráfico 5 – PIB *per capita* (preços correntes) dos países da Ásia Central entre os anos de 1992 e 2007



Fonte: FMI. Elaboração: FGV.

Gráfico 6 – PIB *per capita* (preços correntes) dos países da Ásia Central entre os anos de 1991 e 2005



Fonte: Banco Mundial. Elaboração; FGV.

Anexo 5

Discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Conferência de Londres sobre o Afeganistão – "Perspectivas Políticas: O Pacto Global". Londres, Reino Unido, 31 de janeiro de 2006

Presidente Hamid Karzai, Ministro Dr. A. Abdullah e Secretário de Relações Exteriores Jack Straw, Excelências,

Esta conferência confirma o apoio da comunidade internacional à construção de um Afeganistão pacífico, democrático e próspero. Minha presença aqui demonstra a natureza global dos desafios com que nos defrontamos. O que acontece no Afeganistão importa para seus vizinhos na Ásia Central; importa para os Estados Unidos e para a Europa. Mas também importa para a América Latina e, é claro, para o Brasil.

O caminho para a paz e a reconstrução, concebido em Bonn, forneceu as diretrizes necessárias para superar uma herança de estagnação social e econômica, violência política e interferência externa.

O Presidente Karzai merece nosso reconhecimento por seu incansável trabalho e sua sábia liderança.

O Brasil apoiou com grande satisfação as últimas quatro resoluções do Conselho de Segurança sobre o Afeganistão. A unidade de propósito conferiu um quadro de legitimidade à cooperação internacional em benefício do povo afegão. A esse respeito, o "Pacto pelo Afeganistão" é um documento verdadeiramente histórico.

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Afeganistão foram restabelecidas pelos Presidentes Lula e Karzai em 2004.

Estamos prontos a oferecer nossa cooperação ao Afeganistão, particularmente em áreas como monitoramento do comércio exterior e de finanças públicas, censo populacional, pesquisa agrícola, desminagem e assistência eleitoral. O Brasil vem implementando uma série de programas na área de direitos humanos, como a igualdade de gênero e raça e o combate à fome e à pobreza. Estamos prontos a compartilhar tais experiências.

A construção da paz não é uma tarefa exclusivamente de segurança. A reconstrução institucional deve caminhar em conjunto com o desenvolvimento econômico e social. Esse conceito está no centro da recém-criada Comissão de Construção da Paz. Estamos satisfeitos em observar que também merece destaque no "Pacto pelo Afeganistão".

As experiências no Haiti, no Timor Leste e em muitos países da África mostram a importância de harmonizar a cooperação regional e multilateral. Cumprimentamos o Afeganistão por incluir seus vizinhos em um diálogo regional.

As estratégias de combate aos narcóticos devem ser vistas como parte integral da reabilitação econômica. Pressupõem assistência aos produtores agrícolas afegãos, a fim de que desenvolvam cultivos alternativos para os quais haja garantia de adequado acesso a mercados.

A experiência política afegã desafia o falso paradigma do "choque de civilizações". Povos de origens diversas estão procurando trabalhar em conjunto para um futuro melhor e mais seguro. Negligenciar o Afeganistão teve um preço alto. Precisamos evitar que isso volte a acontecer, promovendo uma cooperação internacional reforçada e um diálogo político abrangente.

Continuaremos a apoiar o envolvimento das Nações Unidas no Afeganistão. O novo chefe da Missão de Assistência ao Afeganistão (UNAMA), Tom Koenigs, é muito conhecido por sua contribuição para os esforços de estabilização na América Central. Estamos seguros de que adotará o mesmo espírito construtivo em sua nova missão.

O Brasil está pronto para ampliar sua cooperação à medida que o Afeganistão retoma sua posição como um centro de comércio, cultura e civilização.

Anexo 6

Exemplo de uma cidade grega na Ásia Central: Alexandria do Oxus, Ai Khanoum, a "Senhora da Lua" (a vista fotográfica das ruínas nos dias de hoje e, a seguir, em imagem digitalizada pelos arqueólogos da missão francesa que explora as ruínas da cidade)





Anexo 7

Relação das Embaixadas residentes, Embaixadas cumulativas, Repartições consulares e representações de organismos internacionais nos países da região centro-asiática

1. Cazaquistão (Almaty e Astaná)

Embaixadas Residentes	Embaixadas Cumulativas	Consulados	Organismos Internacionais
Afeganistão			
África do Sul (Almaty)		Alemanha (Astaná)	Banco Mundial
Alemanha (Almaty)	Chile (Moscou)	Austrália (Almaty)	ONU (*)
Armênia			
		Bélgica	
Brasil (Astaná)			
Bulgária			
Canadá (Almaty)	Cuba (Moscou)	Itália (Almaty)	
China (Almaty)			
Comissão Europeia (Almaty)		Suíça (Almaty)	
Coreia do Sul			
Egito (Almaty)			
Eslováquia			

Espanha (Almaty)			
Estônia			
Estados Unidos (Astaná)			
França (Almaty)			
Geórgia (Almaty)			
Grécia (Almaty)			
Hungria (Almaty)			
Índia (Almaty)			
Irã (Almaty)			
Israel (Almaty)			
Japão (Almaty)			
Lituânia			
Países Baixos (Almaty)			
Polônia			
Reino Unido (Almaty)			
Rep. Quirguiz (Astaná)			
Rep. Tcheca			
Rússia (Astaná)			
Turquia (Almaty)			
Uzbequistão (Almaty)			

(*) Pnud, ILO, IOM, Unaids, Unesco, UNFPA, UNHCR, Unicef, Unifem, Unsecoord, UNV, WHO

2. República Quirguiz (Bishkek)

Embaixadas Residentes	Embaixadas Cumulativas	Consulados	Organismos Internacionais
Alemanha	África do Sul (Ancara)	Itália (Bishkek)	Banco Mundial
China	Austrália (Moscou)	Reino Unido (Bishkek)	FMI
Comissão Europeia (*)	Brasil (Kiev)		ONU (**)
EUA	Canadá (Almaty)		

Índia	Cuba (Moscou)		
Rússia	Espanha (Almaty)		
	França (Almaty)		

(*) As delegações da Comissão Europeia na República Quirguiz e no Tadjiquistão são chefiadas por Encarregados de Negócios. A delegação na República Quirguiz poderá ser elevada de nível, uma vez que a missão no cazaquistão seja realocada para Astaná.

(**) Pnud, UNV, UNFPA, Unicef, UNHCR, IOM, WHO, UNODC, Unesco, ILO, Unaids, FAO

3. Tadjiquistão (Dushanbe)

Embaixadas Residentes	Embaixadas Cumulativas	Consulados	Organismos Internacionais
Alemanha	África do Sul (Ancara)		ONU (*)
China	Austrália (Moscou)		
Comissão Europeia (**)			
EUA	Brasil (Islamabad)		
França	Canadá (Almaty)		
Índia	Cuba (Moscou)		
Reino Unido	Espanha (Moscou)		
Rússia	Itália (Tashkent)		
Suécia (**)			

(*) UNDP, UNHCR, Unicef, Unesco, UNV

(**) As Missões da Comissão Europeia e a da Suécia são chefiadas por Encarregados de Negócios.

4. Turcomenistão (Ashgabat)

Embaixadas Residentes	Embaixadas Cumulativas	Consulados	Organismos Internacionais
Alemanha	África do Sul (Ancara)		ONU (*)
China	Austrália (Moscou)		
EUA	Brasil (Moscou)		
França	Canadá (Ancara)		
Índia	Espanha (Moscou)		
Reino Unido	Itália (Moscou)		
Rússia			

(*) Unesco, Unicef, UNDP,UNV, UNHCR, UNODC

5. Uzbequistão (Tashkent)

Embaixadas Residentes	Embaixadas Cumulativas	Consulados	Organismos Internacionais
Alemanha	Austrália (Moscou)	África do Sul (Tashkent)	ONU (*)
China	Brasil (Moscou)	Canadá (tashkent)	
Eslováquia			
EUA	Espanha (Moscou)		
França			
Índia			
Itália			
Letônia			
Polônia			
Reino Unido			
Rep. Checa			
Rússia			

(*) UNDP, UNV, UNHCR, Unesco, Unicef, Unaids

Anexo 8

Artigos do ex-Presidente da República e atual Senador José Sarney

Como fazer coisas inúteis

O Iraque passa a ser um exemplo didático que não se esgota na guerra, na invasão, na bagunça sangrenta em que se transformou. É um espelho a refletir sobre a total falta de senso. Quando quiserem fazer coisas inúteis, melhor advertir: não façam Iraque.

Bush fez a guerra para evitar que armas "mortíferas", de destruição em massa, químicas, bacteriológicas, nucleares ameaçassem o mundo. Verdade constatada: nada disso existia nem tinha possibilidade de existir. Era uma terra em miséria, sem dinheiro nem para comprar comida.

Mas havia a justificativa de Saddam estar por trás do ataque trágico, desumano e brutal às torres gêmeas de Nova York. Verdade apurada: o Iraque não teve nenhuma participação naqueles episódios, tinha mais juízo do que Bush de não entrar naquela fria monumental. Apurado e comprovadamente falso.

Saddam estaria ligado à Al- Qaeda, financiando e oferecendo treinamento a terroristas. Apurado até agora: nenhuma ligação tinha Saddam com Al Qaeda. Nem a CIA ou o FBI descobriram.

Saddam era um inimigo frontal dos Estados Unidos, ameaçava-os de toda maneira em uma numa retórica rasteira e inconseqüente, o país e seu governo, através dos seus dirigentes. Verdade.

Saddam organizou um complô para matar o Bush pai. Há indícios. Disso Bush filho não se esqueceu e teve a oportunidade de resumir essa atitude imperdoável numa expressão de bom filho, para ter raiva: "Ele quis matar papai".

Saddam era um ditador execrável, cometeu as piores violações aos direitos individuais, furtou, torturou, matou, escravizou seu povo, tinha um regime de crueldade repugnante. Cristalina verdade.

Saddam caiu. Está preso. Único e bom resultado de toda a guerra. Mas o que aconteceu? O Iraque está mais pobre do que antes, arrasado, seu povo faminto e sem trabalho, o país ocupado por forças estrangeiras que lhe impõem o sistema de dominação mais violento que se possa imaginar.

Saddam torturava. Os soldados americanos torturam com requintes de crueldade que estão chocando o mundo inteiro, têm uma conduta bárbara e indecorosa jamais pensada.

Saddam roubava. Os jornais publicam que há investigações sobre roubos e saques das terras ocupadas, até mesmo de jóias das famílias iraquianas com casas invadidas pelas tropas estrangeiras.

A Guerra do Iraque foi a mais inútil demonstração de força. Tudo o que pensou conjurar está fazendo, deixando no mundo inteiro um rastro de desconfiança sobre o Texas, Cheney e o petróleo iraquiano.

Transformar o país numa democracia. O que se vê é a anarquia e o único regime que pode surgir é uma teocracia, os xiitas no poder.

Se o objetivo da guerra fosse apenas tirar um ditador, mais fácil seria invadir o Turcomenistão, mais fácil e menos traumático, onde há um presidente, Niyazov "Turcomenbashi", que está mudando os dias e os meses em vez de terça-feira, "dia jovem", em vez de quarta, "dia principal", em vez de quinta, "dia favorável" – e que proibiu balés, barbas, dentes de ouro e cabelos compridos. Questionar o presidente é "parricídio". Então, se é para evitar violação aos direitos humanos e banir tiranos, melhor o Turcomenistão. E lá também há petróleo, um fundo de US$ 3 bilhões, depositado no Deutsche Bank, que o presidente, só ele, o divino, pode movimentar.

Folha de S.Paulo (São Paulo – SP, 4 de junho de 2004)

O perigo de Bush aceitar sugestões

Numa dessas minhas sextas-feiras, nessa tarefa nem sempre árdua de encontrar temas, escrevi sobre a Guerra do Iraque e defendi a tese de que o único resultado visível dela foi a prisão de Saddam Hussein, por cujo pescoço George Bush está lambendo os beiços. E disse que, se o objetivo era o de varrer ditadores, mais fácil seria invadir o Turcomenistão, onde um presidente não está fazendo coisas muito ortodoxas.

Não queira saber o leitor o que aconteceu. Meti-me numa encrenca internacional que minha vaidade não esperava. Quem escreve, sem dúvida deseja ser lido, encontrar pessoas que digam "gostei daquele artigo", "aquela história do Lampião é ótima" ("Lampião e o Iphan", 18/6) e outras coisas que amaciam o ego do escriba. Deve ser um sofrimento "retroz" escrever e ver o texto ficar num túmulo, sem ninguém a lê-lo. Golbery, quando o senador Leite Chaves deu um aparte picante sobre a conduta do general Ednardo em São Paulo nos idos de 74 e o ministro Frota quis cassá-lo, argumentou que Leite Chaves já se havia retratado. Frota replicou: "Mas está nos anais do Congresso". Golbery atirou rápido: "Ô Frota, quando você quiser guardar um segredo, ponha nos anais do Congresso. Ninguém fica sabendo nem descobre". Quem quiser saber mais detalhes sobre esse episódio, que leia o excelente novo livro de Elio Gaspari, *"A Ditadura Encurralada"*, que vai completando a obra do grande historiador do nosso tempo que ele é.

Bem, mas eu estava tratando do sofrimento do escritor que ninguém lê, lavado nas lavandas do febeapá: sou o único conhecido jornalista brasileiro que é lido no Turcomenistão.

Numa manhã deste mês, em Moscou, entrou na Embaixada do Brasil, para uma audiência solene, um senhor de barbas longas e severo. Apresentou-se: "Sou o embaixador do Turcomenistão e vim apresentar uma nota de protesto formal, exigindo retratação do governo brasileiro, do articulista e do corpo editorial do jornal pelo artigo escrito pelo senhor José Sarney em que pede que os Estados Unidos invadam o Turcomenistão, que é um país soberano". O embaixador ficou perplexo. Também eu não teria a pabulagem de pensar ser lido pelo embaixador do Brasil em Moscou. Ele não sabia de artigo nenhum e, diplomaticamente, recebeu o documento, afirmando que ia remetê-lo ao Ministério das Relações Exteriores. O homem advertiu: "Embaixador, se não ocorrer

a retratação, isso vai prejudicar as tradicionais relações de amizade turcomeno-brasileiras".

Foi assim que soube que tinha chegado ao Turcomenistão, viajando pelas estepes russas, a minha "boutade" inocente sobre caminhos bem menos custosos para os Estados Unidos nessa questão do Iraque.

De minha parte, aqui, agora, formalmente apresento minhas desculpas ao Turcomenistão e agradeço extremamente comovido a bondade de terem lido este modesto colunista de Pinheiro, que não queria outra coisa eu e os americanos, cuja maioria já pensa assim- senão que George Bush tivesse mais juízo.

Agora, confesso. Na verdade estou com medo de que o presidente Bush – meu leitor assíduo tenha lido o meu artigo e esteja realmente preparando a invasão do Turcomenistão, com o meu protesto.

Folha de S.Paulo (São Paulo – SP, 2 de julho de 2004)

Anexo 9
Situação Mundial da Infância – Relatório

Países e territórios	Classificação por mortalidade de menores de 5 anos	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos		Taxa de mortalidade de bebês (menores de 1 ano)		População total (milhares) 2003	Total anual de nascimentos (milhares) 2003	Total anual de mortes de menores de 5 anos (milhares) 2003	PIB per capita (US$) 2003	Expectativa de vida ao nascer (anos) 2003	Taxa total de alfabetização de adultos 2000	Taxa líquida de matrículas/ frequência na escola primária (%) 1996-2003*	Distribuição de renda familiar (%)	
													1992-2002*	
		1960	2003	1960	2003								40% mais	20% mais
Brasil	90	177	35	115	33	178470	3502	123	2710	68	87	97	8	64
Cazaquistão	59	-	73	-	63	15433	250	18	1780	67	99	96s	21	40
Rep. Quirguiz	65	-	68	-	59	5138	112	8	330	69	-	90	22	38
Tadjiquistão	39	-	118	-	92	6245	150	18	190	69	99	80s	21	40
Turcomenistão	47	-	102	-	79	4867	107	11	1120	67	-	85s	16	48
Uzbequistão	62	-	69	-	57	26093	559	39	420	70	99	78s	23	36
Afeganistão	4	360	257	245	165	23897	1136	292	250X	43	36	54s	-	-
Azerbaijão	51	-	91	-	75	8370	148	13	810	72	97x	88s	19	45
Geórgia	75	-	45	-	41	5126	52	2	830	74	100x	99s	18	44

Notas:

- Dados não disponíveis.

S – Pesquisa domiciliar nacional.

X – Dados referentes a anos ou períodos que não os especificados no título da coluna, ou que se referem a apenas uma parte de um país.

* Dados referentes ao ano mais recente, disponíveis durante o período especificado no título da coluna.

Principais Fontes:

1. **Taxas de mortalidade de menores de 5 anos e de bebês** – Unicef, Divisão de População das Nações Unidas e Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.
2. **População total** – Divisão de População das Nações Unidas.
3. **Nascimentos** – Divisão de População das Nações Unidas.
4. **Mortes de menores de 5 anos** – Unicef.
5. **RNB *per capita*** – Banco Mundial.
6. **Expectativa de vida** – Divisão de População das Nações Unidas.
7. **Alfabetização de adultos** – Unesco e Instituto da Unesco para Estatísticas (IUE), incluindo a "Avaliação 2000 do Educação para Todos".
8. **Matrículas e frequência escolar** – IUE e Unesco, incluindo a "Avaliação 2000 do Educação para Todos, Pesquisa por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (Mics) e Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS).
9. **Renda familiar** – Banco Mundial.

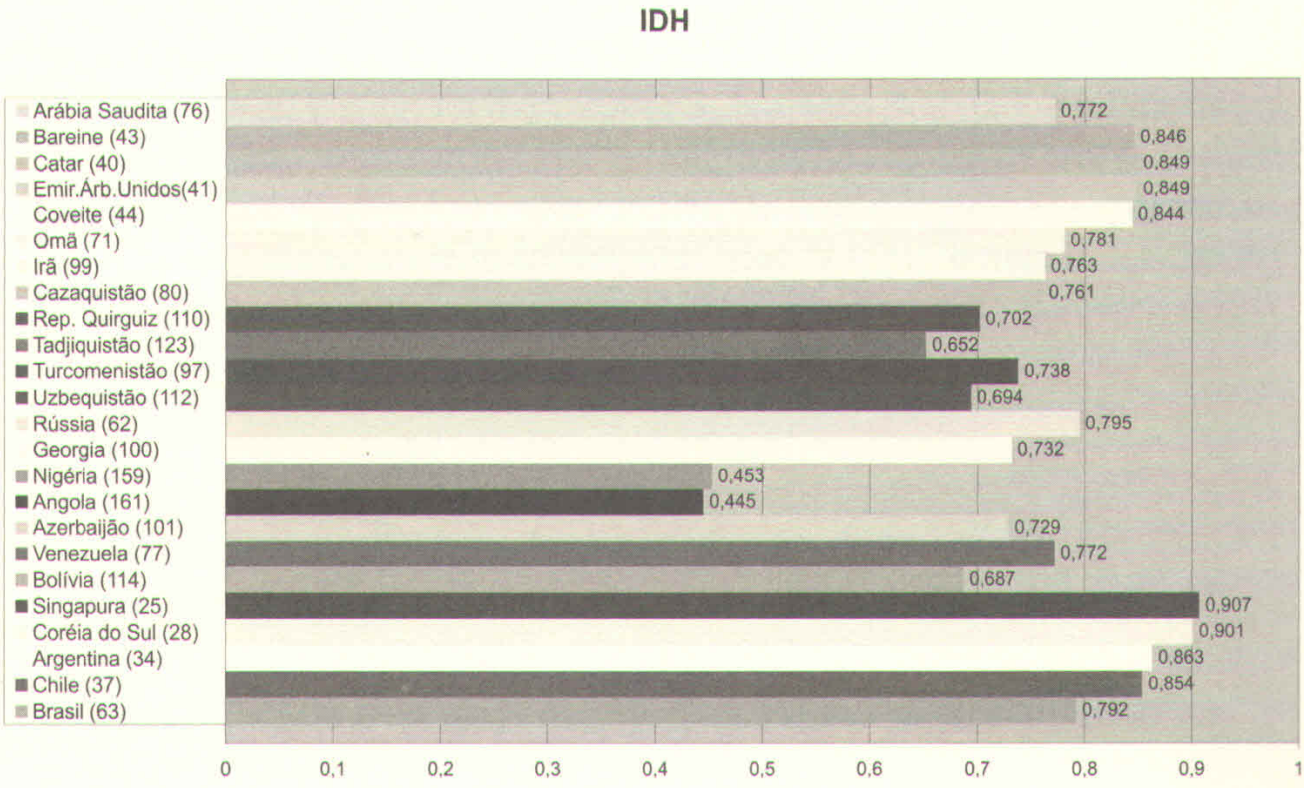
Anexo 10
Mortalidade Infantil

Taxa de mortalidade infantil					
	Cazaquistão	**Rep. Quirguiz**	**Tadjiquistão**	**Turcomenistão**	**Uzbequistão**
Unicef[2]	73/1.000	68/1.000	118/1.000	102/1.000	69/1.000
CIA[4]	28,30	34,49	106,49	72,56	69,99

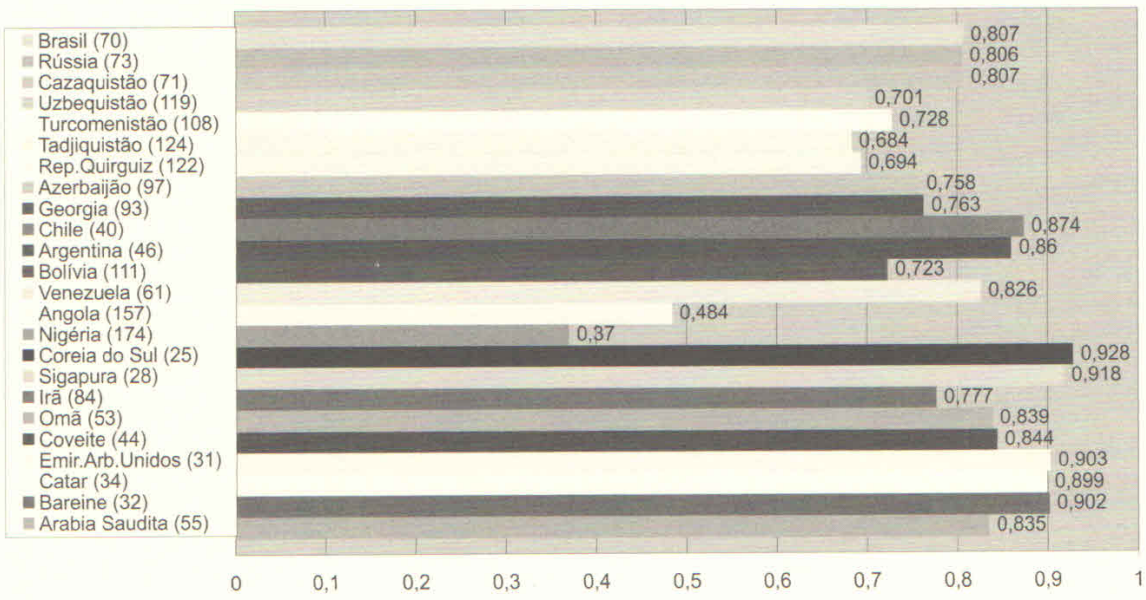
Ranking segundo classificação mundial	**Cazaquistão**	**Rep. Quirguiz**	**Tadjiquistão**	**Turcomenistão**	**Uzbequistão**
CIA[3]	87	76	9	33	38
Unicef[1]	59	65	39	47	62

1. Segundo classificação mundial, por mortalidade de menores de 5 anos. Fonte: Unicef.
2. De acordo com o relatório Situação Mundial da Infância, 2005.
3. Fonte: *The World Fact Book – Infant Mortality Rate 2006 CIA Statistics*. Disponível em: <https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/rankorder/2091rank.html>.
4. Taxa de mortalidade a cada mil nascidos.

Anexo 11
Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2006, da ONU.



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2008, da ONU.

Anexo 12

Dados básicos e Indicadores Socioeconômicos dos Países da Ásia Central, atualizados até 1º de novembro de 2008.

Notas: 1) "e" refere-se à "estimativa"; 2) os valores de renda *per capita* utilizam o critério de paridade do poder de compra (PPC), e foram obtidos na publicação *Black Sea and Central Asia Promoting Work and Well Being*, OCDE, 2008; 3. No caso dos dados relativos ao PIB turcomeno, foram utilizadas estimativas de valores de mercado para 2006, com a ressalva, feita pela OCDE, de serem imprecisos, porque se apoiam em valores superapreciados da moeda local, o manat. Em 2006, o PIB real turcomeno, a preços correntes, deve ter sido de cerca de 10 bilhões de dólares.

12.1 – Tadjiquistão
Nome oficial: República do Tadjiquistão.
Capital: Dushanbe.
Data nacional: 9 de setembro de 1991.
Chefe de Estado e de Governo: Presidente Emomali Rakhmon.
Fronteiras: Afeganistão (1.206 km); Uzbequistão (1.161 km); República Quirguiz (870 km) e China (414 km).
Área: 142.600 km².
População: 6.4 milhões (FMI, 2007 *e*).
Densidade demográfica: 47,26 habitantes por km.

Composição étnica da população: tadjiques, 65%; uzbeques, 25%; russos, 4,0%; e outras (cerca de 43 grupos, formados por outras minorias), 6,0% da população.
Taxa de crescimento da população: 1,5% (Banco Mundial, 2006).
Taxa de mortalidade infantil: 68/1.000, nascimentos até cinco anos de idade (Unicef, 2006).
Expectativa de vida: 66,3 anos (Pnud, 2008, Relatório de Desenvolvimento Humano).
Religiões: muçulmana, 90% (85% sunita, 5% xiita); outras, 10%.
Idiomas oficiais: tadjique (idioma oficial) e russo.
Taxa de alfabetização: 99,4% da população é alfabetizada (Banco Mundial, 2005).
Moeda nacional: Somoni (TJS).
Índice de preços ao consumidor: 13,16% (FMI, 2007 *e*).
Recursos naturais: petróleo, ouro, prata, urânio, mercúrio, couro, zinco cobre, carvão e tungstênio.
Repartição administrativa: 2 províncias (viloyat) e 1 província autônoma (viloyat mukhtor).
Principais cidades: Dushanbe, Khujand, Kulov, Qurghonteppa, Istaravshon, Khorog.
PIB: US$ 3,712 bilhões (FMI, 2007 *e*).
Taxa de crescimento do PIB: 7,5% (FMI, 2007 *e*).
PIB per capita, PPC: US$ 1,637 (FMI, 2007 *e*).
Estrutura do PIB por setor: agricultura 21,4%; indústria 27,5%; serviços 51% (Banco Mundial, 2007).
Moeda: somoni (TJS).
Câmbio: US$ 1.00 = TJS 3,5453 (Bloomberg, 23 de janeiro de 2009).
Exportações (US$ FOB): US$ 1,399 milhão (FMI, 2007).
Principais produtos de exportação: algodão, energia, frutas, óleo vegetal e têxteis **Principais parceiros:** Holanda, 40,7%; Turquia, 31,7%; Rússia, 4,7%; Uzbequistão, 4,8%; Lituânia, 2,95%; Irã, 5,4%.
Importações (US$ FOB): 1,725 milhão (FMI, 2006).
Principais produtos de importação: combustíveis, óxido de alumínio, maquinaria e equipamentos e produtos alimentícios.
Principais parceiros: Rússia, 24,6%; Cazaquistão, 10,8%; Uzbequistão, 10,2%; Azerbaijão, 8,0%; China, 8,6%, Ucrânia, 3,7%; Itália, 3,6%; Turcomenistão, 3,5%.

Recursos naturais: ouro, prata, urânio, mercúrio, couro, zinco, cobre, carvão e tungstênio.

12.2 – Uzbequistão
Nome oficial: República do Uzbequistão.
Capital: Tashkent (população de 2,3 milhões).
Área: 447.400 km^2.
População: 26,8 milhões (FMI, 2007 *e*).
Expectativa de vida: 66,8 anos (Pnud, 2008, Relatório de Desenvolvimento Humano).
Composição étnica: uzbeques (74%), tadjiques (4%), cazaques (3%) russos (2%), caracalpaques (2,5%), tártaros (1,5%) e outras (cerca de 65 etnias).
Densidade demográfica: 60,12 habitantes por km^2.
Religiões: muçulmana (maioria sunita), 88%; cristã ortodoxa, 9%; outras, 3% (eurasianet.org 2008).
Idiomas: uzbeque, 74,3%; russo, 14,2%; tadjique, 4,4%; e outros, 7,1%.
Data Nacional: 1º de setembro de 1991 (independência).
Chefe de Estado: Islam Abduganiyevich Karimov.
Chefe de Governo: Shavkat Mirziyayev.
Ministro dos Negócios Estrangeiros Vladimir Norov.
Fronteiras: Afeganistão (137 km), Cazaquistão (2.203 km), República Quirguiz (1.099 km), Tadjiquistão (1.161 km) e Turcomenistão (1.621 km).
PIB: US$ 20,2 bilhões (FMI, 2007 *e*).
Taxa de crescimento do PIB: 8,8% (FMI, 2007 *e*).
PIB *per capita*, PPC: US$ 2,541 (FMI, 2007 *e*).
Moeda: som uzbeque (UZS).
Câmbio: US$ 1.00 = UZS 1398,37 (Bloomberg, 23 de janeiro de 2009).
Recursos naturais: ouro, cobre, petróleo, gás natural, carvão, urânio, prata, chumbo, zinco, tungstênio e molibdênio.
Exportações: 6,437 bilhões (Banco Mundial, 2007).
Principais produtos de exportação: algodão (46,3%), ouro, produtos energéticos, fertilizantes, metais ferrosos, têxteis, produtos alimentícios, automóveis.

Principais países de destino das exportações: Rússia (23,1%), China, Tadjiquistão, República da Coreia, Turquia, Japão, Cazaquistão, Estados Unidos, Bangladesh, Itália.
(Pnud, 2004).
Importações: US$ 4,130 (Banco Mundial, 2007).
Principais produtos importados: maquinaria e equipamentos, (46%) (UNDP, 2004), produtos alimentícios, medicamentos, metais.
Principais países de origem das importações: países da CIS, 38,6%, dos quais 22,3% da Rússia (UNDP, 2004); demais parceiros de relevo: EUA, República da Coreia, Alemanha, China, Turquia, Cazaquistão, Ucrânia, Tadjiquistão.
Taxa de alfabetização: 99% (UNDP, 2004).
Taxa de mortalidade infantil: 38/1.000 (Banco Mundial, 2007).
Taxa de crescimento da população: 1% (Banco Mundial, 2007).

12.3 – Cazaquistão

Nome oficial: República do Cazaquistão.
Capital: Astaná, desde 10 de dezembro de 1997.
Área: 2.717.300 km².
População: 15.120.000 (FMI, 2007 e).
Expectativa de vida: 65,9 anos (Pnud, 2008, Relatório de Desenvolvimento Humano).
Diversidade étnica: cazaques, 51,8%; russos, 31,4%; ucranianos 4,4%; tártaros, 1.7%; e alemães 1,6%. O país possui mais de cem nacionalidades.
Religiões: muçulmana, 47%; ortodoxa russa, 44%; protestantes, 2%; outros, 7%.
Data nacional: 16 de dezembro de 1991 (Independência).
Idiomas: cazaque (oficial) e russo.
Chefe de Estado: Nursultan Nazarbayev.
Ministro dos Negócios Estrangeiros: Marat Tazhin.
Divisões administrativas: 14 províncias ("oblystar") e 3 cidades ("calalar").
Fronteiras: totalizam 12.012 km, sendo 1.533 km com a China; 1.051 km, com a República Quirguiz; 6.846 km, com a Rússia; 379 km, com o Turcomenistão e 2.203 km, com o Uzbequistão. O Cazaquistão é banhado pelo Mar de Aral (1.015 km²) e pelo Mar Cáspio (1.894 km²).

Constituição: adotada em janeiro de 1993, emendada em abril e agosto de 1995.
Poder Judiciário: Suprema Corte (44 membros) e Conselho Constitucional (sete membros).
Poder Legislativo: Bicameral. O Senado é composto de 47 membros, dos quais sete são nomeados pelo Presidente da República. Os 40 restantes são eleitos pelos legisladores das diversas regiões. Os senadores têm mandato de seis anos, sendo que metade é eleita a cada três anos. Já na Câmara, as eleições são diretas, 77 deputados, salvo 10, que são eleitos pelo critério da representação proporcional.
PIB: US$ 95,5 bilhões (FMI, 2007 *e*).
Taxa de crescimento do PIB: 8,7 % (FMI, 2007 *e*).
PIB *per capita*, PPC: US$ 10,658 (FMI, 2007 *e*).
Composição do PIB por setor: agricultura, 6,7%; indústria, 39,5%; serviços, 53,7% (Banco Mundial, 2006).
Moeda: Tenge.
Câmbio: US$ 1.00 = KZT 121,505 (Bloomberg, 23 de janeiro de 2009).
Produtos agropecuários: algodão, grãos, trigo, lã e carne.
Taxa de crescimento da produção industrial: 10,3% (Banco Mundial, 2005).
Recursos Naturais: O país possui as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstênio e, provavelmente, de urânio; a segunda maior reserva de prata e de zinco, e a terceira de magnésio, além de depósitos significativos de cobre, ouro e minério de ferro.
Principais indústrias: petróleo, carvão, minério de ferro, manganês, cimento, zinco, cobre, bauxita, ouro, prata, fosfatos, aço, tratores e equipamentos agrícolas, motores elétricos, materiais de construção.
Exportações: US$ 43,329 bilhões FOB (Banco Mundial, 2007).
Principais produtos exportados: petróleo e derivados, metais ferrosos, maquinário, grãos, lã e carne.
Principais países de destino das exportações: Rússia (15.1%), Bermudas (13.8%), Alemanha (11%), China (9.9%), França (6.6%) e Itália (4%).
Importações: US$ 17,97 bilhões (Banco Mundial, 2005).
Principais produtos importados: máquinas, produtos químicos, produtos minerais, metais e produtos alimentícios.

Principais países de origem das importações: Rússia (34.6%), China (15.4%), França (5.7%) e Ucrânia (4.6%).
Taxa de alfabetização (população maior de 15 anos): 100% (Banco Mundial, 2005).
Taxa de crescimento da população: 1,1% (Banco Mundial, 2007).
Densidade demográfica: 5,56 habitantes por km².
Taxa de desemprego: 8,8 % (Banco Mundial, 2005).
Taxa de mortalidade infantil (A) de menores de um ano: 63/1.000; (B) de crianças menores de cinco anos: 73/1.000 (dados mencionados no Relatório "Situação Mundial da Infância 2005", do Unicef, com base em cifras do ano 2003).
Taxa de natalidade (nascimentos por mulher): 1,8 (Banco Mundial, 2005).
Desnutrição infantil (% de crianças abaixo de 5 anos): 4% (Banco Mundial, 2005).
Acesso a água tratada (% da população total): 96% (Banco Mundial, 2007).

12.4 – República Quirguiz

Nome oficial: República Quirguiz.
Capital: Bishkek, fundada em 1878.
Nacionalidade: quirguiz.
Idiomas oficiais: quirguiz e (desde 2001) o russo.
Chefe de Estado: Presidente Kurmanbek Bakiyev.
Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Almazbek Atambaev.
Data nacional: 31 de agosto de 1991.
Área: 199,9 mil km².
População: 5,3 milhões (FMI, 2007 *e*).
Expectativa de vida: 65 anos (Pnud, 2008, Relatório de Desenvolvimento Humano).
Composição étnica: quirguizes, 66,9%; uzbeques, 14,4%; russos, 10,65%; no total, cerca de 80 etnias.
Religiões: muçulmana, 75%; cristã ortodoxa, 20%; outras, 5%.
Taxa de alfabetização: 99% (Banco Mundial, 2005).
Taxa de mortalidade infantil: 67/1.000 (Banco Mundial, 2005).
Taxa de crescimento da população: 1,1% (Banco Mundial, 2006).

Densidade demográfica: 26,31 habitantes por km².
PIB: US$ 3,5 bilhões (FMI, 2007 *e*).
Taxa de crescimento do PIB: 7,5 % (FMI, 2007 *e*).
PIB *per capita* PPC: US$ 2,315 (FMI, 2007 *e*).
Composição do PIB por setor: setor agrícola, 33%; serviços, 46,9%; indústria, 20% (Banco Mundial, 2006).
Moeda: som.
Câmbio: US$ 1.00 = KGS 40,275 (Bloomberg, 23 de janeiro de 2009).
Taxa de desemprego: 9,9% (Banco Mundial, 2005).
Exportações (US$ FOB): US$ 811 milhões (Banco Mundial, 2006).
Principais produtos exportados: ouro (40% das exportações), eletricidade, fumo, algodão, minerais (urânio, mercúrio etc.), vegetais e frutas, açúcar e lâmpadas elétricas.
Principais parceiros: Emirados Árabes Unidos, Rússia, China, Cazaquistão, Suíça, Armênia, Uzbequistão, Tadjiquistão, Canadá.
Importações (US$ CIF): US$ 1,723 (Banco Mundial, 2006).
Principais produtos importados: energia (combustível, gás natural), produtos alimentícios e medicamentos, roupa, carvão, papel e pneus.
Principais parceiros: China, Rússia, Cazaquistão, Turquia, Uzbequistão Alemanha, República da Coreia, Índia, Estados Unidos.
Recursos naturais: ouro, terras raras, carvão, petróleo, gás natural, mercúrio, bismuto, zinco, chumbo.

12.5 – Turcomenistão
Nome oficial: República do Turcomenistão.
Capital: Ashgabat.
Nacionalidade: turcomena.
Idioma oficial: turcomeno.
Chefe de Estado e de Governo: Gurbanguly Berdymukhammedov.
Data nacional: 27 de outubro 1991.
Área: 488,100 km².
Fronteiras: Afeganistão (744 km), Irã (992 km), Cazaquistão (379 km), Uzbequistão (1.621 km). O país também é banhado pelo Mar Cáspio (1.768 km).
População: 5,2 milhões (FMI, 2007 *e*).
Expectativa de vida: 62,6 anos (Pnud, 2008, Relatório de Desenvolvimento Humano).

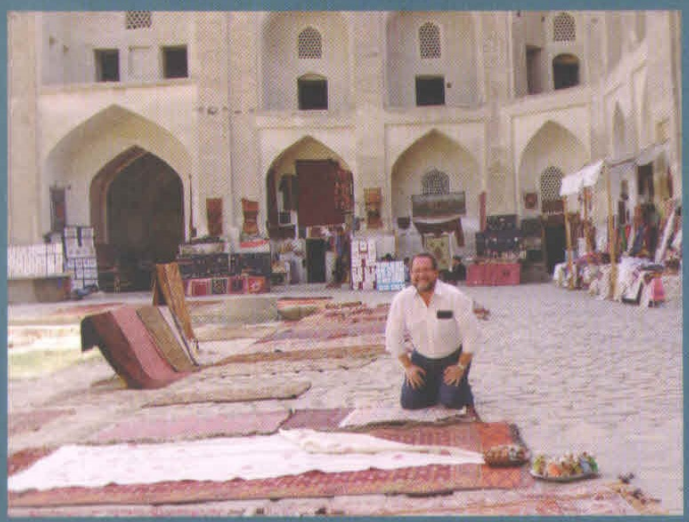
Composição étnica: turcomenos, 77%; russos, 6,7%; uzbeques, 9,2%; cazaques, 2%; outros, 5,1%.
Religiões: muçulmana, 87% (maioria sunita); ortodoxa russa, 11%; outras, 2%.
Taxa de alfabetização: 99% (Banco Mundial, 2005).
Taxa de mortalidade infantil: 80/1.000 (Banco Mundial, 2005).
Taxa de crescimento da população: 1,0% (Banco Mundial, 2007).
Densidade demográfica: 10,62 habitantes por km².
PIB: US$10 bilhões (FMI, 2006); US$ 26,2 bilhões (FMI, 2007 *e*).
Taxa de crescimento do PIB: 6% (FMI, 2005).
PIB *per capita* PPC: US$ 5,054.92 (FMI, 2007 *e*).
Composição do PIB por setor: agricultura, 19,9%; indústria, 40,8%; serviços, 39,3% (Banco Mundial, 2004).
Moeda: manat (TMM).
Câmbio: US$ 1.00 = TMM 14,250 (Bloomberg, 23 de janeiro de 2009).
Exportações (US$ FOB): US$ 4.944 (Banco Mundial, 2005).
Principais produtos exportados: gás natural; petróleo e derivados de petróleo e produtos manufaturados. (Banco Mundial, 2005).
Principais parceiros: Ucrânia (43.5%), Irã (15%), Hungria (5.4%).
Importações (US$ FOB – milhões): US$ 2,947 (Banco Mundial, 2005).
Principais produtos importados: alimentos, combustível e energia, e bens de capital.
Principais parceiros: Emirados Árabes Unidos, 12,4%; Azerbaijão, 10,9%; Estados Unidos, 9,4%; Rússia, 8,9%; Ucrânia, 7,4%; Turquia, 7,2%; Irã, 6,1%; Alemanha, 5,3%; Cazaquistão, 4,2%.
Recursos naturais: Petróleo, gás natural, enxofre, carvão, sal e sódio.

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)

Diplomata de carreira, Ricardo Luís Pires Ribeiro da Silva nasceu no Rio de Janeiro, em 1959. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1984 e é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília. Serviu na Missão Permanente junto às Nações Unidas e aos Organismos Internacionais, em Viena, e nas Embaixadas do Brasil em Santiago e em Roma. Na Secretaria de Estado desempenhou diversas funções na Divisão da Europa II/Coleste, na CMOR, na CISET e na AFEPA.

Chefia, desde 2006, a Divisão da Ásia Central (DASC), unidade do Itamaraty responsável pelas relações com os países centro-asiáticos (Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) e, mais recentemente, pela temática de Irã, Paquistão e Afeganistão.

O presente trabalho foi apresentado como dissertação, e aprovado, em 2009, com conceito "muito bom", no Curso de Altos Estudos do Ministério das Relações Exteriores.



O autor em um mercado de Samarcanda na Rota da Seda

MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C104190

ISBN 85-7631-346-4



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

www.funag.gov.br